

Francisco Alcides do Nascimento

Cartografias
sentimentais
e narrativas
historiográficas
sobre
Teresina e
Oeiras



EdUESPI

Francisco Alcides do Nascimento

Cartografias sentimentais e narrativas historiográficas sobre Teresina e Oeiras



EdUESPI



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

Evandro Alberto de Sousa
Reitor

Rosineide Candeia de Araújo
Vice-Reitora

Nayana Pinheiro Machado de Freitas Coelho
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Gustavo Oliveira de Meira Gusmão
Pró-Reitor Adj. de Ensino de Graduação

Ailma do Nascimento Silva
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Pedro Antônio Soares Júnior
Pró-Reitor de Administração

Geraldo Eduardo da Luz Júnior
Pró-Reitor Adj. de Administração

Raimundo Isídio de Sousa
Pró-Reitor de Planejamento e Finanças

Joseane de Carvalho Leão
Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças

Eliene Maria Viana de Figueirêdo Pierote
Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários

Marcelo de Sousa Neto
Editor da Universidade Estadual do Piauí



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI



José Wellington Barroso de Araújo Dias **Governador do Estado**
Maria Regina Sousa **Vice-governadora do Estado**
Evandro Alberto de Sousa **Reitor**

Conselho Editorial EdUESPI

Marcelo de Sousa Neto **Presidente**
Algemira de Macedo Mendes **Universidade Estadual do Piauí**
Antonia Valtéria Melo Alvarenga **Academia de Ciências do Piauí**
Antonio Luiz Martins Maia Filho **Universidade Estadual do Piauí**
Fábio José Vieira **Universidade Estadual do Piauí**
Hermógenes Almeida de Santana Junior **Universidade Estadual do Piauí**
Joséliade Carvalho Leão **Universidade Estadual do Piauí**
Laécio Santos Cavalcante **Universidade Estadual do Piauí**
Orlando Maurício de Carvalho Berti **Universidade Estadual do Piauí**
Paula Guerra Tavares **Universidade do Porto - Portugal**
Pedro Vilarinho Castelo Branco **Universidade Federal do Piauí**
Raimunda Maria da Cunha Ribeiro **Universidade Estadual do Piauí**
Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz **Academia Piauiense de Letras**

Marcelo de Sousa Neto **Editor**
Autor **Revisão**
Editora e Gráfica - UESPI **E-book**

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Biblioteca Central da UESPI

N244c Nascimento, Francisco Alcides do.
Cartografias sentimentais e narrativas historiográficas sobre
Teresina e Oeiras / Francisco Alcides do Nascimento. – Teresina:
EdUESPI, 2021.
E-book.

ISBN: 978-65-88108-24-6

1. História. 2. História do Piauí. 3. Fontes históricas.
I. Título.

CDD: 981.22

Ficha Catalográfica elaborada pelo Serviço de Catalogação da Universidade Estadual do Piauí - UESPI
Nayla Kedma de Carvalho Santos (Bibliotecária) CRB 3ª Região/1188

Editora da Universidade Estadual do Piauí - EdUESPI
UESPI (*Campus Poeta Torquato Neto*)
Rua João Cabral, 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI
Todos os Direitos Reservados

“A gente recebeu a notícia lá que a gente ia sair da casinha. Pra mim, foi muito triste porque eu tinha um pé de pimenta-de-cheiro e um pé de maracujá, não tinha quintal, era tão pequeno, mas mesmo assim eu deixei pra pegar, e o pezinho de maracujá já tinha muito maracujá”.

Prefácio.....	7
Apresentação: razões para a montagem desta coletânea.....	11
Parte I.....	18
Teresina: cenários redesenhados a partir de diferentes olhares.....	19
Cidade, memórias de imigrantes e vidas cruzadas.	41
Olhares da periferia: os migrantes na construção de teresina da década de 1970.....	67
As múltiplas portas da cidade no centenário de Teresina.....	94
A cidade dos sonhos.....	117
Parte II	
Oeiras & Possidônio x Possidônio & Oeiras.....	118
Possidônio e as práticas de arquivar a própria vida.....	139
O eu e o envelhecimento na comunicação epistolar de Possidônio Queiroz.....	165
Historiadores em comunicação: cartas trocadas entre Possidônio Queiroz e Anita Prestes.....	187
Oeiras por meio das cartas de Possidônio Queiroz	
Oeiras nos rastros do cometa.....	210
Parte III	
As fontes como “escolha” na produção do conhecimento.....	217
Os jornais diários na construção de representações do Piauí e de Teresina entre 1950 e 1970.....	228
Viver, ouvir e aprender: o outro nas entrevistas com a história oral.....	254
Referências.....	283
Sobre o autor.....	294

PREFÁCIO

O Professor Francisco Alcides do Nascimento traz ao público leitor seu livro *Cartografias sentimentais e narrativas historiográficas sobre Teresina e Oeiras*, trata-se de uma coletânea de artigos escritos, segundo o próprio autor, em temporalidades diversas e em formatos e suportes diferentes, como: capítulos de livros e artigos em revistas acadêmicas, em meio impresso e digital.

As características apontadas anteriormente são uma peculiaridade da produção historiográfica contemporânea, em que as exigências de publicação em periódicos especializados impõem uma frequência temporal, que muitas vezes, inviabiliza uma maturação mais adequada das ideias pensadas e publicadas, acabando mesmo por fragmentar a produção dos pesquisadores. Na tentativa de burlar as imposições do nosso tempo, muitos historiadores usam a estratégia de coletar os escritos fragmentados para publicá-los em forma de livro, momento em que os revisam, acrescentam parágrafos e ideias que tiveram de ser podadas pelos limites impostos pelos editores de periódicos. É uma luta em busca de maturar as ideias, de reunir aquilo que se tornou fragmentado por força da sobrevivência acadêmica. Essa parece ser a história de muitos dos textos de Alcides Nascimento, agora publicados em forma de livro em meio físico. O livro impresso continua com sua

magia, transmite autoridade, suas palavras impressas se mostram mais fortes e mais vivas. De alguma forma, o livro na sua forma tradicional, tem um fetiche, um encanto magnetizador, que as virtualidades do mundo contemporâneo ameaçam moer ou triturar. Se os meios virtuais têm a força gigantesca de democratizar o acesso à informação, a virtualidade, por outro lado, parece uma estratégia para dissolver no ar, no nada, as informações elaboradas, escritas.

No caso do presente livro, os textos reunidos formam, na verdade, um conjunto de reflexões que se fazem presentes na trajetória do autor, neles, Alcides Nascimento busca aproximar alguns interesses que estão presentes no seu fazer-se como historiador.

Somos todos forjados pelo tempo, por nossas experiências de vida, pelas escolhas que fazemos, assim, as nossas trajetórias acadêmicas como parte das nossas vidas, também, são uma construção, que pode mudar de rumo, de foco. Dessa forma, os textos de Alcides Nascimento expressam seus interesses sobre memórias, cidades e literatura, interesses que, na verdade, contam sua história e sua construção intelectual. Se o envolvimento com as memórias o acompanha, desde os começos da sua vida profissional no Núcleo de História Oral da Fundação CEPRO, ainda nos anos 1980, os estudos sobre cidade entraram na sua vida acadêmica de forma mais significativa, ganhando contornos de pesquisa historiográfica, no final dos anos 1990, quando do doutoramento na Universidade Federal de Pernambuco, momento

em que desenvolveu pesquisa sobre Teresina no período do Estado Novo.

A literatura, ao que me parece uma paixão antiga, foi progressivamente conquistando espaço na sua trajetória intelectual, à medida que a história e a vida foram lhe ensinando que o mundo poderia ser percebido de forma poética, literária, e que não era demérito para um historiador, para um homem de ciências, lançar mão de percepções mais afetivas e mais sensíveis para expressar as verdades da história.

Se a Teresina dos anos 1930 e 1940 lhe serviu como tema de doutoramento, os anos seguintes foram de reflexão sobre outras temporalidades, tomando corpo as reflexões sobre Teresina nos anos 1970 e 1980. Com o tempo, porém, seu foco de análise foi direcionado para outros espaços urbanos dentro do Piauí, o que se evidencia, no livro, nos estudos sobre a cidade de Oeiras.

No pós-doutoramento, Alcides Nascimento acostumado a viajar no tempo das memórias expressas em depoimentos orais, acrescenta a suas análises um outro suporte de Memória – as cartas –, particularmente as missivas escritas pelo compositor oeirense Possidônio Queiroz, que revelam o pensamento do signatário sobre a vida, sobre a velhice e, particularmente, sobre a cidade de Oeiras.

O livro é ainda marcado pela presença de artigos que analisam as diferentes fontes que servem de suporte documental, como depoimentos orais, cartas, artigos publicados em jornais e a própria literatura memorialística, que são analisadas do ponto de

vista do autor que as interroga e examina, partindo de sua experiência pessoal, de sua maturidade reflexiva, para apontar as potencialidades e as fragilidades no uso de cada um desses suportes de memória, no fazer do historiador.

Para finalizar, quero apontar duas questões que reputo como o grande mérito do trabalho. Em primeiro lugar, o fato de a obra ser a expressão de uma trajetória intelectual no campo da história e, em segundo, ousaria dizer que o livro exprime a estreita relação entre sujeito e objeto, na medida em que as temporalidades, as espacialidades, os suportes de memória escolhidos pelo autor assumem fortes cores existenciais.

Diante do exposto, caro leitor, posso afirmar que a leitura de *Cartografias sentimentais e narrativas historiográficas sobre Teresina e Oeiras* é um encontro com nossa história e com a pessoa do historiador Alcides Nascimento. Boa leitura a todos!

Teresina 21 de abril de 2021.

Pedro Vilarinho Castelo Branco

Apresentação

Razões para a montagem desta coletânea

Iniciamos esta seleção de textos com o seguinte questionamento: – Quais foram as motivações que me levaram à organização dos artigos que compõem esta coletânea? Para responder a esta pergunta ou pelo menos tentar fazê-lo, devo começar pelo encantamento provocado pelo livro, o livro físico. Gosto de manuseá-lo, de marcar não apenas suas palavras-chaves, mas as palavras, as frases, ou mesmo trechos inteiros.

O modo tosco de iniciar esta apresentação levou-me a Alberto Manguel, que, com base em Alfred Doblin, registrou: “Seja como for, sua concepção de linguagem tanto dá forma à realidade como a torna inteligível [...] a linguagem é um ser vivo, que não ‘reconta’, mas ‘representa’ o nosso passado: a linguagem ‘força a realidade a se manifestar, ela escava suas profundezas e traz à tona as situações fundamentais da condição humana, sejam elas grandiosas ou mesquinhas”.¹

Agrupei artigos que já foram publicados, mas alguns deles são inéditos. Todos eles têm as cidades de Teresina e Oeiras como cenários ou objeto de estudo. Mas por que publicar textos já editados (pelo menos três deles em revistas eletrônicas)? Mesmo crescendo o número de brasileiros com acesso à Internet de qualidade os alunos com os quais trabalho não conhecem alguns dos textos. A razão disso é simples: não informo nas redes sociais aquilo que produzo.

Tenho um blog que nem mesmo as pessoas mais próximas

de mim sabem de sua existência. Insisto que toda essa resistência tem relação com o meu carinho pelo livro impresso. Caso esta posição seja a de alguém que é ultrapassado, então sou ultrapassado. Tal postura não é contra a Internet, mas sim contra o modo como uma parcela da sociedade a emprega. Vejo, na própria instituição em que atuo, alunos que não largam o celular na sala, as mensagens recebidas por eles são respondidas ali mesmo; professores participando de Bancas de Exames respondem a mensagens, enquanto um colega do lado faz a arguição do trabalho.

Não estou navegando contra a maré, uma vez que publiquei artigos em revistas digitais, talvez fosse mais fácil e mais barato indicar apenas o endereço eletrônico dos periódicos, mas alguns alunos, mesmo assim, poderiam ter dificuldade de acessá-los. Por outro lado, nada me garante que a publicação dos artigos na forma de livro impresso ajudará no acesso aos leitores. Talvez alguns leitores tomem conhecimento de textos desconhecidos, mas isso é apenas uma possibilidade. Aqueles que procurarem o livro descobrirão que a feitura de cada capítulo seguiu as normas que regem a construção de um trabalho acadêmico. Encontrarão textos que tiveram diversas fontes como suporte.

Trabalhei com jornais, com entrevistas, empregando a metodologia da História Oral, scripts de programas de rádio, cartas e crônicas. Acrescento que lidar com tais fontes me deixa feliz, especialmente com entrevistas, correspondências e crônicas. Creio que o trabalho com as fontes, o olhar crítico sobre elas e sua diversidade empregada podem chamar a atenção do(a) leitor(a).

Teresina: cenários redesenhados a partir de diferentes olhares

O livro foi dividido em três partes. Na primeira, estão os textos escritos sobre Teresina. O texto de abertura se intitula “Cidades das Letras”, parafraseado de Angel Rama (2015). Também utilizei crônicas escritas por Cineas Santos (2012), Geraldo Almeida Borges (2011), Zózimo Tavares (2009), dentre outros, para narrar outras teresinas.

O capítulo seguinte chama-se “Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970” e sua localização está relacionada com o capítulo anterior, uma vez que a fonte privilegiada foram as crônicas escritas por Arimatéa Tito Filho (1973), tido por seus pares como o maior cronista de Teresina até o seu falecimento, em meados da década de 1980.

O capítulo seguinte recebeu o título de “Cidade, memórias de imigrantes e vidas cruzadas” e segue o caminho dos textos anteriores; tem como fonte as crônicas, mas empreguei também entrevistas com sujeitos que se mudaram para Teresina, forçados pela necessidade de melhorar a qualidade de vida, incluindo, nessa expressão, a educação formal, habitação e saúde, principalmente. Mas é impossível esquecer do processo de modernização da agricultura que provocou o cercamento das terras, criando dificuldades para a maioria daqueles que não possuíam a terra para trabalhar.

A pesquisa com imigrantes gerou um conjunto de orientações de trabalhos acadêmicos, seja na graduação, seja na pós-graduação a nível de mestrado; e “Olhares da periferia: os migrantes na construção de Teresina da década de 1970” é um desses trabalhos, realizado em parceria com a aluna Regianne Lima Monte, mestranda naquela ocasião. Neste capítulo predomina o emprego das entrevistas, realizadas com moradores de bairros que nasceram no início da década de 1970, em virtude do processo de construção de avenidas, demolição de casebres, localizados em terrenos públicos, destinados à construção de instrumentos urbanos, tais como: praças, ruas e avenidas, mas a pesquisa nos jornais foi de fundamental relevância.

O texto seguinte foi nomeado de “As múltiplas portas da cidade no centenário de Teresina”. Parte do título foi inspirada em artigo da professora Maria Stella Bresciani, no qual trabalha o processo de modernização das cidades, dando atenção ao processo de higienização, limpeza das urbes, bem como a atuação do Estado como instrumento de intervenção, em geral, de forma autoritária, realizada com base do conhecimento médico-higienista

e da engenharia, para citar os principais. Assim, o capítulo tratou do processo que estava ocorrendo em Teresina, naquela ocasião. Os jornais foram as principais fontes, mas as fontes oficiais também deram suporte à narrativa.

Ao trabalhar com a produção historiográfica sobre Teresina, uma pergunta sempre me vinha à cabeça: — por que não encontrava resultados de pesquisas, publicadas que tratassem sobre o Centenário de Teresina, uma data cheia, com vasta programação e muitas disputas políticas que contou com a participação de convidados vindos da capital da República, como foi caso de Assis Chateaubriand.

A cidade do centenário, entretanto, possuía grandes problemas estruturais: não fornecia água tratada para todos os moradores, apenas as ruas do centro e pouquíssimas avenidas tinham recebido calçamento, muita lama no período chuvoso e muita poeira no período sem chuvas, transporte coletivo deficitário. A Teresina do centenário é um objeto de estudo relevante. A orientação de duas monografias de final de curso sobre o tema motivou e incentivou a escrita do capítulo.

Por fim, nesta primeira parte, o último capítulo recebeu o título de “A cidade dos sonhos” e está relacionado com a pesquisa feita para a tese de doutorado. Entre 1930 e 1980, o Estado exerceu papel dirigente fundamental para a expansão das forças produtivas, durante regimes autoritários, criando um modelo centrípeto de organização hierarquizada, inclusive quanto ao formato territorial. As cidades fizeram o papel de enclaves iniciais da modernidade, aqui pensada como um projeto civilizatório.

O Estado foi um grande agente na produção de cidades, não só em sua materialidade, mas também na formação de sua população, criando-se as categorias dos servidores estaduais. Modernamente, isoladas ou em redes, as cidades guardam alguma semelhança umas com as outras, e, no entanto, são e permanecem extremamente singulares. Esse modo de pensar e refletir a cidade ajudou na construção da narrativa sobre Teresina entre 1930 e 1980.

Oeiras e Possidônio X Possidônio e Oeiras

A segunda parte do livro relaciona trabalhos que têm como eixo a escrita de si, tomando especialmente as correspondências trocadas entre Possidônio Nunes de Queiroz e seus missivistas, dentre os quais podem ser destacados: Arimatéa Tito Filho, Antonio Bugyja Brito, Francisco Cunha da Silva, William Palha Dias, Anita Prestes e Miridan Knox. O primeiro artigo trata do proprietário do acervo, e intitula-se “Possidônio e as práticas de arquivar a própria vida: Oeiras e seu guardião da memória”. O título informa muito sobre a prática de Possidônio em organizar sua própria produção e tudo aquilo que recebia de seus correspondentes.

No arquivo, podem ser encontradas cartas passivas e ativas, manuscritos de conferências, de programas de rádio e muitos livros. O artigo projeta Oeiras por meio da memória de Possidônio Queiroz, e as fontes que foram os scripts de um programa, apresentado pelo intelectual em emissora de rádio da cidade. Mas foram empregadas cartas, uma fonte que estará presente em todos os artigos desta parte do livro.

O artigo da sequência recebeu o título de “O Eu e o envelhecimento na comunicação epistolar de Possidônio Queiroz”. As fontes são, principalmente, as cartas que Possidônio Queiroz escreveu e recebeu. Os autores desta narrativa tiveram acesso a um número significativo delas, o que resultou na produção da maioria dos artigos publicados nesta parte do livro. Esse mesmo conjunto permitiu o recorte temporal para este capítulo. Tomamos a velhice e as dores decorrentes daquela no corpo e na alma do missivista.

Um conjunto de cartas trocadas entre Possidônio Queiroz e Anita Leocádia Prestes chamou minha atenção, ou seja: — O que teria motivado a troca de cartas entre um intelectual que morava no sertão do Piauí, em Oeiras, e uma professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro? Duas razões me levaram a crer na motivação da troca de correspondência. Anita Prestes escreveu sobre a Coluna Prestes, e soube que o comando da Coluna

acampou em Oeiras, durante uma semana, e que um dos comandantes havia deixado cópia de um mapa com um político e proprietário rural da cidade. Tal mapa foi considerado de grande valia para a historiadora.

Possidônio Queiroz assumiu a incumbência de resgatar o tal mapa, mas falhou. Entretanto, escreveu sobre sua experiência com os “revoltosos”, quando ainda era adolescente, inclusive tocando a sua flauta para divertir os integrantes da Coluna. A outra razão foi a homenagem que a cidade prestou a Luís Carlos Prestes, quando este foi convidado pelo Instituto de Oeiras para receber tal homenagem. Prestes foi à cidade e a filha veio junto. Assim, cartas e outros tipos de documentos trocados entre os dois foi o que deu suporte à escrita deste capítulo.

O capítulo seguinte recebeu o título “Oeiras por meio das cartas de Possidônio Queiroz”. Como o título indica, a narrativa sobre a cidade teve como principal fonte as cartas escritas pelo missivista. Pode-se dizer que é nele que a discussão sobre a relação entre História e Literatura ganha um certo volume. Defendo que cartas são crônicas e crônicas são cartas. E crônicas são para mim um gênero literário. A cidade que nasceu a partir dos escritos de Possidônio é uma das muitas cidades que Oeiras representa.

Por fim, o último capítulo desta parte recebeu o título de “Oeiras nos rastros do Cometa”. Sua principal fonte consiste em um jornal editado em Oeiras, no início da década de 1970, apresentado ao público leitor como um órgão de divulgação e cultura, tendo em sua direção José Expedito de Carvalho Rêgo, e, como colaboradores permanentes, Possidônio Queiroz e Costa Machado, intelectuais que moravam na primeira capital do Piauí. O artigo tem como foco a cidade de Oeiras, emprega o Jornal O Cometa como fonte, mas também como objeto da pesquisa histórica. De algum modo, a pesquisa, mesmo trabalhando com cidade, não foge ao imbricamento entre História e Literatura.

As fontes como escolha na produção do conhecimento

A terceira parte do livro contém apenas dois capítulos: “Os jornais diários na construção de representações do Piauí e de Teresina entre 1950 e 1970” e “Viver, ouvir e aprender: o outro nas entrevistas com a história oral”. Pode-se dizer que tratam também sobre Teresina, mas ganharam destaque com a discussão sobre fontes e metodologia.

No primeiro, destacou-se a discussão sobre o emprego dos jornais na construção do conhecimento histórico, o que não é nenhuma novidade. Existem clássicos sobre o emprego de jornais, revistas, boletins, dentre outros. Entre eles, destacam-se Nelson Werneck Sodré (1950), Tania Regina de Luca (2006), Ângela Maria de Castro Gomes (2016), Marialva Barbosa (2007) para citar apenas estes quatro.

No outro discute-se a construção de fontes orais, utilizando a metodologia da História Oral e o emprego desta fonte na construção do conhecimento histórico.

Nota

¹ MANGUEL, Alberto. As cidades das palavras: as histórias que contamos para saber quem somos. Tradução de Samuel Titan Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 17.

Parte I

TERESINA: CENÁRIOS REDESENHADOS A PARTIR DE DIFERENTES OLHARES

CIDADE, MEMÓRIAS DE IMIGRANTES E VIDAS CRUZADAS

O Piauí está localizado a Noroeste da região Nordeste, e tem como limites o Oceano Atlântico ao Norte, Ceará e Pernambuco ao Leste, Bahia ao Sul e Sudeste, Tocantins ao Sudoeste e Maranhão ao Oeste e Noroeste. Ocupa uma área de 251.529 km. A representação cartográfica do território piauiense dá conta que ele se constitui de uma estreita faixa de terras, espremida entre os territórios do Ceará, Pernambuco e Maranhão, e esta condição o transformou em “corredor de passagem” desde a ocupação portuguesa.

Esta resultará da luta entre os sertanistas liderados pela Casa da Torre, na luta contra os Gueguês, que depredavam, na visão dos invasores, os currais do São Francisco, e mais os paulistas, que atuavam na região, apresando índios e transformando-os em escravos, combatendo invasores estrangeiros e escravos aquilombados. No encontro destes dois grupos no Sertão de Dentro, tudo indica que possuíam o mesmo propósito: combater o inimigo comum, os nativos.

Pari passu ao processo apontado, às vezes ajudando aqueles, outras vezes se pondo contrariamente às práticas dos curraleiros, estão os representantes da Igreja Católica. Na verdade, o território que posteriormente será chamado de Piauí não passava de uma área de travessia ou pontos de contato dos grandes missionários. “Seus valorosos feitos não se prendem prioritariamente à história do Piauí, ou melhor, não têm continuidade em nossa história”.¹ O território piauiense servia de travessia para representantes da Igreja entre o Ceará e o Maranhão e de volta para as terras de Iracema.

Acrescente-se que o território, hoje chamado de Piauí, esteve sob o domínio do Ceará, do Maranhão, de Pernambuco e Bahia. A luta entre sesmeiros e posseiros foi um dos fatores determinantes

para a criação da Província do Piauí na segunda metade do século XVIII.

Teresina é a segunda capital do Piauí, nasceu em 1852,² data que marca a transferência da capital da província, à época a cidade de Oeiras, localizada no centro-sul do território piauiense. Este texto, entretanto, recorta Teresina no período compreendido entre 1950 e 1980, período no qual a cidade viveu processo de transformações econômicas e sociais, ligadas diretamente ao modelo desenvolvimentista posto em prática no Brasil por civis e militares.³

A capital do Piauí era, assim, o retrato da pobreza e do atraso do Piauí. Para entender o momento que para uns é de crise e para outros é de desconhecimento das potencialidades econômicas e sociais do Piauí, no que afeta Teresina, é necessário que se faça um pequeno recuo à década de 1940.⁴

Em 1971, pelo menos aos olhos de um cronista do jornal O Estado, a situação de Teresina não havia mudado muito:

[...] o que a cidade tem para oferecer? Nada tem de lisonjeiro. Chega o visitante e o que vê? Ruas sujas, de calçamento ruim ou inexistente, salvo algumas poucas artérias asfaltadas. Animais em desfile em muitos pontos da cidade também estão longe de construir espetáculo agradável. Nas portas dos restaurantes, cinemas, bares, para não falar nas ruas principais e praças, a presença constante de mendigos é outro ponto negativo. O resultado é que, tendo uma imagem negativa de Teresina, o viajante leva para fora a ideia de que todo o Estado é ruim, sujo, feio, ⁵ sob todos os aspectos, desagradável.

É contra essa imagem negativa de Teresina que os governantes indicados pelo general/presidente Emílio Garrastazu Médici se voltarão. É necessário historicizar o processo de forma que se entenda o momento em que o cronista se reporta. A capital do Piauí, junto a Parnaíba e Floriano, a partir da década de 1950, passou a receber maior contingente de imigrantes, em razão de

desempenhar o papel de sede administrativa, de oferecer, desde a sua fundação, inúmeros serviços, além de sua função comercial.

Saliente-se, entretanto, que os serviços de educação e saúde já se destacavam desde as primeiras décadas do século XX. É preciso lembrar também que Teresina começava a disputar com Parnaíba, localizada no Litoral Norte do Estado, a condição de primazia na área comercial do Piauí. “A partir da década de 1950, Teresina vai adquirindo um novo formato, com acentuados índices de expansão urbana e consideráveis alterações no seu desenho territorial”.⁶ Por outro lado, o período registra o “aumento do setor de serviços, da burocracia estatal e do movimento migratório campo/cidade, especialmente para a capital, concentrando-se nesta os maiores índices de emprego e também de populações migrantes”.⁷

As transformações mencionadas determinam olhares diferenciados. A expansão demográfica, por exemplo, provoca o crescimento dos problemas sociais, especialmente aqueles relacionados com a moradia ou com a sua falta. Em 1950, a população total de Teresina era de 90.723 habitantes. Já na década de 1970 ela tinha saltado para 363.666 habitantes. O censo demográfico de 1980 indica que moravam na cidade 538.294 pessoas.

A maioria dessa população era oriunda de pequenas cidades piauienses, mais precisamente da zona rural do Piauí, e também de outros Estados do Nordeste.⁸ Esta década é tida pelos administradores municipais, intelectuais e pesquisadores que trabalharam a cidade como “marco do acirramento das contradições e conflitos sociais, a cidade cresce em todas as direções. Tal crescimento se [...] assenta em um processo de constante valorização de terras urbanas ociosas e de expulsão de setores populares cada vez mais para a periferia”.⁹

Em razão do processo migratório campo/cidade, os costumes e práticas dos homens e mulheres que chegavam para Teresina motivam a elite intelectual e política. Com base em saberes médicos, sanitaristas e urbanistas os responsabilizam pelas mazelas da capital do Piauí, acusando-os de agirem de forma incivilizada, por se constituírem nos “setores perigosos”, uma vez que

suas práticas cotidianas não se coadunam com as práticas burguesas. Esse discurso, além de ajudar na formatação das leis locais, tem a pretensão de educar os corpos.

No período recortado pela pesquisa, Teresina se expande espacialmente; na zona Norte, o crescimento se dá em direção aos bairros Mafuá, Vila Operária, Vila Militar, Feira de Amostra e Matadouro. Nas proximidades do Centro, isso ocorria nos bairros Cabral e Ilhotas, enquanto, na zona Sul, a expansão acontecia em direção aos bairros Piçarra, Vermelha, São Pedro e Tabuleta.¹⁰

Acelera-se, assim, o processo de deslocamento de parte da população da área urbanizada para fora do centro antigo e da “cidade-mãe”, como já se mencionou. Por outro lado, as edificações invadiam territórios pouco ou nada preparados para recebê-las, haja vista que os bairros não dispunham de serviço de abastecimento d’água. O serviço de energia elétrica era precário e raras eram as ruas com calçamento. Em outro momento, um de nossos entrevistados, o ajudante de pedreiro e vigia, Durval Venâncio da Silva (2009), registrou sua chegada à região em que a Prefeitura de Teresina determinou onde deveria morar com a doação de um lote de terra: “[...] isso em mil novecentos e setenta e sete, quando eu vim fixar residência aqui, mas quando eu cheguei aqui, aqui era só mato, não era esse movimento que tem hoje”.¹¹

A historiadora Regianny Lima Monte (2010) captura o olhar do poeta Paulo Machado sobre as transformações espaciais que a cidade sofreu. O poeta recorta o ano de 1977, mas a cidade, como já insinuado, a partir dos anos 1950 acelera o passo:

Em [1977], temos a descrição de Teresina já com ares de cidade grande, modificada não apenas pelo tempo, mas pelas mudanças espaciais. A cidade da década de 1970 é apresentada pelo autor com um certo ar de amargura e indiferença. Os lugares ou não são mais os mesmos, pois mudaram a sua essência, ou simplesmente desapareceram da paisagem urbana. As praças passaram a ser um espaço de memorização de velhinhos que tentam ‘recompor o tempo com suas lembranças’ ou ainda da indiferença do passante quanto às

mudanças ocorridas na Praça Pedro II, em decorrência de uma reforma que modificou completamente o seu traçado.¹²

A manifestação do poeta não é de alguém que chegou à cidade, pelo contrário, é de alguém que sente a falta de uma cidade pacata, que tinha na praça um dos principais lugares de sociabilidade. O poeta parece não gostar das intervenções ocorridas na cidade. A representação da Teresina do poeta é aquela transformada em monumento, de lugar de memória, das recordações. Entretanto, a cidade é movimento, ela não é una, pelo contrário, é múltipla. Vista do Centro, não se vê a periferia e ali nascem outras tantas Teresinas.

Na década de 1970, as favelas começam a ganhar destaque em Teresina. A primeira delas a se constituir e por requerer uma atenção especial do poder público foi a Favela COHEBE, como destaca a pesquisadora Antonia Jesuíta de Lima: “[...] Os seus primeiros habitantes começaram a se alojar naquela área em 1974. [...] Concomitante ao crescimento da Favela COHEBE, outras foram se constituindo e tornando-se figuras presentes na cena urbana”.¹³ O poder público municipal admite “que a problemática da moradia se evidenciou com mais nitidez em meados dos anos 1970, adquiriu visibilidade, através da ocupação de espaços em leitos de ruas e avenidas e em terrenos públicos, ficando ao largo dos padrões de legalidade.

Tais ocupações refletiam o fenômeno do favelamento e, paralelamente, o seu reconhecimento público pela sociedade e pelo poder público”.¹⁴ Este olhar representa o olhar do poder público. Em uma posição diametralmente oposta, a pesquisadora Antonia Jesuíta de Lima destaca que o processo de favelização não mereceu a atenção do poder público, a não ser pela violência policial, usada para a expulsão das pessoas das áreas ocupadas: “O fenômeno favela não era enfrentado como uma questão social, mas de polícia”.¹⁵

No mesmo período, pode-se ver também a presença do Estado “como indutor da dinâmica urbana”, nas esferas federal, estadual e municipal. No âmbito federal, vale destacar a criação do

BNH, em 1964, priorizando, naquele contexto, a habitação como a mais importante política pública, o que levou à construção de inúmeros conjuntos habitacionais e a produzir-se a expansão da malha urbana.

No recorte temporal coberto, por este texto, no Piauí, foram construídas 33.859 unidades habitacionais, dentre as quais apenas 533 foram edificadas com financiamento da Caixa Econômica Federal, sendo a maioria absoluta construída com financiamento do Banco Nacional de Habitação.¹⁶

Em 1971, ocorreu a instalação da Universidade Federal do Piauí, após o Bairro Jóquei Clube constituir-se como tal, em direção ao Nordeste da cidade, hoje Bairro Ininga; fato que provocou o crescimento da cidade para a região. Data também desse período a promulgação do Plano Diretor da Prefeitura Municipal.

Entre 1971 e 1975, o Piauí foi governado pelo engenheiro Alberto Tavares Silva,¹⁷ indicado por políticos do vizinho Estado do Ceará, junto ao presidente general Emílio Garrastazu Médici. Este governador declara que recebeu o apoio do governo federal para o seu plano de atuação no Estado. Vivia-se ainda a euforia do crescimento econômico, provocada pelo chamado milagre brasileiro: “[...] na década de 1970, a expressão ‘milagre brasileiro’ passou a ser usada como sinônimo de boom econômico, observado desde 1968 – e também como instrumento de propaganda do governo”.¹⁸

Em nível local, o eixo da política governamental volta-se para dinamizar a economia piauiense, enfatizando-se a integração do território do Piauí ao restante do País. É deste período a construção da rodovia Transpiauí, ligando Parnaíba, no litoral, a cidade de Corrente, no extremo Sul do Piauí, divisa com a Bahia, à época, sem mencionar o objetivo, que era permitir a ligação do Piauí a Brasília pelo interior. “[...] A estrada mais audaciosa ficou para o trecho entre Floriano e Corrente, com 900 quilômetros de extensão, algo inédito na história dos governadores do Piauí [...] de 1971 a 1975, esmagou fazendo de Floriano a Corrente uma mega estrada [...]”.¹⁹

A euforia da conquista da Copa do Mundo em 1970, no auge da ditadura civil-militar, incentivou o governador Alberto Silva a

construir um estádio de futebol (que recebeu o seu próprio nome), com capacidade para setenta mil pessoas.²⁰ O jornalista Francisco Thomas Teixeira, uma espécie de assessor do governador, avalia que o estádio de futebol foi o “[...] mais arrojado projeto do governador [...]. O País estava pegando fogo, depois da vitória do Brasil com a conquista da Copa de 1970”.²¹

No mesmo governo, foi construído um hospital com atividades voltadas ao atendimento às pessoas acometidas por doenças infectocontagiosas: “[...] decidiu construir o HDIC, denominado Hospital de Doenças Infecciosas, um marco de sua administração e, à época, único no Nordeste. Como se vê, ele tinha uma visão diferente para a saúde, um hospital somente para doenças infecciosas”.²²

O Dia, em matéria publicada em outubro de 1974, destaca surtos de doenças como varíola, febre amarela, malária, meningite. Morar em Teresina, à época, significava viver em uma cidade sem água tratada, sem esgotamento sanitário e com atendimento médico-hospitalar deficiente; o que pode ter influenciado sua decisão de construir um novo hospital e na reforma do Getúlio Vargas. Mas não se pode negar também a influência do discurso médico-sanitarista, orientando a intervenção do poder público no tecido urbano.²³

Como se pode perceber, o Estado é o grande agente construtor e modelador do espaço urbano,²⁴ tanto regulando sua própria ação quanto a dos outros agentes, e ainda consumindo grandes faixas de terra. Mas os agentes excluídos também constroem a cidade, e muitos dos homens, mulheres e crianças chegam a Teresina tangidos pela estiagem que afeta o Nordeste periodicamente. Para Henri Lefebvre, a vida cotidiana “[...] ganha sentido, forma e se constitui o conjunto de relações que fazem do humano e de cada ser humano um todo. Nessa direção, o sentido da cidade é aquele conferido pelo uso, isto é, os modos de apropriação do ser humano para a produção da sua vida”.²⁵

É necessário, entretanto, salientar outros motivos que determinaram o deslocamento de nordestinos e piauienses para Teresina, dentre os quais se pode destacar o processo de

modernização da agricultura, que provoca a expulsão do homem do campo. A isto soma-se o desejo de os agricultores sem-terra darem aos filhos uma vida melhor, com acesso à educação formal, à assistência médico-hospitalar, para indicar duas motivações, sempre lembradas pelos imigrantes que chegavam à cidade. Pode-se supor que buscassem “diferentes estratégias de sobrevivência, outras possibilidades e realizações de sonhos”.

Francisco de Assis Soares Gondinho(2006), filho de uma família cearense, em entrevista²⁶ concedida a Laécio Barros Dias e Regianny Lima Monte, bolsistas do Núcleo de História Oral da UFPI, narrou como se deu o deslocamento de sua família para Teresina:

Meu pai veio exatamente como outros migrantes vieram, chegaram aqui atrás de trabalho, de fixar residência para trabalhar mesmo, sustentar a família. Primeiro veio meu pai, depois vieram os outros ir- mãos dele. Vieram de Crateús e ficaram aqui em definitivo [...] Nossa vizinhança era de pessoas maravilhosas, quase todos do Ceará, ficaram ali onde é hoje a Avenida Miguel Rosa. Daí o relacionamento deles. Eles vieram do Ceará e procuraram morar tudo próximo um do outro, inclusive, hoje, na Miguel Rosa, ainda tem alguns deles morando,²⁷ todos vieram do Ceará, de Crateús.

Este recorte aponta uma prática nesse tipo de deslocamento; ou seja, vem um integrante da família, instala-se, quase sempre com a ajuda de alguém que depois passa a apoiar a vinda de outros integrantes da família. No caso específico, os imigrantes cearenses procuraram morar próximos, fato que pode ter ajudado na adaptação ao novo lugar de moradia, uma vez que as famílias que tinham chegado primeiro ajudavam aquelas que chegavam depois.

Essa estratégia pode ter permitido a manutenção de práticas de sociabilidade, e assim o sentimento de pertencimento pode não ter sido totalmente rompido. Pode-se pensar na ideia de identidade, defendida por Michael Pollack(1992), “que a memória é um

elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”.²⁸

Por outro lado, Zygmunt Bauman(2002) defende que as “identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta; e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às segundas”.²⁹

Francisco de Assis Soares Gondinho não dá pistas que indiquem as razões para a escolha do lugar que a família escolheu para morar, quando a família saiu do Ceará para Teresina, mas informa que ficava próximo de uma estrada de ferro que cortava Teresina, no sentido Centro-Sul, e que teve sua casa atingida pela construção da Avenida Miguel Rosa. Relata:

[...] nossa casa ficava na margem do Aterro, no que hoje é a Miguel Rosa, na altura da Rua Porto, em mil e novecentos e setenta e seis, setenta e cinco, setenta e seis, a Prefeitura teve que fazer a desocupa- ção das casas quando começou a abertura da Avenida Miguel Rosa. A nossa casa ficava numa vereda ali da Miguel Rosa para a Rua Porto até sair na Barão de Gurgueia. Aí a Prefeitura sentiu a necessidade de fazer o alargamento da Rua Porto, e teve que fazer a desocupação das casas para fazer o alargamento. E as pessoas que ali moravam tiveram que sair, receberam terrenos lá no Bairro Buenos Aires na troca de seus terrenos. Tiveram que sair para a ocupação da rua, e essas pessoas mudaram para lá e nós fomos uma dessas pessoas [...].³⁰

O Sr. Francisco de Assis informa que sua família teve que sair. Não relata se os representantes do poder público procuraram os moradores que seriam atingidos pelo traçado da avenida, antes de ela ser construída. Todavia, é enfático ao relatar que os moradores tiveram que “desocupar a casa para fazer o alargamento da rua

Porto”. Destaca que as pessoas receberam terrenos em uma região denominada de Buenos Aires, localizada na zona Norte de Teresina. Alistair Thomson (1997) nos ajuda no entendimento do que chamou de “reminiscências”, quando sugere que, dependendo das alterações sofridas por nossa identidade pessoal, o que me leva a um segundo sentido, mais psicológico, da composição: a necessidade de compor um passado com o qual possamos conviver”.³¹

Sobre a abertura da referida avenida, o coordenador de Planejamento da Prefeitura de Teresina informa, em nota oficial, que foram deslocadas para o Bairro Poti Velho mais de 270 famílias da área cortada pelo traçado da avenida. Com a intervenção no tecido urbano, o poder público resolveu dois problemas: embelezou a cidade e afastou a zona de prostituição de área mais próxima do Centro de Teresina, portanto mais visível.

O discurso médico-sanitarista orientava a limpar a cidade daqueles lugares perigosos à saúde pública, enquanto setores mais conservadores da Igreja Católica festejavam o fim dos “lugares de perdição”. Muitos daqueles que moram, escrevem, refletem sobre a cidade desconsideram a pluralidade das práticas que constituem a vida cotidiana, dividindo a cidade em centro e periferia, hierarquizando estes espaços.

O centro é então visto como um espaço de práticas lícitas e disciplinares, de agentes de maior poder aquisitivo e de higiene física e moral, em detrimento das margens, física e socialmente periféricas, duplamente marginais, como lugar de pobreza, de caos, de prostituição, de sujeira e de violência. Para esse tipo de análise, os códigos de postura municipais são alguns dos documentos mais recorrentes, por se tratar de um tipo de instrumento oriundo do poder público que visa esquadriñar a cidade e impor-lhe uma ordem espacial, disciplinando o conjunto das práticas de seus habitantes, numa tentativa de obter um retrato do centro urbano.³²

Mesmo quando o poder público impõe uma certa vigilância,

tais fronteiras são rompidas sistematicamente. A televisão brasileira nos mostra, periodicamente, vendedores ambulantes a correr pelas ruas comerciais das grandes e médias cidades brasileiras, com os instrumentos de trabalho na cabeça, fugindo dos fiscais. No período aqui estudado, a principal avenida da cidade, depois de reformada, foi transformada em ponto de encontro:

A Avenida Frei Serafim, depois que recebeu iluminação com lâmpadas de vapor de mercúrio, uma nova passarela central e cobertura asfáltica transformou-se em ponto de encontro. Daí que homens em automóveis por ela circulavam em busca de parceria. De sorte que a cidade é, por excelência, palco das contradições: o poder público empurrou mulheres de vida livre que moravam e trabalhavam na Avenida Miguel Rosa e imediações para a periferia, longe dos olhares dos visitantes e das senhoras conservadoras e das jovens pudicas, enquanto a principal avenida de Teresina, depois das 22h, era transformada num lugar onde prostitutas e homossexuais buscavam parceiros para encontros amorosos.³³

Outra entrevistada, a senhora Maria do Livramento Rodrigues Rios (1988), uma das mulheres que foi deslocada para o loteamento Buenos Aires, lembra-se dos momentos que antecederam à mudança:

[...] tiraram a casinha que nós morava, para fazer a avenida. Aí de lá nos deram esse terreno aqui. Quando construíram a Miguel Rosa, foi obrigado nós vim pra cá. A gente recebeu e deu graças a Deus. Muitos aceitaram e muitos não aceitaram. Quem queria vim é porque não tinha morada, viu? Morava de aluguel.³⁴

A manifestação da Sra. Maria do Livramento não deixa dúvida de que o processo de limpeza da área, em torno do Centro de Teresina, foi realizado sem que as pessoas pudessem ter a oportunidade de discutir sobre o outro local de moradia. Reações

existiram, mas a maioria absoluta desses moradores não possuía condições financeiras para adquirir um lote de terra mais próximo do centro.

Por outro lado, “moravam de aluguel” e, ao ganharem um lote de terra, mesmo em loteamento chamado Buenos Aires, local muito afastado da área central da cidade e sem nenhuma infraestrutura, posto que não havia água, energia elétrica, posto de saúde e menos transporte coletivo, agradecem a Deus. O desejo de possuir uma casa que possa chamar de sua é forte.

Ao ouvir o relato da Sra. Maria do Livramento, lembramos, quase automaticamente, de algumas características da memória: ela é seletiva, é atualizada, é viva.

Em entrevista concedida a uma bolsista do Núcleo de História Oral da Universidade Federal do Piauí, o Sr. Durval Venâncio da Silva (2009) informa que nasceu em um lugar denominado Cabeceira, em Timon (MA), município maranhense, separado de Teresina pelo rio Parnaíba. Veio para Teresina em 1977, motivado por divergências com o proprietário da fazenda onde trabalhava, conforme relata:

O motivo foi o seguinte, nós trabalhava de agregado, aí foi o tempo que eu tomei conta de família, me casei, tinha os proprietários lá que eram muito bom o compadre Pedro, e aí ficou os herdeiros. Com a mudança dos proprietários antigos, aí começaram a apresentar muitas exigências, muitas coisas, aí foi o tempo que minha irmã ganhou esse terreno aqui, em 1977, naquele tempo que eles moravam na Ilhota, daqui a pouco saíram de lá e foram sorteados nesse terreno aqui; e aí tirou esse daqui pra mim, mas eu fiquei levando a vida lá e cuidando da casa aqui [...].

Este recorte da entrevista nos fornece informações relevantes sobre a mudança para Teresina, tais como os desentendimentos com os proprietários da fazenda onde vivia como “agregado”. É possível que o processo de modernização da agricultura tenha chegado à fazenda onde morava. Naquele período, acelera-se o processo de cercamento das propriedades, entre outros fatores, em

razão do emprego da pecuária intensiva e da mecanização da agricultura. Mas sobre isso o Sr. Durval não trata.

Outro elemento importante no processo de transferência foi o apoio recebido por uma irmã que já morava em Teresina, mais precisamente no Bairro Ilhotas. A irmã, além do apoio logístico de recebê-lo, cede-lhe a casa onde morava, uma vez que recebeu da Prefeitura Municipal de Teresina um lote de terra no Bairro Buenos Aires, e consegue um lote para o irmão.

Outro dado importante, revelado, foi que veio sozinho, deixando a família, à época, constituída da esposa e uma filha. O Sr. Durval confirma a precariedade do local onde recebeu o lote de terra: “Era só mato, não tinha esse movimento que tem hoje”.

Ao chegar na cidade, relata o Sr. Durval, os documentos que possuía eram a certidão de nascimento e o título de eleitor. É emblemático que possuísse o título de eleitor. Poder-se-ia dizer que o nosso entrevistado era um entre milhares de outros brasileiros desprovidos de laços materiais e do comprometimento da propriedade. “O miserável expressa um conhecimento universal da verdade sobre a existência humana, esquecida de todos. É também portador da imagem e da voz ‘de baixo’, dos níveis inferiores da sociedade, da consciência e da cultura populares”.³⁵ Durval foi procurar trabalho na construção civil, uma vez que não possuía qualificação profissional, e começou como ajudante de pedreiro. Destaca que ao chegar na sede da empresa foi inquirido sobre o seu passado, inclusive de onde vinha.

Eu cheguei aqui em 1977, eu me empreguei na empresa Lourival Sales Parente, eu me empreguei nela no dia quinze de agosto de setenta e sete, eu cheguei aqui em julho de setenta e sete, aí no dia quinze de agosto eu me empreguei nessa empresa Lourival Sales Parente, era uma construtora. Eu nunca tive carteira assinada em outra empresa, só nela mesmo, até hoje. Trabalhando nela todo tempo. Me aposentei e fiquei trabalhando nela, ainda hoje eu estou trabalhando.

Quando da realização da entrevista, o Sr. Durval já estava

aposentado, mas continuava trabalhando na mesma empresa, na função de vigia, e tinha 77 anos de idade. Pressupõe-se que continuasse precisando trabalhar para sobreviver.

Agenor Vieira Abreu (2009) residia na zona rural de Teresina, quando a família resolveu que ele deveria mudar-se para a cidade. Cruzes era o nome do povoado onde a família morava; hoje faz parte do território do município de Curalinhos (PI). Na entrevista, revela o desejo da mãe agricultora:

A mamãe vivia na roça e tudo, não estudou, mas ela sempre queria colocar os filhos para estudar [...] Então ela queria ter um filho assim estudado. Ela não teve aquela oportunidade, mas tinha aquele prazer de colocar o filho. Estudar naquela época, estudar em 1968, imagina? Era difícil, só pra vim pra cá era difícil demais, mas ela costurando e meu pai na roça, ela também ia pra roça e meu pai tocando [um pequeno acordeom]. Aí eu achei ruim, achei porque era época que tava começando a tocar também, ia aprendendo de pouco a pouco, mas quando eu vim tinha quatorze anos, aí eu já tava começando a tocar; também dançava com os meninos. E quando eu vim pra cá acabou tudo.³⁶

Como ficou registrado anteriormente, o sonho que os filhos tenham vida diferente daquela que os pais tiveram é um desejo manifestado entre os homens que trocaram a zona rural pela urbana. Os pais acreditavam que o caminho mais curto era por meio da educação.

O pai de Agenor Vieira, além de praticar a agricultura familiar, era músico e tocava acordeom, atividade que ajudava na manutenção da casa e da família. Agenor o acompanhava nas festas, fato que o fez dedicar-se à música e foi determinante na escolha do curso superior. Formou-se em Artes, com habilitação em Música na Universidade Federal do Piauí. A mãe fazia trabalhos de costura, angariando extras que ajudavam no sustento familiar.

Os filhos, ao serem transferidos para Teresina ainda muito jovens, para sobreviver longe dos

pais, e fora do mundo do trabalho, recebiam uma espécie de cesta básica vinda da roça, cultivada pelos pais (feijão, farinha, arroz, goma etc.). Agenor Vieira era um jovem adolescente que começava a criar laços de amizade fora da família, “começava a tocar e a dançar”. Ao mudar para Teresina “acabou tudo”. No final da década de 1960, quando se mudou para a capital, como relata, tudo era muito difícil. As estradas eram ruins, quando existiam, portanto, apesar de morar na zona rural do município, não era fácil chegar à capital.

Deixar o local de origem é sempre descrito pelos entrevistados como uma decisão difícil, pois trata-se de sua primeira referência do mundo, geralmente o lugar onde nasceu e passou a infância, experiências que podem ter construído marcas de memória. Ali desenvolveram relações de parentesco, de vizinhança e de amizade.

Carivaldo Marques Teixeira Filho (2009) nasceu no município maranhense de Passagem Franca, Maranhão, mais precisamente no povoado chamado de Vargem Cumprida. A família mudou-se para Teresina, quando o entrevistado tinha seis anos de idade, portanto, era ainda criança. O pai viveu da agricultura extensiva, ou seja, de fazer roça. Em determinado momento, especializou-se no cultivo da cana-de-açúcar, na fabricação de rapadura e produção da cachaça, mas a propriedade era autossuficiente, ou seja, produzia quase tudo o que era consumido na propriedade.

A situação da família de Carivaldo Marques é diferente da maioria das famílias que chegavam à Teresina: o pai era proprietário de terras. Pelo menos os primeiros filhos foram enviados para estudar em cidades próximas, uma vez que, na zona rural, onde nasceram, não existia escola.

Mas uma prática era comum a quase todos os que se deslocavam para Teresina, eram recebidos na casa de um parente ou de uma pessoa conhecida. Foi assim com Carivaldo Marques. Mudou-se para Teresina com o desejo manifesto de estudar, o

desejo dos pais. Conseguiu fazer o Ensino Médio, mas não entrou para a universidade. A vida o levou para a oficina de um jornal, onde começou como repórter fotográfico, depois de ter aprendido, com um cunhado, a fotografar:

Nunca tive uma infância feliz não, a minha infância foi trabalhando. Então veja bem, eu já trabalhava no jornal desde os quatorze anos de idade. Eu já vinha todo dia fazer a fotografia e entregava lá no jornal. Então isso me dava uma responsabilidade muito grande, eu já tinha que fazer. É o que eu senti, por exemplo, nesse período da minha adolescência, trabalhando, uma adolescência muito madura. Eu já comecei a ter uma atividade, uma vida ativa. Eu ia pra rua, chegava em casa, ninguém me perguntava aonde eu andava. Eu podia chegar de manhã, de tarde, de noite. Eu entrava e saía. Eu já tinha uma vida independente, tinha meu dinheiro, e já comprava minhas coisas,³⁷ então, tinha uma vida independente.

Carivaldo Marques começou no jornal O Dia ainda adolescente, e, aprendeu a fazer o jornal, fazendo-o. Durante a ditadura civil-militar o jornal O Dia passou por um processo de modernização: saltou da linotipo para o off-set. Carivaldo acompanhou por dentro o salto dado pelos jornais de Teresina. Nesse período cobriu os acontecimentos oficiais e ganhou a simpatia do proprietário do jornal, um oficial da reserva, o coronel Otávio Miranda. O jornal transformou-se em empresa e Carivaldo entrou para a sociedade. Continua trabalhando.

Vivi experiência que possui pontos de contato, alguma semelhança com a dos entrevistados apontados até aqui. Nasci em Piripiri, cidade situada ao Norte de Teresina a 164 quilômetros. Cheguei a esta cidade no final dos anos 1950, um garotinho que ainda usava calças curtas. Ouvi de meu pai muitas vezes a manifestação do desejo de ver o “filho doutor”. Ele não teve a oportunidade de estudar, uma vez que foi para o mundo do trabalho

muito jovem, trabalhando na construção de estradas ou na perfuração de poços artesianos nos municípios piauienses; não tinha residência fixa, daí a dificuldade para manter-se em uma escola regular.

Uma fatalidade o tirou do trabalho no campo, enviando-o para um leito de hospital e depois para a sede do DNOCS em Teresina, na condição de auxiliar de serviços (limpava o chão, servia café, água etc.). Portanto, estou incluído entre aqueles que deixaram a cidade onde nasceram para morar em Teresina.

Para concluir, lanço mão de uma crônica escrita em 2009, de autoria do jornalista Zózimo Tavares. A narrativa se inicia com sua transferência para Teresina, em 1978, quando a capital completava 126 anos. Vinha de uma cidade de nome Água Branca, localizada na região central do Piauí, e tinha dezesseis anos de idade. O objetivo era dar continuidade aos estudos. “Um rapaz latino-americano, sem dinheiro no banco, sem parentes importantes e vindo do interior”. Mas carregava na bagagem “o medo da cidade grande, o medo do fracasso, a preocupação com o sacrifício de meus pais pobres, para me manterem na capital e sustentarem meus cinco irmãos menores que ficaram em nossa casa humilde; a dor da separação da família, dos amigos de infância, da minha rua querida”.³⁸

Chegou à cidade grande, se comparada àquela onde nasceu, acompanhou as transformações socioeconômicas e espaciais de Teresina e manifesta sua vivência de forma poética:

Conheci mais de perto a nossa Teresina. Vi seus problemas a olho nu, nos recantos mais escondidos, conheci potenciais adormecidos e testemunhei o nascimento de vilas, de bairros inteiros, que dão outras cidades, de tão grandes e tão populosos.

Acompanhei, dia a dia, a transformação física, social, econômica e cultural de comunidades que estavam entregues à exclusão social, à miséria e ao abandono. Sou feliz por ter sido, ainda que modestamente, um dos operários dessa construção. E continuo nesse labor. Apenas mudei de canteiro de obra, que voltou a ser a imprensa,

minha tribuna por vocação e devoção.

A minha história com Teresina é, com algumas poucas variações, a mesma história de muitos milhares de outros teresinenses adotivos, vindos do interior ou de outros Estados, conhecidos ou anônimos, que aqui encontraram sua razão de viver. Por mim e por todos eles, escrevo esta crônica, nestes 157 anos da cidade, expressando-lhe o nosso bem-querer, nossa gratidão e o nosso orgulho de também sermos teresinenses.

Zózimo Tavares, como centenas de outros imigrantes que vieram para Teresina e diferente de outros milhares, transformou sua vida por meio da educação formal e da profissão que escolheu, a de jornalista. Diferentemente de outros milhares que chegaram à cidade, entrou para a universidade pública e conseguiu fazer o terceiro grau. Foi secretário municipal de Comunicação e ocupa uma cadeira na Academia Piauiense de Letras. Conheceu a periferia, em razão do cargo público que ocupou, teve a oportunidade de conhecer de perto as múltiplas cidades que compõem a capital do Piauí.

Construiu / constrói a cidade como todos os teresinenses adotivos que para cá se mudaram. Chega a ser ufanista no fechamento da crônica. Como será que piauienses de outros cantos, cearenses, maranhenses e demais nordestinos que trocaram os lugares onde nasceram por Teresina avaliam a experiência? O texto não dá conta por várias razões, mas algumas memórias registraram as dores da troca. As experiências registradas são múltiplas; entretanto, as vidas de todos se cruzam na construção da cidade.

Notas

¹ NUNES, Odilon. Pesquisas para a história do Piauí. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. p. 7. NUNES, Odilon. Os primeiros currais. Teresina: COMEPI, 1981. PEREIRA DA COSTA, Francisco. A. Cronologia histórica do Estado do Piauí. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

² CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. Obras completas. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. Teresina: subsídios para a História do Piauí. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. DOBAL, Hildebrando. Roteiro sentimental de Teresina. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1993.

³ PIAUÍ. CODESE. Propostas do governo do estado do Piauí ao Exmo. Sr. Presidente da República. Teresina, 1961 (Mimeo).

⁴ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A revolução de 1930 no Piauí (1928–1934). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937–1945). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002. NASCIMENTO, Francisco Alcides do; BORGES, Geraldo Almeida. Cronologia do Piauí republicano (1889–1930). Teresina: Fundação CEPRO, 1988.

⁵ POR QUE falam mal do Piauí. O Estado, Teresina, ano 20, s/n, p. 11, 6 jun. 1971.

⁶ CENSO das vilas e favelas de Teresina. Prefeitura Municipal de Teresina/Secretaria Municipal de Trabalho e Assuntos Comunitário/SEMEC. Teresina: PMT, 1993. p. 13.

⁷ CENSO, 1993, p. 13.

⁸ BACELLAR, Olavo Ivanahóe de Brito. Carta CEPRO. Teresina, v.15, n.1, p. 75/98, jan./jun. 1994.

⁹ CENSO das vilas e favelas de Teresina. Prefeitura Municipal de Teresina/Secretaria Municipal de Trabalho e Assuntos Comunitário/SEMEC. Teresina: PMT, 1993. p. 15.

¹⁰ FAÇANHA, Antonio Cardoso. Desmistificando a geografia: espaço, tempo e imagens. Teresina: EDUFPI, 180.

¹¹ SILVA, Durval Venâncio da. Entrevista concedida a Regianny Lima Monte. Teresina, mar. 2009.

¹² MONTE, Regianny Lima. Memória e (res)sentimentos em torno do processo de modernização de Teresina durante a década de 1970. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do (Org.). Sentimentos e ressentimentos em cidades brasileiras. Teresina EDUFPI; Imperatriz: Ética, 2010.

¹³ LIMA, Antonia Jesuíta de. Favela COHEBE: uma história da luta por habitação popular. Teresina: EDUFPI, 1990. p. 25.

¹⁴ CENSO, 1993, p. 15.

¹⁵ Id. *ibid.*

¹⁶ LIMA, Paulo Henrique Gomes de. A ocorrência de policentralidade em Teresina-PI: a formação de um subcentro na região Sudeste. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas, do Campus Rio Claro da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro-SP, 2011.

¹⁷ Alberto Tavares Silva nasceu em Parnaíba, em 10 de novembro de 1918, e morreu em Brasília, no dia 28 de setembro de 2009. Foi engenheiro civil, engenheiro eletricitista, engenheiro mecânico e político brasileiro filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Governou o Piauí por duas vezes. Presidente do Diretório Regional do PMDB no Estado, desempenhou uma atividade política de mais de seis décadas, tendo falecido no exercício de seu segundo mandato de deputado federal, vítima de insuficiência respiratória.

¹⁸ PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. In: O Brasil Republicano. O tempo da ditadura – regime e movimentos sociais em fins do século XX. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 219. Livro 4.

¹⁹ TEIXEIRA, Francisco Thomás. Alberto Silva: o mito e o político/ o que eu vi, ouvi e aprendi. Teresina: Halley, 2010. p. 95.

²⁰ FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. Estádio Albertão: entre a memória recitada e o apagamento de rastros. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do (Org.). Sentimentos e ressentimentos em cidades brasileiras. Teresina: EDUFPI; Imperatriz: Ética, 2010.

²¹ TEIXEIRA, 2010, p. 74.

²² Ibid., 2010, p. 86.

²³ PANERAI, Philippe. Análise urbana. Brasília: UnB, 2006.

²⁴ CORREA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

²⁵ CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004. p.18

²⁶ O tipo de entrevista escolhido foi o de trajetória de vida. A razão da escolha baseou-se na necessidade de os pesquisadores saberem mais sobre os entrevistados, uma vez que tinham deixando para trás lugares, amigos, toda uma vivência junto a grupos com os quais desenvolviam práticas econômicas, políticas e culturais. Uma entrevista mais longa permitiria capturar os seus modos de viver, lutar, trabalhar, morar, e expectativas em relação à cidade, quando se deslocaram para Teresina. Para alcançar os entrevistados em potencial, os pesquisadores tiveram que realizar caminhadas pelos bairros listados nas fontes indicadas há pouco. As entrevistas foram

realizadas com pessoas que foram removidas de bairros mais próximos do Centro.

²⁷ GONDINHO, Francisco de Assis Soares. Entrevista concedida a Laécio Barros Dias e Regianny Lima Monte. Teresina, jul. 2006.

²⁸ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

²⁹ BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Entrevista concedida a Benedito Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 19.

³⁰ GONDINHO, Francisco de Assis Soares. Entrevista concedida a Laécio Barros Dias e Regianny Lima Monte. Teresina, set. 2006.

³¹ THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. Projeto História, São Paulo, (15), abr. p. 57, 1997.

³² SÁ FILHO, Bernardo Pereira: Cartografias do prazer: boemia e prostituição em Teresina (1930-1970). (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2006.

³³ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, n. 53, jan./jun. 2007.

³⁴ RIOS, Maria do Livramento Rodrigues. Entrevista concedida a Laécio Barros Dias e Regianny Lima Monte. Teresina, 10 nov. 2006.

³⁵ GEREMEK, Bronislaw. Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia: 1400-1700. Tradução de Henry Siewierski. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 7.

³⁶ ABREU, Agenor Vieira de. Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento e Regianny Lima Monte. Teresina, fev. 2009.

³⁷ TEIXEIRA FILHO, Carivaldo Marques. Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento e Albert Aurélio Lima. Teresina, fev. 2009.

³⁸ TAVARES, Zózimo. Teresina e nós. O Diário do Povo, Teresina, 16 ago. 2009.

³⁹ Id. *ibid.*

Olhares da Periferia: os migrantes na construção de Teresina da década de 1970

Este artigo é uma proposta de reflexão sobre Teresina, capital do Estado do Piauí, na década de 1970, período em que a cidade, em um movimento similar ao ocorrido em outras cidades de mesmo porte, passaria por múltiplas e variadas intervenções arquitetônicas, as quais eram realizadas pelo Estado, prioritariamente, com o intuito de transformá-la na mais bela cidade do sertão nordestino.¹

Este processo modernizador, entretanto, não seria recebido sem conflitos, uma vez que o idealizado embelezamento urbano – preconizado por urbanistas e intelectuais – tropeçava em uma realidade configurada por ruas onde se enfileiravam casebres de pau a pique cobertos com palha de coco babaçu.

O conflito mencionado, remissivo ao título deste artigo, nos remete às múltiplas cidades contidas em Teresina, multiplicidade que insiste em ser reduzida ao uno no âmbito dos discursos que dizem a cidade. Neles é privilegiada a cidade projetada, desejada e desejável, expressa pelos administradores, mas também pelos cronistas que atuavam nos principais jornais da cidade, no período recoberto pela pesquisa.

A Teresina da década de 1970 viveu um processo de transformações econômicas e sociais, ligadas diretamente ao modelo econômico proposto pelos governos militares. Tais intervenções determinam olhares diferenciados. A expansão demográfica, por exemplo, provoca o crescimento dos problemas sociais, especialmente aqueles relacionados à moradia ou à falta dela. Em 1950, a população total de Teresina era de 90.723 habitantes. Já na década de 1970, ela tinha saltado para 363.666 habitantes. O censo demográfico de 1980 indica que moravam na cidade 538.294 pessoas. A maioria dessa população era oriunda de

pequenas cidades piauienses, mas fundamentalmente da zona rural do Piauí, e também de outros Estados do Nordeste.²

Teresina, uma cidade de médio porte, foi centro de uma política de modernização posta em prática em consonância com o modelo nacional de desenvolvimento adotado nos anos 1970, que tinha como principal finalidade assegurar o crescimento do País, por meio do processo de industrialização, que seria implantado nas diversas regiões do Brasil.

As intervenções ocorriam no sentido de dotar a cidade de sistema de abastecimento de água e luz regulares, desobstrução do tráfego de veículos, com abertura ou duplicação de ruas e avenidas, que estavam recebendo cobertura asfáltica, criar símbolos modernizadores da presença do poder público, como também de promover a reforma de logradouros públicos, construções de grande porte, passando a sensação, para seus habitantes, de que a cidade mudara a sua configuração, adquiria novos ares em consonância com os novos tempos.

A partir de então, a Teresina representada nos discursos dos administradores, intelectuais, jornalistas, arquitetos, engenheiros, dentre outros, passou a ser vista como um lugar promissor. A imagem construída é de uma cidade que se estruturava para o novo, que oferecia condições para a implantação de um parque industrial. Esse parque, por sua vez, pelo menos na visão dos projetistas da nova capital do Piauí, deveria ajudar no crescimento estruturado da cidade, mas apenas parte desse projeto foi executado, como veremos.

Todavia, as mudanças implementadas atraíram mais pessoas humildes que residiam, em sua maioria, em cidades de pequeno porte ou na zona rural, do que investidores ou industriais. Nesse sentido, a capital do Estado do Piauí passou a receber grande quantidade de migrantes, que procuravam inserir-se na cidade, e usufruir as oportunidades propagandeadas pela imprensa e pelo poder público.

Os costumes e práticas dos homens e mulheres que chegavam do campo para Teresina motivam representantes do poder público a se pronunciar em relação à limpeza pública, como

o fez a Prefeitura Municipal de Teresina, que, em nota oficial publicada no jornal Estado do Piauí, apontou os esforços para manter a cidade limpa. A expressão “cidade limpa” nos fornece o caminho que leva a uma proposta de Stella Bresciani, publicada na revista Espaço e Debates, um artigo cujo título é “As sete portas da cidade”. O número de portas “é uma homologia entre as entradas de estudo e as entradas das antigas cidades muradas. Todas as cidades teriam, como Tebas, sete portas de entrada”.³

É necessário esclarecer, entretanto, que o período no qual a cidade é instituída como questão urbana, a máquina é apontada como expressão simbólica e material da vitória de emancipação do homem “[...] aos imperativos do mundo físico”.⁴ Segundo Stella Bresciani, foi conferido à máquina o poder de transformar e produzir tudo aquilo que era necessário à vida humana, apostou-se nela, como possibilidade, não muito remota, de superação do reino da necessidade, mas acreditou-se também que ela seria capaz de transformar a estrutura social.

Concomitante ao desenvolvimento científico e tecnológico, as transformações urbanas estão acontecendo de forma rápida, em quase todo o mundo capitalista, fato determinante na instituição de um novo modo de viver e pensar a cidade, agora transformada em objeto de pesquisa, estudo e análise. Nesse ponto, não há diferença entre o que pensa Maria Stella Bresciani (1991) e Ana Lúcia Duarte Lanna (1991). Esta última defende que “a emergência do urbanismo, associado ao sanitarismo e à engenharia, significou o aparecimento de uma visão técnica e globalizante sobre a cidade, que se consolidou nos anos vinte deste século”,⁵ uma vez que os saberes médicos e de engenharia estão presentes na primeira porta de entrada teórica de Bresciani,

A técnica como instrumento de modificação do meio. A Ideia Sanitária nasce com a dupla concepção física e moral, ou melhor, com a sugestão de que se atingiria a mente e a formação moral do homem por meio da modificação do ambiente, e, em decorrência, do corpo e do comportamento das pessoas. Estrutura-se o sanitarismo sobre os saberes médicos e da engenharia, tendo em vista,

porém, a preocupação filantrópica com a moralidade dos pobres: entre os objetivos de melhorar as condições de vida urbana esteve sempre o de civilizar seres semibárbaros.⁶

Pensando nos saberes que estruturam esta porta, a partir de seus objetivos, o habitante da cidade passaria a ter sua vida organizada de fora para dentro, através de um “imperativo exterior e transcendente a ele mesmo”. Como isso se processa? De modo direto, foram os indivíduos letrados que fizeram parte de administrações da cidade, jornalistas, cronistas, médicos, sanitaristas que viveram o cotidiano citadino tomaram para eles a responsabilidade de empregar as regras do sanitarismo, seja através de intervenções no corpo da cidade, seja através de discursos cujo foco central era civilizar os incivilizados da cidade, muito especialmente os pobres, visando elevar suas condições de vida urbana.

Segundo Ana Lúcia Carvalho Lanna, é a partir desse período que o Estado passou a reconhecer a relevância da “questão urbana”, ao se preocupar com as cidades e seus habitantes, formulando políticas específicas para elas. Os moradores das cidades mais atingidas pelas transformações indicadas percebem os movimentos que modificam hábitos, costumes, práticas e fazeres.

Introduzo aqui o trecho de um discurso originário da Prefeitura Municipal de Teresina que nos remete para a Ideia Sanitária, proposta por Stella Bresciani:

[...] O prefeito vem, ultimamente, envidando todos os esforços para manter permanentemente limpos os passeios e os leitos das vias públicas. Nesse sentido, porém, o Serviço de Administração está encontrando sérias dificuldades, para levar a bom êxito essa determinação. É que alguns proprietários ou inquilinos menos esclarecidos, ao invés de colocarem o lixo no interior dos prédios, ou em suas entradas, portões ou corredores, em recipientes estanques, põem-no pelas esquinas das ruas, no chão, em flagrante desrespeito às disposições do Código de Postura do

Município. Essa prática causa péssima impressão aos que nos visitam. O Prefeito espera a cooperação do povo e esclarece que tomará as providências legais contra o abuso.⁷

É, pois, facilmente perceptível que a elite intelectual e política, através de seus representantes e com base em saberes divulgados por médicos sanitaristas e urbanistas, responsabiliza os pobres pelas mazelas da capital do Piauí, acusando-os de agir de forma incivilizada. O foco daqueles saberes está direcionado aos “setores perigosos”, uma vez que suas práticas cotidianas não se coadunam com as práticas burguesas.

A nota enfoca outra questão importante: a preocupação dos administradores com o olhar daqueles que visitavam a cidade. Era preciso, então, que os moradores adquirissem hábitos e práticas dos habitantes dos centros urbanos civilizados, que respeitassem as leis municipais. Esse discurso se apoia em saberes da engenharia e da medicina, os quais, além de ajudar na formatação das leis locais, têm a pretensão de educar os corpos.

Outra dimensão da Ideia Sanitária é aquela que trata da intervenção do Estado, no sentido de modificar a paisagem urbana através da construção, dando a ela ruas e avenidas largas, arborizadas, calçadas e limpas:

O prefeito de Teresina está executando um avançado plano urbanístico, o qual transforma a capital piauiense numa moderna, evoluída, bela e atrativa cidade. As avenidas Maranhão e Poti, ligadas à Avenida Miguel Rosa, formarão o anel de contorno da cidade e se constituirão, em si mesmas, artérias das mais belas do País. Uma verba de 3,6 milhões de cruzeiros será aplicada na urbanização de Teresina, segundo projeto do urbanista Alexandre Costa.⁸

Vejam que a nota, no seu final, faz questão de indicar que o autor do projeto visa a construção de um anel viário na cidade; portanto, a técnica orienta para novas propostas de circulação dos

moradores, mercadorias, automóveis e transportes coletivos:

A construção do anel viário da cidade, abrindo e asfaltando várias avenidas que vieram descongestionar o trânsito de nossa capital, preparando-a para se integrar num todo, atraindo os bairros ao Anel Viário recém-construído foi um projeto de alta visão administrativa, que descortinará o desenvolvimento e a expansão da cidade. Constituem o elenco do anel viário a pavimentação das avenidas Miguel Rosa, Maranhão e José dos Santos e Silva e trecho da Barão de Castelo Branco. Integrou-se ao sistema viário a conclusão definitiva ao trecho compreendido entre a Avenida Joaquim Ribeiro e BR-316. A pista da Avenida Miguel Rosa foi duplicada, no trecho compreendido entre a Avenida Rui Barbosa e a Avenida Frei Serafim.⁹

Mas não basta que agentes construtores proponham intervenções na cidade real; são necessários recursos financeiros, e as fontes estão no modelo de pensar o Brasil desde a implantação do regime militar. Em entrevista concedida ao jornal O Globo, do Rio de Janeiro, Alberto Tavares Silva, governador do Piauí (1971-1975), destaca que recebia o apoio do governo federal para o seu plano de atuação no Estado. Vivia-se ainda a euforia do crescimento econômico, provocada pelo chamado “milagre brasileiro”. Em nível local, o eixo da política governamental volta-se para dinamizar a economia piauiense, enfatizando-se a integração do território do Piauí ao restante do país.

Em Teresina, construiu-se um terminal ferroviário que foi chamado “Polo Petroquímico de Teresina”, passando a receber combustível diretamente do Porto de Fortaleza e, posteriormente, do Porto de São Luís. Com isso, um trecho das ferrovias implantadas no Piauí ganha sobrevivência, uma vez que os trens passageiros começavam a ser desativados.

É perceptível, até esse momento, que o Estado, como agente construtor e modelador do espaço urbano, tem uma atuação decisiva na construção do espaço, regulando sua própria ação e a

dos outros agentes e ainda consumindo grandes faixas de terra, como aquelas empregadas na construção do estádio de futebol e do terminal ferroviário. Visa-se, assim, transformar a cidade, dando-lhe o porte de uma metrópole, seguindo-se o modelo aplicado a outras, e, na própria capital do Piauí, em outra oportunidade, o da modernização autoritária.

Essas atividades agiram no sentido de atrair pessoas vindas do próprio território piauiense, mas também de Estados vizinhos, como o Ceará, sempre afetado por estiagens,¹⁰ para Teresina em especial.

Na tentativa de compreender os fatores que levaram essas pessoas a abandonar seu local de origem e rumarem para Teresina, e de que forma essa experiência modificou suas vivências, montamos algumas perguntas, tais como: Quais as imagens elaboradas em torno da cidade grande? Que desejos e sonhos foram projetados nessa transferência? De que modo foram alocadas no espaço urbano? Como conseguiram inserir-se no mercado de trabalho? De que maneira o poder público interveio em suas vidas? Que lembranças e (res)sentimentos guardam desse período? Nesse sentido, a História Oral foi empregada como instrumento metodológico, visando aproximar-nos das memórias construídas em torno de suas trajetórias de vida enquanto migrantes e moradores da cidade de Teresina.

A História Oral possibilita¹¹ a constituição de fontes, pois tem como fundamento o contato com pessoas que vivenciaram certos acontecimentos do passado, que foram testemunhas. De modo que as experiências narradas pelos entrevistados possibilitam ao historiador aproximar-se do cotidiano dessas pessoas, sem, contudo, perder de vista que se trata de uma elaboração do entrevistado sobre sua própria experiência, marcado por uma carga de subjetividade, não se trata de um “retrato” do passado.¹²

Entendemos que a memória desse grupo é atravessada por uma série de sentimentos, lembranças que, ao serem ativadas, trazem consigo experiências nem sempre satisfatórias, marcadas por muitas dificuldades, constituídas, em sua maioria, por uma carga afetiva muito intensa. O processo de rememoração,

realizado pelos depoentes, deve ser entendido com ressalvas, na medida em que compreendemos a memória e o próprio ato de lembrar como uma construção de sentidos e significados, não isentos de interferências e reelaborações do presente.

A memória age 'tecendo' fios entre os seres, os lugares, os acontecimentos (tornando alguns mais densos que outros), mais do que os recuperando, resgatando-os ou descrevendo-os como 'realmente' aconteceram. Atualizando os passados. [...] É este trazer à tona que constitui o fundamento mesmo da memória, pois o passado que 'retorna' de alguma forma não passou, continua ativo e atual e, portanto, muito mais do que reencontrado, ele é retomado, recriado, reatualizado [Grifos do autor].¹³

A extrema pobreza observada nos centros urbanos, sobretudo em cidades de médio porte, como Teresina, possui uma íntima relação com a pobreza localizada na zona rural do próprio Estado e dos Estados vizinhos, tendo em vista que um dos maiores responsáveis pelo aumento populacional dessas cidades é o êxodo rural. A migração campo/cidade tem contribuído para o aumento da pobreza nos centros urbanos de médio e grande porte, resultando em uma população vivendo em condições subumanas.

Essas pessoas sofrem influências para deixar o campo. Um dos principais fatores da expulsão de trabalhadores do campo, conforme Olavo Bacelar, está no "atraso da agricultura tradicional", baseada na agricultura familiar e de subsistência, em sua maioria não remunerada, sujeita às intempéries do clima, irregularidade na distribuição das chuvas, com períodos prolongados de estiagens, aliados ainda à concentração de terras nas mãos de poucos, formando imensos latifúndios, o que dificultava o acesso à terra aos pequenos produtores, obrigando-os a trabalhar em sistemas agrícolas desfavoráveis para esses segmentos, comuns no sertão do Nordeste, nos quais os trabalhadores rurais utilizam a terra de terceiros para o cultivo e pagam com parte da produção, minguando ainda mais os escassos recursos do homem do campo.¹⁴

Desse modo, muitos são os fatores que levam as pessoas a migrar para os grandes centros urbanos. A trajetória seguida por seu Durval Venâncio da Silva, nascido em Cabeceira, zona rural do município de Timon, no Maranhão, que migra para Teresina em 1976, revela alguns desses fatores:

[...] mas aí a gente, por desgosto, besteira mesmo, mudança de proprietário de terra [...] a minha irmã já tinha mudado pra cá, já tinha esse terreno, tinha essa menina que eu queria educar, botar ela pra estudar, e lá era difícil, e aí eu botei ela pra cá, pra casa da minha irmã. Em vista disso eu decidi mudar pra cá, eu, só eu, a mulher e a menina, então o pouco recurso que eu tinha [...] e foi o que aconteceu, eu vim pra cá, botei a menina pra estudar, arranjei esse emprego na Lourival¹⁵ Parente e vou levando a vida pra frente.

Os motivos apontados por seu Durval são bem nítidos em torno da relação de trabalho a que estava submetido no campo: morava como agregado, sem direito à posse da terra, tinha seu destino decidido pelos proprietários. As formas de trabalho no campo eram pautadas em estruturas rígidas de concentração de terras nas mãos de um pequeno número de latifundiários, fator que determinava a impossibilidade de acesso aos agricultores.

Essa estrutura rígida de propriedade da terra permite que a mão de obra seja explorada pelos grandes proprietários na forma da renda da terra. Notamos que a exploração da força de trabalho do homem do campo, aliada ao desejo de encontrar um novo emprego, e o acesso aos estudos da filha acenam para seu Durval não só como uma possibilidade na cidade grande, mas também como uma concretização. Ainda que sem estudos e qualificação profissional apropriada às exigências do mercado, procura inserir-se no mercado formal de trabalho, inicialmente como servente de pedreiro, depois como vigia, função que ocupa até se aposentar.

Em decorrência das dificuldades enfrentadas na vida, no meio rural, o migrante se dirige para centros urbanos em que há uma maior dinâmica nas atividades econômicas, movido pela expectativa de ascensão social. A “cidade como ímã”, no dizer de

Raquel Rolnik (1980), atrai as pessoas e acena para um futuro melhor. A imagem dessa cidade chega ao campo e mexe com as sensações de seus habitantes, provocando expectativas de mudanças.

A imprensa, com a expansão do número de emissoras de rádios, desde a década de 1960, bem como a TV, comum nas praças públicas de cidades de pequeno porte, em meados de 1970, passam a ser o principal veículo de propaganda do viver citadino.

A cidade é apontada como um lugar de oportunidades, de possibilidade de mudança de vida, com uma oferta de emprego maior e mais diversificada do que as oferecidas nas regiões interioranas. O acesso à infraestrutura desses centros é outro atrativo para os migrantes; estar mais perto dos serviços urbanos, como saúde e educação, além do comércio de produtos industrializados que começava a crescer, com o incremento da produção e consumo de bens duráveis.

O consumo desses bens provocava novas sociabilidades e sensibilidades que eram divulgadas entre os moradores do meio rural por meio de relações de parentesco ou de amizade, de modo que essas pessoas constituíam um elo entre o viver urbano e a zona rural.

A experiência de seu Paulino Alves Muniz (2009), natural de Valença no Piauí, migrante que chega a Teresina em 1968, acompanhado de sua esposa, a Sra. Josefa, e seus cinco filhos, reflete bem essa situação.

Lá, a vida nossa era trabalhar de roça [...] Era terreno agregado, pagava a renda. Tinha criação de bode, galinha, porco, essas coisas que tinha no interior na época que ainda deixavam criar. [...] Quando chegamos aqui em Teresina, trouxemos arroz, feijão, tudo de lá. [...] tinha uma tia nossa que morava em Teresina, ela aqui e acolá ia passar tempos lá, e levou até meter na cabeça da gente ir. E a gente precisava mermo, tinha que botar os meninos no colégio, lá não tinha. A gente já é criado sem saber de nada.¹⁶

A migração também é resultado de projeções para o futuro

dos filhos, diferentemente da trajetória de vida de seus progenitores, eles teriam a oportunidade, por meio do acesso à escola, a uma vida melhor e menos sacrificada. Em torno da educação dos filhos é criada uma expectativa de mudança, possibilitada pelos estudos que lhes assegurariam uma inserção social que, naquele momento, lhes é negada.

Através do sonho e da fantasia se constituem experiências de vida, marcadas pela esperança de dias melhores; se não para eles, que, impossibilitados pelas estruturas de exclusão que constituíram o processo histórico no qual estavam inseridos, pelo menos aos filhos uma realidade mais amena.

Mesmo com reservas ínfimas, resultado do trabalho estafante no campo, a possibilidade de deslocar os filhos para a capital, visando dar-lhes condições de continuidade aos estudos, era vista como uma alternativa às estruturas de exploração vigentes no campo. O estudo era uma porta que se abria para a qualificação profissional e para a inserção no mercado de trabalho, como a oferecida aos irmãos Agenor e Maria de Jesus Vieira Abreu (2009), que residiam em Cruzes, à época, zona rural de Teresina, hoje pertencente ao município de Curralinhos (PI).

Maria de Jesus Lima(2006), irmã de Agenor, lembra-se da notícia dada pelo pai sobre a aquisição de uma casa em Teresina, cuja intenção principal era deslocar os filhos para a cidade, permitindo, dessa forma, que pudessem frequentar a escola de modo regular:

[...] fiquei sem estudar, aí meu pai veio. Era aquela coisa, eles vendem, passa em uma cidade pra comprar roupa, calçados; ia uma vez por ano e qual foi a nossa surpresa quando eles chegaram, eu me lembro como se fosse hoje, eles chegaram à noitinha, meu pai trazia uma coisa assim de açúcar, como se fosse um quilo de açúcar e uma chupeta. Aí todo mundo ficou, cadê, cadê, cadê os presentes, cadê as compras? Eles sentaram e aí eles foram contar: ‘- Não, nós compramos uma casa pra vocês irem estudar’. Aí eu me lembro de que fiquei muito triste por conta daquilo, mas sentia muita

vontade de estudar, estava sem estudar [...] Em 1971, deixei minha terra natal e vim para Teresina começar uma grande luta.¹⁷

Teresina é o principal ponto de convergência, especialmente nos decênios de 1970 e 1980, para o qual um elevado contingente populacional se deslocou, oriundo de municípios do próprio Estado e de Estados vizinhos, como o Ceará e o Maranhão. Portanto, em nível regional, Teresina é um dos centros urbanos onde mais se reflete a pobreza da zona rural, por ser detentora de uma rede de serviços já avaliada como boa, serviços e atividades produtivas e administrativas da região, além de sua posição geográfica, localizada no Interior, sendo a única, dentre as capitais do Nordeste, plantada no sertão, ou seja, mais próxima das regiões em que se encontra o ciclo das secas. Maria de Fátima Matos (1995) afirma que o processo de formação e crescimento da pobreza ocorre por sua:

Desproporcionalidade entre o crescimento populacional de Teresina e o seu crescimento econômico e desenvolvimento, destacando-a como um dos fatores determinantes para que um elevado contingente de seus habitantes, outrora empobrecidos no campo, continue na cidade, ainda, em estado visível de extrema pobreza.¹⁸

A trajetória de vida do Sr. Paulino e da Sra. Josefa revela um pouco sobre as dificuldades enfrentadas por pessoas que aqui chegavam, influenciadas pela ideia de mudança de vida, mesmo sem parâmetros de como a vida iria melhorar, sobretudo, na imprecisão acerca do trabalho, pois a oferta de emprego, em virtude de não fazerem parte do contingente populacional que possuía uma profissão definida para o meio urbano e também por serem analfabetos, não iria ser muita, em razão da falta de estudo. Entretanto, decidem enfrentar essa nova realidade, talvez na própria impossibilidade de seguir por outros caminhos.

Fomos para Teresina pra pensar, assim, numa coisa melhor, mas muitas vezes é o contrário do que a gente pensa. A gente quis

vim pra cá, num tinha opção, arranjar emprego, a competição é grande, porque nessa época fui trabalhar quase igual era na roça, em construção civil, que na época era um serviço pesado. Aí depois trabalhei na Servi-San, quase vinte anos lá, era zelador. Pra arranjar emprego, tinha que ter leitura, e nós num tinha nesse tempo. Aí podia ser se tivesse uma boa leitura pelo menos o Primeiro Grau, na época era isso, mas nós num tinha, nem eu nem ela [a Sra. Josefa, sua esposa]. Ela sofreu muito, trabalhou, bateu roupa pra poder sobreviver, trabalhou em banca no mercado. Foi uma luta na época que eu passei desempregado, quem sustentava era ela, mais uma banquinha lá no Mercado Velho [...] trabalhava em casa mesmo, na última vez pegando bico.¹⁹

A ideia de cidade rica, próspera, portanto, um lugar de muitas oportunidades, de muitos empregos, que atenderia a todas as pessoas aqui desembarcadas, se desfaz, no primeiro contato com a cidade grande. A cidade desejada fica apenas no campo da ilusão, a cidade real apresenta faces não imaginadas, não sonhadas. A oferta de emprego, além de ser pequena, é voltada para um grupo que detinha, pelo menos, o mínimo de escolaridade. Excluídos desse setor, passam a exercer trabalhos pesados, principalmente braçais, com remunerações baixas, o que os leva a dobrar sua jornada de trabalho para garantir o provimento da casa.

No caso abordado, notamos que, para o migrante, que já constituiu família, as adversidades impostas pela não inserção no mercado de empregos levam a uma nova configuração nas relações de trabalho. No campo, o modelo de sociedade patriarcal é mais presente, principalmente na perspectiva ideológica, na qual o homem é tradicionalmente o provedor familiar, responsável pelo sustento da prole, e a esposa se dedica aos afazeres domésticos e a criação dos filhos. Entretanto, essa relação é abalada nos grandes centros, quando a mulher, pela impossibilidade de trabalho ao homem, ou como forma de complementação da renda, realiza atividades que fazem parte de sua experiência como doméstica,

copeira, lavadeira ou vendedora. Embora com rendimentos mais baixos que os homens, elas, por vezes, assumem a responsabilidade do sustento da família.

Como se pode observar, a maioria dos migrantes e das pessoas que compunham as camadas pobres da cidade são trabalhadores com experiência, geralmente, apenas em atividades rurais, e, por esta razão, seu destino é o mercado informal de trabalho, na condição de serventes de pedreiro, carroceiros, carregadores, vendedores ambulantes, empregadas domésticas, lavadeiras, passadeiras, ou realizando “bicos” pela cidade, como lavadores e guardadores de carros na região central de Teresina, ou ainda oferecendo sua força de trabalho em olarias.

Havia também as atividades voltadas para a vida noturna, com a expansão dos bares e churrascarias, uma das novas formas de lazer e sociabilidade da classe média. Ocupações como garçons, cozinheiras, churrasqueiros passaram a ser uma oportunidade a mais no competitivo mercado de trabalho. Não se pode esquecer também das atividades realizadas nas zonas de baixo meretrício, onde pequenos prostíbulos e casas de forró proporcionavam diversão e entretenimento para os setores populares, garantindo o sustento às ditas “mulheres de vida livre” e aos proprietários desses estabelecimentos e seus funcionários.

A situação irregular e frágil das relações de trabalho, exercida por esses moradores, refletia diretamente em suas moradias, localizadas em regiões precárias e áreas de risco da cidade. Eram comuns habitações do tipo frágeis – de taipa e pau a pique, com cobertura de palha de coco babaçu – mais acessíveis pelo baixo custo da construção; porém, para aqueles que não dispunham do mínimo necessário para a aquisição desse bem, recorriam ao aluguel de casebres de terceiros, que constituía aquilo que ficou conhecido na literatura como favela.²⁰

Por conta do material frágil com que eram construídas as habitações, em geral de taipa e cobertas de palha, e por se localizarem muito próximas umas das outras, era frequente a ocorrência de incêndios que levavam pânico e prejuízos aos moradores. A Sra. Teresa Maria de Jesus Santos descreve a região

do Bairro Ilhotas, onde estava localizada sua residência:

A gente vivia ali muito aperreado, só era doença, e casa pegando fogo. [...] Todos os anos aquela quinta queimava, era um sufoco, porque as casinhas tudo era de palha, todos os anos queimava. [...] eram tudo emendada na outra. Uma vez ia queimando a rua todinha de taipa, foi na casa da comadre Toinha, os meninos brincando, o meu marido foi quem salvou ela. [...] Aí foi que a gente ouviu a zoada e todo mundo correu. A outra vez foi na parte de baixo, pegou fogo na casa da finada Luizinha e subiu até quase chegar na minha, ficou faltando só uma, isso era rede, pote quebrado, lata d'água, o fogo era grande. [...] Nunca foi corpo de bombeiro não, porque naquele tempo era menos estruturado, não tinha corpo de bombeiro pra apagar fogo; e aí o fogo foi apagado mesmo na mão.²¹

Como podemos observar na fala da Sra. Teresa, sua casa ficava situada em uma área irregular, como os próprios moradores nomeiam “casa de beira de rua”, situada em um espaço comprimido entre a rua e o muro de uma propriedade do governo. Vulnerável às doenças, pela completa inexistência de saneamento, e aos incêndios recorrentes que se alastravam com facilidade, pelo fato de haver proximidade do material com o qual eram construídas as residências, dificultando o acesso inclusive dos bombeiros, que não se faziam presentes nesse momento de angústia dos moradores, que recorriam à solidariedade dos vizinhos como forma de ajuda mútua.

Logo, a favela é representada pelo migrante de forma contraditória, ao mesmo tempo em que é o único espaço oportunizado a ele e a sua família, dentro da cidade, lugar de abrigo, amparo e aconchego; é tido também como área de risco, de insegurança e de desalento, especialmente, no que se refere à fragilidade da moradia.

A Sra. Josefa, que chegou a Teresina em 1968, descreve o seu início de vida na cidade, relacionando-o ao desejo de possuir uma

casa que servisse para acolher sua família e à decepção em torno do local encontrado, do risco ao qual estavam sujeitos seus filhos.

Nós tinha um sonho de ter a casa da gente, porque morar nas casas dos outros é ruim e pior com menino, né. [...] Caminhei pra cá procurando um lugar e uma casinha ruinzinha, que o dinheiro da gente era pouco, num dava pra comprar uma casa e só dava pra comprar se fosse uma mesmo aí. [...] Aí a casinha de taipa, todas as forquilhas é de enchimento; era da grossura do dedo, chega era coisadinho, envergadinho, a cumeeira dela não era da grossura de meu braço. [...] Aí nós ficamos nessa casinha, ficamos, ficamos. Veio uma chuva, e minha menina tava com febre. Essa casinha quando o vento veio assim ela arrancou as palhas tudim; viraram assim ô pra riba da cumeeira, aí a minha menina se molhou e pegou a chorar, aí eu cobri ela com uns pano, mas menina, foi um negócio sério.²²

O sonho da casa própria, mesmo que esta não se apresente com as condições mínimas de habitabilidade, é resultado do esforço do migrante para estar efetivamente inserido no meio urbano. Yaponira Machado B. Guerra (1993), no estudo que faz sobre as representações dos migrantes que compõem as classes empobrecidas da cidade do Recife, a respeito de suas experiências de vida, afirma que “a busca por um espaço físico é assim, mais uma etapa para a conquista de um espaço social que lhes permitam melhores condições de vida”.²³ Mesmo que essas melhorias sejam implantadas aos poucos e em longo prazo, observe-se o caso da Sra. Josefa, que, somente em 1975, sete anos depois de sua chegada à capital, conseguiu adquirir uma residência, mas de estrutura frágil.

Nesse sentido, a favela é vista pelo migrante como a única alternativa para aqueles que querem permanecer na cidade; são, em geral, lugares mais acessíveis por não contar com uma infraestrutura adequada. A maioria dos moradores das favelas é migrante e está sujeita a uma outra condição de vulnerabilidade: o

risco constante de desapropriação, seja pela ação disciplinadora do poder público ou pela intervenção de particulares.

O migrante, por si só, já vem de um processo de ruptura, na medida em que abandonou seu local de origem; suas relações de trabalho e de sociabilidades ali construídas foram deixadas para trás. E em muitos casos, o processo migratório se dá por etapas, nem sempre o migrante realiza a transferência da zona rural para os grandes centros urbanos, ele é feito para cidades menores e mais próximas do seu local de origem, começando uma nova vida em cada lugar que chega.

Essa apreensão em torno de uma possível remoção nos grandes centros urbanos está pautada na insegurança, provocada por mais uma mudança que possa afetar suas relações de trabalho, as atividades já realizadas ali, a proximidade do emprego e/ou da escola, as facilidades de deslocamento, a proximidade do centro da cidade. Além dos laços de amizade, solidariedade, há a convivência constituída com os vizinhos, especialmente, com a relação afetiva criada pelos moradores com esses locais.

Entretanto, a remoção dessas famílias se torna inevitável. Durante a década de 1970, a medida adotada pela municipalidade, com esses espaços de construções irregulares, tinha finalidade tripla: a implementação do sistema viário, para facilitar o tráfego em alguns pontos da cidade, como também pôr em prática uma série de demolições de barracos, e ainda realizar a expulsão a população pobre de áreas malvistas da cidade, mandando-a para a periferia.

A transferência dessas famílias para outras áreas da cidade trouxe significações múltiplas e divergentes. Para muitos, é apontada como uma medida boa, necessária e até mesmo inevitável. A Sra. Maria Creusa Monteiro de Moraes(2009), por exemplo, teve sua casa demolida e foi remanejada do Bairro São Pedro, na zona Sul, para o Bairro Água Mineral, zona Norte da cidade, em consequência da duplicação da Avenida Gil Martins.

Pra ser naquela época, eu acho que tinha de ser daquele jeito mesmo, sabe por quê? Naquela época não tinha a facilidade que tem hoje, porque hoje tem esse negócio do projeto da ADH; justamente, a pessoa faz a

casa, recebe só a chave pra entrar e morar, não é bom demais? Nessa época, eu acho que não tinha, se tinha, a gente não tinha conhecimento, quer dizer que eu ainda me senti feliz naquele tempo de ter ganhado esse terreno aqui, tu já pensou se eu tenho ficado de aluguel, bolando de casa em casa, hoje aqui, amanhã ali, acolá? Veja, eu achei triste e achei bom. A parte triste é porque eu fiquei sem ter nenhuma cobertura, né, mas hoje, como eu já tenho aqui pra ficar, tô feliz.²⁴

O sonho da casa própria, acalentado durante uma vida, transforma-se em realidade de forma violenta, uma vez que é provocado pela demolição da casa onde morava a Sra. Maria Creusa e família. Mas a casa era alugada, e este fato parece configurar-se, aos olhos da moradora, alguns anos depois, um fato normal. A Sra. Maria Creusa justifica a maneira como foi transferida por não haver, à época, políticas públicas que visassem a construção de habitações para os segmentos mais pobres da sociedade. De fato, a moradora não tinha informações a respeito, mas na década de 1970 foram construídos vários conjuntos populares em Teresina.

É muito provável que o poder público tenha se aproveitado da ignorância das pessoas para deslocá-las para a periferia, regiões desprovidas de água, luz, telefone, transporte, serviço hospitalar etc. No entanto, a Sra. Maria Creusa “achou bom”, afinal de contas, havia conquistado a casa própria.

Por sua vez, outros moradores veem essa experiência de forma diferenciada, suas lembranças são carregadas de ressentimentos e mágoas em torno da transferência de bairro. Seu Agenor, assim como a Sra. Creusa, também residia nas proximidades da Avenida Gil Martins.

A mudança é uma coisa [...] é que meus vizinhos não vieram, [...] tinha muitas vizinhas nossas lá, a gente tinha aquele ciclo de amizade com as pessoas. A gente, naquele tempo, era muita tradição, era padrinho de vizinho, era compadre, comadre... E tinha aquela fase boa dos estudantes que se faz

amizades boas, e aí já pensou, eles moravam tudo ali próximo, todos colegas, estudando todo mundo junto, a gente ia a pé pra escola, não precisava de condução, e a gente conhecia todo mundo. Aí depois ir morar lá na Água Mineral sem conhecer ninguém, teve que transferir pro Colégio Helvídio Nunes. A gente sentiu no começo foi isso, porque tinha muitos alunos do Lourival Parente que morava na Tabuleta, tinha casa, essas pessoas ficaram lá. A gente sentiu mais foi isso mesmo, a minha irmã, já estava ficando mocinha, aí tinha o pessoal... aí foram pra lá sem conhecer ninguém, e as meninas sem poder nem ir se visitar por causa dos transportes, o mais chato foi isso, um ambiente que você já está acostumado.²⁵

A transferência, para seu Agenor, significou o rompimento das relações mantidas naquele espaço. Os ciclos de amizade e convivência com os vizinhos foram desfeitos de forma brusca; sua fala é marcada pelo distanciamento, não apenas na perspectiva espacial. A mudança representou nova (res)significação de um ambiente em que ele já estava adaptado, fazia parte de seu cotidiano, e que passara a ser algo estranho e distante. Ecléia Bosi (1987) afirma que “a casa demolida abala os hábitos familiares e para os vizinhos que a viam há anos, aquele canto de rua ganhara uma face estranha e adversa”.²⁶

Logo, o tempo e a distância iriam encarregar-se de esfacelar as relações firmadas nesse espaço, como os vínculos de amizade, vizinhança e de compadrio, comuns nas regiões interioranas, e que continuavam sendo praticados nas periferias dos centros urbanos.²⁷

A mudança de bairro refletiu diretamente nas relações afetivas desse grupo, mostrando que o espaço é constituído por uma materialidade edificada; contudo, fundamentalmente, apoia-se em um aporte subjetivo. As experiências vividas em comum são compartilhadas pelos membros daquela comunidade, constituindo um sentimento de pertencimento e identificação entre eles, suporte para a memória, o que Maurice Halbwachs (1990) intitulou de “quadros sociais de uma experiência histórica”;²⁸ ou seja, as

memórias descrevem acontecimentos vivenciados pelo grupo, e as imagens e representações são elaboradas e repassadas entre eles, configurando um caráter coletivo.

Entretanto, em casos de rupturas, na impossibilidade de manutenção desse grupo ou no próprio desaparecimento dessas memórias coletivas, esse processo de rememoração passa por mudanças. De acordo com Célia Toledo Lucena(1998), “acontecimentos fortes, tais como morte, mudanças, causam alterações nas relações do grupo com o lugar e, a partir daí, não será exatamente o mesmo grupo, nem a mesma memória coletiva, nem mais as mesmas imagens, nem o mesmo ambiente material”.²⁹ Pierre Nora(1993) afirma:

Quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar nenhum, se uma consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar. Menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem a necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória.³⁰

Para o autor, há um deslocamento, no campo da memória, do social para o individual, do impessoal ao subjetivo. Nessa perspectiva, as impressões pessoais, as subjetividades apresentam-se na narrativa do depoente carregadas de sentimentos e elaborações de significados do vivido isoladamente, sobretudo, na relação que eles mantiveram com espaços que se apresentam como lugares de memória,³¹ impregnados de uma carga afetiva e significações particulares.

As falas em torno da casa, entendida como um desses lugares de memória, pontos de referência em nossas lembranças, espaços constituídos de intimidades, relacionados à vida privada, familiar, são elaboradas por meio de uma descrição tênue entre o concreto e o imaginário, o real e a fantasia, como a descrição feita por seu Agenor, de sua casa na Avenida Gil Martins, que foi desapropriada e demolida pela Prefeitura.

Era uma casa ruim [...] não tinha conforto, não tinha nada, sempre a gente sonha com

aquela casa, não sei por que isso. A gente sonha lá e nós morando lá. Um dia eu acordei, rapaz, pra eu voltar a aceitar, eu acordei pensando que tava lá, aí eu fiquei, não, mas eu não moro mais naquele lugar, muitas vezes isso acontece, muitas vezes eu sonho com a [p...] daquela casa, ainda hoje eu tenho na mente a casa bem direitinho. Mas eu não sei por que esse sonho, que segredo é esse.³²

Na atividade de lembrar, rememorar acontecimentos do passado, a memória é ativada ao mesmo tempo em que é levada a elaborar leituras do vivido no passado, a partir de configurações do presente. Esse distanciamento é necessário para a elaboração de representações em torno dos sentimentos que essas lembranças constituem na vida dos entrevistados. Sendo comum idas e vindas em suas narrativas, e nessa relação entre o passado/presente, as memórias se configuram ora com o “real”, o palpável, ora com a imaginação e os sonhos, nem sempre compreensíveis pelos nossos depoentes.

A gente recebeu a notícia lá que a gente ia sair da casinha. Pra mim, foi muito triste porque eu tinha um pé de pimenta-de-cheiro e um pé de maracujá, não tinha quintal, era tão pequeno, mas mesmo assim eu deixei pra pegar, e o pezinho de maracujá já tinha muito maracujá. [...] e eu fui lá, fui fazer uma visita a casinha, e peguei uma faca, cortei os maracujás, com a faca, cortei tudinho os bichinhos, porque eu já sabia que iam cortar tudo. E isso aí ficou na minha cabeça anos e anos. Até um tempo desse eu sonhava com aquela cena, eu vendo aquela casinha e eu tirando os maracujás, eu fiquei um tempão com aquilo ali, agora não, agora eu não sonho mais, eu passei um bom tempo com aquela visão, agora o porquê eu não sei, porque eu nem senti, eu não vi derrubarem a casa, eu não vi. Já passei lá uma vez, eu nem consigo, assim, saber exatamente onde é que

era a minha casa não, mesmo assim, e eu acho até melhor onde eu estou hoje, mas eu não sei por que aquilo ficou.³³

A recorrência na fala de alguns de nossos entrevistados sobre o elo afetivo que muitos deles mantêm até hoje, consciente ou inconscientemente, com essa primeira casa, nos remete a relações que os indivíduos constroem com esse espaço, visto não só na perspectiva física, mas como um lugar de memória, carregado de lembranças e identidades. O Sr. Raimundo da Silva Rodrigues (2009) faz uma descrição da casa em que vivia com sua família, situada no Bairro Ilhotas, até meados dos anos 1970, quando foi remanejado pela Prefeitura para o Bairro Buenos Aires, na zona Norte da cidade, tendo sua casa derrubada para ceder espaço para o alargamento da rua e para a reforma do Quartel da Polícia Militar, que estava sendo empreendida, onde hoje se localiza o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP).

Era uma casa assim, bem na esquina, colada com o arame do CFAP. Era uma casinha de parede de barro, coberta de palha; era uma casa pequenininha, tinha um quarto, a cozinha espremendo com o arame do CFAP, era apertada, todo mundo ficava naquela casinha. [...] A minha casa ainda hoje está na minha cabeça, era uma casinha pequena. Aqui acolá eu sonho com ela, acho que ela não sai da minha cabeça, aqui acolá eu fico sonhando com ela, acho que porque eu faço muita reforma de casa aqui, eu mexo, faço uma coisa aqui, outra ali, e aquela casa nunca saiu da minha cabeça, eu sonho muito com essa casa, mas reformada, mas é incrível, essa casa no meu sonho é como se fosse reformar, que não tivesse sala, não tivesse quarto, não tivesse nada.³⁴

Notamos que, ao rememorar os aspetos da casa, a descrição é direcionada para a ligação que ele mantém com a casa de sua infância, ainda viva na memória do Sr. Raimundo, a ponto de fazer parte de seus sonhos. Em seu inconsciente, essa casa permanece

presente e imutável, apesar do tempo transcorrido; o que o leva a imaginar que ainda mora nela e está pondo em prática aquilo que talvez ele idealizasse enquanto menino, ter sua casa reformada, um ambiente mais agradável para a sua família. Guardamos conosco uma relação intensa com a casa onde moramos, pois é nela que estão as nossas primeiras experiências, a vivência em família, o espaço de lazer e descanso, o aconchego e a proteção do lar. Suas paredes se apresentam como o suporte de nossas lembranças mais marcantes.

Conforme Ecleia Bosi, “a casa materna é uma presença constante nas autobiografias. Nem sempre é a primeira casa que se conhece, mas é aquela que vivemos os momentos mais importantes da infância. Ela é o centro geométrico do mundo, a cidade cresce a partir dela, em todas as direções”.³⁵ No caso do Sr. Raimundo, que foi obrigado a deixar a casa onde passou a maior parte de sua infância, essa experiência é extremamente dolorosa e marcante.

Quando a gente veio pra cá, parecia que a gente estava morando em outro lugar do mundo, pra mim foi a maior tristeza chegar aqui, mas eu chorei, que eu lembro, aqui você perde todo o seu habitat, você perde toda a sua identidade, é jogado então aqui. Era uma área totalmente desconhecida, assim, eu fiquei completamente perdido, foi uma parte de mim que ficou lá que foi difícil recuperar. Muito mato, pessoas estranhas, não tinha movimento, era muita poeira; tinha a avenida aqui num escurão danado, tanto que, quando passava um caminhão, ficava só a poeira, aqui não tinha muito habitante, era uma casinha aqui e acolá, pouco trânsito,³⁶ muita poeira, muito mato e só isso.

As mudanças sentidas pelo Sr. Raimundo estão relacionadas ao sentimento de perda; todas as suas referências são deixadas para trás: a casa, o convívio com os vizinhos, os espaços de fazer e de convivência com seus pares. Bosi afirma que a infância de crianças pobres em centros urbanos, em geral, está relacionada aos

espaços próximos de sua casa, de modo que o quintal, a rua e o bairro passam a ser uma extensão da própria casa. Portanto, “destruída a parte de um bairro onde se prendiam lembranças da infância de seu morador, algo de si morre junto com as paredes ruídas”.³⁷

Esse sentimento de ausência vem acompanhado do estranhamento a essa nova realidade; a mudança para o Sr. Raimundo significou um retrocesso. Apesar de residir em uma área tida como periférica, à época, o Bairro Ilhotas era movimentado, próximo ao Centro e a bairros como Piçarra, tradicionalmente conhecido por suas feiras e intenso comércio, tendo que se deslocar para um local pouco habitado, sem infraestrutura, distante, diferente do ambiente ao qual estava acostumado.

Tudo é tão penetrado de afetos, móveis, cantos, portas e desvãos, que mudar é perder uma parte de si mesmo; é deixar para trás lembranças que precisam desse ambiente para reviver. Para a criança que ainda não se relacionou com o mundo mais amplo, a mudança pode ter um caráter de ruptura e abandono. Tudo que ele investiu nos primeiros afetos vai ser₃₈ deixado para trás, vai ser disperso e dividido.

Notamos que a trajetória de vida dos migrantes enfocados neste trabalho é constituída por sonhos, desejos, que têm como fundamento a busca por dias melhores; para tanto, realizam trajetos incertos, marcados por dificuldades, angústias, sensações de medo e insegurança, por onde tentam constituir sua morada. Têm uma vida carregada de sentimentos de perdas e reconstruções, seja nas relações de trabalho, afetivas, de vizinhança, de convivência entre iguais, ou relacionadas aos espaços em que constroem sua vida e edificam suas residências tão frágeis e vulneráveis como a sua própria existência. É uma relação provisória, de passagem, seja do campo para as cidades, ou no deslocamento ou remanejamento dentro dos grandes centros urbanos, sempre começando de novo.

As marcas dessa vida imprecisa estão nas lembranças guardadas na memória de nossos entrevistados, assim como quem desafia “a resistência muda das coisas, a teimosia das pedras, une-

se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo”,³⁹ mas sem antes refazê-las pelos sentimentos do hoje.

Notas

¹ SILVA, Alberto Tavares Silva. Jornal O Dia, Teresina, 1971, p. 1.

² BACELLAR, Olavo Ivanahoé de Brito. Carta CEPRO. Teresina, v.15, n.1, p. 75/98, jan./jun. 1994.

³ BACELLAR, 1994, p. 75.

³ BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade. Espaço e Debate. São Paulo, NERU, n. 34, p. 10-15, 1991.
BRESCIANI, 1991, p. 15.

⁴ Ibid., 1984, p. 37.

⁵ LANNA, Ana Lúcia Duarte. Uma cidade na transição Santos (1870-1913). Santos, SP: Hucitec / Prefeitura de Santos, 1991. p. 161.

⁶ BRESCIANI, 1991, p. 15.

⁷ PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA, 1959, p. 3.

⁸ ESTADO DO PIAUÍ, 1971, p. 3.

⁹ Id. Ibid.

¹⁰ A documentação escrita registra que o Piauí sofreu invasões de retirantes em 1824, 1845, 1860, 1877, para lembrar alguns períodos de chuvas irregulares no século XIX. Durante o século XIX, até pelo menos metade do século XX, pelo território piauiense passaram retirantes do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, e Rio Grande do Norte, a maioria de passagem, esperando atingir terras do Maranhão, Pará e Amazonas.

¹¹ A história oral é uma história constituída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só entre os líderes, mas entre a maioria desconhecida do povo. [...] Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados. [...] Ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 14.

¹² ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

p. 160.

¹³ SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2004. p. 49-51.

¹⁴ BACELAR, Olavo Ivanhoé de Brito. Fluxos migratórios e crescimento urbano piauiense. Carta CEPRO, Teresina, v. 6, n. 1, p. 25, jan./jun. 1980.

¹⁵ SILVA, Durval Venâncio da. Depoimento concedido à Luana Pacheco Faria de Carvalho e à Regianny Lima Monte. Teresina, 2009.

¹⁶ MUNIZ, Paulino Alves. Depoimento concedido à Luana Pacheco Faria de Carvalho e à Regianny Lima Monte. Teresina, 2009.

¹⁷ ABREU, Agenor Vieira de. Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento e à Regianny Lima Monte. Teresina, 2009.

¹⁸ MATOS, Maria de Fátima Aquino. Localização e caracterização da pobreza urbana na Grande Teresina. Carta CEPRO, Teresina, v. 16, n. 1, p. 9, jan./jun. 1995.

¹⁹ MUNIZ, op. cit., 2009.

²⁰ O termo favela significa “fava pequena, planta leguminosa abundante em Canudos, que deu nome a um morro local. O morro da Favela, no Rio de Janeiro, recebeu esse nome por assemelhar-se ao morro do sertão baiano”. CUNHA, Euclides. Os sertões: campanha de Canudos. São Paulo: Martin Claret, 2004, p. 74. Desde então, passou a ser utilizado como sinônimo de conjunto de habitações precárias. Em Teresina, no período em estudo, observamos que o termo favela era utilizado para designar focos de casas de taipa ou palha, construídas em sua maioria em terrenos irregulares, de terceiros ou até mesmo em logradouros públicos, como ruas ou debaixo de pontes, próximas às linhas férreas e de transmissão de energia, em áreas de risco, próximo de lagoas e rios, sujeitas a alagamentos. As favelas não se configuravam como grandes aglomerados urbanos, comuns nos grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo, mas tinham como semelhanças a precariedade das moradias e a pobreza de seus moradores.

²¹ SANTOS, Teresa Maria de Jesus. Depoimento concedido à Luana Pacheco Faria de Carvalho e à Regianny Lima Monte. Teresina, 2009.

²² JOSEFA. Depoimento concedido à Luana Pacheco Faria de Carvalho e à Regianny Lima Monte. Teresina, 2009.

²³ GUERRA, Yaponira Machado Barbachan. O espaço dos sem espaço: estudo de caso de representações sociais de migrantes de classes subalternas no Recife. Recife: Fundação Joaquim Nabuco;

Massangana, 1993. p. 89.

²⁴ MORAIS, Maria Creusa Monteiro de. Depoimento concedido à Regianny Lima Monte. Teresina, 2009.

²⁵ ABREU, 2009.

²⁶ BOSI, Ecleia. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 451.

²⁷ GODOI, Emília Pietrafesa de. O trabalho da memória: o cotidiano e a história no sertão do Piauí. Campinas: Unicamp, 1999.

²⁸ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

²⁹ LUCENA, Célia Toledo. Memórias de famílias migrantes: imagens do lugar de origem. Projeto História, São Paulo, n. 17, p. 398, 1998.

³⁰ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto história, São Paulo, n. 10, p. 180, 1993.

³¹ Ibid., 1993, p. 9.

³² ABREU, 2009.

³³ Id. *ibid.*

³⁴ RODRIGUES. Raimundo da Silva. Depoimento concedido a Luana Pacheco Faria de Carvalho e Regianny Lima Monte. Teresina, 2009.

³⁵ BOSI, 1994, p. 435.

³⁶ RODRIGUES, 2009.

³⁷ BOSI, 1993, p. 452.

³⁸ Id. *ibid.*

³⁹ Id. *ibid.*

As Múltiplas Portas da Cidade no Centenário de Teresina¹

Desde que a cidade foi transformada em objeto de estudo e de reflexão, ela foi sempre representada de diferentes formas, seja pela palavra, escrita ou falada, seja pela música, em melodias e canções que a celebram, seja pelas imagens, desenhadas, pintadas ou projetadas, no todo ou em parte, seja, ainda, pelas práticas cotidianas, pelos rituais e pelas propostas de civilidade,² defendidas por administradores, engenheiros, sanitaristas, médicos.

Às cidades reais, concretas, visuais, tácteis, consumidas e usadas no dia a dia sempre corresponderam a outras tantas cidades imaginárias, o que demonstra ser a cidade uma obra do homem; obra esta que ele não cessa de reconstruir, pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades, no pensamento e na ação, ao longo dos séculos.³ Pode-se acrescentar ainda “[...] que planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade a este pensamento do plural: é saber e poder articular”.⁴

Pode-se dizer, seguindo esse raciocínio, que a cidade é objeto da produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam. Assim, a cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia.

É, sobretudo, essa dimensão da sensibilidade que cabe recuperar para os efeitos da emergência de uma história cultural urbana: trata-se de buscar essa cidade, que é fruto do pensamento,

como uma cidade sensível e uma cidade pensada.

Escrever a história da cidade é, sobretudo, resultado do fascínio que ela exerce nos indivíduos, e da necessidade de compreender a complexidade da malha urbana. O autor deste texto foi capturado pela cidade há pelo menos uma década, quando tomou Teresina, a capital do Piauí, como objeto de estudo.⁵ Naquela oportunidade, visava compreender as relações sociais estabelecidas entre os moradores da cidade e de que forma estas relações foram construídas. Em última análise, relações que acabaram por definir e delimitar a paisagem urbana, ou seja, a imagem da cidade.

Teresina tal como Zora, cidade imaginária descrita por Ítalo Calvino (1990), e assim como qualquer outro espaço urbano articulado pela mão humana, possui a propriedade de permanecer na memória ponto por ponto, na sucessão das ruas e das casas ao longo das ruas e das portas e janelas das casas, apesar de não demonstrar particular beleza ou raridade.⁶ É necessário lembrar-se, entretanto, de que as imagens estarão sempre impregnadas de memórias e de significações que se constroem, mas também se modificam pelas experiências e vivências sociais posteriores, exprimindo diferentes temporalidades.

Essa discussão orienta os sentidos do pesquisador para uma concepção que busca captar e investigar, nas relações sociais instituídas na cidade, o entendimento de modos de viver, de morar, de lutar, de trabalhar e de se divertir dos moradores que, com suas ações, estão impregnando e constituindo a cultura urbana. Assim agindo, esses moradores deixam registrados ou vão imprimindo suas marcas no decorrer do tempo histórico, marcas que traduzem a maneira como se relacionam ou construíram seus modos de vida nesse cotidiano urbano. Nesse caso, a condição de possibilidade do espaço urbano não é esquecida. Assim funciona a cidade/conceito, lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções, mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade.⁷

Déa Fenelon (1992) propõe compreender a cidade como o lugar onde as transformações instituem-se ao longo do tempo

histórico, com características marcantes. Defende ainda que lidar com problemáticas, como a história de constantes diálogos entre os vários segmentos sociais, pode fazer surgir das múltiplas contradições estabelecidas no urbano, tanto o cotidiano, a experiência social, quanto a luta cultural para configurar valores, hábitos, atitudes, comportamentos e crenças.

Com isso, esta autora defende que a cidade nunca deve surgir apenas como um conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como o lugar da pluralidade e da diferença, e por isto representa e constitui muito mais que o simples espaço de manipulação do poder. E, ainda, mais importante é valorizar a memória, que não está apenas nas lembranças das pessoas, mas tanto no resultado quanto nas marcas que a história deixou, ao longo do tempo, em seus monumentos, ruas e avenidas ou nos seus espaços de convivência ou no que restam de planos e políticas oficiais sempre justificados como o necessário caminho do progresso e da modernidade.⁸

A cidade e suas instituições devem ser vistas como espaços de produção de conflituosas relações que, historicamente, podem exprimir-se em dominação, cooptação ou consenso, mas também em insubordinação e resistência. Nesse sentido, a valorização da memória apresenta-se como oportunidade de trazer à tona outras histórias e outros olhares sobre o passado; portanto, defende-se que os pesquisadores do espaço urbano devem ficar atentos às diferenças sociais que configuram o presente. É preciso refletir que a aproximação, a partir da categoria memória, sobretudo em se tratando de viveres urbanos, carrega sempre uma abordagem política de insurgir-se contra ideias e práticas que buscam destruir experiências de sujeitos históricos, em nome de uma memória única e que, por isso mesmo, acaba por se tornar oficial na construção da unidade social e política, que sempre trabalha no interesse de suprimir a pluralidade e as diferenças do presente.⁹

A essa forma de pensar a cidade indicada, soma-se outra defendida por Maria Stella Martins Bresciani,¹⁰ que, ao estudar o espaço urbano, tomou a cidade de São Paulo como objeto de estudo. A autora defende o fracasso de dois dos princípios

fundamentais da sociedade burguesa: a cidadania e a falência da ordem disciplinar.¹¹

É necessário esclarecer que a cidade estudada por Stella Bresciani é datada: trata-se da cidade moderna “enquanto acontecimento da sociedade industrial, problematizada enquanto questão urbana”.¹² Na opinião da autora, as metrópoles, tendo como paradigma a capital de São Paulo, teriam se transformado num lugar “inóspito”, “agressivo”, oferecendo condições precárias à produção e ao comércio, um lugar avesso à sociabilidade. Ela (a cidade) seria a negação dela própria. Porque, em princípio, a cidade deveria ser o lugar de vida em comum; as instituições e os edifícios ali construídos deveriam traduzir o desejo de duração das obras humanas, para além do curto tempo de vida do homem, nesse caso, do indivíduo.

Stella Bresciani defende ainda que a cultura urbana foi atravessada pelos pressupostos da disciplina e da cidadania, e essa cultura ganhou corpo a partir da primeira metade do século XIX, quando a cidade foi problematizada como questão urbana. “Nesse momento, passa-se a conceber a cidade como espaço de tensões empíricas e teóricas, concepção que perdura na formulação do paradigma que orienta o conhecimento das cidades até os nossos dias”.¹³

É necessário esclarecer, entretanto, que no período em que a cidade é instituída como questão urbana, a máquina é apontada como expressão simbólica e material da vitória de emancipação do homem; a ela foi conferido o poder de transformar e produzir tudo aquilo que era necessário à vida humana; apostou-se que a máquina se transformaria na possibilidade de superação do reino da necessidade e, ainda, que ela seria capaz de transformar a *estrutura social*.

Como o resultado das transformações urbanas e das representações que delas se fizeram na Europa, existe uma produção vastíssima, abarcando as principais cidades brasileiras.¹⁶ É necessário considerar, mesmo que de passagem, o fato de que as cidades no Brasil, pelo menos se nos apoiarmos em Sérgio Buarque de Holanda, e tendo como foco o mundo colonial, não foram

elementos fundamentais na estruturação da colônia. É nesse sentido que Sérgio Buarque de Holanda, ao destacar o esplendor rural contraposto à miséria urbana, enfatiza que as cidades coloniais cresceram na dependência das propriedades rústicas.

A produção historiográfica sobre cidade dá conta que médicos, advogados, estadistas, dentre outros, construíram discursos tratando dos problemas experimentados pelos principais centros urbanos brasileiros, mas o poder público não ficou apenas no discurso:

[...] na tentativa de controlar e compreender a nova ordem social que se consolidava traduziram-se em intervenções sobre as cidades inspiradas sobretudo nos processos e modelos europeus. O aparecimento de uma visão técnica sobre as cidades e de uma percepção dos trabalhadores como classes perigosas foram elementos decisivos nas formas de intervenção e controle que então se estabeleceram.¹⁷

É nesse ponto de nossa intervenção que começamos a aplicar a ideia das portas conceituais de Stella Bresciani, para estudar a cidade de Teresina, tomando apenas um momento relevante da vida da cidade: o seu primeiro centenário. Embora seja necessário voltar ao ano de 1939, quando foi publicado um Código de Posturas, que tinha entre seus objetivos preparar a cidade para a festa.

O propósito deste artigo é apresentar um quadro real e imaginado da cidade de Teresina, na comemoração do seu centenário. Para tanto, o leitor deve se deparar com idas e voltas no recorte cronológico. A análise, apesar de se iniciar no ano de 1939, com a produção do Código de Posturas municipal, viaja na temporalidade em busca das portas de entrada da cidade de Teresina, sua relação com o discurso, com o vivido, com as práticas e com a imaginação dos que produziram, desejaram e pensaram esse núcleo urbano piauiense.

Em 16 de maio de 1939 foi publicado no *Diário Oficial do Estado* o Decreto-Lei nº 54, de 3 de abril de 1939, da Prefeitura Municipal de Teresina, um novo Código de Posturas da cidade. Logo,

nas linhas iniciais “dos considerando”, é destacado que o Código que vigia era deficiente e estava defasado, o motivo da defasagem estava relacionado à temporalidade de atuação, o Código era considerado ultrapassado, por ter entrado em vigor desde o ano de 1905, “[...] era absolutamente antiquado, por não mais atender à situação da Prefeitura da Capital nem às exigências modernas da urbanização”.¹⁸ Ainda “nos considerando”, é apontado que o Código em vigência não dava conta de regular as atividades e práticas dos munícipes, por causa do rápido crescimento de Teresina; sendo assim, ele, ao invés de ajudar, embaraçava a vida dos moradores da cidade.

Existia uma demonstração cabal de que as autoridades estavam preocupadas com o comportamento dos indivíduos. O legislador explicita que “[...] uma nova Codificação de leis municipais, destarte, facilitará a atuação coordenadora imprescindível do Governo da cidade, bem como a conduta dos munícipes, tudo pautado por uma orientação moderna presidida pela observação severa dos fatos”.

A proposição do legislador orienta para uma política de intervenção do poder público mais incisiva no espaço urbano; mas não só, aponta também para o controle dos moradores da cidade, tudo isso presidido por uma orientação moderna, com base na observação empírica. A ideia defendida no Código de Posturas orienta a percepção do pesquisador para a primeira porta conceitual, proposta por Stella Bresciani, “[...] que se relaciona ao questionamento difícil dos pressupostos liberais do Estado guardanoturno e do respeito religioso pela propriedade e pela cidadania para os proprietários, substituindo-os, em parte, pela política de intervenção no espaço urbano que inverte os termos do individualismo, colocando a precedência do bem público sobre o particular”.¹⁹

Duas passagens devem ainda ser destacadas no texto: nas duas vê-se a necessidade de justificar que a lei tem como suporte o que o legislador chamou de “práticas modernas”, práticas estas já experimentadas em outras cidades brasileiras. O argumento da experiência é empregado para defender que tais experiências

fossem desenvolvidas no Piauí, muito especialmente, em Teresina.

Por outro lado, o novo e o velho são contrapostos: o velho criava dificuldades para os administradores do município e permitia que os moradores da cidade continuassem desenvolvendo práticas consideradas ultrapassadas pelos governantes municipais à época. O novo, por seu turno, parece significar práticas observadas em outras cidades brasileiras, tidas como civilizadas. O discurso indica o desejo de que tais práticas sejam compartilhadas por um número maior de moradores de Teresina, tudo isso sob o olhar vigilante, fiscalizador do Estado.

O discurso do Código de Posturas de 1939 tem sua origem na técnica. O autor é um engenheiro que estava na administração municipal há algum tempo, e foi prefeito de Teresina no período compreendido entre 17 de março de 1932 e 10 de maio de 1935, nomeado por Landri Sales Gonçalves. Foi responsável pela erradicação das mamoranas,²⁰ planta ornamental que servia de arborização da cidade, argumentando que, no período da frutificação, provocava problemas de ordem policial. Segundo Orgmar Monteiro, a versão corrente para a erradicação era a seguinte:

Face à pequena resistência da madeira aliada à formação dos frutos nos extremos dos ramos, isso levava os derrubadores a cometerem a imprudência de se afoitarem na colheita, sobrevivendo partir-se o galho e a queda subsequente. Mas o pior sobrevinha com os aproveitadores que surrupiavam os frutos derribados por outros enquanto eles estavam trepados. As brigas. Ferimentos. Cabeças e membros quebrados. Por tudo isto e outras estripulias, o Prefeito Pires Chaves erradicou o mal,²¹ cortando e arrancando as mamoreiras.

Essa intervenção, segundo o legislador, estava baseada na pesquisa empírica, pois ela seria “presidida pela observação severa dos fatos”. Percebam que o administrador, ao optar pela eliminação das mamoranas, o faz com base na técnica. Em primeiro lugar, destaca a fragilidade da madeira que se rompia com facilidade,

provocando machucaduras nos colhedores do fruto; por vezes, gerando custos ao poder público com o atendimento hospitalar.

Mas o argumento se sustenta também no propósito de eliminar/diminuir práticas sociais consideradas inapropriadas em uma cidade que se queria moderna; práticas como o furto da colheita das sementes enquanto o trabalhador se encontrava trepado na árvore.

O olhar vigilante e fiscalizador do governo municipal pode ser lido com mais clareza no Art. 55. Nele foi estabelecido que:

[...] todo proprietário de terrenos que, por quaisquer motivos, esteja prejudicando a higiene, à salubridade, à segurança geral ou das propriedades adjacentes, ao asseio e ao embelezamento das vias públicas, fica obrigado à execução ou demolição das obras pela Prefeitura que forem julgadas necessárias.²²

O legislador demonstrava conhecer o discurso médico também. É este discurso e o da engenharia que compõem a primeira porta de entrada conceitual proposta por Stella Bresciani. O discurso dos autores do Código orienta para a ideia da circulação das informações. Quando da edição do Código, cidades como o Rio de Janeiro, Recife e Fortaleza tinham sido motivo de intervenções no seu espaço, visando modernizá-las, cada uma com propósitos diferentes, mas seguindo uma ordem que se assentava na ideia sanitária, lembrada no início do texto.

Destaca-se a preocupação das autoridades com a edificação e o material de construção empregado na construção civil. No Código, fica claro o desejo dos administradores de orientar, diria mais que orientar, diria de intervir na forma de os munícipes construir suas moradias: “As paredes dos prédios serão construídas com alvenaria de pedra, tijolo, concreto simples ou armado, ou qualquer material existente, seco, incombustível e imputrescível, suficientemente refratário à umidade e ao calor.”²³ Nesse aspecto, o texto da lei ignora a maioria da população, que não tinha condições econômico/financeiras para construir uma

casa, seguindo as especificações estabelecidas pelo Código.

O trecho do Código de Posturas nos remete para a primeira porta de Bresciani, momento no qual a batalha contra a natureza teria sido vencida pelo homem, tendo como armas a técnica e o maquinismo. Esses dois instrumentos aparecem na indicação dos materiais que deverão ser empregados nas edificações construídas a partir da aprovação do Código de Posturas. Fica evidente também que o instrumento jurídico aprovado daria respaldo aos administradores, no que diz respeito às suas intervenções no espaço urbano, dado precedência ao bem público sobre o particular.

Por outro lado, a técnica é posta a serviço da “[...] boa finalidade de modificar, melhorando o ambiente urbano; compõe o meio formador do bom trabalhador e do bom cidadão tanto física quanto moralmente, ao menos em termos do observável: seu comportamento”.²⁴

Reportamo-nos a outro momento, próximo à comemoração dos cem anos da capital, e, nesse percurso, percebemos que, ainda na década de 1960, Teresina possuía, em suas diversas periferias, muitas casas cobertas de palha de coco babaçu, em desobediência ao Código de 1939, uma vez que este definia que os materiais deveriam ter como características: ser incombustível e imputrescível. Mas como defende Sandra Jatahy Pesavento(2007):

Às cidades reais, concretas, visuais, tácteis, consumidas e usadas no dia a dia, sempre corresponderam a outras tantas cidades imaginárias, a mostrar que o urbano é bem a obra máxima do homem, obra esta que ele não cessa de reconstruir, pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades, no pensamento e na ação, ao longo dos séculos.²⁵

Voltando à elaboração do Código na década de 1930, verifica-se que a ideia da cidade moderna atravessa as mentes dos idealizadores do Código de Posturas de 1939. Um exemplo claro dessa postura pode ser encontrado nas orientações para a construção de moradias na Avenida Frei Serafim. Ali não era permitida a construção de casas com cobertura de palha, e as

existentes receberam prazo para que fossem demolidas ou tivessem a cobertura trocada. Também não se permitia a construção de casas de um só pavimento. Essas determinações promoviam uma “segregação residencial”, uma vez que afastava os pobres das imediações da avenida. Segundo Roberto Lobato Corrêa (2002):

[...] através de uma política conjugada de renovação urbana o Estado capitalista viabiliza simultaneamente vários interesses. De um lado, via expulsão dos pobres residentes em cortiços junto ao centro da cidade, redireciona a segregação residencial e viabiliza o capital imobiliário que tem a oportunidade de realizar bons negócios, em áreas onde o preço da terra é, pela proximidade do centro,²⁶ bastante elevado: é a renovação urbana.

Os caminhantes que circularam pela Avenida Frei Serafim, depois do Código de Posturas de 1939, muito especialmente, antes da verticalização da cidade, devem ter se perguntado sobre a razão de as casas residenciais, fincadas na principal artéria de Teresina, possuírem dois pisos. Pode-se especular que o movimento arquitetônico denominado ecletismo²⁷ tenha determinado o modo de morar na avenida.

Este argumento pode responder em parte à questão, mas não é o suficiente. É preciso lembrar que o Código de 1939 determinou que as construções ali plantadas deveriam possuir dois pisos. Depois, os administradores desejavam transformar a Frei Serafim em uma espécie de cartão-postal da cidade. Ela já possuía, à época, duas pistas largas, separadas por um passeio detentor de uma arborização em que a principal espécie cultivada era o Oiti, além de se constituir na principal entrada da cidade. Os visitantes que vinham do Maranhão, empregando como meio de transporte o trem, bem como aqueles que chegavam de ônibus, de jardineira, de pau de arara vindos do Ceará, entravam na cidade pela Avenida Frei Serafim.

Por fim, as casas localizadas naquele logradouro pertenciam a um grupo social detentor da maior parcela de renda produzida na

cidade, que se destacava na estrutura socioeconômica de Teresina. Alguns dos moradores da Frei Serafim tinham o sobrenome Ferraz, por exemplo, que era uma das famílias tradicionais da cidade. A avenida era e continua sendo o lugar onde morava/mora a principal autoridade da Igreja Católica do Piauí. Ex-governadores como Matias Olímpio de Melo e Pedro de Almendra Freitas também moraram naquela avenida. O governador e posteriormente interventor federal Leônidas de Castro Melo (1935–1945) e sua equipe técnica resolveram construir o Hospital Getúlio Vargas naquele logradouro; o interventor construiu ali, no início da década de 1940, sua residência, onde passou a morar com o fim do Estado Novo.

Sobre a sétima porta conceitual, Bresciani cita Anne Coquelin(1991) e afirma:

[...] indica a insuficiência da descrição de recortes e camadas, de características da cidade, tais como tamanho, população, tipo de atividades, dominação e hegemonia, identidade cultural, grandes acontecimentos, potencialidade do desenvolvimento, origens históricas comprovadas. Indica também a importância das memórias constituintes, referentes a extratos díspares que se reenviam mútua e incessantemente, o que se leva a considerar a cidade sob o aspecto da conservação e/ou transmissão de um estoque de dados, que constitui a própria matéria urbana. A matéria urbana forma-se pelo fio condutor da opinião como transmissor de memórias, uma doxa vagabunda, mutável, transportadora de pedaços de recordações, tanto históricas, como pessoais, intimamente misturadas à escrita, à escuta, ao momento e aos costumes.²⁸

A opinião de Coquelin é profundamente relevante, uma vez que a pesquisa capturou opiniões divergentes sobre Teresina, o que não representa nenhuma novidade em se tratando de cidade. Bugyja Brito(1977), um literato piauiense que morava no Rio de Janeiro, quando escreveu o livro *Narrativas autobiográficas* (e o

título da obra pode indicar que empregou suas lembranças do tempo em que morou na cidade), na década de 1920, assim representa a capital do Piauí:

Teresina era cidade tipicamente provinciana, de costumes pacatos e de pouca população [...] de comércio rudimentar, sem indústria, muito quente e sem atrações ecológicas [...], dispunha de quatro unidades escolares para ministrar o ensino primário, uma praça pública e três largos, nenhuma rua calçada.²⁹

Embora existam informações que contrariam o final da frase de Bugyja Brito, pois a cidade ganhou suas primeiras ruas calçadas ainda no começo da primeira década do século XX, o fato é que muito poucas eram as ruas que tinham recebido esse tipo de serviço. Mas a questão central para nós é outra: a representação construída sobre a cidade não é nada lisonjeira. Entretanto, como disse Coquelin, “a matéria urbana é uma doxa vagabunda, mutável, transportadora de pedaços de recordações [...]”.

Depois da Revolução de 1930 e do período estadonovista, a cidade é representada como uma cidade moderna. Um cronista que publicou matéria na imprensa de São Luís mostrou-se encantado:

[...] Ruas bem calçadas, largas e arborizadas. Praças públicas dignas de uma grande capital, como as praças Deodoro, Rio Branco, Pedro II e João Luís [...] Está prestes a ser terminada, a Avenida Presidente Vargas, medindo quarenta metros de largura e dois quilômetros de comprimento.³⁰

Mesmo considerando que o cronista estava olhando para as principais ruas do centro da cidade, que vinham recebendo da administração municipal cuidados, é necessário considerar sua opinião. Caso consideremos a importância da opinião como veículo de um pensamento ativo, o que verossímil assume o estatuto da “verdade”.³¹

Ao assumir a Prefeitura Municipal em 1935, Lindolfo do Rego Monteiro³² resolveu implementar os trabalhos de urbanização da Avenida Frei Serafim. Luís Pires Chaves, seu antecessor, havia

elaborado projeto e iniciado os trabalhos de arborização daquele logradouro. “Assim é que já temos ali plantadas 118 mudas de oitizeiros. Devo acrescentar, porém, que, ao término deste ano [1937], na avenida, deverão ser completados a arborização, meio-fio, terraplenagem e farto serviço de iluminação elétrica, pelo Governo do Estado”.³³

As fontes governamentais, sejam mensagens, sejam relatórios, e as crônicas que retratam o cotidiano, publicadas na imprensa local dão conta de que o espaço urbano da capital do Piauí se transformou com maior velocidade após a Revolução de 1930.

Meio século depois, em matéria de edificações, constituía orgulho dos teresinenses o prédio da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Piauí [...] ao tempo em que festejamos o centenário da independência política de nossa Pátria, em 1922. Teresina, neste particular, permanecia estacionada no seu progresso. De uns três ou quatro anos para cá, a cidade recebeu novos melhoramentos.³⁴

O final do texto confirma que, a partir da década de 1930, o tecido urbano adquire uma quantidade maior de sinais de uma cidade moderna. É provável que tais modificações tenham sido responsáveis pela elaboração do novo Código de Posturas, como já foi visto.

O autor do Código de Postura de 1939, explicitamente, destaca que dali a pouco mais de dez anos, Teresina estaria completando o seu primeiro centenário. É como se estivesse lembrando que era necessário que a cidade se preparasse. No final do ano de 1939, o jornal *A Vanguarda* publicou uma crônica cujo autor destaca o nível de desenvolvimento atingido pela cidade.

Muito se tem dito e não é enfadonho dizer que Teresina progride a olhos vistos. O progresso atacou-a, em cheio. E isto é uma verdade nua e crua, ‘sem o manto diáfano da fantasia’, no dizer acertado do escritor português. De uns três ou quatro anos para

cá, transformações têm sido enormes, os melhoramentos se fazem sentir em todos os setores da sua vida.³⁵

A palavra que norteia a crônica é “progresso”, que parece estar sendo empregada no sentido de desenvolvimento. A cidade não mais olha de “soslaio” a marcha da civilização. O cronista incorpora a ideia de uma cidade nova, o que, de modo mais amplo, pode-se “ler” o discurso dos ideólogos do Estado Novo, ou seja, a ideia de construção de um novo país, de uma nova nação.

O processo de modernização da rede hospitalar, desencadeado em outros Estados, refletiu-se no Piauí. O governador Leônidas de Castro Melo, médico de formação, passou, a partir de 1937, a defender a construção de um grande hospital em Teresina, e colocou essa posição como uma das prioridades do seu governo. Desejava construir “[...] um hospital moderno, capaz de libertar os nossos doentes hospitalizados do pesadelo acabrunhador que é a nossa atual Santa Casa”.³⁶ No início da década seguinte, mais precisamente em 1943, foi inaugurado o Hospital Getúlio Vargas, considerado, à época, a maior e mais moderna casa de saúde do Norte.

Foi construído também para sediar a Biblioteca Estadual, o Arquivo Público e o Museu Histórico, um edifício que seguia as linhas arquitetônicas da obra anterior. Localizado em uma das extremidades da Praça Marechal Deodoro, possuindo dois pisos e, como o hospital, a sua arquitetura prima pelas linhas retas e simplicidade.

Pelo menos quatro obras grandes serão iniciadas ainda na interventoria Leônidas de Castro Melo: a Maternidade São Vicente de Paula, a sede do Centro de Saúde, o Pavilhão dos Tuberculosos e um hotel que foi chamado “Hotel Piauí”. Atualmente, este último faz parte da rede Luxor Hotel. A construção do prédio para sediar a maternidade São Vicente de Paula fazia parte de um programa de caráter nacional e, nessa condição, foi financiada com recursos do Governo Federal.

Essas obras foram concluídas por outros governantes, uma vez que outro golpe tirou do poder Getúlio Vargas e o interventor

Leônidas de Castro Melo. Faltavam apenas sete anos para o Centenário de Teresina.

Considera-se que os edifícios construídos em Teresina, nos anos 1930 e 1940, são marcos de uma nova arquitetura, que prima pelas linhas retas, pela sobriedade e pela grandiosidade. Vistos dessa maneira, os edifícios podem ser considerados exemplares que têm o papel de preservar a memória daquele período.

Ao iniciar-se o ano do Centenário, a imprensa começa também a discutir os problemas que afetavam a cidade, relacionando-os com a festa de aniversário de cem anos de Teresina. Assim, no início de 1952, na edição do dia 20 de janeiro do *Jornal do Comércio* foi publicado um artigo intitulado “Pobre Teresina”, que nos remete, especialmente, para as condições estruturais da cidade, ou seja, a falta de instrumentos urbanos como calçamento, limpeza pública, água tratada para a população dos bairros, energia elétrica, mesmo no centro da cidade.

O articulista repercute o discurso oficial em relação à falta de recursos financeiros para tocar as obras, avaliadas como necessárias para o Centenário. A preocupação com o olhar do outro, especialmente do visitante, é lembrada.

Cidade esburacada; cheia de lama no inverno e também na seca; poeira, lixo e até carniça e mictórios nas ruas urbanas; os meios-fios, quer onde já passa o calçamento e onde o mesmo não passa, muito descuidados e cheios de mato e lama podre; mercados imundos, e nos bares e botequins[...] nem é bom falar [...] E a vergonha será somente para nós apresentarmos Teresina, no seu primeiro Centenário, nas condições em que se acha [...] Se um turista que nos chegue pelo Centenário visitar o Cemitério, os Mercados, o Matadouro e a Praça Deodoro, é certo que dirá ter pisado a terra mais imunda e abandonada do mundo. Sairá cuspiendo de nojo.³⁷

A imagem traçada pelo articulista do *Jornal do Comércio*

deixa o leitor com uma péssima impressão da cidade real, concreta e visual. Deixa transparecer que a cidade é pessimamente administrada, as ruas são esburacadas e cheias de lama, tanto no inverno quanto no verão. Logradouros públicos como mercados e praças estão praticamente abandonados, segundo a sua leitura. A informação sobre bares e botequins permite que o leitor deduza que não existe o serviço de defesa sanitária no município, ou este serviço não cuida da saúde pública, porque, se cuidasse, eles teriam sido fechados, por absoluta falta de higiene.

Sobre o Mercado Central, o primeiro a ser construído na capital, o poeta H. Dobal também diz que ele estava se tornando demasiado sujo e congestionado; e, por esta razão, a Prefeitura construiu outro na Praça Demóstenes Avelino, novo e limpo, mas a população não abandonou o Mercado Velho, aliás, é assim que as pessoas indicam ainda hoje o Mercado Central, lugar especial para o teresinense. “Com seu aspecto de bazar oriental, o burburinho, a mistura de tipos e de cousas, é um mundo à parte e diferente que, aos domingos, redobra de movimento e agitação”.³⁸

O texto citado nos remete para a quarta porta, proposta por Maria Stella Bresciani, que diz respeito à educação dos sentidos na sociedade moderna. A cidade aparece como o lugar de emissão de sinais que pedem a formação de uma nova sensibilidade para serem desvendados.³⁹ Segundo Bresciani, o olhar aos poucos vai se armando com conceitos adequados para classificar em quadros compreensivos tudo o que vê.

O turista que visitar Teresina no ano do seu primeiro centenário verá uma cidade esburacada: cheia de lama no inverno e também na estação seca; poeira e lixo e até restos de animais espalhados pelas ruas. Caso decida visitar os mercados, o cemitério, o matadouro e a Praça Deodoro, dirá ter pisado a terra mais imunda e abandonada. O olhar permite, a partir da leitura do cronista, os sentimentos de asco e abandono, e, através da sua avaliação, chegamos a visualizar o turista, podendo sentir o cheiro de lama podre, de restos de animais em estado de putrefação, entre outros. Mas a primeira porta também está presente com a “Ideia Sanitária”, já apresentada e discutida neste texto.

No início do ano do Centenário, a imprensa denuncia o aumento dos preços dos alimentos. A expressão “tubarão” era uma metáfora, que denunciava a prática dos comerciantes de aumentar os preços dos produtos. Naquele momento, parecia haver uma demanda maior que a oferta, uma vez que os moradores da cidade para adquirir os gêneros de primeira necessidade tinham de enfrentar filas para adquiri-los. Embora tenhamos que pensar no lugar social ocupado pelo cronista, o de adversário político do prefeito da cidade, o discurso informa sobre as dificuldades da população em relação à carestia que afetava especialmente os salários dos menos favorecidos economicamente, mas isso não significa que não atingisse também pessoas das camadas médias que tivessem vínculos empregatícios com o governo.

Um conjunto significativo de professores que atuava na rede estadual de ensino era também jornalista. Uma parcela considerável dos advogados atuava nos múltiplos e variados empregos públicos, mas escrevia para os jornais da cidade. É necessário lembrar que em Teresina, no período recortado pelo trabalho, o maior empregador era o poder público. Esse grupo social, portanto, vivia de alguma forma o cotidiano da cidade, atuava diretamente das práxis urbanas, mas a cidade também atuava nele. É possível que os sinais para a escrita das crônicas que destacam o cotidiano da cidade estejam na simbiose mencionada há pouco; os interesses feridos, contrariados, a defesa do partido político, a denúncia vazia, mas que afetaria o adversário. O ajuste de contas através das folhas dos jornais que, em última análise, ajudava a aumentar a venda dos diários.

Na discussão sobre o aumento nos preços dos alimentos, especialmente daqueles chamados de primeira necessidade, os cronistas que tratam do assunto deixam antever que os reajustes atingiam ricos e pobres, mas estes últimos eram afetados de forma mais profunda, por atuarem no subemprego ou estarem desempregados. Esse problema social nos remete para a terceira porta indicada por Stella Bresciani: “Aqui, a antiga palavra burguês redefine-se numa noção classificatória – burguesia – que recobre uma ampla gama de atividades urbanas, ao mesmo tempo em que

designa seu outro na noção de proletariado, envolvendo assim numa camisa-de-força toda a variada gama de atividades do trabalho”.⁴⁰

Uma das crônicas denunciava os comerciantes que reajustam os preços, chamando-os “tubarão”, como já o indicamos. O outro é o cliente que, premido pela necessidade de adquirir produtos para a alimentação, é devorado pelo “tubarão”. Nesse caso, pode-se lembrar que o prefeito de Teresina viu-se na obrigação de intervir no mercado da carne bovina, suspendendo as atividades de marchantes, uma espécie de atravessador da carne, visando diminuir o preço do produto.

O *Jornal do Piauí*,⁴¹ em sua edição de 31 de janeiro 1952, noticia que o governo do Estado estava negociando empréstimo junto ao Banco do Brasil, no valor de dez milhões de cruzeiros, visando concluir o hotel de Teresina, iniciado ainda durante a interventoria de Leônidas de Castro Melo. Parte deste recurso seria empregada em reforma da rede elétrica. “A nossa Usina Termoelétrica suprirá vantajosamente as necessidades de energia de Teresina, mas isso só poderá acontecer com a complementação que se fará na rede de distribuição”.⁴²

Em notícia publicada no jornal *O Piauí*, no dia 29 de maio de 1952, os hotéis e pensões são lembrados. A matéria contribui para a péssima avaliação daqueles estabelecimentos, estes, como era sabido por todos os teresinenses, funcionavam em prédios que não foram construídos para aquele fim, ou seja, foram construídos para moradia familiar, nesse sentido, a sua utilização para a recepção de indivíduos era improvisada e, como todas as improvisações, deixavam a desejar. Além disso, no geral, eram prédios alugados. As exigências da Saúde Pública terminavam esbarrando na desculpa de o prédio não ser próprio, dizendo que a situação deles era como a de “fazer filhos em mulher alheia e perder, portanto, o tempo e o feito”.⁴³

O jornal *O Piauí*, em sua edição de 10 de fevereiro de 1952, publicou uma matéria com o título “Centenário de Teresina”, informando que a Comissão Organizadora das Comemorações do Centenário havia se reunido dois dias antes, na sala de sessões da

Câmara Municipal, para discutir e deliberar sobre medidas a serem adotadas, visando o sucesso do evento. Pelo menos, duas delas chamaram a atenção: a primeira dizia respeito à falta de recursos financeiros, para bancar as festividades e para resolver, ou pelo menos minimizar, a falta de caixa.

Foi sugerido “o estabelecimento de uma contribuição mensal, cujo valor seria estabelecido pelo próprio contribuinte. Quem deveria contribuir: os funcionários públicos, comerciantes, comerciários, professores, entre outros”.⁴⁴ A outra medida sugerida foi a criação de comandos sanitários, “destinados a trabalhar pela melhoria das condições sanitárias da cidade em todos os sentidos, especialmente no que diz respeito à higienização de bares, restaurantes, hotéis, pensões e estabelecimentos congêneres”.⁴⁵

A primeira porta conceitual sugerida por Stella Bresciani surge com toda a força, com a proposição da constituição dos comandos sanitários, como foi visto, deveriam orientar e intervir na melhoria das condições sanitárias dos bares e restaurantes da cidade.

Na mesma edição é desencadeada uma campanha junto ao público, através de matéria intitulada “Teresina precisa de você”, do redator responsável Helvécio Coelho Rodrigues, apelando para a sensibilidade de cada leitor:

[...] a nossa história está escrita em cada rua, em cada casa. Elas atestam a marcha lenta do nosso progresso, constrangida – às vezes – pelas dificuldades ambientes superadas a golpe de força de vontade [...] Olhando com satisfação as construções que se alinham esteticamente pelas ruas e avenidas simétricas, vemos em cada casa a comprovação do carinho que todos sentem pela cidade e do desejo unânime de concorrer para o seu desenvolvimento.⁴⁶

O autor visa atingir o leitor no ponto em que este se vincula à cidade, à rua, à casa. A cidade do cronista se assemelha muito a Zaíra, uma das cidades de Ítalo Calvino, se bem que este defende que a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas

da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.⁴⁷

O final do texto de Helvécio Coelho orienta o pesquisador para a quinta porta de Stella Bresciani, porta que “[...] dá acesso à cidade conceitual, sinônimo de progresso, o lugar da história, e designa seus habitantes como agentes/sujeitos históricos [que] defende que a cidade é pensada como espaço de formação de novas identidades sociais”.⁴⁸ Os homens e mulheres que habitam a cidade são responsáveis por sua construção, vencendo grandes obstáculos.

Segundo Helvécio Coelho, o carinho que os moradores sentem por Teresina pode ser constatado em cada casa construída; o desenvolvimento que, aos olhos do cronista, atinge a cidade, é resultante do desejo que o morador manifesta através de suas ações cotidianas, no sentido de promover o desenvolvimento de Teresina.

No último parágrafo do texto, o autor reforça a ideia de ligação entre o cidadão e a cidade.

Bela a capital do Piauí! Nós que te queremos tanto, que somos teus vassallos vamos cumprir por ti, a grata obrigação de homenageá-la condignamente, pela passagem do teu centenário – oportunidade única que se oferece a esta geração. E é por ti, para engalanar-te, que apelamos para os que aqui mourejam, piauienses ou não, brasileiros ou estrangeiros, que vivem nesta comunhão fraterna de homens livres, solicitando-lhes seu concurso para uma causa justa e que deve aprazer a todos os nossos corações. E diremos a todos, parodiando o Tio Sam, TERESINA PRECISA DE VOCÊ!⁴⁹

O texto de Helvécio Coelho nos orienta outra vez para a terceira porta, que trata da construção das “identidades sociais”. O apelo “Teresina precisa de você” é antecedido pelo argumento de

que não interessa se aqueles que moram na cidade sejam brasileiros ou estrangeiros, o que importa é que se unam em uma comunidade fraterna, para fazer uma grande homenagem a Teresina por ocasião do seu primeiro centenário. A proposição defende a construção de uma identidade para os teresinenses, cujas características principais devem ser a fraternidade e a liberdade.

O apelo do cronista deixa transparecer que a participação dos moradores na campanha deveria ser transformada numa obrigação, pois o Centenário era defendido como uma oportunidade única para a maioria da população da cidade. No trecho recortado, em duas oportunidades, aparece a expressão *por ti*, o que parece indicar que o articulista não defendia outros interesses senão aqueles de homenagear, de forma digna, a cidade na qual residia por ocasião do Centenário. Representa a cidade como se ela fosse única, como se nela não existissem contradições, como se ela fosse uma comunidade fraterna. Através do chamamento, o autor pretendia aglutinar os moradores da cidade, afetando os sentimentos mais nobres de homens e mulheres, brasileiros e estrangeiros que moravam na cidade. Apela não para a lógica, mas para a causa justa que “deve aprazer a todos os corações”.

Embora o território da cidade estivesse dividido, porque os mais aquinhoados economicamente moravam na região central da cidade, área servida pelas redes de abastecimento d’água, de energia elétrica, de telefone, as ruas fossem calçadas e a área suburbana não fosse atingida por esses serviços, o autor defende a construção de uma rede de apoio ao Centenário.

Essa ideia nos orienta para a proposta da sétima porta de Stella Bresciani, quando a autora trata da imagem da cidade dividida em áreas estanques, com conteúdos próprios, e demonstra que esse modo de pensar a cidade se esgarça, uma vez que “[...] seus territórios são menos físicos e mais subjetivos, são espaços onde as múltiplas redes de sociabilidade repetem o mesmo em vários lugares, onde o princípio da identidade pode se expressar pela esquizofrenia”.⁵⁰

A ideia de construção de identidades através da cidade pode ser visualizada na proposta do poder público em apoiar a escrita de obras que narrem a história da cidade. Assim, escritores radicados em Teresina publicaram livros e artigos. No dia 6 de junho de 1952, o jornal *O Dia* publicou nota, informando a publicação de *Chapada do Corisco*, obra de autoria de João Ferry. A nota dizia: “publicamos abaixo capa do livro *Chapada do Corisco*, de autoria do consagrado poeta, conterrâneo, João Ferry, em homenagem ao Centenário de Teresina”.⁵¹

Este mesmo jornal publicou artigos de autoria de Joel de Oliveira, entre os meses de maio e agosto, artigos que tinham como título central “O centenário da cidade” e como títulos secundários: “a mudança da capital e história em fragmentos”, nos quais narra o processo de transferência da capital da Província de Oeiras para Teresina. Como se percebeu, as comemorações do Centenário visavam produzir imagens que marcassem aquele momento, imagens duradouras.

Como vimos anteriormente, na cidade, logradouros públicos ganharam bustos de personagens com atuação na vida pública teresinense, piauiense e brasileira. A publicação de textos sobre a cidade, por outro lado, contribuía para divulgar certa história, na qual Antonio Saraiva é elevado à condição de fundador da cidade.

A sétima porta pode ser antevista também quando o poeta H. Dobal (1992), ao tratar da movimentação das moças casadouras na Praça Pedro II, destaca que “[...] as moças, sempre acompanhadas, se retiram tão logo dê nove horas e tão depressa que se diz nesta hora: soltaram a onça. Algumas, mais avançadas, ficam até às dez, na sorveteria, afrontando as iras paternas”.⁵² O poeta parece ouvir o eco das ruas. A cidade era pequena e com hábitos bem provinciais, e a instituição Igreja Católica ainda ditava regras.

Em Teresina, talvez ninguém vá à missa com esta intenção [é a única saída], não só porque o sentimento e o fervor religiosos são verdadeiros e sinceros, como também porque é pouco provável que exista aqui [alguém] que ame tanto o mistério.⁵³

Embora a maioria das “moças de família” fossem para casa às 9h da noite, algumas se deixavam ficar por mais uma hora, mesmo sabendo que poderiam ser repreendidas pelos pais ou responsáveis, ao chegar à sua casa, ou ouvir comentários dos mais cíliosos vigilantes das regras de comportamento feminino. Pode-se, ainda, localizar a ideia da primeira porta de Bresciani, cujo foco é a formação dos operários. Aqui é a mulher, mas o foco central é a vigilância sobre o comportamento dos habitantes da cidade.

A ideia das portas conceituais permite que o pesquisador pense a cidade concreta, de pedra, de concreto, de tijolos, de madeira, mas também oferece pistas para uma reflexão no campo da subjetividade. Por outro lado, chama a atenção para reflexões filosóficas sobre a cidade moderna, campo de atração, mercado, escrita, mas também da relação da memória com o espaço.

O espaço urbano pode ser suporte de uma multiplicidade de memórias, porque cada um morador da cidade a constrói a partir de sonhos, desejos e fantasias diferentes, daí uma das razões para que a cidade seja múltipla e esta multiplicidade pode ter sido construída em temporalidades distintas. Os cenários da cidade se contrastam, ainda que em um mesmo lugar. Ainda lembrando Stella Bresciani, “[...] pode-se dizer que os lugares da cidade são finamente estratificados por diferenciações temporais que só um trabalho arqueológico da cultura poderia apreender em seus dados simultâneos e diferentes”.⁵⁴

O *Jornal do Piauí*, em sua edição de 18 de agosto, publica matéria na qual destaca “a alegria que denunciava todos os corações e invadia as praças, as ruas e os salões da capital”. Em seguida, destaca que os governantes do Estado e do Município, “em perfeita harmonia com os sentimentos populares, superaram em boa hora os antagonismos partidários e comemoraram, condignamente, a nossa data histórica”.⁵⁵ Esta é uma tentativa de construir uma cidade sem diferenças e contradições.

É possível que uma comemoração, como foi o caso do Primeiro Centenário de Teresina, em alguns momentos, os interesses contrários pudessem ser esquecidos, mas as diversas memórias

que construíram a cidade construíram lugares de memória para lembrar as diferentes temporalidades, os modos de pensar diferentes, bem como as práticas. Todo esse conjunto de reflexões permite repetir que a cidade é essencialmente uma obra humana.

Notas

¹ Este texto foi produzido com o apoio do CNPq.

² PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun. 2007.

³ *Ibid.*, 2007, p. 11-23.

⁴ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: I Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 172.

⁵ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob fogo: modernização e violência policial (1937-1945)*. 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

⁶ CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 19.

⁷ CERTEAU, *op. cit.*, 1994, p. 174.

⁸ FENELON, Déa (Org.). *Cidades*. São Paulo: PUC-SP/Olho D'água, 1999. p. 7.

⁹ *Ibid.*, 1999, p. 8.

¹⁰ Maria Stella Martins Bresciani apresentou a proposta das portas conceituais como “entradas” para o estudo da cidade, na forma de comunicação, no Congresso Internacional Patrimônio Histórico e Cidadania, promovido pelo Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, evento realizado entre dos dias 11 e 16 de agosto de 1991, comunicação esta que recebeu o título de *Cidades: espaço e memória*.

¹¹ BRESCIANI. *Cidades: espaço e memória*. In: Secretaria Municipal de Cultura. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), 1992.

¹² *Ibid.*, 1992, p. 161.

¹³ Nesta problematização da cidade, a vivência fragmentada de seus habitantes contrasta com a representação conceitual da unidade, instrumento necessário para a formação do urbanismo como disciplina acadêmica e prática política de intervenção no

meio urbano.

¹⁴ BRESCIANI, op. cit., 1992, p. 161.

¹⁵ BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade. Espaço e Debate, São Paulo, NERU, n. 34, p. 10, 1991.

¹⁶ Sobre a bibliografia referente ao tema ver: LANNA, Ana Lúcia Duarte. Uma cidade na transição Santos (1870–1913). Santos: Hucitec, 1996; PONTE, Sebastião Rogério. Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860–1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigral, 1993; REZENDE, Antonio Paulo de Moraes. Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife nas primeiras décadas do século XX. Recife: FUNDARTE, 1997; SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SEVCENKO, Nicolau (org.). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 511–619.v. 3.; SEVCENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.23–88; SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 22–77; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A cidade sob fogo: modernização e violência policial (1937–1945). 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

¹⁷ LANNA, Ana Lúcia Duarte. Uma cidade na transição Santos: 1870–1913. Santos, SP: Hucitec / Prefeitura de Santos, 1991. p. 161.

¹⁸ CÓDIGO de Posturas de Teresina. Diário Oficial, Teresina, Prefeitura Municipal de Teresina, 1939.

¹⁹ BRESCIANI, op. cit., 1991, p. 10–15.

²⁰ Mamorana. Nome científico: *Paquira aquática*. Árvore de 6 a 14 m de altura, com tronco de 30 a 40 cm de diâmetro. Flores solitárias de tom amarelo-claro; cálice com pequenas glândulas. Fruto tipo cápsula. Planta característica dos terrenos alagadiços e inundáveis das margens dos rios e igarapés. Comum em toda Amazônia, principalmente no Estado do Pará. Encontrada, também, no Maranhão e Ceará. Alimento animal e humano, celulose, fibra, goma/resina, madeira, ornamental.

²¹ MONTEIRO, Orgmar. Teresina descalça: memória desta cidade para deleite dos velhos habitantes e conhecimento dos novos. Fortaleza: [s.n.], 1987. p. 136.

²² CÓDIGO DE POSTURA DE TERESINA, 1939.

²³ Id. *ibid.*

²⁴ BRESCIANI, Maria Stella. Cidade, cidadania e imaginário. In: SOUSA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatathy (Org.). Imagens

urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 15.

²⁵ PESAVENTO, Sandra Jatthy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun. 2007.

²⁶ CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002. p. 28.

²⁷ Pode-se entender por movimento arquitetônico eclético a união de vários estilos, o que determina a instituição de um novo estilo arquitetônico constituindo um novo.

²⁸ COQUELIN apud BRESCIANI, 1991, p. 10-15.

²⁹ BRITO, Bugyja. *Narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1977. p. 156.

³⁰ DIÁRIO OFICIAL, Teresina, ano 11, n. 47, 28 fev. 1941.

³¹ COQUELIN apud BRESCIANI, 1991, p. 10-15.

³² Lindolfo do Rego Monteiro assumiu o comando da Prefeitura de Teresina a 1º de fevereiro de 1936, nomeado que fora pelo governador do Estado Leônidas de Castro Melo, a 30 de janeiro do mesmo ano.

³³ TERESINA. Relatório do Prefeito Municipal de Teresina, Dr. Lindolfo do Rego Monteiro apresentado à Câmara Municipal, em 1 de março de 1937. Teresina: Gráfica Esperança, 1937. p. 8.

³⁴ GAZETA. Teresina, p. 4, 7 fev. 1934.

³⁵ VANGUARDA. Teresina, ano 1, n. 1, p. 4, 7 set. 1939.

³⁶ A imagem da Santa Casa de Misericórdia de Teresina entre os médicos era muito ruim. Enquanto funcionou, dependeu de subvenções oficiais e doações voluntárias, além das rendas obtidas com a administração do cemitério existente na cidade.

³⁷ JORNAL DO COMÉRCIO. Teresina, ano 6, n. 926, 20 jan. 1952.

³⁸ TEIXEIRA, Hindemburgo Dobal. *Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1972. p. 34.

³⁹ BRESCIANI, op. cit., 1992, p. 162.

⁴⁰ Id. *ibid.*

⁴¹ O *Jornal do Piauí* tem como diretor responsável José Gayoso Freitas, filho de Pedro de Almendra Freitas, governador do Estado do Piauí.

⁴² O PIAUÍ. Teresina, ano 1, n. 34, p. 5, 31 jan. 1952.

⁴³ INSTANTÂNEOS da cidade: Hotéis e Pensões. O Piauí, Teresina, ano 57, n. 786, 29 maio 1952, p. 2.

⁴⁴ CENTENÁRIO de Teresina. O Piauí, Teresina, ano 62, n. 758, p. 4, 10 fev. 1952.

⁴⁵ CENTENÁRIO de Teresina, 1952, p. 4.

⁴⁶ TERESINA precisa de você. Jornal do Piauí, Teresina, ano 1, n. 34, 10 fev. 1952.

⁴⁷ CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 14-15.

⁴⁸ BRESCIANI, op. cit., 1991, p. 10-15.

⁴⁹ TERESINA precisa de você. Jornal do Piauí, Teresina, ano 1, n. 34, 10 fev. 1952.

⁵⁰ BRESCIANI, op. cit., 1992, p. 163.

⁵¹ O DIA. Teresina, ano 2, n. 75, p. 3, 6 jun. 1952.

⁵² TEIXEIRA, 1972, p. 20.

⁵³ Id. *ibid.*

A Cidade dos Sonhos

Entre 1930 e 1980, o Estado exerceu papel dirigente fundamental para a expansão das forças produtivas, durante regimes mais ou menos autoritários, criando um modelo centrípeto de organização hierarquizada, inclusive quanto ao formato territorial. As cidades fizeram o papel de enclaves iniciais da modernidade, aqui pensada como um projeto civilizatório.

Segundo P. Geizer (1997), no Brasil, os maiores centros urbanos regionais são também capitais político-administrativas. O Estado foi um grande agente na produção de cidades, não só em sua materialidade, mas também na formação de sua população, criando-se as categorias dos servidores estaduais.

Para José Borzacchiello (1997) da Silva, a cidade é destruída e construída diuturnamente, e, enquanto objeto de estudo, apresenta certas peculiaridades. Modernamente, isoladas ou em redes, as cidades guardam alguma semelhança umas com as outras, no entanto, são e permanecem extremamente singulares.

Marco Polo, ao descrever Zaíra para Kublai Khan, narra que a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, em cada segmento riscado por arranhões, serradelas, esfoladuras.¹

A cidade que vai surgindo na “Chapada do Corisco”, após a Revolução de 1930, não impõe a destruição daquela que “nasceu” na segunda metade do século XIX, a partir da intervenção de Saraiva, como fora feito com a Paris de Hausmann ou com o Rio de Janeiro de Pereira Passos, para ficar apenas nesses dois exemplos que, diga-se de passagem, são paradigmáticos.

A ideia de projetar uma nova cidade a partir da “antiga” pode ser encontrada nos relatórios do diretor de Obras da Prefeitura Municipal, o engenheiro Luís Pires Chaves. Preocupava – lhe o fato de a cidade estar às vésperas do seu centenário e ainda não possuir o que chamava de “Plano Regulador da Cidade”. Enquanto diretor do Departamento de Obras Públicas do Município, responsável pelo ordenamento urbanístico e arquitetônico, Luís Pires Chaves reclama da inexistência de um regimento que oriente os melhoramentos necessários à cidade e que estabeleça normas para a formação dos novos “quarteirões” que vão se incorporando à cidade. Pires Chaves, tal como o engenheiro Saturnino de Brito, chega à conclusão de que as necessidades da vida moderna não mais podiam se adaptar aos antigos traçados medievais e coloniais. Saturnino de Brito defendia que não mais se poderia abandonar ao acaso o desenvolvimento das cidades, e propõe:

[...] substituir a ‘desordem’ do acaso pela ‘ordem’ geométrica dos desenhos dos planos de expansão ou dos planos de novas cidades. A formação ‘xadrez’ representa a solução geométrica mais acessível sob o aspecto da simplicidade ou menor esforço.²

Na opinião de Pires Chaves, a cidade não se preparou para o futuro, e o futuro havia chegado, então se fazia necessário:

[...] dar início aos trabalhos [...]. Agora que Teresina já alcançou um desenvolvimento [...] é preciso mostrar com precisão os rumos de suas vias principais de comunicação, fluviais, férreas, rodoviárias e aéreas, com os seus pontos de penetração ou contato com a cidade, perfeitamente definidos.³

Depreende-se que Pires Chaves projeta a construção de grandes vias de tráfego, provavelmente, avenidas que interligariam os pontos de chegada e saída da cidade, com o “centro”, local onde se concentravam os hotéis, as repartições públicas, sejam municipais, estaduais ou federais, e os principais logradouros

públicos. Estas “[...] grandes vias públicas deveriam ser conectadas a todas as outras ruas [...] que comporão o que se poderá denominar o sistema circulatório da cidade, onde derivará todo o traçado”.⁴

O técnico sonhava com a adequação da cidade ao novo símbolo da modernidade, o automóvel, que começava a ganhar espaço na cidade. “O advento e a melhoria do transporte moderno durante a última metade do século ocasionaram grande inovações”.⁵

Pires Chaves, com a proposta de intervenção na cidade, opõe-se a um projeto desejado, moderno à cidade, construída a partir de 1852. Adota claramente a oposição “novo/velho”, forma encontrada pelos ideólogos do Estado Novo para demonstrar a fortaleza do novo projeto de Estado. Apesar de essa oposição ter sido implementada a partir da Revolução de 1930, ela ganha maior intensidade a partir do golpe de 10 de novembro de 1937.

Na discussão de Jacques Le Goff (1988) sobre o par “antigo/moderno”, observa-se que o termo “novo” está carregado de sentidos, diferentemente do termo “moderno”, que assinalaria a tomada de consciência de uma ruptura com o passado.

As mudanças, as transformações, especialmente aquelas relacionadas com mentalidades, são marcadas pela lentidão. Marx havia observado isso, mas o “novo” toma, digamos, consciência de si mesmo: aos poucos, o próprio homem se autointerpreta como moderno, como novo.⁶ Poder-se-ia dizer que o homem moderno vive sob o império da categoria do novo e ele é tão forte em nosso tempo que a mediocridade simplesmente não mais pode ser camuflada.

A cada final de ano, prefeitos tinham que elaborar relatórios, dirigidos ao interventor, que, por sua vez, montava outro, que era encaminhado ao presidente da República. Esses documentos eram publicados no *Diário Oficial* e, no geral, transformados em brochuras e editados. Assim, pelo menos em tese, a elite local tomava conhecimento das ideias de transformar Teresina numa cidade moderna. Segundo Leila Regina Diegoli (1996), essas intervenções definirão um novo espaço urbano sobre áreas de ocupação já

consolidadas e apropriadas socialmente. Acompanhando as transformações no traçado viário, surgiu também uma nova arquitetura oficial que contrasta com as remanescentes dos períodos colonial e imperial.

Como fazer as intervenções necessárias em Teresina? Quem responde é o engenheiro Pires Chaves, que foi prefeito desta cidade, e que, depois de terminado o mandato, passou a dirigir um departamento, da Prefeitura Municipal, o qual cuidava da cidade. De início, não se vislumbra nenhum grau de complexidade, tampouco as intervenções deveriam onerar demasiadamente as finanças do Município. Apesar de defender a intervenção no tecido urbano no sentido de modernizar Teresina, Pires Chaves dizia que:

[...] graças ao plano original, que não sendo perfeito, resultado das condições da época em que foi elaborado, apresenta, contudo, uma orientação urbanística, já bem sofrível, o que nos facultará o aproveitamento quase sem alteração, da parte da cidade já edificada [...].⁷

O registro de Pires Chaves não deixa dúvida sobre o desejo de construir uma nova cidade, e esta não podia seguir o dimensionamento das quadras que Saraiva projetou para o sítio inicial porque apresentavam “[...] enorme extensão dos condutores d’água, esgotos e energia elétrica; considerável área a ser pavimentada, conservada e asseada pela municipalidade, e, finalmente, numerosos cruzamentos, aumentando as possibilidades de acidentes de veículos”.⁸

Continuando sua análise do “Plano Saraiva”, Pires Chaves considera que outro defeito grave é a largura das ruas. “A cidade apresenta-se em planta, no referido traçado com forma clássica de ruas cruzando-se ortogonalmente, e com quadras de dimensões iguais em ambos os sentidos, seguindo o que se convencionou chamar plano xadrez”.⁹ A largura das ruas era de onze metros. Segundo Chaves, essa dimensão acarretava três problemas capitais: a edificação, a arborização e a circulação. No que tange à arborização, esta se torna, nos anos 1930 e 1940 do século XX, uma

preocupação dos administradores da capital. Não se está afirmando que os anteriores não tivessem realizado iniciativas do gênero, entretanto, à medida que as ruas foram ganhando calçamento, e, de fato, nesse período, esse tipo de serviço foi acelerado, a arborização acompanhou. A Avenida Frei Serafim encontra-se arborizada por oitizeiros, opção assim justificada. “Contamos com 4.500 mudas de Oitis, consideradas, para o nosso ambiente, essência mais recomendável para plantações em alinhamento”.¹⁰

Antes de o novo “Código de Posturas” ter sido aprovado, fato ocorrido em 1939, as “falhas do Plano Saraiva” estavam sendo corrigidas à medida que o Departamento de Obras do Município trabalhava na expansão da cidade, através da abertura de novas ruas.

As novas ruas projetadas e abertas, ultimamente, são todas com amplitude suficiente para receber arborização racional e sem constrangimento, por isso nelas foi adotada, uma largura mínima de dezoito metros, competindo-lhes dois passeios arborizados de 5,25 m, o que permitirá a circulação de três filas de veículos, simultaneamente.¹¹

A velocidade com que tais correções são realizadas, na área construída da cidade, esbarra na falta de recursos financeiros, por isso:

[...] na impossibilidade de serem alargadas [as ruas] pelo ônus decorrente para a municipalidade, obrigam a se recorrer aos alargamentos progressivos, estipulados para as novas construções e reconstruções totais. Essa medida que já vem sendo adotada com sucesso, para algumas vias públicas, deverá imediatamente ser generalizada.¹²

Ou seja, a Prefeitura de Teresina obriga os proprietários de imóveis, em construção ou reforma, a recuar os edifícios, para que as ruas ganhem dimensões mais largas, permitindo aumentar as pistas de rolamento e deixando também mais espaço para se

implementar a arborização. A Prefeitura toma posse, de forma indevida, de terrenos já apropriados socialmente por habitantes da cidade, sem que tenha de pagar por eles; porém, não chega a tomar medidas radicais, como propunha Saturnino de Brito, o qual defendia que, se um edifício não obedece a preceitos, como boa iluminação e ventilação natural, especialmente nos quartos e banheiros, este deve ser derrubado.

O novo Código de Posturas leva em consideração as intervenções que o Estado vinha fazendo nas grandes cidades do mundo e do Brasil. Camillo Sitte (1988) faz a seguinte observação:

Sem planos, sem regras, cada particular construirá diferentemente do seu vizinho, porque as tradições de arte não são mais solidamente enraizadas na massa. Resulta, portanto, em uma desordem geral. Veremos surgir por toda parte os blocos de casas isoladas e edifícios locados aqui ou ali sem ligação nenhuma com as outras construções.

Camillo Sitte observa que uma cidade deve ser construída de modo a tornar seus cidadãos ao mesmo tempo seguros e felizes; e, para alcançar esta segunda intenção, a construção urbana não deve ser apenas uma questão técnica, mas também uma questão estética no sentido mais elevado.

E, sobre a praça, Sitte observa que “[...] redimiria a cidade do ‘novo século matemático’ e do reinado da rua”. A praça, um confortável espaço fechado, outrora, dera expressão visual ao ideal de comunidade.¹⁴ A praça teria o papel de libertar a alma do homem moderno da maldição da solidão urbana e do medo do vazio imenso e trepidante.

Camillo Sitte defende que o espaço anônimo se converteria, graças aos limites de uma praça, num cenário humano, infinita riqueza urbana contida em um pequeno local. Assim, “uma praça não é mera extensão de terra não construída, é um espaço cercado de muros, como uma sala ao ar livre, teatro da vida em comum”.¹⁵

Para o diretor de Obras do Município, um aspecto negativo do

“Plano Saraiva” é o pequeno número de “espaços vazios” que a cidade possui, ou seja, espaços destinados a construção de praças, parques etc. No início dos anos 1940, Pires Chaves avalia que a zona urbana de Teresina compreende cerca de 3.000.000 m², sendo que aproximadamente 229.300 m² constituíam o que chamou de “espaço livre”. Considera esse número reduzido para uma cidade que possui um clima tão peculiar.

De acordo com Pires Chaves, “bem se justifica a orientação seguida por nossas administrações de evitar quaisquer mutilações em nossas praças públicas, promovendo, preferencialmente, a abertura de novas áreas livres e melhorando as existentes”.¹⁶ O diretor de obras relaciona doze “espaços vazios”, aos quais denomina de praças, tendo o cuidado de destacar que apenas a metade já tinha recebido algum tipo de melhoramento: Rio Branco, Marechal Deodoro, João Luís, Pedro II, Conselheiro Saraiva e Marechal Floriano. As outras ainda permanecem sem outro tratamento, além da limpeza.

A Praça Marechal Deodoro, segundo avaliação municipal, possuía uma área de 51.000 m². Em dado momento, em decorrência das homenagens que a bandeira brasileira passou a receber ali, a Prefeitura Municipal resolveu transformar parte do logradouro em parque, ao qual denominou Parque da Bandeira. A criação do parque provocou entre os adversários do prefeito críticas contrárias a esse ato.

Um cronista, no início de 1946, escreveu um texto intitulado “Ruas de Teresina”, mostrando, entre outras coisas, que Lindolfo do Rego Monteiro, tendo muita gente para homenagear e o número de ruas ainda muito pequeno, dividiu-as, dando um nome diferente a cada trecho de uma mesma rua. “Para exemplo, tomemos a Rua Paissandu, que conserva o nome antigo até o Quartel de Polícia, e recebe o de Duque de Caxias até o Largo de São Benedito, passando, daí em diante, a chamar-se Monsenhor Gil”.¹⁷

Tenha ou não razão o cronista, o fato é que praças, ruas e avenidas de Teresina receberam nomes diferentes ao longo da sua história. A praça em questão já tinha sido chamada de Largo do Amparo, Praça do Palácio (em alusão à sede do governo) e

Marechal Deodoro. Com Lindolfo Monteiro, teve parte do seu espaço denominado de Parque da Bandeira, uma homenagem a um dos símbolos do Brasil que recebeu bastante atenção durante o Estado Novo. Foi também com Lindolfo Monteiro que o espaço foi cercado de arame farpado e recebeu alguns patos, pavões, papagaios, araras, emas, seriemas e um macaco.

A Praça Pedro II já havia sido chamada de Aquidabã, Independência e João Pessoa. Na administração de Lindolfo Monteiro, foi reformada e voltou a chamar-se Praça Pedro II. Nessa mudança de nomes dos logradouros públicos, em Teresina, um fato chama a atenção: depois da eleição de Leônidas de Castro Melo, e, algum tempo depois, a nomeação de Lindolfo do Rego Monteiro para a Prefeitura Municipal, ruas e praças que tinham recebido nomes de tenentes ou personagens ligados à tomada de poder em outubro de 1930, tiveram esses nomes substituídos. Dois exemplos: a Rua Siqueira Campos, por meio da Lei n. 1, de 17 de abril de 1936, passou a chamar-se Félix Pacheco, e a Praça João Pessoa tornou-se Pedro II.

Pode-se imaginar que, tendo sido João Pessoa uma figura proeminente na política partidária da Paraíba, até 1930, os ideólogos do novo modelo de sociedade quiseram apagar as lembranças de um período que consideravam responsável pelos desacertos da sociedade brasileira. Mas por que o nome de Pedro II?

Conforme Lúcia Lippi de Oliveira (1982), a recuperação do passado adquire um espaço expressivo no discurso, que busca mostrar o novo como realizador do passado. “O presente realiza o que o passado não pode realizar devido aos obstáculos que lhe foram impostos de fora para dentro. Assim, o Estado Novo coloca-se como o divisor de águas entre o ‘velho Brasil’ e o *Brasil novo*”.¹⁸

A ideia de forjar um homem novo é defendida por Luís Pires Chaves quando a Prefeitura resolve implantar um parque na Praça João Luís Ferreira “[...] onde as crianças possam, à vontade, dar expansão aos seus exercícios físicos, concorrendo assim para um melhor desenvolvimento da raça brasileira, no Piauí. Para tal fim, escolhemos a Praça João Luís, onde os trabalhos se acham adiantados [...]”¹⁹ A ideia de que a nação é um todo é posta em

prática com a participação da sociedade civil. No caso desse parque, por exemplo, alguns equipamentos para montagem foram doados.

A necessidade de afirmação da nova ordem faz com que a interventoria utilize as festividades como lugar para divulgar o ideário estadonovista. A solenidade de inauguração do parque é realizada no Natal e a entrega é feita pela esposa do interventor. A festa natalina serve para lembrar a preocupação do Estado com a criança, segundo divulgava a propaganda estadonovista, enquanto a mulher, que representa a mãe, ainda era, simbolicamente, a responsável pelos cuidados com as crianças.

A Praça Conselheiro Saraiva, no que diz respeito à arborização, recebeu intervenção vigorosa, ainda quando da passagem de Luís Pires Chaves pela Prefeitura Municipal, época em que se resolveu acabar com a arborização de mamoranas ali existente. No lugar dessas plantas, resolveu colocar plantas nativas da flora piauiense.

Este bosque, que embora se apresente hoje mutilado, cheio de falhas pelas árvores que não foram repostas por outras da mesma espécie vegetal [...] mesmo assim, neste ano de 1987, contando 55 anos de plantadas aquelas primitivas essências da nossa flora, como um autêntico mostruário, neste jardim arbóreo [...].²⁰

As fotografias das praças e do muro “vivo”, que cerca as fachadas principal e laterais do Hospital “Getúlio Vargas”, mostram uma arborização que tinha sido desenvolvida na Europa. Otto Wagner, outro arquiteto que projetou uma das reformas de Viena, fez esboços do que chamou de “centros ao ar livre”, onde vegetais eram convertidos em esculturas arquitetônicas vivas.²¹

Por sua vez, Camillo Sitte era um ferrenho crítico desse tipo de arquitetura. Dizia que não podia haver algo mais degenerado do que pegar a forma natural livre das árvores, que justamente na cidade invocariam a magia da natureza aberta, e arranjá-las em alturas idênticas a intervalos matematicamente regulados e, ainda por cima, em mera extensão interminável. “Fica-se literalmente com

dor de cabeça devido a esse tédio opressivo. E esta é a principal forma artística dos nossos planejadores urbanos de princípios geométricos”.²²

Somente meio século depois de sua fundação Teresina começa a receber os primeiros metros de calçamento, que alguns chamavam de empedramento. Um pouco mais de vinte anos depois dessa primeira investida, a cidade possuía algo em torno de 1.100.00 m² de ruas calçadas. No início dos anos 1940, Teresina contava com uma área calçada de 72.152.55 m², distribuídos por dezessete logradouros. Entretanto a cidade ganha suas primeiras ruas calçadas, ainda no começo da primeira década do século XX, sendo fato que muito poucas ruas tinham recebido esse tipo de serviço.

Na metade do ano 1949, outro “visitante” que chega à cidade tem impressão parecida com a supramencionada: “E realmente chegando aqui, foi o que eu vi: uma cidade pequena, com poucas ruas calçadas”.²⁴

Durante o Estado Novo, essa “parceria” ganhou força. “O governo do Estado Novo foi centralizador, concentrou em nível federal a tomada de decisões, antes partilhadas com os Estados, e foi autoritário, centralizando no Executivo as atribuições anteriormente divididas com o Legislativo”.²⁵ A cidade, durante o período em estudo para compor este texto, iria receber obras cujos recursos são originários dos governos federal e estadual. Todavia o espaço urbano se transformou com maior rapidez a partir da Revolução de 1930.

A Prefeitura Municipal projeta transformar a Avenida Frei Serafim em “cartão de visita” da “nova” cidade, para tanto, foi elaborada uma legislação específica para a construção de prédios naquele setor. Entre as medidas aprovadas, destacam-se: a) Não se permitirá a construção de prédios de um só pavimento; b) É estabelecido o prazo de 180 dias para a demolição das casas cobertas de palhas. Fica assim patente o desejo de “higienizar”, “limpar” a área, por parte das autoridades municipais, eliminando construções que poderiam comprometer a “avenida dos sonhos”.

O Código de Posturas, no qual estão relacionadas as regras

supramencionadas, mostra o seu caráter excludente quando impede que naquela avenida se reconstruam ou se construam casas com cobertura de palha. Como acontece tantas vezes, a classe dominante queria desfrutar as vantagens de um processo de transformação que ela própria estava promovendo e, ao mesmo tempo, controlar ou suprimir as consequências indesejáveis.²⁸

É Roger Chartier quem chama a atenção para a construção das representações do mundo social. Diz ele que essas representações, mesmo aspirando à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de um grupo que as forja. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento entre os discursos proferidos e a posição de quem os utiliza.²⁹ Uma avenida com largura de quarenta metros e extensão de dois quilômetros, iluminada, arborizada, sendo, como se disse anteriormente, o “cartão postal da cidade”, pode ser vista como símbolo de poder. Para os padrões da cidade, a obra pode ser considerada monumental, no sentido dado àquelas realizadas pelo terceiro Reich.

Embora se tenha que levar em consideração o que lembrou Marshall Berman (1996), com relação aos países que chamou de atrasados, em que o processo de modernização ainda não deslanchou, o modernismo, onde se desenvolve, assume um caráter fantástico, porque é forçado a se nutrir não da realidade social, mas de fantasias, miragens e sonhos.

Através do olhar de cronistas, a cidade não tinha problemas, mas, algumas vezes, uma voz dissonante se apresentava. Na saída da Avenida Antonino Freire, na direção centro/periferia, o calçamento chegava até o adro da Igreja de São Benedito. Um cronista, atento a este problema, chama a atenção das autoridades para a poeira:

É uma cena de arrepiar o observador a passagem de um automóvel, em disparada, por qualquer dos lados da Igreja de São Benedito: aí se levanta, vermelha e espessa, uma onda de pó, qual, levada pelo vento, invade as casas próximas, com flagrante perigo para os seus habitantes. Os transeuntes, nessas ocasiões, precisam levar

o lenço ao nariz, como recurso preventivo nesta quadra de gripe aguda e pertinaz.³

Não eram muitas as vozes que se levantavam para tecer comentários sobre os problemas da cidade, devido à preocupação de não ferir suscetibilidades dos administradores, já que havia sempre a possibilidade de o jornal sofrer intervenções da censura caso os comentários não agradassem às autoridades.

A nova Teresina de linhas retas e ruas arborizadas não comportava atividades ou “coisas” que pudessem se contrapor à cidade desejada, à cidade nova em construção. Assim é que a Prefeitura Municipal publica decreto-lei que proíbe o cultivo de capim na zona urbana e estipula prazo de 120 dias para os existentes serem extintos. Entretanto, tais “recomendações” não são cumpridas e, quando o prazo estava se esgotando, novo decreto foi editado, prorrogando-o por mais noventa dias.

Essa medida foi precedida por outra que tinha o objetivo também de higienizar a cidade, qual seja, o deslocamento dos estábulos da zona urbana. Da mesma forma que a medida anterior, a lei concede um prazo de dois anos para que os proprietários desses estabelecimentos os deslocassem para terrenos situados além da Avenida Miguel Rosa, antiga Circular.

Na caminhada “célere” para o progresso, a cidade consegue encantar os seus moradores mais “sensíveis”. O poeta Cristino Castelo Branco canta Teresina:

[...]
Teresina gentil de ruas alinhadas,
Tens nalma a
placidez das
loiras
madrugadas, A
beleza, a frescura e o riso das mulheres.
És o trecho
melhor da pátria
brasileira,
Chapada dos
trovões, que serás
a primeira
Habitação de

Deus, dos homens, se o quiseres.³²

Teresina adquire uma nova arquitetura nos prédios públicos e edificações particulares, o que modifica a sua paisagem. Um observador atento a esse aspecto da cidade faz um corte na década de 1920, com a chegada a Teresina do arquiteto J.B. Coelho e do construtor Moreira da Costa. Segundo esse observador, Teresina teria entrado em uma fase de edificações belíssimas por seus traços e linhas arquitetônicas: “Qualquer pobre mandava construir ou remodelar sua habitação. E a cidade ia, vertiginosamente, tornando-se formosa no seu aspecto”.³³

A década de 1920 pode ser citada como um período de prédios, especialmente públicos, com uma arquitetura que destoava da predominante. Como registra o cronista “[...] podemos nos envaidecer da melhor escola Normal do Norte”.³⁴ O Quartel do 25º Batalhão de Caçadores “[...] é, pela disposição de seus alojamentos, superior ao próprio Q. G. da região”.³⁵

No começo da década seguinte, alguns prédios são transformados em símbolos da “nova era”. Pode-se arrolar como exemplo: o edifício dos Correios e Telégrafos, construído na administração Landri Sales Gonçalves, com recursos oriundos do Ministério da Aviação e Obras Públicas, então sob a direção de José Américo de Almeida. O prédio teve a sua estrutura construída de concreto armado, sendo de dois pavimentos. Observadores da imprensa, presentes ao ato de inauguração da nova sede do Departamento de Correios e Telégrafos, são da opinião de que, dentre os edifícios da administração pública federal, sediados na capital, aquele era o melhor deles.

No entanto, os adversários do governo de Landri Sales/Getúlio Vargas encontraram uma falha considerada grave no edifício. Diziam não entender como, em uma cidade como Teresina, se tivesse construído um edifício com o teto do último andar feito de pedra. Do mesmo modo, um cronista chega a afirmar que os funcionários ficariam doentes por causa do calor do ambiente de trabalho. Supõe-se que não fossem comuns à época construções com lajes de concreto armado servindo de cobertura do teto.

O outro edifício é a sede do Liceu Piauiense, que teve sua

construção iniciada na administração Landri Sales (1931-1935). O projeto foi de Luís Mendes Ribeiro Gonçalves, então diretor de Obras Públicas do Estado. As atividades escolares são iniciadas em 1936. “Era 3 de maio, primeiro aniversário da administração governamental de Leônidas Melo”.³⁶

O edifício da Escola de Aprendizes e Artífices tem a sua construção iniciada na primeira metade da década de 1930, mas a inauguração só ocorre em 1937. Segue as linhas do prédio dos Correios e Telégrafos, adaptando-se às necessidades do ensino profissionalizante. Trata-se de um prédio com dois andares, no qual foi utilizado também o cimento armado. Construído no centro do Alto da Moderação, ao lado esquerdo da Igreja de São Benedito, passa também a ser uma referência na arquitetura da cidade.

Essas três construções são do período imediatamente anterior ao Estado Novo, mas sua arquitetura, mesmo em linhas simples, já prenuncia uma concepção arquitetônica com certa suntuosidade. As linhas retas predominam, em contraste com o prédio da Escola Normal, o principal exemplo de arquitetura neoclássica da cidade.

Os edifícios públicos, construídos no período do Estado Novo promoveram ruptura com a arquitetura dos períodos anteriores. Eles representam o tipo de cidade que os administradores desejavam construir espelhando-se em outras cidades brasileiras.

O desejo de criação de uma nova sociedade desencadeou ações governamentais em várias áreas. No que diz respeito à modernização da rede hospitalar, foram construídos vários hospitais nas principais cidades brasileiras. Podem ser enumerados como fatores determinantes para este tipo de ação o processo de urbanização acelerada das principais cidades do País, o aumento da massa de assalariados na indústria e o próprio crescimento da indústria hospitalar, no período aqui estudado.

É preciso compreender o discurso de Leônidas no contexto de sua época, quando vigia a oposição “novo/velho”, tão em voga no Estado Novo. Afinal, a Santa Casa de Misericórdia era uma instituição que tinha atravessado todo o período Provincial e o Estado Republicano.

A imagem da Santa Casa de Misericórdia como instituição decadente era partilhada por outros médicos. Rocha Furtado, cirurgião de destaque, que atendia naquela instituição, era um deles. Em sua avaliação, a Santa Casa era paupérrima, estava velha e totalmente desaparelhada, sendo essa a opinião de um cirurgião que dizia ter trabalhado durante oito anos naquela casa de saúde. O discurso de Rocha Furtado termina por justificar o desejo do interventor de construir um novo hospital.

O projeto de construção do hospital é do engenheiro Cícero Ferraz de Sousa Martins. A construção da obra recebe muitos elogios. “A partir da Bahia, é o maior, mais moderno e mais completo. Possui dois andares, dispõe de material aperfeiçoadíssimo, suas salas de cirurgia aparelhadas do que há de mais recente nesse ramo da ciência”.³⁷ Informações oficiais dão conta que em 1942 o Hospital Getúlio Vargas dispunha de 250 leitos à disposição da sociedade.

Do discurso de entrega do nosocômio à sociedade, depreende-se que este não se encontrava totalmente equipado para atendê-la.

Em 1941 foram concluídas e inauguradas as seguintes dependências desse hospital prédio principal, em forma de ‘U’, de dois pavimentos, com 2.217, 17 m² onde estão localizadas as enfermarias, pensionato, ambulatório, pronto-socorro, salas de operações e curativos, direção do hospital, sede da Associação Piauiense de Medicina.³⁸

Dois fatos demonstram a “preocupação” do interventor em antecipar a inauguração do hospital: primeiro é que o ato coincidissem com a data de aniversário do seu governo. Entretanto, só “[...] a 1º de outubro foi possível pôr em movimento o grande estabelecimento, pois a chegada do material se fez com grande demora”.³⁹ O outro fato está relacionado com a construção da memória estadonovista, com o nome dado ao Hospital “Getúlio Vargas”. Era mais um ato de reafirmação da produção de Estado Novo.

Trata-se, efetivamente, de uma obra de enorme alcance na qual o governo do Piauí

já empregou cerca de quatro mil contos de réis [...] O povo daquela terra, testemunhando sua admiração pelo idealizador e realizador da obra, promoveu, por subscrição pública, a compra de um busto, em bronze, ao interventor Leônidas Melo, a ser levantado à entrada do grande nosocômio.⁴⁰

O hospital recebe o nome de Getúlio Vargas. A avenida onde está localizado também é Getúlio Vargas; e o interventor federal tem um busto plantado em frente à grande casa de saúde. Essa política deliberada dos governantes do período provoca o surgimento de avenidas, ruas, praças, por quase todas as cidades piauienses, com o nome do presidente da República.

A entrega do hospital à comunidade transforma-se num instrumento de propaganda do governo estadual em toda a região. Várias notas e comentários são publicados na imprensa nacional. O *Diário Oficial do Estado* os reproduzia, na tentativa de demonstrar à sociedade letrada a repercussão da administração estadual.

Ao penetrar o hospital 'Getúlio Vargas', em Teresina, diz o Dr. Barros Barreto, em entrevista concedida ao *Globo*, do Rio de Janeiro, tive a impressão de haver-me transportado aos Estados Unidos. É um primor de construção e de instalação, a mais perfeita realização no gênero existente no Brasil.⁴¹

A construção de uma obra de grande porte para a época, como foi a do Hospital Getúlio Vargas, "suntuosa", "sólida na sua estrutura", "nosocômio de apreciável proporção", "obra monumental", provocou reações dos adversários políticos. Pode-se tomar como exemplo um trecho do depoimento de Joaquim Ribeiro Magalhães:

Eu ainda conheci o Hospital Getúlio Vargas, que você andava de sala em sala fechada, como se fosse um hospital abandonado. Não tinha doente naquele tempo, para um hospital do tamanho do Hospital Getúlio

Vargas. Se dizia que o Leônidas tinha exagerado, feito aquele hospital daquele tamanho [...] Naquele tempo, o sujeito passava na enfermaria, tinha 6, 8 pessoas nas enfermarias que era para 50 pessoas [...].⁴²

O Hospital Getúlio Vargas era, para os padrões de Teresina, um edifício monumental, proporcionando a sensação de grandeza do regime político e do seu idealizador. A fachada principal, voltada para a Avenida Getúlio Vargas, ocupava uma quadra inteira; o jardim, com sua arquitetura natural, contribuía para dar à casa de saúde “ar de grandeza”. Marshall Berman observa que boa parte da construção e do desenvolvimento de Nova Iorque, ao longo do século passado, deve ser vista como ação e comunicação simbólicas: “[...] tudo foi concebido e executado não apenas para atender às necessidades econômicas e políticas imediatas, mas, pelo menos com igual importância, para demonstrar ao mundo tudo o que os homens modernos podem realizar [...]”.⁴³

O Quartel da Força Pública foi alvo de duas reformas: a primeira, no início dos anos trinta do século passado; e a segunda, no início da década seguinte. Na interventoria Landri Sales, reformou-se parte da fachada do lado esquerdo, voltada para a Praça Pedro II.

Suspensas as obras de reconstrução do pavilhão principal do quartel, ordenei que tivessem o mesmo prosseguimento, vindo a concluí-las e inaugurar o edifício a 21 de maio de 1932. Ao mesmo tempo que procedia ao acabamento do novo prédio, eram as demais dependências do Quartel submetidas a grandes reparos e sensíveis modificações, que se excederá às adaptações de vulto, principalmente nos alojamentos, onde foram as camas anti-higiênicas substituídas por macas de lona, mais de conformidade com o clima e permitindo mais fácil e frequente aseo. Com a inauguração da parte central reedificada, criaram-se o cassino e a barbearia de oficiais.⁴⁴

A outra parte que completa a fachada principal foi construída no governo de Leônidas Melo. Mesmo sendo pequena a diferença de tempo entre uma construção e outra, o estilo arquitetônico é diferente e pode ser percebido facilmente.

A partir dos meados da década de 1930, as obras patrocinadas pelo Estado começam a se apropriar de alguns dos princípios preconizados pelo chamado movimento moderno internacional da arquitetura. Provavelmente a atração tenha sido principalmente pela 'limpeza ornamental' dos novos projetos arquitetônicos racionalistas pelos aspectos econômicos do que estéticos.⁴⁵

Pelo menos quatro obras grandes serão iniciadas ainda na interventoria Leônidas de Castro Melo: a Maternidade São Vicente de Paula, a sede do Centro de Saúde, o Pavilhão dos Tuberculosos e um hotel, que foi chamado depois de "Hotel Piauí". A primeira obra fazia parte de um programa de caráter nacional e, nessa condição, foi financiada com recursos do Governo Federal. A edificação desse prédio é feita em colaboração com o Governo Federal.⁴⁶

Com a queda de Getúlio Vargas, o período compreendido entre a saída de Leônidas Melo e a eleição de Rocha Furtado, três interventores passaram pelo Palácio de Karnak. O pequeno período em que cada um ficou à frente do governo pode ter contribuído para a lentidão com que as obras foram "tocadas". Depois de quinze anos, de governo Vargas, vivia-se um clima de tensa disputa eleitoral. A disputa pelo núcleo de poder tornou-se centro das atenções. Somando-se a tudo isso, já era perceptível a queda dos preços dos principais produtos de exportação no mercado internacional, o que se refletia diretamente na arrecadação estadual.

Na primeira quinzena de setembro de 1948, a Secretaria Geral do Estado publica nota comunicando aos interessados a retomada da construção dos edifícios da maternidade e Centro de Saúde.

[...] o governo se acha habilitado para

prosseguir com os serviços de construção do Centro de Saúde e da Maternidade de Teresina. O Departamento de Viação e Obras Públicas fornecerá a relação dos serviços a serem executados e as especificações respectivas, a fim de que os interessados possam apresentar suas propostas em envelopes lacrados, às 10 horas do dia 15 do corrente mês.

A construção de um hospital destinado a abrigar pessoas acometidas da Tuberculose tem suas obras paralisadas em 1942, “[...] quando foram suspensas, como medida de restrição da despesa geral, em vista da crise que se delineava”.⁴⁸ Quando a obra foi paralisada, estava na altura para receber a laje do primeiro andar. “Com esses serviços foi despendida a quantia de Cr\$ 1.154.789,10 em 1942. Neste valor está incluído o material adquirido e que se encontra em depósito, superior a Cr\$ 500.000,00”.⁴⁹

Dos edifícios que Leônidas Melo não conseguiu concluir, o que gerou mais polêmica foi o do hotel. O interventor resolvera dotar a capital do Estado de um hotel que “dignificasse” a cidade. “Não possuindo nossa capital um hotel à altura do seu desenvolvimento, e não tendo a iniciativa particular se mostrado interessada em construí-lo, o governo do Estado vai mandar edificá-lo”.⁵⁰ Um articulista do *Diário Oficial do Estado* explicita com mais clareza as razões da construção do hotel:

[...] afastando com isso a mácula acabrunhadora da não existência em Teresina de um moderno e confortável hotel, onde, sem vexames que nos desapontam de momento, possamos hospedar e homenagear personagens eminentes, nacionais e estrangeiros que nos buscam com assíduo e crescente interesse, naturalmente atraídos pelo auspicioso desenvolvimento do Piauí e de suas imensas possibilidades econômicas.⁵¹

Raquel Rolnik observa que o “[...] desenho das ruas e das casas, das praças e dos templos, além de conter a experiência

daqueles que os construíram, denotam o seu mundo”.⁵² Por outro lado, o homem é um ser desejanste. O discurso do articulista manifesta o desejo de esconder tudo aquilo que não se coadunasse com o progresso que acreditava ele estar vivendo a cidade. Afinal, Teresina tinha se transformado na “mais atraente capital do Norte”. “Em todas as épocas, alguém, vendo Fedora tal como era, havia imaginado um modo de transformá-la na cidade ideal”.⁵³

O preço da construção do hotel, estabelecido no contrato assinado entre Governo e construtora vencedora da concorrência, foi de Cr\$ 3.157.300,00. Três anos depois, Joaquim Magalhães, ao chegar à cidade, comenta:

[...] ele tentou fazer um hotel onde funcionava antigamente o Fórum de Teresina. Ele mandou começar o hotel. Derrubaram, fizeram uns três andares [...]. O Leônidas saiu, e ficaram só três pavimentos e muita gente que não tinha onde dormir começou a vir à noite, dormir ali [...] chegaram a morar algumas pessoas pobres [...] chegou lá, o chão bruto, ele enfiava uma forquilha, uma coisa, trazia a redinha dele [...].⁵⁴

A obra, que era para se transformar no símbolo do progresso de Teresina, terminou abrigando aqueles que a elite dirigente queria ver longe do monumento sonhado:

A arquitetura da cidade é ao mesmo tempo continente e registro da vida social: quando os cortiçados transformam o palacete em maloca estão, ao mesmo tempo, ocupando e conferindo um novo significado para um território; estão escrevendo um novo texto. É como se a cidade fosse um imenso alfabeto, com o qual se⁵⁵ montam e desmontam palavras e frases.

Podemos concluir este texto nos lembrando de uma observação feita por Henri Lefebvre, de que o espaço não é *lôcus* de pura dominação, é também um campo de possibilidades, imprevistos, virtualidades que rompem a hierarquia espacial ao

privilegiar o uso, o vivido como base utópica, rupturas essas que atestam a dificuldade do Estado e do grande capital em impor uma lógica de espaço à maneira da lógica socioeconômica.⁵⁶

Notas

¹ CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 14-15.

² MOREIRA, Fernando Diniz. *A formação do urbanismo moderno no Brasil: as concepções urbanísticas do engenheiro Saturnino de Brito*. Espaço e Debates. São Paulo, n. 40, p. 56, 1997.

³ TERESINA. *Relatório do Prefeito, Dr. Lindolfo do Rego Monteiro*. Teresina: Tipografia Popular, 1942. p. 22.

⁴ Id. *Ibid.*

⁵ WEBER, Eugene Joseph. *França fin-de-siècle*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 216.

⁶ BORNBEIN, Gerd. *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 117.

⁷ TERESINA, *op. cit.*, 1942, p. 22.

⁸ Id. *ibid.*

⁹ Id. *ibid.*

¹⁰ Id. *ibid.*

¹¹ Id. *ibid.*

¹² Id. *ibid.*

¹³ MOREIRA, *op. cit.*, 1997, p. 58-59.

¹⁴ SCHORSKE, Carl E. *Viena fin-de-siècle: política e cultura*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 80-81.

¹⁵ MOREIRA, *op. cit.*, 1997, p. 58-59.

¹⁶ TERESINA. *Prefeito (1936-1945: Monteiro)*. Relatório do Prefeito Municipal Lindolfo do Rego Monteiro. Teresina: Tipografia Popular, 1941. p. 31.

¹⁷ O PIAUÍ, 1946, p. 2.

¹⁸ OLIVEIRA, Lúcia Lippi et al. *Estado novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 82.

¹⁹ TERESINA, *op. cit.*, 1942, p. 11.

²⁰ MONTEIRO, Orgmar. *Teresina descalça: memória desta cidade para deleite dos velhos habitantes e conhecimento dos novos*. Fortaleza: [s. n.], 1987. p. 138.

²¹ SITTE, *apud* SCHORSKE, 1988, p. 115.

- ²² Id. *ibid.*
- ²³ BRITO, op. cit., 1977, p. 156.
- ²⁴ MAGALHÃES Joaquim Ribeiro. Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento. Teresina, 1996.
- ²⁵ OLIVEIRA, op. cit., 1982, p. 10.
- ²⁶ GAZETA, op. cit., 1934, p. 4.
- ²⁷ NEVES, op. cit., 1941, p. 3.
- ²⁸ WILLIANS, op. cit., 1984, p. 84.
- ²⁹ CHARTIER, op. cit., 1988, p. 16.
- ³⁰ VANGUARDA, op. cit., 1939, p. 4.
- ³¹ GAZETA, op. cit., 1939, p. 2.
- ³² CASTELO BRANCO, Cristino. Homens que iluminam. Rio de Janeiro: [s. n.], 1944. p. 46.
- ³³ GAZETA, op. cit., 1934, p. 1.
- ³⁴ Id. *ibid.*
- ³⁵ Id. *ibid.*
- ³⁶ OLÍMPIO, José. Liceu piauiense: síntese histórica. 3. ed. Teresina [s.n.], 1993. p. 11.
- ³⁷ OLIVEIRA, Paulo. O progresso do Piauí. Diário Oficial, Teresina, 14 abr. 1941. p. 3.
- ³⁸ PIAUÍ, op. cit., 1942, p. 49.
- ³⁹ Id. *ibid.*
- ⁴⁰ OLIVEIRA, op. cit., 1941, p. 3.
- ⁴¹ MAGALHÃES, 1996.
- ⁴² Id. *ibid.*
- ⁴³ BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 273.
- ⁴⁴ PIAUÍ. Governador (1935-1937 - Melo). Relatório do governador Leônidas de Castro Melo. Teresina: Imprensa Oficial, 1935. p. 3.
- ⁴⁵ DIEGOLI, Leila Regina. Estado Novo: nova arquitetura em São Paulo. Projeto História, São Paulo, n. 13, p. 152, jun. 1996.
- ⁴⁶ PIAUÍ, op. cit., 1935, p. 49.
- ⁴⁷ DIÁRIO OFICIAL, op. cit., 1948, p. 3.
- ⁴⁸ PIAUÍ, op. cit., 1943, p. 20.
- ⁴⁹ *Ibid.*, p. 22-23.
- ⁵⁰ Id. *ibid.*
- ⁵¹ DIÁRIO OFICIAL, op. cit., 1942, p. 4.

⁵² ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 17.

⁵³ CALVINO, op. cit., 1990, p. 32.

⁵⁴ MAGALHÃES, op. cit., 1996.

⁵⁵ ROLNIK, op. cit., 1988, p. 17.

⁵⁶ LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. Paris: Anthropos, 1974. p. 290.

Parte II

OEIRAS & POSSIDÔNIO X POSSIDÔNIO & OEIRAS

Possidônio e as práticas de arquivar a própria vida

Este artigo foi construído a partir de documentos pessoais de Possidônio Queiroz. O arquivo pessoal do nosso personagem passa por fase de organização, e nele podem ser encontrados cartas passivas e ativas, manuscritos de conferências, de programas de rádio e muitos livros. Mas quem é Possidônio Nunes Queiroz e quais as razões que motivaram as minhas pesquisas sobre ele? Trata-se de um homem de estatura baixa, cor negra, nascido em Oeiras, na Praça do Mercado, em 17 de maio de 1904.

No caso deste texto, a cidade de Oeiras é projetada através de cartas trocadas entre Possidônio Nunes Queiroz e intelectuais que moravam em cidades piauienses de outras localizadas no território brasileiro e *scripts* (textos) que foram escritos para serem lidos em um programa de rádio, levado ao ar, aos sábados, por meio dos microfones da Rádio Primeira Capital, oficialmente a primeira emissora implantada naquela cidade.

O recorte temporal construído para este texto foi, no caso, os *scripts* do programa do ano de 1984. E, no caso das cartas, elas foram escritas nas décadas de 1970 e 1980. A decisão de tomar os documentos mencionados está relacionada ao fato de ter conhecido, manuseado e ter sido autorizado a pesquisar o arquivo privado do escritor citado logo no início do parágrafo. Mas a “escolha” não se pautou apenas na novidade das fontes para o autor, o momento historiográfico também foi decisivo. Vejamos o que nos afirma Ângela de Castro Gomes (1998):

A descoberta dos arquivos privados pelos historiadores em geral está, por conseguinte, associada a uma significativa transformação do campo historiográfico, onde emergem novos objetos e fontes para a pesquisa, a

qual, por sua vez, tem que renovar sua prática incorporando novas metodologias, o que não se faz sem uma profunda renovação teórica, marcada pelo abandono de ortodoxias e pela aceitação da pluralidade de escolhas. Isto é, por uma situação de marcante e clara diversidade de abordagens no ‘fazer história’.

A mesma autora acrescenta o campo cultural que tem envolvido muitos historiadores brasileiros, para ficar “em nossa casa”. O argumento da mestra é pertinente e acertado:

A história cultural que, grosso modo, vai sendo proposta a partir desse longo esforço de reflexão e aprendizado, se quer distinta porque recusa fundamentalmente a ‘expulsão’ do indivíduo da história, abandonando quaisquer modelos de corte estruturalista que não valorizem as vivências dos próprios atores históricos, postulados como sujeitos de suas ações. Ao fazê-lo, essa história cultural também rejeita as oposições entre coletivo e individual e entre quantitativo e qualitativo, assumindo um enfoque que trabalha com ambos os termos, mas que, em função da reação que representa, inova ao postular a dignidade teórica do individual e a fecundidade metodológica do qualitativo. Por repensar modelos macro-históricos e por considerar a ‘experiência’ dos homens em seu tempo e lugar como crucial para o entendimento dos processos sociais, essa história cultural floresceu em grande parte associada a uma mudança na escala de trabalho do historiador, vale dizer, associada à micro-história.²

O que faço neste estudo é apropriar-me de escritos de Possidônio Queiroz, que têm como suporte a experiência de um homem que viveu praticamente todo o século XX, mesmo o fazendo em uma pequena cidade, localizada no sertão do Piauí, mas que realizava viagens, longas viagens por meio da leitura e da música.

Emprego também textos de outros autores que tratam de Oeiras e de Possidônio Queiroz.

Registradas as orientações, volto para as fontes que dão suporte ao artigo que chega aos leitores. No que se refere aos *scripts* do programa de rádio, o material chegou às mãos deste aprendiz de historiador em razão de ter desenvolvido pesquisas sobre o rádio no Piauí, resultando no livro *História da Rádio Pioneira de Teresina* (2004), formado por artigos e coletânea. Naquela ocasião, não empreguei os *scripts*, uma vez que as emissoras não possuíam arquivos desse tipo de material. Acrescente-se que encontrar manuscritos de programas de rádio, na radiofonia brasileira, pelo menos até recentemente, quando o autor escreveu sobre o rádio, não era comum.³

Era comum as emissoras não preservarem a documentação produzida cotidianamente. Mas este não foi o caso do programa aqui empregado como fonte. Vale lembrar a noção de documento como monumento, sugerida por Michel Foucault (1996), na qual propôs que os “documentos devem ser examinados como representativos de maneiras de se enxergar/significar o mundo, monumentos de uma determinada época e não simplesmente como prova da verdade dos fatos”.⁴ Possidônio Queiroz escreveu o programa e guardou em sua residência os manuscritos, aliás esta foi uma prática de Possi.⁵

Este ator social se correspondeu com muitas pessoas pelo Brasil afora. Suas cartas eram datilografadas em duas vias, uma delas ficava em seus arquivos. Não tenho certeza ainda se, ao desenvolver tal prática, havia a intenção de transformá-las em fontes para pesquisadores no futuro; mas o fato é que as pesquisas realizadas até o momento permitem empregar a expressão, como o fez Ângela de Castro Gomes (1996), “guardião da memória”. Destaca a autora que “[...] o guardião da memória ou o mediador, como também é chamado, tem como função primordial ser um ‘narrador privilegiado’ da história do grupo a que pertence e sobre o qual está autorizado a falar”.⁶

Possidônio destacou-se em Oeiras, como assinalou José Expedito Rêgo em ensaio de 1995, como sábio, autodidata, leitor

compulsivo, estudioso da história de Oeiras. Contudo, dominava também aspectos daquilo que alguns historiadores e antropólogos chamam de história popular e outros chamam de folclore (lendas, tradições, anedotas, costumes antigos), amante da terra berço.⁷

Manuel Paulo Nunes(1995), do mesmo modo, escrevendo sobre Possidônio Queiroz, destaca que escritores que viveram/vivem na província, muitas vezes em cidades pequenas, sem qualquer possibilidade de ganhar visibilidade nacional, na maioria das vezes sem condições materiais de editar livros, sem apoio logístico da imprensa local, teimam em escrever e, no caso de “Possi”, escrever bem. “Jornalista, orador, conferencista, historiador, exímio musicista e pessoa humana do mais fino trato, vivendo todo o tempo em sua comunidade interiorana, de cuja vida social é excelente partícipe, ele é bem o retrato do intelectual de província, sem ser provinciano”.⁸

Tanto Exedito do Rego quanto Manuel Paulo Nunes destacaram em seus textos que Possidônio Queiroz era historiador. E, nessa condição, escreveu sobre temas históricos nos quais Oeiras tomou parte ativa, como, por exemplo, o processo de independência do Piauí. Construiu um discurso que o transformou em uma pessoa respeitada na cidade e sempre lembrada para as atividades comemorativas de Oeiras. Participou da fundação do Instituto Histórico de Oeiras e foi sócio correspondente da Academia Piauiense de Letras do Piauí e colaborador permanente do jornal *O Cometa*.⁹ Para sobreviver, exerceu a função de secretário na Prefeitura Municipal da Primeira Capital,¹⁰ além de ser proprietário de uma pequena loja, onde vendia material escolar, mas também exemplares do jornal mencionado há pouco. Este espaço serviu como lugar de encontros entre intelectuais, portanto lugar de sociabilidades.

A partir da atividade de historiador/intelectual e de suas práticas escriturísticas, além de seu envolvimento com a produção cultural mais ampla da cidade, pode-se dizer que seu discurso centra-se na realidade social da qual fez parte. Essa constatação é possível devido às articulações que promove com vários fatores e áreas de conhecimento. Francisco Alcides do Nascimento advoga que o discurso, além de ser um instrumento de compreensão de

conjunturas sociais, é um dos mais importantes veículos de produção do sentido no interior de uma sociedade.¹¹

No início do parágrafo foi grafada a expressão intelectual, mas esta categoria não pode e não deve ser empregada sem uma prévia discussão. Ângela de Castro Gomes defende a expressão intelectual como categoria de análise e acrescenta que ela é polissêmica.¹² Por esta razão, senti-me desafiado a dialogar com outros autores, visando encontrar um significado para a expressão ou pelo menos o que alguns desses autores pensam sobre a categoria.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior(2005), por exemplo, defende que o intelectual “[...] busca intervir nos destinos de seu país, de sua nação ou de sua classe social em nome de uma universalização de princípios e valores, tomando como base a verdade científica, livre e apartada de qualquer particularismo”.¹³ O autor detecta o que faz e como faz o intelectual para intervir no “mundo” onde atua.

Jean-François Sirinelli(2013), por seu turno, em entrevista à Revista de História da Biblioteca Nacional, concedida recentemente, disse que o que mais lhe interessou na história política contemporânea foi “[...] o papel dos homens da cultura no seu engajamento político – o que chamamos na França de intelectuais”.¹⁴ O professor francês acentua a forma engajada dos “homens da cultura” na política. Pareceu-me que a expressão política empregada por Sirinelli também ganhou conotação polissêmica e, desta forma, a sua caracterização da expressão “intelectual” não destoa daquela proposta por Durval Muniz.

Elisabeth Badinter(2007), em *As paixões intelectuais: desejo de Glória*, afirma que o conhecimento, no século XVIII, tornou-se sinônimo de prestígio e liberação aos olhos da burguesia que ascendia socialmente. Os intelectuais ganham espaço porque manifestaram o desejo de evidenciar a verdade, de impor ideias em um “campo de batalha” absolutamente necessário na construção do “ser intelectual”. Mas para ocupar esse lugar social é exigido do homem de letras a conquista do reconhecimento dos pares.

Ainda no século XVIII, em razão do crescimento do poder dos

meios de comunicação de massa, “[...] as disputas no campo intelectual ganharam um componente que passou a fazer parte de uma nova realidade entre intelectuais e seus pares: a opinião pública”.¹⁵ Essa nova realidade, entretanto, não significou a substituição da opinião abalizada dos pares. A produção intelectual continuou sendo julgada por aqueles que estão “habilitados” a “conferir-lhe” o selo de qualidade que o intelectual tanto almeja. No entanto, esses produtores de bens simbólicos, em geral, precisam trabalhar muito para manterem-se visíveis: “[...] paixões que atravessam o mundo de intelectuais são passageiras e precisam ser conquistadas amiúde”.¹⁶

Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2013), ancoradas em Jean-François Sirinelli, argumentam que este pesquisador/historiador identifica duas acepções da categoria: “uma primeira, sociocultural, que abarca os ‘criadores e mediadores’, e outra, mais propriamente política, baseada na noção de engajamento e/ou de envolvimento, em graus variados, com projetos sociopolíticos”.¹⁷

Na condição de historiador, Possidônio Queiroz se instituiu como a voz autorizada para discutir a história e a memória de Oeiras. Em dois meios de comunicação existentes na primeira capital, além das Revistas do Instituto Histórico de Oeiras, Possi produziu sobre a história do Piauí e de Oeiras. Em razão disso, volto a dialogar com Ângela de Castro Gomes quando esta afirma:

A memória é um trabalho. Como atividade, ela refaz o passado segundo os imperativos do presente de quem, rememora, ressignificando as noções de tempo e espaço e selecionando o que vai e o que não vai ser ‘dito’, bem longe, naturalmente, de um cálculo apenas consciente e utilitário. Quem aceita fazer o trabalho da memória o faz por alguma ordem de razões importantes, dentre as quais estão a busca de novos conhecimentos, a realização de encontros com outros e consigo mesmo, de forma a que os resultados sejam enriquecedores sob o ponto de vista individual e coletivo.¹⁸

No dia 12 de julho de 1984, Possi ocupou os microfones da Rádio Primeira Capital de Oeiras, para tratar do falecimento do desembargador Pedro Amador Martins de Sá, conterrâneo de Possidônio, um homem nascido no final do século XIX. Logo na abertura do programa, o locutor declara que o jurista falecido deixava saudade e manifesta o seu reconhecimento ao desembargador. Na sequência, passa a traçar o perfil do morto, informando o ano em que tinha nascido, o local onde havia se formado em Direito e da prodigiosa memória que possuía. Ao tratar desta, anotou que o desembargador tinha sido contemporâneo de Antonio Francisco da Costa e Silva, mais conhecido, nos meios intelectuais brasileiros, como Da Costa e Silva. Disse Possidônio que Pedro Sá, aos oitenta anos, ainda recitava poemas do vate de Amarante (PI).

Continua Possidônio, destacando que, na condição de professor, Pedro Martins Sá tinha grande poder de transmitir ensinamentos aos alunos, pela facilidade de expressão “[...] que lhe permitia usar a linguagem vária para chegar à inteligência de seus discípulos. Quem ouviu as palestras dele não se esquecerá jamais, porque sempre esmaltadas de um lustre de inteligência e de humor”.¹⁹ Anota a atuação do homenageado no campo da justiça como procurador desta, como juiz de Direito em várias cidades piauienses. Ao concluir o comentário sobre a atuação do magistrado, declara:

O seu nome, como Magistrado, tornou-se sobremodo respeitado no Piauí pela integridade do seu caráter ímpoluto, pela sua inteligência, pela sua cultura, pela sua judiciosidade dos seus julgados. Hoje morto (seguindo o destino de todos os homens), não será o nome menor do que quando vivo.²⁰

Os traços pessoais do juiz, arrolados por Possidônio Queiroz, tendem a revelar uma coerência, uma integridade, uma plenitude e uma inteireza da vida do homenageado que, parafraseando Hayden White (1987),²¹ só existe no imaginário do cronista.

Temos a obrigação de refletir sobre o papel do historiador

que vive em uma cidade pequena, e que, além disso é funcionário público do município, como já mencionado. A ideia do autor é transformar o nome do juiz, morto numa espécie de marca que não deve ser esquecida. O morto deve ser transformado em uma pessoa respeitável. A morte, então, não deve contribuir para que o nobre homem seja esquecido, daí que o discurso do historiador, no microfone da única emissora da cidade, inicia o processo de sacralização do juiz Pedro Sá.

Como o locutor iniciou o processo? Através da rememoração. Esta, por sua vez, pode ser um difícil processo de negociação entre o individual e o social, pelo qual identidades estejam permanentemente sendo construídas e reconstruídas, garantindo-se certa coesão à personalidade e ao grupo, concomitantemente.²²

Volto a dialogar com Ângela de Castro Gomes, quando esta defende que:

A guarda de uma memória comum é fator essencial na formação e manutenção de grupos (de tamanhos e tipos variados), bem como é elemento base de sua transformação. Por isso, não pode sofrer mudanças abruptas ou arbitrárias, sob o risco de desintegrar referenciais fundadores e ameaçar a própria manutenção da identidade do grupo. Esta dimensão da memória, que lhe dá limites e demanda reelaboração permanente, vincula-se a um fenômeno que a literatura especializada chama de 'trabalho de enquadramento' da memória. Por conseguinte, o enquadramento e a guarda da memória comum se retroalimentam, estando ligados à presença de uma figura especial – porque singular no grupo e porque especializada – que se reconhece e é reconhecida como guardião da memória.²³

De que forma um homem de cor, e que não fazia parte do grupo social de maior poder aquisitivo da cidade, foi alçado à condição de historiador oficial de Oeiras? Seus pares, como destacamos no início do texto, argumentaram que Possidônio era um homem inteligente e versátil. Atuou como músico, professor, e,

deste lugar social, contribuiu com muita gente de Oeiras, como anotou Expedito do Rêgo. Na opinião deste comentarista, Possi escreveu discursos para líderes políticos que não sabiam ler e tropeçavam nas palavras, orientou alunos, professores, juizes, advogados e diplomatas. Além disso, compôs o hino de Oeiras, por ocasião das comemorações dos 250 anos da catedral, pois era “músico erudito, virtuose da flauta, compositor extraordinário de valsas e outros ritmos, sempre com a música vazada na mais primorosa melodia”.²⁴

Possidônio Queiroz, ao referir-se a Oeiras em seus textos, sempre o fez chamando-a de “primeira capital”, “a cidade invicta”, “mãe do Piauí”. O seu trabalho é o de “enquadrar a memória” sobre a cidade. E o que significa isso? Volto a essa categoria agora dialogando com Michel Pollack(1992)²⁵ quando este introduz na discussão sobre memória o conceito de trabalho de enquadramento da memória. Pollack considera que o trabalho de enquadramento da memória é feito parcialmente pelos historiadores.

Se isso se configura como verdadeiro, então Possidônio Queiroz reflete sistematicamente sobre acontecimentos que considera relevantes para a história de Oeiras e publica o resultado de tais reflexões em jornais, na *Revista do Instituto Histórico de Oeiras*, além de transmiti-las através das ondas da *Rádio Primeira Capital*. Cumprindo o papel de “guardião da memória”, transformou-se na voz autorizada para discutir a história do Piauí na primeira capital do Piauí.

O trabalho de Possidônio é evitar que a memória do grupo, no caso a de Oeiras, entre em disputa, como propõe Pollack. Possi trabalha com a memória oficial, mas existem outras, que, por vezes, podem se constituir naquilo que Pollack chamou de memórias subterrâneas que trabalham com o objetivo de romper o silêncio sobre questões silenciadas voluntariamente ou não a elas relacionadas. Como anotou Pollack, “todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente. Este trabalho deve satisfazer a certas exigências de justificação”.²⁶

Em programa levado ao ar no dia 21 de julho de 1984, Possidônio Queiroz decidiu “rememorar fatos transcorridos aqui, nos idos de julho de 1926”.²⁷ Tais fatos estão relacionados à passagem da Coluna Prestes pelo território de Oeiras. O autor do texto narra de forma rápida os acontecimentos que antecederam à formação da Coluna Prestes. Trata da bravura do “supremo” general Miguel Costa, de “valorosos e brilhantes” oficiais do Exército que lutavam por um ideal: O da moralização dos costumes políticos.²⁸ Este recorte do texto, lido nos microfones na *Rádio Primeira Capital*, nos lembra outro texto do mesmo autor, escrito para uma conferência por ocasião da Semana da Pátria do ano de 1972.

Possidônio Queiroz foi convidado a proferir uma conferência sobre a contribuição do Piauí nas lutas da Independência do Brasil e defende que, apesar de em Oeiras haver adeptos do separatismo:

[...] as lideranças eram prudentes, cautelosas, não se arriscavam em uma propaganda aberta. Não se expunham, que isso não convinha, não era certamente o medo do sacrifício pessoal. Mas, isto sim, o de um sacrifício improdutivo, inglório. Morrer por uma causa, na hora exata, é ato de sublime abnegação.²⁹ Imolar-se fora de tempo pode ser loucura.

No ano da conferência em tela, o Brasil vivia o auge da ditadura civil-militar, a Presidência da República era ocupada por Emílio Garrastazu Médici. Homens e mulheres foram presos, torturados e mortos pelo Brasil afora.

Possidônio, em seu discurso, qualifica as lideranças de Oeiras como “prudentes”, “cautelosas”, que desejavam a independência, mas sem se arriscarem por meio de propaganda aberta. Não se expunham, não por medo do sacrifício pessoal, mas sim por um sacrifício improdutivo, inglório. Morrer por uma causa, na hora exata, para Possi, era ato de sublime abnegação. Sacrificar a vida fora de tempo era loucura. Defende a harmonia e a paz.

No final de sua conferência conclama a todos os oeirenses a trabalhar pela crescente prosperidade da primeira capital do Piauí.

Argumenta que Oeiras:

[...] tem uma destinação histórica a cumprir. Todos os seus filhos somos responsáveis por esse destino. Lutas estéreis, competições que não visem o bem comum, dever ceder lugar ao grande sadio combate por esta que é a mãe do Piauí. Trabalhemos para que num futuro, que desejamos super próximo,³⁰ os ideais democráticos sejam aqui um fato.

As duas situações são completamente distintas. As temporalidades também. Na primeira delas, um conjunto de militares, que rompeu com a hierarquia do Exército e convulsionou o interior do País, é tido por Possidônio Queiroz como realizador de uma “marcha admirável”. Prestes foi chamado de gênio militar, “que bem se poderia comparar a um estrategista da Grécia antiga”; Juarez foi chamado de “bravo coronel revolucionário”. No segundo momento, a cúpula do Exército tomou de assalto ao poder através de um golpe, com o apoio dos civis. Entretanto, as intervenções de Possidônio são apaziguadoras.

Os textos foram escritos a partir das lembranças. Michel Pollack nos orienta para uma das características da memória: ela é flutuante, mutável, tanto a individual quanto a coletiva. Mas acentua também que, apesar de tais características, “na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis”.³¹ Parece-me que as formações ideológicas e sociais têm reflexos diretos naquilo que se lembra e como se lembra. Mas a memória é também constitutiva da identidade pessoal e coletiva, tema caro à etnologia, mas que interessa igualmente aos historiadores orais.³² Neste caso, recorde-se também que “sempre haverá um déficit entre o objeto representado e as representações que falam por ele, em seu lugar, acentua Eleonora Zicari Costa Brito (2008)”.³³

Seguindo esta trilha, para Roger Chartier (1990), “nenhum texto, mesmo o aparentemente mais documental, mesmo o mais objetivo, [...] mantém uma relação transparente com a realidade que apreende”.³⁴ Este autor também afirma que “aquilo que é real,

efetivamente, não é (ou não é apenas) a realidade visada pelo texto, mas que a própria maneira como ele a cria, na historicidade da sua produção e na intencionalidade de sua escrita”.³⁵

A história das elites teve papel fundamental na exploração das fontes privadas. A partir da expansão muito especialmente da história cultural, as fontes mencionadas, há pouco, perderam o caráter quase santificado, atribuído a elas pelos historiadores da literatura e da arte que “[...] santificavam profissionalmente as notas das lavadeiras dos grandes homens”.³⁶ Ângela de Castro Gomes (1998), por seu turno, destaca:

A história cultural que, grosso modo, vai sendo proposta a partir desse longo esforço de reflexão e aprendizado, se quer distinta porque recusa fundamentalmente a ‘expulsão’ do indivíduo da história, abandonando quaisquer modelos de corte estruturalista que não valorizem as vivências dos próprios atores históricos, postulados como sujeitos de suas ações. Ao fazê-lo, essa história cultural também rejeita as oposições entre coletivo e individual e entre quantitativo e qualitativo, assumindo um enfoque que trabalha com ambos os termos, mas que, em função da reação que representa, inova ao postular a dignidade teórica do individual e a fecundidade metodológica do qualitativo.³⁷

A partir desse modo do fazer historiográfico, os documentos privados perderam o caráter de excepcionalidade, deixando de ser aquela “pitada de sal” que deveria dar mais “sabor” à narrativa histórica ou de “fornecer a chave do mistério da criação”. Tornaram-se fontes comuns, “que se tenta conservar como se conservam as fontes administrativas ou estatísticas”. Esta mudança traduz e permite capturar uma nova e fundamental sensibilidade historiográfica que tanto pode ser interpretada como um sinal de “crise” como uma modificação da história como disciplina científica em relação ao tempo, e, de modo mais geral, com os fenômenos observados.

Talvez seja desnecessário observar, mas ainda assim o farei, para lembrar o “risco” de se trabalhar com fontes privadas e

pessoais: “[...] é o de se acreditar que eles traduzem a visão mais verdadeira do indivíduo, à medida que foram organizados pelos próprios titulares”.³⁸ Considero que elas precisam ser verificadas, avaliadas como todas as fontes com as quais os frequentadores da oficina de Clio lidam na construção das narrativas historiográficas.

Chamou minha atenção a representação que Possidônio fez de sua genitora, ao destacar que Dona Francisca Nunes Queiroz, a “Mãe Chiquinha”, não dispensava a presença dos integrantes da família nas principais atividades da Igreja, acordando a todos de madrugada para que assistissem à missa aos domingos.

Considerando que Oeiras sedia um dos momentos religiosos mais festejados do Piauí, a “Semana Santa” (Procissão do Fogaréu e do Senhor Morto), pode-se pressupor que “Mãe Chiquinha” formou os filhos a partir das regras estabelecidas pela Igreja Católica, ajudando a cidade na manutenção da tradição de ter seus filhos praticando a religião orientada pelo Papa Francisco I.

Iniciou o Ensino Fundamental aos sete anos de idade, em uma pequena escola particular, pois a cidade não possuía escola pública. Sua primeira professora, Dona Quininha Campos, não dispensava a palmatória no ensinamento dos seus alunos. Os estudos continuaram sendo realizados por professores particulares até que se criou o Externato Oeirense, obra de João Ribeiro de Carvalho, onde Possidônio Queiroz foi matriculado. Tendo se destacado como um bom aluno, passou à condição de colaborador da escola.

Mesmo tendo “escolhido” Oeiras como a cidade em que deveria morar por toda sua vida, passou uma curta temporada em Teresina, onde pretendia continuar os estudos. Entretanto, adoeceu, tendo que retornar à primeira capital do Piauí, de onde só saía para tratar de assuntos comerciais ou para tratamento de doenças. Desde muito cedo, demonstrou simpatia pela música. Ficava horas a fio ouvindo os ensaios das bandas de músicas mantidas pela prefeitura. Apaixonou-se pela flauta, instrumento que foi transformado em parceiro de muitas serenatas, composição de valsas e de sessões solenes.

Desde muito cedo, as bandas de músicas do município

chamaram a atenção do menino Possidônio, que passou a ter aulas com os maestros que atuavam nas fanfarras de Oeiras, desenvolvendo, desse modo, sua habilidade musical. A flauta consistiu no instrumento de sua paixão, com o qual passou grande parte do seu tempo, quando jovem, a ouvir e a aprender, junto ao gramofone. Esta prática demonstra que a sensibilidade musical de Possidônio era admirável, pois foi autor de muitas valsas e hinos dedicados à sua terra.

Respondendo à segunda pergunta, qual seja: quais as motivações para ter “escolhido” ou ele me “escolheu” ou, ainda, nos escolhemos mutuamente? Michael Pollack orienta que existem várias formas de os historiadores “descobrirem” os seus objetos de estudo: “Tais objetos são escolhidos, de preferência, onde existe conflito, confronto, entre memórias”.³⁹ Conheci Possidônio através da leitura de textos escritos sobre ele e sabia que foi um mediador cultural respeitável e respeitado em Oeiras, mas considero que foi esquecido. Possi cantou Oeiras por meio da música, de crônicas, discursos, conferências, saudações e cartas. Tenho a pretensão de escrever uma ou duas biografias e comecei a ler sobre a escrita de si. Ao visitar os arquivos de Possidônio e manusear uma pasta contendo cartas, soube por intermédio de Rodrigo Queiroz que essa documentação ainda não tinha sido explorada e que não teria dificuldades em acessá-las. Então resolvi aprender um pouco mais, escrevendo a partir das correspondências guardadas e arquivadas por Possidônio Queiroz.

Parte do título deste texto foi copiado de um artigo de Philippe Artières, no qual disserta sobre modos e práticas dos franceses de “arquivar a própria vida”. Destaca este autor que guardamos papéis, fotos, boletos de pagamentos, dentre muitos outros, para responder a uma injunção social.

Temos assim que manter nossas vidas bem organizadas, pôr o preto no branco, sem mentir, sem pular páginas nem deixar lacunas. O anormal é o sem-papéis. O indivíduo perigoso é o homem que escapa ao controle gráfico. Arquivamos, portanto, nossas vidas, primeiro, em resposta ao

mandamento 'arquivarás tua vida' – e o farás por meio de práticas múltiplas: manterás cuidadosamente e cotidianamente o teu diário, onde toda noite examinarás o teu dia; conservarás preciosamente alguns papéis colocando-os de lado numa pasta, numa gaveta, num cofre: esses papéis são a tua identidade; enfim, redigirás a tua autobiografia, passarás a tua vida a limpo, dirás a verdade.⁴⁰

Mas guardamos tudo? Para responder a esta pergunta, considero que devemos olhar para nós mesmos e lembrar de que, sobre acontecimentos e informações que nos afetam, fazemos questão de esquecer; dizendo de outro modo, manipulamos nossa existência: "Omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens",⁴¹ muito especialmente quando estes tais acontecimentos e informações provocam dor e sofrimento.

Eugênia Meyer nos lembra de forma simples e direta que o historiador deve fazer o esforço de compreender a si próprio, "[...] em nosso duplo desempenho como historiadores e protagonistas".⁴² Afinal de contas, fazemos parte de grupos sociais, no trabalho; frequentamos clubes sociais, lugares de sociabilidade. Simplificando: somos humanos como os atores sociais que transformamos em "sujeitos" e "objetos" de nossas pesquisas.

Guardamos tudo? Arquivamos tudo? Lembramos de "tudo"? A resposta é não. Em relação à memória, mesmo a memória individual, resulta de coexistência tensional, e nem sempre pacífica, com outras memórias, e é avaliada sistematicamente e vive "[...] em permanente construção devido à necessidade de mudança do presente em passado e às conseqüentes alterações ocorridas no campo das representações do pretérito".⁴³ Giselle Martins Venâncio (2005), por sua vez, aponta que o arquivo pessoal é sempre organizado para enunciar uma reflexão, uma história. "Ao longo da vida, muitos registros acumulados por um indivíduo são descartados e o resultado dessa ação é que se conserva apenas uma parte desses vestígios".⁴⁴ Mesmo o velho jornalista, narrador das *Memórias de minhas putas tristes*, Gabriel García Márquez (2008), do alto dos

seus noventa anos, não deve ter dito “tudo” sobre suas peripécias nos muitos bordéis que frequentou, “dormindo com mulheres descartáveis”.

No mesmo diapasão, Philippe Artières(1998) anotou que muitas das correspondências que recebemos:

Algumas delas são jogadas fora, vão para o lixo, outras são conservadas durante um certo tempo, outras enfim são guardadas; com o passar do tempo, muitas vezes fazemos uma nova triagem. O mesmo acontece com as nossas próprias cartas: guardamos cópia de algumas, seja em razão do seu conteúdo, seja em razão do seu destinatário.⁴⁵

Possidônio Queiroz desenvolveu a prática de escrever cartas fazendo cópias e guardando-as, como dissemos antes. Mas a prática de guardar cópias de cartas como Possidônio o fez não é incomum. Oliveira Viana, segundo Giselle Martins Venâncio, historiadora que se tem dedicado ao estudo dos arquivos privados daquele intelectual, “das cartas que escreveu, estão no arquivo noventa exemplares de cópias e rascunhos”⁴⁶ de cartas escritas por Viana. Entretanto, defende que não é comum em arquivos, que guardam semelhança com o de Oliveira Vianna, a guarda de correspondência do próprio autor. É provável que os historiadores ainda precisem realizar muitas pesquisas nesse “campo” para validar a afirmativa feita pela historiadora.

Sobre a prática que narramos no último parágrafo, Christophe Prochasson (1998) declara que “existem cartas ou documentos privados cujo autor mal disfarça o desejo, talvez inconsciente, de torná-los, o quanto antes, documentos públicos”.⁴⁷ A conservação sistemática da correspondência recebida por um intelectual e às vezes as cópias de algumas de suas próprias cartas, como é o caso de Possidônio Queiroz, sempre intrigaram Prochasson. As razões para a “desconfiança” é que tal comportamento pode indicar certa “consciência da história”, fato que demonstra um limite à autenticidade do documento. “Nada corre o risco de ser mais falso do que a ‘bela carta’ ou o arquivo privado ‘que se basta a si

mesmo'. Esta prática deve ser inserida naquilo que Prochasson chamou de "armadilhas preparadas".

Ainda sobre a mesma questão, talvez não seja conveniente generalizar. Possidônio Queiroz morava em uma cidade pequena do sertão do Piauí: Oeiras. Nesta cidade, muitos foram os intelectuais que se destacaram, em especial na literatura e na história, entre os quais o próprio Possidônio, que foi tido entre os pares como o historiador-mor de sua terra natal. Por outro lado, não há como negar que Possidônio possuía veleidades intelectuais. Gostava de ler e este gosto pode ser avaliado através das cartas trocadas com Arimateia Tito Filho, presidente da Academia Piauiense de Letras do Piauí, que, em geral, tratavam da leitura de livros, agradecimentos pelo envio de livros editados na APL, por ele recebidos, comentários elogiosos aos autores sobre os tais livros.

Em sua atuação como mediador cultural, participou na criação do Instituto Histórico de Oeiras, em tese, lugar de produção do conhecimento que pressupõe leituras e de incentivo à leitura entre os mais jovens; e foi seu presidente por mais de uma vez. Por ocasião da visita que Luís Carlos Prestes fez a Oeiras, sendo homenageado pelo referido Instituto, foi Possidônio quem fez o discurso, recebendo o ilustre visitante. Quando o IHO resolveu prestar homenagem ao escritor piauiense Bugyja Brito, radicado no Rio de Janeiro, foi o mesmo Possidônio que recebeu o convidado, em razão da ausência do presidente da instituição, e fez o discurso de homenagem.

Possidônio Queiroz estava entre os fundadores do *Jornal O Cometa*. Este jornal veio ao mundo por meio de sua primeira edição, em março de 1971. É apresentado ao público como sendo um órgão de *divulgação e cultura*, tendo em sua direção José Expedito de Carvalho Rêgo e como colaboradores permanentes Possidônio Queiroz e Costa Machado. *O Cometa* poderia ser uma ferramenta fundamental de incentivo à leitura.

Em *O Cometa*, como nos outros documentos aos quais o autor deste texto teve acesso, o ator social em destaque escreveu sobre a História do Piauí e de Oeiras. Logo no primeiro número de *O Cometa*, foi grafada uma chamada de propaganda do noticioso, informando que, na edição seguinte, seria publicado um artigo

sobre a História do Piauí, de autoria de Possidônio Queiroz.

Tendo adquirido o *status* de intelectual/historiador da cidade, era convidado a proferir conferências em escolas, clubes e instituições filantrópicas sobre datas comemorativas que faziam parte do calendário político, escolar e religioso de Oeiras. Pressuponho que as cartas escritas por Possidônio, feitas com cópias, serviam de documentos que, por sua vez, eram empregadas como suporte na escritura de conferências, palestras, aulas/conferências, discursos encomendados, dentre outros. Certamente não pode haver dúvida que Possidônio era um agitador cultural em Oeiras, mas não se pode dizer que tenha tido envolvimento político, no sentido *strictu sensu*. Pode-se dizer que se fez historiador, como defende Jean-François Sirinelli, trabalhando no sentido de representar uma realidade, devidamente referenciada nos documentos, permitindo, desta forma, que seus pares e curiosos pudessem confirmar ou contestar o que registrava. Procurava dar sentido aos acontecimentos históricos envolvendo Oeiras e o Piauí.

Notas

¹ GOMES, Ângela Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 21, p. 123, 1998.

² Id. *ibid*.

³ NASCIMENTO, Francisco Alcides do; SANTIAGO JR., Francisco das C. F. Encruzilhadas da história: rádio e memória. Recife: Bagaço, 2006; LIMA, Nilsângela Cardoso. Invisíveis asas das ondas zyg-3: sociabilidade, cultura e cotidiano em Teresina (1948-1962). Dissertação (Mestrado em História). Teresina: UFPI, 2007.

⁴ FOUCAULT, Michel. Arqueologia do poder. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

⁵ Era assim que Possidônio Nunes de Queiroz era chamado carinhosamente pelos amigos e pessoas do seu círculo de sociabilidades.

⁶ GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. Acervo-Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 9, n.1/2, p. 17-30, p. 7, jan./dez. 1996.

⁷ RÊGO, Expedito. Possidônio, o esquecido. In: Possidônio Queiroz.

Teresina: Fundação José Elias Tajra, 1995. p. 14.

⁸ NUNES, Manuel Paulo. Escritores de Província. In: Possidônio Queiroz. Teresina: Fundação José Elias Tajra, 1995. p. 16.

⁹ *O Cometa*, que veio ao mundo através de sua primeira edição em março de 1971. Foi apresentado ao público como sendo um órgão de *divulgação e cultura*, tendo em sua direção José Expedito de Carvalho Rêgo e colaboradores permanentes, *Possidônio Queiroz* e Costa Machado. *O Cometa* não pode ser relacionado como órgão da grande imprensa, o que não significa dizer que ocupando o lugar social de historiador não devamos interrogar sobre como se situam os intelectuais que organizaram e fizeram o jornal enquanto empreendimento midiático. Cf. NASCIMENTO, Francisco Alcides do. “Oeiras no rastro do Cometa”.

¹⁰ Assim chamada uma vez que Oeiras foi a primeira capital da Província do Piauí.

¹¹ NASCIMENTO, Francisco Alcides. Os labirintos da construção do discurso sobre o discurso (texto inédito).

¹² GOMES, Ângela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais no espaço ibero-americano: projetos políticos e mediação cultural. XX - VII Simpósio Nacional de História. ANPUH, Natal (RN), 2013.

¹³ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. De amadores a desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente contemporâneo. *Trajetos* - Revista de História UFC, Fortaleza, v. 3, n. 6, p. 50, 2005.

¹⁴ SIRINELLI, Jean-François. Sem mocinhos nem bandidos. *Revistada Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 8, n. 90, p. 50, mar. 2013.

¹⁵ BANDINTER, Elisabeth. *As paixões intelectuais: desejo de glória (1735-1751)*. Tradução de Clovis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 15. v. 1.

¹⁶ *Ibid.*, 2007, p. 16.

¹⁷ GOMES, *op. cit.*, 2013.

¹⁸ GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. *Acervo-Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 9, n.1/2, p.17-30, p.7, jan./dez. 1996.

¹⁹ QUEIROZ, Possidônio. Des. Pedro Sá: palavras proferidas por Possidônio Queiroz ao microfone da Rádio Primeira Capital. Oeiras, 12 mar. 1984.

²⁰ *Id. Ibid.*

²¹ WHITE, Hayden. *The content of the Forn: narrative discourse and historical representation*. Baltimore, 1987. p. 66.

²² GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. *Acervo-Revista*

do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 9, n.1/2, p.17-30, p. 6, jan./dez. 1996.

²³ Ibid., 1996, p. 7.

²⁴ RÊGO, op. cit., 1995, p. 14.

²⁵ POLLACK, Michel. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

²⁶ POLLACK, Michel. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

²⁷ QUEIROZ, Possidônio. Memórias de Oeiras. Programa levado ao ar através dos microfones da Rádio Primeira Capital. Oeiras, 21 jul. 1984.

²⁸ Id. ibid.

²⁹ QUEIROZ, Possidônio. Contribuição do Piauí nas lutas pela Independência. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, n. 2, p. 69-88, 1972.

³⁰ Id. ibid.

³¹ POLLACK, op. cit., 1992, p. 200-212.

³² JOUTARD, Philippe. História oral: um balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 54.

³³ BRITO, Eleonora Zicari Costa. História, historiografia e representações. In: KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins; MELLO, Maria Theres Negrão de (Org.). Os espaços da história cultural. Brasília: Paralelo 15, 2008. p. 32.

³⁴ CHARTIER, Roger. História cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel, 1990. p. 28.

³⁵ Ibid., 1990, p. 63.

³⁶ PROCHASSOM, Christophe. "Atenção: Verdade!": arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. Estudos Históricos, p. 21, 1998.

³⁷ GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 21, p. 98, 1998.

³⁸ VENÂNCIO, Giselle Martins. Memória guardada em papéis e livros. Trajetos-Revista de História UFC, Fortaleza, v. 3, n. 6, p.67-84, 2005.

³⁹ POLLACK, op. cit., 1989, p.3.

⁴⁰ ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a Própria Vida/Escrita de si/Escrita da história. Estudos Históricos, p. 10-11, 1998.

⁴¹ Id. ibid.

⁴² MEYER, Eugenia. O fim da memória. Estudos Históricos, Rio de

Janeiro, vol. 22, n. 43, p. 32, jan./jun. 2009.

⁴³ CATROGA, Fernando. Memória, história e historiografia. Coimbra: Quarteto, 2001. p. 16.

⁴⁴ VENÂNCIO, op. cit., 2005, p. 71.

⁴⁵ ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida/escrita de si/escrita da história. Estudos Históricos, n. 21, 1998. p. 11.

⁴⁶ VENÂNCIO, op. cit., 2005, p. 79.

⁴⁷ PROCHASSOM, Christophe. “Atenção: Verdade!”. Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas. Estudos Históricos, n. 21, p. 112, 1998.

O Eu e o Envelhecimento na Comunicação Epistolar de Possidônio Queiroz*

As cartas que Possidônio Queiroz escreveu por quase quarenta anos ainda não foram devidamente organizadas e catalogadas, entretanto, existem pesquisas em andamento que ajudarão no processo. O autor desta narrativa teve acesso a um número significativo delas e produziu comunicações orais, resumos expandidos e artigos a partir das missivas.¹ Esse mesmo conjunto permitiu o recorte temporal proposto. Tomei a velhice e as dores decorrentes daquela no corpo e na alma do missivista, citado logo no início. Como bem argumentou Ecléa Bosi em *Memória e sociedade: lembranças dos velhos* [a velhice], “além de ser um destino do indivíduo, [...] é uma categoria social. Tem um estatuto contingente, pois cada sociedade vive de forma diferente o declínio biológico do homem”.²

A autora tem razão e creio que posso tomar o meu próprio exemplo. Tenho sessenta e quatro anos e, durante muito tempo, pensei-me como um “super-homem”. Mas as dores físicas e da alma, relacionadas ao processo de envelhecimento e perdas humanas fragilizaram o corpo, apesar de ainda ter resistência para o trabalho e gostar daquilo que faço. Avalio que, de forma inconsciente, o fato pode ter sido uma das razões para a escolha do tema como proposta deste escrito. Dito de outro modo, é provável que estivesse pensando em mim, mas foi a leitura de cartas dos últimos anos de “Possi”, quando este já estava surdo e a cegueira começou a atormentá-lo, que determinou a escolha.

José Gil (1997), através da obra *Metamorfoses do corpo*, entra na escritura do texto porque indiquei antes que não tinha certeza das razões que me levaram à escolha do tema e empreguei a

expressão inconsciente. O autor me ajudou a relacionar uma expressão originária de outra disciplina, mas que importa também na discussão feita no artigo.

Sabe-se hoje que o corpo tem um papel fundamental na organização do inconsciente. Mas qual exactamente esse papel, como o corpo intervém na vida pulsional e imagética inconsciente, e ainda tão misterioso como a articulação corpo-*psyché*. Na verdade, é também ou sobretudo, através do inconsciente que o corpo age sobre o consciente.

Essa participação do José Gil tem a função de destacar a complexidade de trabalhar com o corpo. Como já mencionei, as fontes são as cartas escritas por Possidônio e seus poucos correspondentes recortados para esta narrativa e não o corpo do correspondente Possi.

O modo proposto por Bosi(1987), de fazer a leitura sobre a velhice, não é a única. Silvana Tótora (2015), em “Velhice: uma estética da existência”, defende que, na “sociedade atual, ser velho é carregar todo o peso de valores negativos. Envelhecer é, nesse sentido, como perda, privação. O tempo entendido como sucessão linear e cronológica se escasseia, esvai-se com o passar dos anos, e a morte torna-se mais próxima”.⁴ Essa ainda é a forma como a maioria da população, a qual tenho acesso, lê o envelhecimento.

Ouçõ pessoas que passaram dos cinquenta anos, em especial na região onde moro, no Nordeste, e nesta, no espaço que costumamos chamar de sertão, reclamarem mais do envelhecimento, porque ele dificulta a sobrevivência que depende do trabalho feito com a enxada, o machado e a foice; isso sem levar em conta a escassez das chuvas de que dependem para colher os frutos da lavoura tradicional. “O corpo, suscetível às doenças transforma-se em um fardo difícil de carregar. O desejo, na perspectiva de algo que se quer alcançar, traduz-se como carência”.⁵

Por outro lado, no meio urbano, e para quem pode pagar, novas tecnologias, intervenções e práticas médicas tentam deixar

homens e mulheres mais jovens. “O incômodo da velhice parece não ser apanágio dos velhos, mas sim um fantasma que acompanha todas as idades. Não se quer envelhecer. Trata-se de um mal que se deseja expurgar. Para tanto, não faltam recursos de uma ciência que investe suas forças no domínio dos corpos na busca da conservação da vida”.⁶

Em uma determinada manhã de agosto, esperando que a lavagem do carro fosse concluída, tomei uma revista para “gastar” o tempo e dei de cara com uma crônica de Cineas Santos (2016), na qual ele narra uma conversa com alunos do Ensino Fundamental. Preparava-os para um encontro com um especialista em meio ambiente. Cito aqui a última pergunta feita que tratou sobre o envelhecer. A aluna perguntou: “envelhecer é bom ou ruim?”.

[...] a pergunta embaraçosa partiu de uma menininha de olhar sonhador. Não me contive e comecei a rir. Lembrei-me de uma resposta do Rubem Braga sobre o assunto. Com aquela cara de buldogue enfezado, o cronista afirmou: ‘Envelhecer é uma merda’. Eu não poderia dizer isso às crianças. Limitei-me a afirmar: envelhecer é aprender a conviver com limitações de toda ordem [...] A única vantagem – se é que isso pode ser considerado uma vantagem – é poder dizer o que quiser, sem se preocupar com nada. Silêncio geral. Concluí: ninguém leva velho a sério. A molecada está sorrindo até agora. Ufa! Acho que me safei.

Apesar de ser um leitor das crônicas de Rubem Braga, não sei onde este disse o que repetiu o autor da crônica aqui recortada.

Mas creio que se faz necessário não generalizar. A velhice tem relação com o lugar social e político, ocupado pelo velho. Dito de outro modo, dependendo das condições de vida que leva, a leitura do mundo pode ser distinta; todavia, não cabe neste texto uma análise verticalizada da questão. Posso, entretanto, narrar um acontecimento que experimentei. Acabei de fazer uma viagem a passeio, e a maioria das pessoas da comitiva está na mesma faixa etária que eu ou acima dela.

Eles, pelo menos nos passeios que realizamos às mesmas cidades, pareciam adorar a vida. Parece claro que as limitações físicas vão surgindo com o envelhecimento, mas com as condições sociais e econômicas que cada um vive a ciência pode ajudar muito a uma pequena parcela e quase nada à maioria.

Ainda no mesmo caminho, a economia percebeu que parte do segmento social tem condições de consumir produtos, além dos remédios e dos consultórios médicos, cito de forma clara o Turismo. Produtos da indústria de cosméticos são direcionados aos mais velhos. A própria mídia tem possibilitado a aparição dos idosos em propagandas, e a mim não parece que isso seja gratuito.

O artigo de título *Corpos, detalhes e a narrativa humanitária de Thomas W. Laqueur*,⁸ lido recentemente, registra que “corpos sofredores dos outros suscitam a compaixão”, e contribuiu, do mesmo modo, para que eu me voltasse para a escolha do tema *envelhecimento*. Isso porque Possidônio, a partir de determinado momento, não mais pôde ler e escrever, atividades que exercitou por anos. Esse fato me fez pensar na dor que sentia. E não estou psicologizando a leitura que fiz, muito pelo contrário. Mas não posso deixar de mencionar a que a situação de Possidônio provocou em mim uma certa angústia, que pode ser resultado do reconhecimento ao trabalho de Possidônio Queiroz como historiador de Oeiras-PI, bem como o “que algo semelhante possa nos acontecer.” (CAPONI, 2000, p. 9)

Voltando a Thomas Laqueur, este nos lembra que o “romance epistolar conta com a intimidade da carta para dar a seus leitores a sensação de que, apesar de forma impressa, têm acesso imediato às ideias e aos sentimentos dos correspondentes em questão”.⁹ Avalio que foram os sentimentos de “Possi”, registrados nas cartas já mencionadas, que determinaram a escrita deste artigo, como dito antes.

Sinto também que a leitura do romance *Memórias de minhas putas tristes*,¹⁰ de García Márquez, contribuiu para a escolha da velhice como tema do artigo. O narrador relata que “não se lamentava pelos anos idos, mas ao contrário: uma glorificação da velhice. Comecei por me perguntar quando tomei consciência de

ser velho, acho que foi pouco antes daquele dia”.¹¹ As lamentações de Possidônio estão relacionadas às consequências do envelhecimento do corpo. Repito, tinha problemas de audição e estava ficando cego. A leitura das cartas dos seus missivistas era feita por terceiros (netos, filhos e amigos). Mas ao responder aos missivistas continuava otimista em relação ao mundo, aos livros, aos pares.

Continuando com García Márquez, creio ser necessário lembrar de forma rápida a relação entre história e literatura por duas razões: as cartas podem ser consideradas como fontes literárias para o historiador, assim como o romance, como o fez Thomas W. Laqueur, ao propor que o “romance cria uma experiência ‘viva’ que adquire autoridade pelo fato de ser, aparentemente, um relato da ‘experiência real’”.¹²

As leituras de cartas e obras sobre cartas permitiram capturar informações grafadas pelos missivistas que tratam de seus amores, de suas dores, das angústias, dos sofrimentos, dos sabores e dissabores, dos encontros e desencontros. Mas eles nunca dizem tudo, como relata o narrador de *Memórias de minhas putas tristes*.

A segunda razão está relacionada à prática dos historiadores de empregar as fontes literárias no seu *métier*: “[...] os textos literários passaram a ser vistos pelos historiadores como materiais propícios a múltiplas leituras, especialmente por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural, dos valores sociais e das experiências subjetivas de homens e mulheres no tempo”.¹³ A forma como Possidônio escrevia suas cartas, sempre procurando empregar palavras adequadas, ensejando a leitura, comentando as obras lidas, seja literárias, seja historiográficas, seja aconselhando os mais jovens, neste caso, parentes seus e os seus missivistas constantes, enquadra-se no pequeno mundo dos intelectuais.

Dino Preti (1991), em a *Linguagem dos idosos*, confirma de algum modo o que acabei de registrar, ao apontar algumas transformações, que “o envelhecimento pode produzir nos falantes, não só em razão de problemas decorrentes na natural

degenerescência psicofísica, mas também em função de fatos socioculturais que atuam sobre os idosos, na sua interação verbal com os outros falantes na comunidade”.¹⁴

Michel Foucault (2010) por seu turno, transformou-se em uma referência para quem trabalha com a escrita de si, daí serem as cartas escritas por Possidônio e por seus missivistas que sustentaram a escrita deste artigo. Foucault nos ajuda a refletir sobre o processo de subjetivação e da constituição de uma autoimagem dos autores das cartas tomadas como suporte deste artigo. Recorremos aos trabalhos desse autor que tratam da “História do cuidado de si” e das “técnicas de si”,¹⁵ para pensar uma maneira de fazer a história da subjetividade, por meio da formação e das transformações em nossa cultura e das “relações consigo mesmo, com seu arcabouço técnico e seus efeitos de saber”.¹⁶ Reforço o ensinamento de Foucault quando este relata:

O tema do cuidado de si foi consagrado por Sócrates; a filosofia posterior o retomou e, na medida em que ela mesma se concebeu como uma arte da existência, a problemática do cuidado ocupou o centro de suas reflexões. Esse tema acabou ultrapassando os limites da filosofia e alcançou progressivamente as dimensões de uma verdadeira cultura do cuidado de si [...] A História do Cuidado e das Técnicas de si seria então uma maneira de fazer a história da subjetividade; mas já não através das separações entre loucos e não loucos, enfermos e não enfermos, delinquentes e não delinquentes, mas através da formação e das transformações em nossa cultura das ‘relações consigo mesmo’, com seu arcabouço técnico e seus efeitos de saber [...] Entre as técnicas do cuidado de si mesmo encontramos: os ritos de purificação, as técnicas de concentração da alma, as técnicas de retiro (*anachóresis*), os exercícios de resistência.¹⁷

O sentido do cuidado de si neste texto foi tomado para refletir sobre o envelhecimento, afunilando para um homem que viveu toda

sua vida em uma cidade do sertão do Piauí, Oeiras, saindo fisicamente dela em poucas oportunidades, e Teresina, a capital do Piauí, sempre foi o destino. As razões para tais deslocamentos, no geral, estavam relacionadas às doenças do corpo, portanto, relacionadas ao envelhecimento.

Apesar de registrar alguns discursos sobre as dores físicas e de dores relacionadas às perdas humanas (filhos, esposas, amigos), o trabalho valoriza a velhice ao enfatizar a atividade epistolar dos personagens pesquisados, traços marcantes como as formas de se posicionar em relação a si mesmo, em relação aos outros e em relação ao envelhecimento, porque esse assunto configura-se um aspecto relevante nas trocas de informações realizadas por meio de cartas entre intelectuais piauienses, os quais as tomam “como objeto de conhecimento e campo de ação”,¹⁸ o que ao nosso ver pode significar uma intimidade com os limites do corpo, produzindo desta forma o domínio de si.

Queiroz, já no final de sua vida, insistia em manter a comunicação epistolar com seus pares. Todavia, em meados da década de 1990, os problemas de doença provocaram sofrimento, pois já não possuía o viço de outrora e padecia com os males da idade avançada: o Glaucoma e a surdez eram os que mais o afetavam. Ele, assim, externava sempre aos confrades:

[...] estou mais velho. Cada ano que passa a gente vai descendo o arco da vida de que fala o autor da Divina Comédia. Sobee-se, por um lado, menino, depois adolescente, depois rapazinho, cabeça cheia de sonhos e de fantasia, e sobee-se, já no ápice com esposa e filhos e depois começa-se ainda forte, enceta-se a descida. Já estou me aproximando dos últimos degraus. Mas vivendo[...]¹⁹

Queixava-se de não mais poder ler e escrever, o que causava grande mal-estar físico e psíquico. Justificava a demora e, muitas vezes, a ausência de respostas aos seus correspondentes, alegando tais fatores; entretanto, ao final do recorte, registrado neste artigo, declara que continua “vivendo”, portanto, mesmo acossado

pelos males da cegueira e da surdez, manifesta a vontade de viver e manter a relação de amizade com os seus correspondentes.

Em carta datada do dia 2 de outubro de 1990, informa ao amigo Bugyja Brito: “Esse estado de coisas me faz cometer grande falta para com o caríssimo e bondoso amigo. Espero que dessas faltas seja eu absolvido e salvo pela sua bondade, e então terei encontrado o porto que procurava. O porto e o salvamento”.²⁰ Referindo-se aos versos de Camões: “Depois de procelosa tempestade, noturna sombra e sibilante vento, traz a manhã serena claridade, esperança de porto e salvamento”, os quais eram citados de forma recorrente em suas missivas como modo de identificar-se com o grupo ao qual pretendia pertencer: Os intelectuais.

Em carta endereçada a Anita Leocádia, no dia 2 de fevereiro de 1993, insiste nos queixumes:

[...] estou com saúde arruinada, devido ao enoitiamento da vista pela insidiosa catarata que me proíbe ler e escrever – devido a isto tenho cometido para com a egrégia mestra que o país todo conhece e que eu tanto e humildemente admiro, o pecado mortal, o grande pecado de não haver escrito há mais tempo à ilustre professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.²¹

Nessas ocasiões, “Possi” solicitava a pessoas próximas para auxiliá-lo na tarefa de responder as cartas dos confrades. Em uma ocasião, pediu à neta Vanda Queiroz, que estava em Oeiras de férias do trabalho exercido na Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Em outras situações assemelhadas, era o advogado Carlos Rubens, tido como amigo particular, quem assumia o papel de secretário, tanto para ajudá-lo na efetivação da interlocução epistolar quanto para ler e provocar fecundas discussões relacionadas à cidade e fatos que marcavam a memória dos dois interlocutores.

No dia 2 de julho de 1992, Possidônio reiterou as sensações de abatimento e, mesmo com a condição física debilitada, construiu táticas para driblar a situação e não permitir que a comunicação epistolar cessasse. Narra que:

[...] o Glaucoma e catarata me torturam cada dia mais, não me deixando ânimo para escrever uma linha, em atendimento a obrigações inadiáveis. Somente hoje, o que me entristece, estou podendo agradecer o seu gentil e estimado cartão de felicitações pela passagem do meu natalício. O estado de saúde não me deixou fazer-lhe uma linha para mandar-lhe os meus embora pelo transcurso dos seus oitenta e cinco (85) janeiros.²²

No entanto, tinha a data bem guardada no íntimo:

Quando tinha vista servi de secretário a muitos na redação de cartas, telegramas, petições e até de discursos. Agora, vivo a cometer pecados mortais. Ainda existe pecado? Nunca mais ouvi falar em pecados[...] O nosso caríssimo Carlos Rubens vem ao meu escritório quase todos os dias e me deu a alvissareira notícia de que o querido conterrâneo virá²³ rever parentes em dias deste mês de julho.

É difícil imaginar Possidônio não podendo fazer o que tinha feito durante quase toda a sua vida – ler e escrever –, dependendo agora da disponibilidade de pessoas do seu ciclo de amizade, para responder a seus correspondentes. Provavelmente, sentiu a falta do contato com os livros de sua biblioteca. Tinha todas as razões do mundo para reclamar e duvidar de sua própria fé, quando pergunta se ainda existe pecado. Contudo, em crônica intitulada “Mestre Possidônio”, escrita por Pedro Ferrer Freitas (2001) e publicada no livro *Solo distante (crônicas oeirenses)*, informa que, certo dia, no decorrer do mês de novembro de 1994, em visita ao amigo Possi, ratifica a percepção descrita:

Para um homem que passou toda sua vida lendo ou escrevendo, não poderia acontecer coisa pior. Não bastasse, enviuvou há pouco mais de três meses de sua companheira de quase sessenta anos, D. Otacília, a mãe Cila

de toda a cidade. Mas não se lamentava um só momento. Encara essas desditas como acontecimentos a que estão expostas as pessoas longevas[...]²⁴

No que concerne à natureza desse tema:

Nos epicuristas, de modo muito claro, por razões evidentes, como também nos estoicos para os quais os problemas relativos à tensão da alma/saúde do corpo estão profundamente ligados, veremos o corpo reemergir como um objeto de preocupação, de sorte que ocupar-se consigo será, a um tempo, ocupar-se²⁵ com a própria alma e com o próprio corpo.

A prática escriturária mantinha Queiroz altivo, lícido, atualizado e atualizando os pares, via missivas acerca da produção literária local e das atividades culturais das academias das quais fora partícipe. Sua garra envolvia a todos no ofício da facção dos manuscritos epistolares, sobrinhos, amigos, como já discorrido. Todos o encorajavam, aceitando de bom grado a solicitação para ajudá-lo com a tarefa de redigir as correspondências. Os confrades em suas respostas interagem de forma a concatenar com as fragilidades corporais, haja vista que muitos deles possuíam a mesma idade. E ele agradecia e renovava-se.

Possidônio informa, em missiva do dia 21 de maio de 1991, sobre o iminente lançamento do último exemplar da revista do Instituto Histórico de Oeiras, que estava quase pronta para circular, faltando apenas a produção gráfica da capa. Informa também sobre a ampliação do cotidiano de programações do Centro Cultural de Oeiras, manifesta sua preocupação em manter sua terra natal “progredindo no campo da cultura, a fim de conquistar a antiga posição de Rainha, de situar-se apreciavelmente entre as suas mais destacadas irmãs do Estado”.²⁶ Compartilha certo ressentimento ocasionado em boa parte dos oeirenses, em razão da transferência da capital do Piauí – Oeiras – para a Vila Nova do Poti, posteriormente elevada à categoria de cidade com o nome de

Teresina, em homenagem à imperatriz Teresa Cristina, esposa de D. Pedro II, monarca à época, fato ocorrido no ano de 1852, realizado pelo governador Antônio Saraiva.

É perceptível em sua escrita certa nostalgia em relação ao tempo, em que, de forma soberana se engajava nas lutas pró-desenvolvimento da cidade com a exemplar criação do ginásio em Oeiras. Luta renhida, cujo êxito se atribui a ele e alguns companheiros, como o cônego Antônio Cardoso de Vasconcelos, incansável colaborador, em situações similares. A exemplo do empenho na manutenção do nome de Oeiras, posto que havia um decreto-lei editado pelo Estado-Novo, em 1943, que disciplinava a questão da duplicidade de topônimos em todo o Brasil. Ou seja, o nome da cidade de Oeiras, que nasceu às margens do riacho Mocha no Estado do Piauí, não poderia ser legitimado, segundo o decreto estabelecido, em razão da existência de um outro território com a mesma nomenclatura, localizado no Estado do Pará, região Norte.

Em carta de 2 de setembro de 1987, Possidônio recorda as práticas beligerantes desenvolvidas em prol da implantação do ginásio na cidade de Oeiras. Como um ativista cultural, não se furtou às negociações em favor da causa da implantação do ginásio. Apesar de sua figura mirrada, pois era pequenino e muito magro, tornava-se “Golias” quando resolvia enfrentar circunstâncias como esta. Nesses momentos, saía do seu refúgio, o gabinete de trabalho, e se mostrava em praça pública desprovido de qualquer temor.

Revestia-se de coragem na peleja pelas causas de Oeiras, parecia não pensar nos desdobramentos que tal atitude pudesse causar a si. Com efeito, do ponto de vista do discurso, teve que se indispor com algumas figuras do mundo político-ideológico da cidade, como anunciado a seguir:

[...] a idade já me tem afastado de qualquer atividade desse ramo. Quando moço, atirei-me contra (muito a puridade) a vontade de eminentes oeirenses, contra a vontade dos que queriam lutar pelo ideal, pela criação do nosso ginásio. Pronunciei muitas palestras

dominicais através da amplificadora católica, posta de muita boa vontade, à minha disposição pelo saudoso Cônego Antônio Cardoso de Vasconcelos, que foi também uma força a batalhar pela criação do nosso ginásio, como de resto, a lutar por tudo quanto dissesse com o progresso da ex-metrópole do Piauí.²⁷

O missivista, ao lembrar-se do episódio narrado, o faz dando ênfase às suas atividades enquanto jovem, porém, não deixa de esclarecer o sentido de permanência de certas emoções quando versa sobre sua empolgação com a apetência dos caros colegas, de sua idade, que possuíam o mesmo ardor e força para se manterem atentos aos ritmos das produções culturais da vida literária no Piauí e da dinâmica do cotidiano de suas cidades.

Na mesma carta felicita o destinatário pela passagem do seu natalício: “Hoje me alegro das suas oitenta e quatro primaveras. Sempre lúcido, cheio de vida, escrevendo, trabalhando, mandando para os amantes das boas letras páginas de fina literatura”.²⁸

O receptor da missiva, por seu turno, compartilha as sensações do velho amigo e seletor correspondente, ao demonstrar postura empática quanto ao assunto das mazelas do corpo, e o revitaliza com o discurso cristão, o qual norteou suas posturas ideológico-religiosas bem como seus textos. Educados sob a doutrina e os preceitos da fé católica, era o Deus Cristão, misericordioso, o guardião de suas vidas:

[...] tive grande alegria em receber sua prezada missiva de 2 do corrente, bem posso compreender o que houve com você: problema de vista, pressão arterial alta, semi-surdez. Mas se tudo passa, quanto aos males que são próprios da idade octogenária, vamos para frente! Eu também octogenário como sou, tenho mazelas que gostaria de não tê-las. Deus é misericordioso e, por isso, dará a você uma dose de paciência e uma melhoria nos efeitos das mazelas.²⁹

Os estudos de Sêneca (apud FOUCAULT, 2010, p. 98) sobre a velhice registram que “na cultura antiga a velhice tem um valor, valor tradicional e reconhecido, mas em certa medida, por assim dizer, limitado restrito e parcial. Velhice é sabedoria, mas também fraqueza”.³⁰ Ora, para Possidônio velhice representava sobremaneira sabedoria, conhecimento adquirido na juventude e aplicado na fase madura ou na velhice, mas também as dores da velhice, como registrou no extrato da carta aqui transcrito.

Possidônio registrou, em carta de 24 de outubro de 1987, que, ao dirigir-se ao local onde aconteceria a solenidade em homenagem ao nascimento do poeta Celso Pinheiro, levou consigo o número dois da *Revista do Cenáculo Piauiense de Letras*, de 7 de setembro de 1928, na qual estavam publicados breves dados biográficos do literato mencionado. Inferimos que a prudência que pontuava a personalidade de Possidônio o impulsionou a tal atitude. Caso fosse requerido a pronunciar-se, teria consigo um suporte que permitiria falar sem receio sobre a vida do poeta. As expectativas de Queiroz não foram frustradas. Foi convidado pela diretora do Centro Cultural de Oeiras, a Sra. Ione Carvalho, para pronunciar-se sobre a data comemorativa. Registra na carta:

[...] pronunciei, então de improviso, em que me principiei invocando o meu antigo professor, desembargador Pedro Sá, para externar pensamento dele, segundo o qual, depois de uma conferência não deveria ter discursos, a fim de que a assistência pudesse levar para casa levando na memória os argumentos do conferencista. Mas como a palavra me fora dada [...] invoquei o autor de ‘O evangelho nas selvas’, o poeta louco que escreveu um poema exaltando a velhice. Pela minha idade, mais de 81 anos, sentia-me satisfeito ao invocar esse poema e o seu autor, e acrescentava que, graça à minha idade provecta, pude conhecer na minha mocidade a poesia de Celso Pinheiro, que não era um desconhecido para mim.³¹

O subscritor da correspondência posiciona-se no mesmo

documento, de forma a desenhar seu autorretrato, subjetivando-se como sujeito do conhecimento que se revela compenetrado presunçoso. Ele inicia sua fala expressando sua posição na votação que havia eleito o Príncipe dos Poetas Piauienses, no ano de 1990. Embora o resultado da eleição não tenha sido favorável a Celso Pinheiro, mas sim ao vate Da Costa e Silva. Possidônio reitera a admiração pelo poeta Celso Pinheiro, que tanto o inspirou e aguçou suas sensibilidades quando ainda jovem. Nesse aspecto, reproduzo a seguir sua fala:

[...] exibindo a revista do extinto Cenáculo Piauiense de Letras, mostrei a circular publicada na mesma revista, e assinada por Antonio Neves, Buggy Britto, Jesus Medeiros, Martins Vieira e Sousa Lima Machado, membros da comissão organizadora para levantar o pleito em que se iria eleger o Príncipe dos Poetas Piauienses. Mostrei que eu era sócio correspondente do Cenáculo, e como tal me fora dado o direito de voto. Disse que havia votado em Celso Pinheiro, que teve muitos votos, mas o eleito fora Da Costa e Silva. Falei sobre o autor de 'Copa de ébano', que no seu voto fez o elogio de Celso Pinheiro, mas que era levado por motivos filosóficos ponderosos, era levado a votar em Da Costa e Silva, sem que isso excluísse a grande admiração pelo vate que tanta sensibilidade desperta em quem o lê – Celso Pinheiro.³

Dentre as inúmeras alusões acerca da expressão velhice e do cuidado de si nos textos escritos por intelectuais piauienses, apoio-me, mais uma vez, em Michel Foucault:

[...] que o cuidado de si precisa ser praticado durante a vida, principalmente na idade adulta, e em que assume todas dimensões e efeitos durante o período da plena idade adulta, compreende-se bem que o coroamento, a mais alta forma do cuidado de si, o momento de sua recompensa, estará precisamente na velhice.³³

Os documentos pessoais de Possidônio e outros intelectuais piauienses configuram-se *lócus* de emoções, de sensibilidades, dores, saudades e outros sentimentos que atravessaram os escritos dos missivistas em todas as fases da vida produtiva, e cuja intensidade se reproduz nos textos narrados por eles, na fase mais madura, sobretudo os trocados com o confrade Bugyja Brito.

Vale reiterar que, no final da década de 1980 e início de 1990, os discursos epistolares que abordavam a temática “estado de saúde” constituíam matéria cativa em correspondências endereçadas por Possi aos pares. No dia 8 de abril de 1987, informa a Bugyja Brito: “Há muito não tenho cartas do ilustre conterrâneo. A saúde, meio mole, me tem forçado, malgrado meu, a *fazer férias indesejadas* (grifo do autor da carta), na atividade epistolar”.³⁴ Tal circunstância o afligia sobremaneira, causando pesar e descontentamento por não estar em dia com os correspondentes.

Os estudos sobre a categoria velhice nas práticas de si, com o cristianismo e as promessas do Além, ganham nova dimensão: a morte. Assim, passa-se a compreender que a velhice ganhará também um novo sentido, será interpretada como o momento da completezude:

Nessa forma de prática de si o idoso é portanto aquele que se apraz consigo, e a velhice, quando bem preparada por uma longa prática de si, é o ponto em que o eu, como diz Sêneca, finalmente atingiu a si mesmo, reencontrou-se, e em que se tem para consigo uma relação acabada e completa, de domínio e de satisfação ao mesmo tempo. Se a velhice for realmente isso – esse ponto desejável, há que se compreender que ela não seja considerada simplesmente como um termo da vida, nem percebida como uma fase em que a vida definha. A velhice deve ser considerada, ao contrário, como uma meta, e uma meta positiva da existência. Deve-se tender para a velhice e não se resignar a ter que um dia afrontá-la. É ela com suas formas próprias e seus valores próprios, que deve polarizar todo o curso da vida.³⁵

No ano de 1994, a morte solapou parte das forças do grande orador da Vila da Mocha. Possidônio perdeu sua companheira de vida, que estivera ao seu lado por sessenta e cinco anos, sete meses e dezenove dias, com a qual partilhou a responsabilidade de educar filhos, sobrinhos e netos. O acontecimento afetou ainda mais a cegueira e as demais mazelas do corpo. O estado de saúde do sensível escritor oeirense agravou-se significativamente. Volto a dialogar com Foucault no momento em que considera a velhice como um momento de total completude, pois vejo em Possidônio, à época com noventa e três primaveras, uma fortaleza espiritual.

Com efeito, as cartas enviadas neste período eram ditadas. A falta da visão não solapava sua energia vital. Comportava-se como o grande mestre que fora no passado. Demonstrava seu indelével vigor pelo saber e pelas amizades edificadas ao longo das eras. Registrou em carta destinada ao poeta Magson da Silva, de 19 de dezembro de 1994, pouco tempo antes de falecer:

[...] estou ditando poucas linhas de agradecimento ao seu inspirado livro 'Versos a lua'. O nobre poeta inspirou-se no astro tão bonito que tem emocionado não só os homens, mas até as feras [...] Cego, não pude ler o seu livro magistral. Estou procurando quem me leia as suas estrofes magníficas para consolo espiritual do meu estado de saúde. Estou agora apenas comunicando o recebimento e agradecendo [...].³⁶

Veja o leitor que o missivista informa ao correspondente que “estava ditando a carta”, solicitando, desta feita, a uma de suas filhas, que a transcrevesse. Não mais conseguia ver a Lua, mas este astro durante muito tempo tinha sido companheiro nas noites de serestas, atividade lúdica desenvolvida por toda a sua vida musical. O trecho da carta, recortado, deixa claro que a memória é um instrumento fundamental nas condições vividas por Possidônio. Lembra-se das leituras nas quais a Lua era homenageada ou servia de inspiração para os poetas e namorados. Não se esqueceu de agradecer pelo

livro, e mais, de qualificá-lo como magistral, mesmo não o tendo lido. Uma prática comum entre intelectuais, elogiar o trabalho do outro.

Possidônio adotou um modo de vida particular, no qual, independente da idade cronológica, postava-se como um sujeito cuja obstinação pelo conhecimento pontuou sua existência, seja como músico, cronista, professor, historiador. Foi um incansável agitador e ativista cultural; e quanto mais idoso, mais sereno e produtivo Queiroz se tornava. Desconfio que pretendesse mesmo viver para ser velho e encontrar o “gozo de si”, sentimento registrado nos escritos de Sêneca:

[...] não posso estar de acordo com as pessoas que repartem sua vida em fatias e que não tem a mesma maneira de viver conforme estejam em uma ou outra idade. Sêneca propõe substituir essa repartição por uma espécie de unidade – se quisermos dinâmica: unidade de movimento contínuo que tende para velhice [...] apressai-vos em direção ao lugar que vos oferecerá um abrigo seguro. E o lugar que vos oferecerá um abrigo seguro será a velhice. Se quisermos, empregando uma fórmula que não se encontra em Sêneca e excede um pouco o que ele diz, poderíamos afirmar: doravante deve-se ‘viver para ser velho’. Deve-se viver para ser velho, pois é então que se encontrará a tranquilidade, o abrigo, o gozo de si.³⁷

Dáí pode-se admitir, trilhando as pegadas de Cícero em “Saber envelhecer seguido de a Amizade”, que envelhecer é pensar que a idade avançada proporciona a sapiência humana e o bem-estar intelectual.

É, portanto, ao caráter de cada um, e não à velhice propriamente, que devemos imputar todas essas lamentações. Os velhos inteligentes, agradáveis e divertidos suportam facilmente a velhice, ao passo que a acrimônia, o temperamento triste e a rabugice são deploráveis em qualquer

idade.³⁸

Essa assertiva pode ser aplicada ao nosso principal missivista. O temperamento de Possidônio sempre foi o de contentamento e vivacidade, estimulava a todos com quem engendrou uma convivialidade. Com sua vontade e persistência ensinava, por meio dos bons conselhos os valores que lhe eram caros, como honestidade, hombridade, humildade e afeição pelos estudos e pela musicalidade. Diferentemente de Mário de Andrade, como registrado, gostava de aconselhar.

Mesmo com idade madura não negligenciou dos afazeres e compromissos com a vida literária e com as práticas que o mantinham inserido em um circuito de sociabilidade. Parecia entender que fazer parte deste universo, cujo deslocamento de ideias, trocas de comportamentos, sensibilidades e sobretudo a circulação de impressos, retroalimentava a vida literária e cultural de Oeiras e de seu país.

No ano de 1994, envia carta ao escritor piauiense William Palha Dias, acusando o recebimento do livro *Alcorão rubro*, e comenta: “É um livro que deve ser lido com interesse e mediado pelos estudiosos da história do Piauí”.³⁹ Da mesma forma, em carta endereçada à acadêmica Nerina Castelo Branco, ao receber o livro *Além do silêncio*, informa que “embora tivera sido operado da vista por mãos de mestre, não havia recuperado a visão”.⁴⁰ Destaca que, no período pós-operatório, o advogado Carlos Rubens o visitou sistematicamente e lhe fizera o favor de ler a apresentação da referida obra, escrita pelo então presidente da Academia Piauiense de Letras Dr. Manuel Paulo Nunes.

Como já mencionado, elogia as obras, depois de ter ouvido a leitura de parte delas. Renova, na oportunidade, os votos de admiração pela autora Nerina Castelo Branco, ao anotar em pequenos versos fulgurantes uma mensagem carinhosa com a qual firmava a sua estratégia de atuação entre os pares. Queiroz repete uma informação encontrada em suas leituras, reconhecendo no conhecimento e na prática das virtudes nutridas em qualquer idade que elas “dão frutos soberbos ao término de uma existência bem

vivida”.⁴¹

Parabéns, inteligente acadêmica, continue viajando em raptos sublimes até o interior de nossa galáxia e de lá traga uma e mais vezes tinta e inspiração (que luz a graciosa acadêmica tem em grande reserva no seu cérebro admirável)⁴² para escrever novas encantadoras obras.

Veja o leitor que a sensibilidade do missivista mantém sua elegância quando se reporta a uma mulher. Nerina Castelo Branco é uma poetiza e foi uma de suas correspondentes frequentes.

Em verdade, se a velhice não está incumbida das mesmas tarefas que a juventude, seguramente ela faz mais e melhor. Não com a mesma força física, a mesma agilidade física e mental que autorizam as grandes façanhas; são outras qualidades como a sabedoria, a clarividência e o discernimento. Qualidades das quais a velhice não só não está privada, como, ao contrário, pode muito especialmente se valer e o que foi registrado através das correspondências de Possidônio dão conta.

A fim de reforçar a narrativa desenvolvida até o momento, acrescentamos que Cícero (2012), no livro supracitado, anuncia que saber envelhecer é pensar que a idade avançada traz sabedoria. Catão, em diálogo com Lélío, citado por Cícero, afirma:

[...] assim ouvi dois antigos cônsules de minha geração queixarem-se amargamente de estarem privados dos prazeres sem os quais, supunham, a vida nada mais valer, ou ainda, de serem agora negligenciados pelos mesmos que os honravam outrora. Escutando-os, eu tinha a impressão de que se enganavam de culpado. Será de fato a idade que devemos incriminar? Ora, sei de muitos que vivem sua velhice sem jeremiadas, aceitam alegremente estar liberados da carne e são liberados pelo que o cercam. É, portanto, ao caráter de cada um, e não à velhice propriamente, que devemos imputar todas essas lamentações. Os velhos inteligentes, agradáveis e divertidos

suportam facilmente a velhice, ao passo que a acrimônia, o temperamento triste e a rabugice são deploráveis em qualquer idade.⁴³ As melhores armas para a velhice são o conhecimento e a prática das virtudes.⁴⁴

Possidônio Queiroz, nesse sentido, registra as dificuldades para continuar com a produção intelectual, mas isso não o desanima, pois recebe o apoio de parentes e amigos, mas não é a mesma coisa. Na troca de cartas, os limites e as fragilidades de um corpo marcado pelo envelhecimento e pelos males que a avançada idade lhe trazia ficam grafados. Assim, podem-se ler cartas trocadas entre Queiroz e Brito,⁴⁵ onde Possidônio enfatiza a vontade de inteligência contida no velho corpo fatigado, mas ávido por saber e desejoso de transmissão às gerações seguintes e a seus correspondentes o “fogo das artes literárias”.⁴⁶

A carta aludida acima inicia-se com versos de Camões, o que demonstra a preocupação com a erudição, marca registrada que faz parte do mundo dos intelectuais. Os versos lhe serviram para metaforizar seu estado de saúde mental e físico, pois, ao sentar-se diante de sua velha máquina, que ele carinhosamente chamava de “velha Remington”, em alusão a seu fabricante, vinham-lhe logo à memória os versos com que o divino caolho abre a estrofe do canto IV de *Os Lusíadas*. Toma o que escreveu o poeta português como referência e narra:

Também a mim, depois da tempestade proveniente de doenças: tensão arterial alta, semi-surdez, problemas de vista (glaucoma), etc., vou graças a Deus melhorando e alimentando esperança de porto e salvação. Isto é, a esperança de que vai me deixando a falta de coragem para qualquer leitura e para qualquer esforço intelectual, mínimo que fosse. Não tinha coragem. Uma terrível inapetência não para alimentos físicos mas para qualquer alimento da alma.⁴⁷

As notícias sobre doenças estão sempre em pauta nas correspondências de Possidônio. Por vezes, detalha minuciosamente as sensações do corpo, as impressões de desconforto: “Às vezes, trata-se de lembrar os efeitos do corpo na alma, a ação desta no corpo, ou a cura do primeiro pelos cuidados dispensados a segunda”.⁴⁸

Outro ponto que ganha relevância nos documentos de Queiroz foram as correspondências trocadas, cujo teor remete aos convites feitos a ele para participar de solenidades públicas, fenômeno que pontuou toda sua vida na pacata urbe onde nasceu. Em meados da década de 1990, o velho Possi não mais podia atendê-los, por causa dos contratempos causados pelas enfermidades. Isso é explicitado na carta que o Sr. Francisco Gerardo da Silva – ilustre edil de Teresina – e da Sra. Eugênia Maria Fortes – presidente da Fundação Cultural Monsenhor Chaves –, para a solenidade de lançamento do exemplar número nove da Revista *Cadernos de Teresina*, que ocorreria no dia 25 de maio de 1995. No exemplar incluiu-se a crônica “A Mulher”, de Possidônio Queiroz.

Na epístola do dia 6 de outubro de 1992, ele recusa convite para se fazer presente no Teatro 4 de Setembro em Teresina (PI), onde seriam lançados os livros de autoria dos maestros Emmanuel Coelho Maciel, falecido recentemente, e de Luís Santos. Anota na carta a tristeza que tal circunstância lhe provocou, afirmando que, pelo menos em espírito, acompanharia a excelente festa “que levava, certamente, aos que tiveram o prazer de assistir ao um estado de verdadeira anagogia”.

Em diversas cartas da derradeira década de vida do ilustre homem de letras oeirense, os convites pululavam. Sua presença continuava desejada nos grandes eventos culturais literários do Piauí. Permaneceu, deste modo, recebendo não só convites, mas as obras publicadas no Estado; ou seja, permaneceu envolvido na rede de sociabilidades em estudo até o momento final de sua vida.

O livro *Oeiras Monumento Nacional*, de Benedito Clemente de Siqueira Moura é uma dessas. O compêndio é composto por crônicas e artigos publicados antes em jornais diários. O recebimento do livro o manteve atuante na rede de contatos da

qual integrou e colaborou para que as artes literárias em Oeiras e no Piauí, quiçá no Brasil, tenham permanecido ativas. Afinal:

[...] a moléstia não é incorporada a um sistema de provocações. Fica-se doente no intervalo da saúde, quando, então, se apresenta mais fortalecido para as tarefas das quais, mesmo ao final da vida, não abdica: avançar na maturidade da criação literária e preparar, na consolidação da Academia, as provas de sua posteridade.⁴⁹

Acrescento outra correspondência enviada pelo missivista central desta narrativa ao Dr. Magno da Silvam, na qual ele dita, em poucas linhas, uma missiva para agradecer o livro que havia recebido, *Versos a Lua*:

O nobre poeta inspirou-se num astro tão bonito que tem emocionado não só os homens mas até as feras. Para escrever seu livro certamente que o ilustrado vate se transportou muitas vezes até os arredores desta hóstia de luz que nas noites de plenilúnio fez estremecer os corações de muitos Romeus e Julietas.

Todavia, alegava não poder ler a obra devido à galopante cegueira, narrava que estava procurando alguém que pudesse ler para ele.

A partir das manifestações registradas acima, podemos levantar a hipótese que a escrita e a leitura fortaleciam o espírito de Possidônio. As cartas e os livros eram o remédio da alma, permitiam seu envolvimento consigo mesmo, que transitasse em seu eu em movimentos ritmados, apaziguando seus temores e solidão. Nesses momentos, ele renovava as esperanças e o sentimento de coragem e também de amizade e confiança aos destinatários. O tom confessional da carta demonstra a crescente afetividade entre eles, o que podemos constatar, também em outras correspondências, nas quais “[...] a amizade era confirmada na mesma chave de subjetividade, da verdade, da sinceridade do coração”.

Michel Foucault (2014) defende em *A hermenêutica do sujeito*

que:

O cuidado de si era ligado a práticas ou organizações de confraria, de fraternidade, de escola, de seita[...] Isso de modo algum significa que essas práticas fossem isoladas. Faziam parte de todo um movimento que poderíamos denominar 'da moda'. Apoiavam-se também, senão em organizações culturais bem precisas, pelo menos em redes socialmente preexistentes, que eram as redes de amizades [...].⁵⁰

Possidônio Queiroz viveu toda a sua vida produtiva em Oeiras. Foi secretário municipal, proprietário de uma loja de artigos escolares, professor, jornalista, historiador e músico; logo, podemos chamá-lo de um agitador cultural. Ao lado destas atividades, correspondeu-se com homens e mulheres que moravam em várias cidades brasileiras, dentre as quais podemos destacar Teresina, Rio de Janeiro, São Luís, Campinas/SP, fazendo parte de um circuito de sociabilidade, decorrente de sua atuação vultosa que talvez o houvesse surpreendido, com a magnitude das relações construídas, por meio da troca de cartas e livros publicados.

Após seu falecimento, homenagens e gestos de reconhecimento e gratidão pelo feito em favor das artes literárias oeirenses/piaienses foram realizados, incluindo um exemplar da revista do IHO, em tributo a ele. Em depoimento concedido a Audrey Maria Mendes de Freitas Tapety, Pedro Ferrer Filho, amigo e ex-presidente do Instituto Histórico de Oeiras, relatou que Possidônio “merece neste Estado uma estátua, não apenas um busto. Seu nome hoje integra a mais respeitada confraria de literatos piauienses”.⁵¹

Notas

* Francisco Alcides do Nascimento & Audrey Maria Mendes de Freitas Tapety

¹ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Oeiras por meio das cartas de Possidônio. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, v. 10, n. 10, jan./jun. 2013. *Historiadores em comunicação: cartas trocadas*

entre Possidônio Queiroz e Anita Prestes. Fênix- Revista de História e Estudos Culturais, 2015.

² BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 77.

³ GIL, José. Metamorfoses do corpo. Tradução de Maria Cristina Meneses. 2. ed. Lisboa: Antropos, 1997. p. 173.

⁴ TÓTORA, Silvana. Velhice: uma estética da existência. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2015. p. 23.

⁵ Ibid., 2015, p. 23.

⁶ Id. ibid.

⁷ SANTOS, Cineas. As despesas de envelhecer. Revista Cidade Verde, Teresina, ano 6, ed. 137, p. 45, 15 maio 2016.

⁸ LAQUEUR, Thomas W. Corpos, detalhes e a narrativa humanitária. In: HUNT, Lynn. A nova história cultural. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 246.

⁹ LAQUEUR, op. cit., 2001, p. 245.

CAPONI, Sandra Da compaixão à solidariedade: uma genealogia da assistência médica. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

¹⁰ MÁRQUES, Gabriel García. Memória de minhas putas tristes. Tradução de Eric Nepomuceno. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 12.

¹¹ Id. ibid.

¹² LAQUEUR, op. cit., 2001, p. 245.

¹³ FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de Luca (org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2013.

¹⁴ PRETI, Dino. A linguagem dos idosos. Um estudo de análise da conversação. São Paulo: Contexto, 1991. p. 15.

¹⁵ FOUCAULT, Michel. O tema do cuidado de si foi consagrado por Sócrates; a filosofia posterior o retomou e, na medida em que ela própria se concebeu como uma arte da existência, a problemática do cuidado ocupou o centro de suas reflexões. Esse tema acabou ultrapassando os limites da filosofia e alcançou progressivamente as dimensões de uma verdadeira cultura do cuidado de si [...] A História do Cuidado e das Técnicas de si seria, então, uma maneira de fazer a história da subjetividade; não através das separações entre loucos e não loucos, enfermos e não enfermos, delinquentes e não delinquentes, mas através da formação e das transformações em nossa cultura das “relações consigo mesmo”, com seu arcabouço técnico e seus efeitos de saber [...] Entre as técnicas do cuidado de si mesmo encontramos: os ritos de purificação, as técnicas de concentração da alma, as técnicas de retiro

(*anachóresis*), os exercícios de resistência.

¹⁶ FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. Organização de Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2010. p. 14. (Coleção ditos e escritos).

¹⁷ Id. *ibid.*

¹⁸ WERNECK, Maria Helena. *Veja como ando grego, meu amigo. Os cuidados de si na correspondência machadiana*. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GORTLIB, Nádia Battela. *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 137.

¹⁹ QUEIROZ, Possidônio Nunes. *Carta enviada a Antonio de Sousa Bugyja Brito*. Oeiras, 2 out. 1990.

²⁰ Id. *ibid.*

²¹ QUEIROZ, Possidônio Nunes. *Carta endereçada a Anita Leocádia*. Oeiras, 2 fev. 1993.

²² QUEIROZ, Possidônio Nunes. *Carta endereçada a Antônio de Sousa Bugyja Brito*. Oeiras, 2 jul. 1992.

²³ Id. *ibid.*

²⁴ FREITAS, Pedro Ferrer Mendes de. *Solo distante (crônicas oeirenses)*. Teresina: Grafiset-Gráfica e Rego, 2001. p. 98.

²⁵ FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito: curso dado ao Colège de France (1981-1982)*. Edição estabelecida sob a direção François Ewald e Alessandro Fontana. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. p. 98.

²⁶ QUEIROZ, Possidônio Nunes. *Carta enviada a A. Tito Filho*. Oeiras, 21 maio 1991.

²⁷ QUEIROZ, Possidônio Nunes. *Carta endereçada a Antônio de Sousa Bugyja Brito*. Oeiras, 2 set. 1992.

²⁸ BRITO, Bugyja. *Carta endereçada a Possidônio Nunes Queiroz*. Rio de Janeiro, 21 maio 1991.

²⁹ BRITO, Bugyja. *Carta endereçada a Possidônio Nunes Queiroz*. Rio de Janeiro, 10 out. 1990.

³⁰ FOUCAULT, *op. cit.*, 2010, p. 98.

³¹ QUEIROZ, Possidônio Nunes. *Carta endereçada a Antônio de Sousa Bugyja Brito*. Oeiras, 24 out. 1987.

³² Id. *ibid.*

³³ FOUCAULT, *op. cit.*, 2010, p. 98.

³⁴ QUEIROZ, Possidônio Nunes. *Carta endereçada a Antônio de Sousa Bugyja Brito*. Oeiras, 8 abr. 1987.

³⁵ FOUCAULT, op. cit., 2010, p. 99.

³⁶ QUEIROZ, Possidônio Nunes. Carta endereçada a Magno Silva. Oeiras, 21 dez. 1994.

³⁷ FOUCAULT, op. cit., 2010, 201.

³⁸ CÍCERO, Marco Túlio. Saber envelhecer e a amizade. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2012. p.13.

³⁹ QUEIROZ, Possidônio Nunes. Carta endereçada a William Palha Dias. Oeiras, 1994.

⁴⁰ QUEIROZ, Possidônio Nunes. Carta endereçada a Nerina Castelo Branco. Oeiras, 19 dez. 1994.

⁴¹ CÍCERO, op. cit., 2012, p. 15.

⁴² QUEIROZ, op. cit., 19 dez. 1994.

⁴³ CÍCERO, op. cit., 2012, p. 13-15.

⁴⁴ Ibid., 2012, p. 13-14.

⁴⁵ QUEIROZ, Possidônio Nunes. Carta endereçada a Antônio de Sousa Bugyja Brito. Oeiras, 2 out. 1990.

⁴⁶ Id. ibid.

⁴⁷ Id. ibid.

⁴⁸ Id. ibid.

⁴⁹ MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009. p. 209.

⁵⁰ FOUCAULT, op. cit., 2010, p.103.

⁵¹ QUEIROZ, Possidônio Nunes. Entrevista concedida a Audrey Maria Nunes de Freitas Tapety. Teresina, abr. 2014.

HISTORIADORES EM COMUNICAÇÃO: CARTAS TROCADAS ENTRE POSSIDÔNIO QUEIROZ E ANITA PRESTES

Cartas que são crônicas, crônicas que são cartas, crônicas e cartas em série que podem ser lidas como folhetins ou diários.

Ângela Maria de Castro Gomes.

A construção deste capítulo nasceu concomitante à escritura de uma comunicação cujas fontes eram crônicas que tratavam, em sua maioria, do cotidiano da cidade, escritas por intelectuais radicados em Teresina. Ao manusear documentos, pude encontrar, especialmente, cartas no arquivo privado de Possidônio Queiroz, um intelectual radicado em Oeiras, cidade localizada ao Sul da capital, a 340 quilômetros desta. Entre estas estavam algumas importantes missivas, trocadas entre ele e Anita Leocádia Prestes.

A partir desta descoberta, veio a motivação inicial para o estudo posterior, pelo curioso fato de uma professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, filha de Luís Carlos Prestes, ter um interlocutor no sertão do Piauí. Algum tempo antes, tais fontes me haviam levado a um texto de Ângela de Castro Gomes (2005), do qual extrai a epígrafe deste artigo. Afirmo a professora que “cartas que são crônicas, crônicas que são cartas, crônicas e cartas em série que podem ser lidas como folhetins ou diários”.¹

A autora lista quatro fontes, cartas, crônicas, folhetins e diários, com as quais podemos construir uma narrativa historiográfica, e constituem ao que ela chamou de escrita de si, “[...] que abarca diários, correspondência, biografias e autobiografias, independente de serem memórias ou entrevistas de história de vida, por exemplo”.² Com base neste referencial é que a escrita deste artigo toma a

correspondência como um tipo específico de “escrita de si”.

Antecipo que “[...] ainda são pouco frequentes os trabalhos de pesquisas históricas que concentram a exploração da escrita de si. [...] Tal documentação apenas mais recentemente foi considerada fonte privilegiada e, principalmente, tornada, ela mesma, objeto de pesquisa histórica”.³

Não podemos esquecer, entretanto, que o historiador seleciona seus dados “em função de seu interesse em um determinado evento ou em um ato individual que responde intencionalmente às circunstâncias. A evidência é escolhida mais pelo que ela pode dizer sobre esse determinado evento ou ato individual do que pelo que possa explicar sobre quaisquer outros eventos de que categorias mais gerais e abrangentes”.⁴

Na ocasião dos fatos, postos em evidência para estudos atuais, Anita Prestes, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, estava pesquisando sobre a Coluna Prestes, um acontecimento relacionado diretamente com seu pai, Luís Carlos Prestes.

O número de cartas trocadas entre Possidônio e Anita Prestes não é grande, o que não significa, necessariamente, que estas se resumam às que serviram de suporte para esta narrativa. “Mas o que se deseja aqui ressaltar é que a correspondência de intelectuais, independente de sua abundância, é, certamente, um dos produtos marcantes no conjunto da obra de um autor”.⁵

Na verdade, a pesquisa iniciada em 2012 demonstra que Queiroz se correspondeu com muitos intelectuais, tais como: Arimateia Tito Filho, presidente da Academia Piauiense de Letras (APL); Francisco Cunha e Silva, Bugyja Brito, ambos também pertencentes à Academia Piauiense de Letras, inclusive, este último, embora fosse de Oeiras, morava no Rio de Janeiro; Miridan Knox, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que sempre contou com o apoio de Possidônio na realização de pesquisas, como atestam cartas remetidas pela professora ao seu colaborador.

Queiroz ganhou notoriedade em Oeiras, em razão de ser o narrador dos grandes acontecimentos relacionados à história de Oeiras e do Piauí, mas também por dar igual importância aos

pequenos acontecimentos do cotidiano da cidade.

Neste aspecto, “Possi” nos lembra o “cronista” a que se reportou, Walter Benjamin, quando registrou que este “[...] narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”.⁶

José Expedito Rêgo, companheiro de Possidônio em muitas jornadas intelectuais, escrevendo sobre Possi,⁷ evidencia o quão “sábio, autodidata, leitor compulsivo, estudioso da história de Oeiras, era o amigo que dominava também aspectos daquilo que alguns historiadores e antropólogos chamam de história popular e outros chamam de folclore [...], amante da terra berço”.⁸ Mas nenhum daqueles que escreveu sobre o nosso personagem lembrou-se de outra faceta da vida de Possidônio: gostava de escrever cartas.

Apesar de Possidônio Queiroz ter primado pela organização das correspondências enviadas e recebidas em pastas colecionadoras, foram localizadas, nas pesquisas realizadas até o momento, cartas fora daquela organização. Acrescente-se, tomando como suporte Ângela de Castro Gomes, que “[...] a atividade epistolar era uma prática disseminada e exercida com afincamento e prazer pela maioria deles [intelectuais], que não só escreviam muitas e muitas cartas, como se aplicavam a guardar as que recebiam, para a alegria dos pesquisadores que hoje sobre elas se debruçam”.⁹

Philippe Artières (1998), ao dissertar sobre modos e práticas dos franceses de “arquivar a própria vida”, nos lembra de uma prática de Possidônio Queiroz, pois, ao trabalhar com o arquivo privado deste intelectual, localizamos muitas pastas com variados tipos de papéis.

Cito como exemplo as cartas que já nos reportamos aqui, mas além destas, guardou também, fotocopiados, os envelopes das correspondências recebidas, sumários de revistas, contendo artigos que lhe interessavam, vez por outra, discurso proferido por ele próprio, crônicas que tratavam de Oeiras ou Teresina, desde que fossem elas escritas por pessoas de sua rede de sociabilidade, radicadas no Piauí ou fora dele, dentre outros.

Voltando a Artières, ele destaca que guardamos papéis, fotos, boletos de pagamentos, dentre muitos outros, para responder a uma injunção social.

Temos assim que manter nossas vidas bem organizadas, pôr o preto no branco, sem mentir, sem pular páginas nem deixar lacunas. O anormal é o sem-papéis. O indivíduo perigoso é o homem que escapa ao controle gráfico. Arquivamos, portanto, nossas vidas, primeiro, em resposta ao mandamento ‘arquivarás tua vida’ – e o farás por meio de práticas múltiplas: manterás cuidadosa e cotidianamente o teu diário, no qual, toda noite, examinarás o teu dia; conservarás preciosamente alguns papéis, colocando-os de lado, em uma pasta, gaveta ou cofre: esses papéis são a tua identidade; enfim, redigirás a tua autobiografia, passarás a tua vida a limpo, dirás a verdade.¹

Ao iniciar a escrita deste artigo, não tinha clareza das razões motivadoras do início da troca de cartas entre Possidônio e Anita. Esta trama começou a ganhar sentido quando localizei uma correspondência desta última endereçada a Arimateia Tito Filho, presidente da APL, datada de 24 de janeiro de 1986, na qual a missivista informa: “Em meu poder a sua carta do dia 20, assim como a ‘Revista do Instituto Histórico de Oeiras’ com o artigo de Possidônio Queiroz. Sem dúvida, muito interessante esta matéria e de grande utilidade para mim”.¹⁵ A correspondência foi encontrada no acervo privado de Queiroz; havia sido reenviada pelo presidente da APL, que escreveu na parte inferior da carta: “Carta da filha de Luís Carlos Prestes”.¹⁶

Para mim essa missiva provoca o início da correspondência entre Possidônio Queiroz e Anita Prestes. Naquele momento, avalio que esta última tinha interesse na passagem da Coluna Prestes pelo território do Piauí e por Oeiras, uma vez que estava escrevendo um livro sobre a temática. Manifestou outro desejo, o de criar um museu com peças usadas pelos “revoltosos”.

O interesse de Anita Prestes foi manifestado em correspondência endereçada a Arimateia Tito Filho:

Não quisera abusar de sua boa vontade, nem dar-lhe excessivo trabalho, mas certamente,

se isso for viável, gostaria muito de receber a fotocópia – melhor seria ainda o próprio original – do mapa que a Coluna deixou em poder da família Tapety. Tenho a esperança de, algum dia, vir a criar um museu da Coluna Prestes. E um mapa destes seria de inestimável valor.¹⁷

No dia 16 de fevereiro de 1986, Arimateia escreveu para Possidônio comunicando que iria procurar Juarez Tapety: “[...] falarei a ele sobre o mapa da Coluna Prestes. Trata-se de Anita Leocádia Prestes, professora universitária no Rio”.¹⁸ Aqui está uma das razões para que “a professora universitária” estivesse interessada em manter contato com alguém de Oeiras. Tentava obter um mapa que o Comando da Coluna Prestes havia deixado na cidade. Entretanto, quando a carta do presidente da APL chegou às mãos de Possidônio em Oeiras, este havia escrito no dia anterior para Anita Leocádia Prestes, e, como se pode constatar, não tratou do mapa:

Ilustre Professora,
Através do emérito Prof. Amigo, José Arimateia Tito Filho, DD. Presidente da Academia Piauiense de Letras, tomei conhecimento de que a Colenda patrícia está escrevendo a história da Coluna Prestes, no Piauí (sic). Será um trabalho muito importante, importante colaboração aos fatos históricos de um período conturbado da vida brasileira, nos dias ominosos da primeira República.

Como é do conhecimento de V. Exa., escrevi ligeiro trabalho, lembrando a Coluna Prestes ao ensejo dos sessenta anos do cerco de Teresina. E falei também da ocupação de Oeiras pela mesma Coluna.

Agora, como subsídio modesto, rogo permissão para ofertar-lhe uma foto do antigo palácio ‘João Nepomuceno’, onde estive aboletado nesta cidade o quartel general revolucionário. Neste prédio falei com o respeitável e famoso Chefe da Coluna, seu digno Pai.

Aí a foto do prédio histórico, de onde o

renomado Chefe Militar, Luiz Carlos Prestes, comandou a célebre Coluna, durante uns oito dias, nos idos de julho de 1926. O local, com os serviços de urbanização da cidade, está hoje mudado.
O aspecto externo do prédio é o mesmo.¹⁹

Percebe-se que o tratamento dado à correspondente é de “Exma. Professora” e de “Ilustre Professora”, podendo ser o indicativo de que o autor da carta não conhecia Anita Prestes, daí a forma cerimoniosa do tratamento. A correspondência “[...] tem um destinatário específico com quem se vai estabelecer relações. Ela implica uma interlocução, uma troca, sendo um jogo interativo entre quem escreve e quem lê – sujeitos que se revezam, ocupando os mesmos papéis através do tempo”.²⁰

Ângela de Castro Gomes nos auxilia no entendimento da escrita epistolar:

A escrita epistolar é, portanto, uma prática eminentemente relacional e, no caso das cartas pessoais, um espaço de sociabilidade privilegiado para o estreitamento (ou rompimento) de vínculos entre indivíduos e grupos. Isso ocorre em sentido duplo, tanto porque se confia ao ‘outro’ uma série de informações e sentimentos íntimos, quanto porque cabe a quem lê, e não a quem escreve (autor/editor), a decisão de preservar o registro. A ideia de pacto epistolar segue essa lógica, pois envolve receber, ler, responder e guardar cartas.²¹

Como já dissemos antes, a carta em tela é a primeira de Possidônio Queiroz para Anita Prestes. O primeiro parágrafo da missiva é dedicado a esclarecer, a meu ver, as razões que o levaram a escrevê-la para uma pessoa que não conhecia pessoalmente, portanto não mantinha relação pessoal. Informa ter tomado conhecimento, por meio de Arimateia Tito Filho, de que a professora estava escrevendo sobre a Coluna Prestes e, como registrado pela historiografia brasileira, deveria tratar da passagem da Coluna pelo território do Piauí. Mesmo sem ainda conhecer o referido trabalho, antecipa sua avaliação destacando: “Será um trabalho muito

importante, importante de colaboração aos fatos históricos de um período conturbado da vida brasileira, nos dias ominosos da primeira República”.²²

Possidônio se construiu instituindo-se em Oeiras como o principal historiador da cidade. Suas práticas culturais dão conta disso, e foi um dos fundadores do Instituto Histórico de Oeiras e também seu presidente em duas oportunidades. Escreveu “ensaios” sobre a história do Piauí e de Oeiras, fez um programa de rádio numa emissora da cidade, na qual tratava de assuntos variados, mas tinha predileção por aqueles relacionados à história e ao cotidiano da “Primeira Capital”.

No segundo parágrafo, Possidônio anota que a professora tinha conhecimento de um escrito seu que trata da passagem da Coluna Prestes por Oeiras em 1926. A missiva de Anita Prestes foi endereçada a Arimateia Tito Filho, que, por sua vez, a reenviou a Possidônio, pois, como já mencionado neste texto, este registra ter a professora recebido um exemplar da *Revista do Instituto Histórico de Oeiras*.

Queiroz destaca que a motivação, para a escrita haver chegado às mãos de Anita Prestes, teria sido a “comemoração” dos sessenta anos do cerco de Teresina pela Coluna Prestes. E acrescenta que tratou no mesmo texto da “ocupação de Oeiras pela mesma Coluna”.

Oferece à recente missivista uma fotografia do edifício que, no passado, havia recebido o nome de “Palácio João Nepomuceno”, mas o faz com muito cuidado, informando que era um “subsídio modesto” para as pesquisas de Anita Prestes sobre a Coluna Prestes. Se faz necessário avaliar de forma crítica toda e qualquer documentação. No caso específico, é importante questionar como Possidônio Queiroz poderia ter avaliado como modesta, para Anita, a contribuição enviada por ele, considerando que era a representação fotográfica do lugar onde se instalou o comando da Coluna Prestes em Oeiras, ficando ali por mais de uma semana! Como tal contribuição poderia ser “modesta” para Anita?

Muito provavelmente, ao informar que a foto era uma modesta contribuição, ele utilizou uma estratégia no sentido de iniciar e

manter contato, uma vez que, naquela conjuntura, os missivistas tinham interesse em um assunto: a Coluna Prestes. Por outro lado, é comum, entre os intelectuais, ou pelo menos em grande parte deles, uma espécie de falsa modéstia.

Possidônio apresenta-se como testemunha ocular da passagem da Coluna Prestes por Oeiras e acrescenta que conversou com Luís Carlos Prestes no Palácio fotografado. O envio da fotografia informa, intencionalmente ou não, que o autor da carta poderia transformar-se em interlocutor privilegiado de Anita Prestes: vivera os momentos de tensão da estadia da Coluna na cidade, conversara com Luís Carlos Prestes, havia escrito sobre o tema e demonstra com sua iniciativa que pode ajudar nas pesquisas, fornecendo dados, indicando sinais sobre o assunto.

Em 21 de fevereiro 1987, Anita Prestes respondeu a Possidônio, informando que acabara de receber a carta da qual tratamos ainda há pouco. Manifesta o seu agradecimento pelo envio da fotografia:

Não tenho realmente palavras para expressar-lhe o meu reconhecimento por semelhante oferta, tão interessante e de valor inestimável para mim e para a pesquisa que venho desenvolvendo sobre a Coluna Prestes. Posso assegurar-lhe que esta foto será incorporada à coleção iconográfica que possuo e que foi exposta ao público, aqui no Rio, por ocasião dos 60 anos do início da Coluna Prestes.

Se o senhor tiver alguma outra foto ou documento referentes à passagem da Coluna pelo Piauí, teria o maior interesse em obter uma cópia. Aliás, o Dr. Arimateia (sic) tem me ajudado muito, enviando fotocópias de diversos textos sobre o assunto.

Com os melhores votos pela sua saúde, despeço-me²³ com todo o respeito e consideração.

Vejam como a manifestação é calorosa e demonstra, ao contrário do que pensava Possidônio, que a fotografia possuía valor “inestimável do ponto de vista pessoal, mas também para a pesquisa que realizava na ocasião”. Ao informar que a foto seria incorporada ao acervo pessoal, termina por tocar em um dos

pontos nevrálgicos dos intelectuais, qual seja, o de que ele pode contribuir com o outro; dito de outro modo, os pedidos de favores são comuns.

Talvez se deva dizer que a relação iniciada pode ser chamada de “amizade intelectual”, proposta por Michel Trebitsch, que, segundo Ângela de Castro Gomes “[...] permitiria uma aproximação com circuitos informais de sociabilidade e que evocaria sentimentos, além de trocas de ideias e favores”.²⁴ Possidônio Queiroz passou sua vida inteira a atender pedidos de pessoas ligadas à cidade, mas que moravam em outros lugares. Anita tinha acertado na “mosca”, estava conseguindo um “auxiliar de pesquisa” com experiência e com muita vontade de registrar a presença de Oeiras fora dos limites do Piauí.

Anita Prestes aceita a contribuição de Possidônio para a pesquisa, mas comunica que já vem recebendo o apoio de Arimateia Tito Filho, através do envio de cópias de documentos, fato que pode tê-lo motivado, uma vez que os dois intelectuais piauienses cultivavam o “hábito” de trocar correspondência há muito tempo.

Possidônio Queiroz havia se tornado sócio correspondente da Academia Piauiense de Letras, eis uma razão para que recebesse cartas, livros, boletins daquela instituição. A forma como Anita Prestes se despede de Possidônio já indica um dos modos de tratamento entre os intelectuais: “[...] despeço-me com todo o respeito e admiração”.

Sobre correspondência, Ângela de Castro Gomes afirma sua opinião:

[...] é um gênero que possui inúmeras variações, tanto no contexto de sua produção, quanto no de sua recepção. De toda forma, quando se escreve uma carta, sempre se espera uma resposta, pois ela é, por excelência, um meio de comunicação. Cartas, muito frequentemente e enfaticamente, pedem cartas. Elas são, literalmente, letras em série: vão corresponder a uma demanda que se exprime pela palavra escrita.²⁵

Em resposta à carta de Anita, Possidônio escreveu em 24 de março de 1987, informando que, apesar de ter feito diligências pela cidade, não conseguiu localizar nenhuma fonte que pudesse ajudar nas pesquisas de sua correspondente:

[...] estive conversando com pessoas aqui sobre a Passagem da Coluna pela histórica Oeiras, mas ninguém me soube dizer nada. Infelizmente não tenho nenhuma fonte que registre o acontecimento importante que foi a marcha da célebre Coluna, nas suas andanças pelo Piauí, e sobretudo de sua passagem pela ex-capital da terra mafrensina. Tivesse, estaria nas mãos da digna e ilustre Patrícia, com muita honra para mim. Na década de 1970, tivemos aqui um pequeno jornal, O COMETA, de que cheguei a ser diretor. Em o nº 9, de setembro de 1972, estampeei ligeira nota sobre a Coluna. Remeto-lhe, referido número do jornal, juntamente com esta, para conhecimento da ilustre Professora ANITA.²⁶

Chama a nossa atenção o fato de Possidônio comunicar que andou pela cidade procurando obter informações, nada conseguindo. É possível que não tenha conseguido documentos reveladores, fotos, enfim, rastros da passagem da Coluna Prestes por Oeiras, como pedido por sua correspondente.

É provável ainda que, dentre os intelectuais da cidade, poucos tenham presenciado a passagem da Coluna Prestes por Oeiras. É possível também que eles não tenham tido a mesma preocupação de Possidônio Queiroz, ao contrário do que defende Christophe Prochasson, destacando que, frequentemente, [os intelectuais] “deixavam atrás de si uma massa importante de escritos pessoais da qual os historiadores podiam se apropriar. A publicação de correspondências, de diários ou cadernos inéditos muitas vezes facilitou o trabalho daqueles que tentavam entender os bastidores da vida cultural [...]”.²⁷ O fato é que, na realidade piauiense e oeirense, a publicação de tais documentos ainda é rara e estamos tratando da década de 1980 e de uma pequena cidade

do sertão do Piauí.

Na sequência, Possidônio relata que publicou em um jornal, nascido na década de 1970, sobre passagem da Coluna Prestes na cidade e no Piauí. Trata-se do jornal *O Cometa*,²⁸ que “Possi” enviou exemplar para a professora Anita Prestes.

Ao receber a carta e o exemplar do *O Cometa*, datados de 23 de março, Anita Prestes responde a Possidônio declarando: “[...] posso assegurar-lhe que o seu depoimento é da maior importância para a pesquisa que venho realizando sobre a célebre Marcha da Coluna. Fico-lhe, pois, muito grata pela sua atenção”.²⁹ Esta carta foi respondida no dia 4 de abril de 1987.

A partir desta, a comunicação entre os missivistas diminuiu, mas ao que parece havia uma razão. Uma carta de Possidônio, respondendo a Arimateia Tito Filho, denuncia isto: “Estou acusando em meu poder a sua missiva de 7 do corrente mês. Ciente e muito grato pela comunicação de que o líder LUÍS CARLOS PRESTES estará aqui, em Oeiras, no domingo, 26 deste mês de julho”.³⁰

Na mesma correspondência, “Possi” registra que tomou conhecimento por meio de visita à sua residência do presidente do Instituto Histórico de Oeiras, Ferrer Freitas, e da professora Rita de Cássia Campos, que Prestes estaria acompanhado de sua filha Anita Leocádia.

Soube, ao ler *O Dia*, diário publicado em Teresina, ter sido escolhido o orador oficial da solenidade que recepcionaria Luís Carlos Prestes em Oeiras, como registra em carta endereçada a Arimateia Tito Filho, de 20 de julho de 1987.

Tomei conhecimento da indicação do meu nome, como sendo a pessoa que saudaria ao ex-general revolucionário LUÍS CARLOS PRESTES através de nota inserta em O DIA. Conquanto muito honrosa incumbência, gostaria que a mesma tivesse sido outorgada a oradora oficial do Instituto Histórico de Oeiras, a Profa. Raimunda Araújo Torres. Digo isso ao Mestre caríssimo porque não se deve, a meu ver, afastar das funções aqueles a quem, por escolha da Entidade,

cabem esta ou aquela dignidade. Até mesmo para evitar amor próprio ferido.³¹

Possidônio, morando em uma cidade pequena e com muitas pessoas possuindo laivos de intelectualidade, registra que sua indicação “usurpava” o lugar do orador oficial do IHO e manifesta o temor de que o fato pudesse criar constrangimentos, mas não se omite de informar que ficara honrado com a escolha do seu nome.

Registrar seu incômodo com a indicação pode ter sido uma estratégia para evitar ciúmes da oradora oficial da instituição que prestaria homenagem a Prestes, embora também possa ter sido uma forma de manifestar o seu desagrado por ter tomado conhecimento de que seria o orador oficial na recepção de Prestes, através da leitura de um jornal.

Expõe a Arimateia Tito que, até o momento da escrita da carta em tela, não sabia o que dizer, a não ser “manifestar a satisfação de Oeiras em receber Prestes e sua filha Anita Leocádia”. É difícil acreditar nisto, sabendo da responsabilidade que lhe pesava sobre os ombros, mas também sabia ele que sua manifestação seria ouvida pela elite intelectual da cidade e também por convidados de Teresina e outros Estados brasileiros. Acrescente-se que tal honraria é sempre muito bem aceita por intelectuais.

O convite feito ao “Cavaleiro da Esperança”, estendido à filha Anita Prestes, foi assinado pelas autoridades citadas a seguir, obedecendo a seguinte ordem: Pedro Ferrer Mendes de Freitas, presidente do Instituto Histórico de Oeiras; Benedito de Carvalho Sá, Prefeito Municipal de Oeiras; e José de Arimateia Tito Filho, presidente da Academia Piauiense de Letras. Foi datado de 24 de junho de 1987:

Ao tempo em que cumprimentamos V. Exa., temos o especial prazer de convidá-lo, e à sua ilustre filha, historiadora Anita Leocádia, a visitarem este Estado, nos dias 25 e 26 do próximo mês de julho, em programação prevista para as cidades de Oeiras, Teresina e Monsenhor Gil (antiga Natal), sendo que esta, em 1925/1926, quando da passagem de V. Exa. pelo Piauí, pertencia ao município de Teresina.

O convite ora formulado vem a propósito disso, ou seja, a passagem de V. Exa. pela primeira vez na capital do Piauí bem assim pela antiga Vila Natal, há mais de sessenta anos, à frente da Coluna Prestes[...] Na expectativa de um seu pronunciamento, aproveitamos o ensejo para apresentar a expressão do nosso elevado apreço.³²

O convite foi aceito. No dia 26 de julho de 1987, Prestes e sua filha compareceram a uma sessão solene realizada no Cine/Teatro/Oeiras. As principais autoridades da cidade estavam presentes. Prestes inicia o seu discurso de agradecimento registrando que:

[...] é a primeira vez que participo de solenidade como esta. Sou muito habituado a receber ataques e insultos. Pela primeira vez recebo uma homenagem desta natureza, que a mim não pode deixar de comover muito. As homenagens aqui prestadas, permitam-me que eu³³ as transfira aos meus soldados da coluna.

Possidônio Queiroz, ao recepcionar Luís Carlos Prestes, destaca que:

A vossa vinda a Oeiras é motivo de satisfação para a ex-Metrópole do Piauí. Vossa Presença, hoje, na cidade invicta onde o Piauí nasceu, ficará registrada nos anais dos acontecimentos marcantes da vida de nossa terra, como fato histórico, a guardar-se para a posteridade.

Já estivestes aqui, Senhor, em permanência mais demorada que a de agora. Nos idos de 1926, pelo mês de julho, quando a Nação se estorcia, gemendo, sob as tenazes de um governo de exceção [...].³⁴

O discurso de Possidônio traduziu-se em narrativa que historiciza a trajetória de Luís Carlos Prestes, desde sua formação no Exército Brasileiro, passando pelas razões que levaram à formação da Coluna. Cita companheiros de jornada, como: Miguel Gosta, Juarez Távora, Antonio de Siqueira Campos, Osvaldo Cordeiro de

Farias, João Alberto Lins e Barros, Djalma Soares Dutra, chamado de “falange admirável”.

Em determinado momento, ele anota que “o vosso maior sofrimento, porém, nascia e se alimentava da visão que nos oferecia o povo ignaro, em grande parte explorado, levando a vida quase infra-humana. Então, o generoso coração do Cavaleiro da Esperança sofria e se irava. Não a ira dos maus, era a ira dos bons”.³⁵

Finalizando a homenagem de recepção, conclui:

Reverenciamos o homem, o patricio ilustre que escreveu uma página heroica como Chefe da Coluna Prestes, página que estremeceu o mundo, fazendo com que naquela época, muitas nações tivessem os olhos voltados para nós.

O Instituto Histórico de Oeiras, Exmo. Sr. Luís Carlos Prestes, vós dá boas-vindas à nossa cidade e vos saúda mui respeitosamente. Saúda igualmente, com grande e fraternal alegria, a Exma. e ilustre Patrícia, a professora ANITA LEOCÁDIA PRESTES, cuja presença em nossa urbe é motivo de exultação para a terra mater do Piauí e de grande prestígio, de extraordinário prestígio, para esta sessão solene.³⁶

Fica patente que a vinda de Anita Leocádia na companhia do pai estreitou relação com Possidônio. Em 4 de agosto de 1987 Anita Prestes escreveu a Possidônio para agradecer a recepção:

Conforme havia lhe prometido, envio-lhe hoje a foto que tirei do Sr. junto com meu pai. Espero que lhe traga satisfação recebê-la.

Aproveito o ensejo para, mais uma vez, expressar-lhe os nossos mais sinceros agradecimentos – ao Sr. e a todos os amigos do Piauí – pela maravilhosa recepção que foi proporcionada. Posso assegurar-lhe que os dias passados em seu Estado, e em particular em Oeiras, serão inesquecíveis para mim e meu pai, que ficou profundamente comovido com as homenagens que lhe foram prestadas.³⁷

No dia 8 de agosto de 1987, Possidônio Queiroz respondeu à Leocádia, agradecendo pelo envio da fotografia e do livro *Prestes*, de autoria de Dênis de Moraes e Francisco Viana. Livro que, em sua avaliação, deveria ser lido por todos os brasileiros, a fim de que pudessem todos medir a grandeza do ideal do antigo CAVALEIRO DA ESPERANÇA.³⁸

Em 4 de setembro, Possidônio, em carta endereçada à Anita Prestes, informa que teve a oportunidade de ler o livro *Olga*, mas o texto não lhe pertencia, lhe havia sido emprestado por um casal de sua relação pessoal. Destaca que, ao devolver o livro, escreveu uma carta agradecendo “pelo bem que me proporcionou, dando-me a conhecer a importante publicação”.³⁹ Cópia desta carta havia sido entregue por ocasião de sua estada em Oeiras em julho de 1987.

Mas toda essa introdução tinha a finalidade de solicitar à sua correspondente que lhe indicasse o nome de uma livraria onde pudesse adquirir a obra. Afirma que sempre manteve o desejo de reler a obra, “[...] me vincou fortemente a sensibilidade. Essa vontade cresceu de pronto depois que tive a sorte de conhecer pessoalmente a digna Patrícia, Professora ANITA, filha ilustre da extraordinária Mulher que foi OLGA BENÁRIO PRESTES”.⁴⁰ Esse tipo de favor é uma prática comum entre os intelectuais.

A carta seguinte de Possidônio para Anita Prestes foi datada de 15 de setembro de 1987 e tem como objetivo agradecer o envio do livro *Olga*. O primeiro parágrafo foi dedicado a pedir desculpas por avaliar que estava tomando o tempo da professora com sua missiva. Sendo professor também, pressupõe que Anita Prestes vivesse muito atarefada. Isso não deixa de ser verdade, mas a manifestação deixa transparecer a timidez, um dos aspectos na personalidade de “Possi”, além de ser uma característica na escrita deste intelectual.

Pode ser uma estratégia. Pode. Mas prefiro acreditar que tal aspecto tivesse relação com o lugar social que Possidônio ocupava: um homem de letras sim, mas um negro, autodidata, proprietário de uma pequena papelaria onde recebia alunos do Ensino Fundamental e Médio para tirar-lhes as dúvidas, embora também recebesse professores e amigos para um dedo de prosa. Enfatize-se

que o intelectual morava em uma pequena cidade, localizada no sertão do Piauí.

No segundo e terceiro parágrafos, Possidônio manifesta o indeclinável dever e obrigação de:

[...] me dirigir à culta e bondosa Patrícia, para agradecer-lhe a valiosa dádiva que me fez do importante livro: OLGA.

Neste livro, escrito com amor e com verdade, Fernando Moraes deu a conhecer ao Brasil e ao mundo a história de uma extraordinária MULHER que presenteou a Terra de Santa Cruz com a maravilhosa Criatura que é a bondosa Professora ANITA LEOCÁDIA PRESTES.

Não tendo palavras para expressar o meu agradecimento, rogando-lhe, mais uma vez, que me queira perdoar o tempo que lhe roubei; sirvo-me, para significar a minha gratidão, do velho tropo que, apesar da ancianidade e do muito uso, não perdeu ainda o alto significado. Obrigado, muito obrigado.⁴¹

Parece exagerado, na forma como agradece o envio do livro *Olga*, mais exagerado ainda é o número de adjetivos que emprega para qualificar Anita Prestes e, ao mesmo tempo, em relação inversa, para se diminuir chamando a si próprio de velho e “muito usado”.

Retorno ao início deste artigo para tratar de um mapa que o comando da Coluna Prestes teria deixado em Oeiras em 1926, que foi motivo da troca de cartas entre três intelectuais. Anita Prestes manifestou interesse em receber uma cópia ou o original do documento, por meio de carta endereçada ao presidente da Academia Piauiense de Letras, Arimateia Tito Filho, que, por sua vez, reenviou a referida carta a Possidônio Queiroz. Os dois intelectuais envidaram esforços para localizá-lo, visando atender ao pedido da pesquisadora Anita Prestes, como se pode constatar através da troca de correspondência, como veremos a seguir.

Em resposta a uma carta de Arimateia Tito Filho, carta mencionada no início deste capítulo, Possidônio Queiroz informa ter recebido cópia da carta de Anita Leocádia, na qual solicitava o envio

de cópia ou o próprio original de um mapa. Comunica ter mantido contato com um integrante da família Tapety:

Hoje mesmo, pouco depois das 18 horas (tempo velho), quando o Deputado Juarez Tapety ia chegando da Cidade Verde, conversei com ele um bocado sobre o assunto. Atendeu-me mesmo na boleia do carro em que viajava. Disse-me disposto a colaborar e pediu-me para, escrevendo ao digno Mestre, rogar, queira o Presidente da Academia Piauiense de Letras, procurá-lo aí, em Teresina.

Quando o falecido Sr. José Tapety (pessoa de minha intimidade) me falou na troca e me mostrou o mapa recebido dos Chefes Revolucionários, aconselhei-o a guardar dito mapa com cuidado, a meu ver, de notável valor histórico. Agora a D. Anita quer torná-lo conhecido do Brasil.⁴²

Vejam que Possidônio Queiroz informa ter conversado com Juarez Tapety sobre o mapa [“assunto”], destacando que este pediu que Arimateia Tito Filho o procurasse em Teresina. Registra ter conversado com José Tapety, informando que este era uma pessoa de sua intimidade e, por esta razão, teria visto o mapa recebido dos “Chefes Revolucionários”. Emprega o verbo “trocar”, o que pode significar que houve uma espécie de negociação entre o patriarca da família Tapety e os líderes da Coluna que estiveram em Oeiras. Por fim, teria recomendado que o documento fosse bem guardado por reconhecer nele valor histórico. Valor reconhecido tempos depois pela filha de Prestes, uma vez que esta passou a procurar o referido mapa.

No dia 21 de fevereiro de 1987, Anita Prestes escreveu carta ao Presidente da Academia Piauiense de Letras, informando que tinha em suas mãos uma carta deste último, datada do dia 31 de janeiro. Agradece pela atenção a ela dispensada:

Recebi também a fotocópia da carta do jornalista Domingos Meireles dirigida ao Dr. Possidônio, assim como o ‘xerox’ da entrevista

deste último. Tudo muito interessante. Aliás, eu já conhecia a série de reportagens que foram publicadas, em 1974, no 'Jornal da Tarde', dedicada aos 50 anos do movimento de 5/7/1924.

Chegou-me hoje uma correspondência do próprio Dr. Possidônio, em que este me envia uma foto do palácio 'João Nepomuceno', em Oeiras, onde esteve instalado o Quartel General da Coluna em julho de 1926. Adorei o presente, que muito me sensibilizou. Vou escrever diretamente ao gentil amigo Dr. Possidônio.

Continuo aguardando com o maior interesse o mapa prometido pela família Tapety.

A carta de Anita Prestes deixa transparecer que ela não se lembrava de ter visto Possidônio Queiroz, antes do contato iniciado em 1987. Registra, entretanto, que conhecia a série de entrevistas realizadas por Domingos Meireles, publicadas em jornal do Rio de Janeiro. Sobre a foto do Palácio João Nepomuceno, tratamos antes neste artigo. Cobra de Arimateia Tito o envio do mapa prometido pela "família Tapety".

Em carta endereçada a Possidônio Queiroz, datada de 5 de abril de 1987, Tito Filho dá por encerrado o assunto do mapa:

Mando-lhe carta que recebi da Prof^a. Anita Leocádia. Guarde-a. É sua. Sobre o mapa da família Tapety já me expliquei com D. Anita. Dei o assunto como encerrado e esclareci que o mapa está num dos jornais das reportagens de Domingos Meireles.⁴⁴

Não tenho como informar que tipo de explicação foi dada à Anita Prestes por Arimateia Tito Filho, uma vez que não tive acesso à correspondência deste endereçada à pesquisadora. Entretanto, posso afirmar que ela não teve acesso ao documento original. As tentativas dos intelectuais piauienses junto à família Tapety foram infrutíferas, até que, em certo momento, desistiram. Pelo que escreveu Arimateia Tito, Domingos Meireles teve mais sorte, uma vez que acusa a publicação do mapa em uma das reportagens

publicadas no *Jornal da Tarde*, editado no Rio de Janeiro, por ocasião das comemorações dos cinquenta anos da Coluna Prestes.

A carta de Anita Prestes enviada a Arimateia Tito Filho, datada de 21 de fevereiro de 1987, foi encontrada pelo pesquisador no arquivo de Possidônio Queiroz, o que confirma que este guardou a missiva.

Durante o ano seguinte, Possidônio e Anita Prestes continuaram se correspondendo. Em 11 de abril de 1988, localizei carta de Possidônio Queiroz registrando o envio do livro *Piauí e a unidade nacional*, de Antônio Bugyja de Sousa Britto. “O Dr. BUGYJA BRITO, que a culta Professora já conhece, é membro da Academia Piauiense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, do Instituto Histórico de Oeiras e de outras instituições culturais”.⁴⁵ Percebam a preocupação que o missivista teve em fornecer as credenciais do autor do livro. Este era oieirense, mas radicado no Rio de Janeiro.

Tomando as informações sobre as redes de sociabilidades listadas na carta por Queiroz, Bugyja Brito frequentava lugares de reuniões dos intelectuais no Rio de Janeiro, daí Possidônio destacar que Anita Prestes já conhecia o autor do livro. Entretanto, essa é uma dedução em que ainda não há condições de avaliar se os dois frequentavam as mesmas rodas de intelectuais.

Quatro dias depois, chegou às mãos de Possidônio Queiroz a resposta de Anita Prestes, informando sobre a grande satisfação em ter recebido “[...] a sua tão gentil carta, assim como o livro do Dr. Bugyja Britto, que terei o maior prazer de ler”.⁴⁶

Em maio de 1988, Possidônio Queiroz escreveu carta lembrando da passagem da professora Anita por Oeiras, pouco mais de um ano antes. Registra que mesmo se demorando pouco, ela tinha deixado muitos admiradores, dentre os quais o autor da carta. Envia junto com a carta o livro *Traços biográficos*, de autoria de Bugyja Brito. Destaca Possidônio que o envio da obra era mais uma homenagem do Instituto Histórico de Oeiras à “Eminente Patrícia, cuja Genitora foi protótipo verdadeiro de Heroína, Mulher Forte”.⁴⁷ Em 30 do mesmo mês Anita Prestes respondeu, agradecendo a Possidônio e ao Instituto Histórico de Oeiras pelo

envio do livro. Seu texto era bilhete, tinha cinco linhas, retirados os cumprimentos, a data e a assinatura da autora.

As cartas empregadas na construção deste texto registraram a comunicação entre intelectuais que moravam em cidades distintas, trabalhavam na formação de pessoas, eram professores e pesquisadores. Trocaram cartas, mas também livros, jornais, revistas e afagos. Participaram de uma rede de sociabilidade que parecia impossível, uma vez que a professora Anita Prestes mora e trabalha na cidade do Rio de Janeiro. Possidônio Queiroz morava em Oeiras, uma pequena cidade encravada no sertão do Piauí. Por fim, um acontecimento marcante na história do Brasil, a formação e a trajetória da Coluna Prestes, os uniu. O interesse dos dois pelo tema, por razões distintas, determinou a trama deste capítulo.

Notas

¹ GOMES, Ângela de Castro. Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freire. Campinas: Mercado de Letras, 2005. p. 10.

² GOMES, Ângela de. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 7.

³ GOMES, op. cit., 2005, p. 10.

⁴ MUNSLOW, Alun. Desconstruindo a história. Tradução de Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 13.

⁵ GOMES, op. cit., 2005, p. 12.

⁶ BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 242.

⁷ Possidônio Queiroz era chamado pelos amigos mais próximos de Possi.

⁸ RÊGO, Expedito. Possidônio, o esquecido. In: RÊGO, Expedito. Possidônio Queiroz. Teresina: Fundação José Elias Tajra, 1995.p.14.

⁹ GOMES, op. cit., 2005, p. 13.

¹⁰ ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a Própria Vida/Escrita de si/Escrita da história. Estudos Históricos, p. 21, 1998.

¹¹ MEYER, Eugênia. O fim da memória. Estudos Históricos, Rio de

Janeiro, vol. 22, n. 43, p. 31-44, jan./jun. 2009.

¹² ARTIÈRES, op. cit., 1998, p. 21.

¹³ VENÂNCIO, Giselle Martins. Memória guardada em papéis e livros. Trajetos - Revista de História UFC. Fortaleza, v. 3, n. 6, p.67-84, 2005.

¹⁴ GARCIA MARQUES, Gabriel. Memórias de minhas putas tristes. 18. ed. Tradução de Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Record, 2008.

¹⁵ PRESTES, Anita Leocádia. Carta a Arimateia Tito Filho. Rio de Janeiro, 1986.

¹⁶ Id. *ibid.*

¹⁷ QUEIROZ, Possidônio. Carta a Anita Leocádia Prestes. Oeiras, 15 fev.1987.

¹⁸ TITO FILHO, Arimateia. Carta a Possidônio Queiroz. Teresina, 16 fev.1986.

¹⁹ QUEIROZ, op. cit., 15 fev. 1987.

²⁰ GOMES, op. cit., 2004, p. 19.

²¹ Id. *ibid.*

²² QUEIROZ, op. cit., 15 fev. 1987.

²³ PRESTES, op. cit., 1987.

²⁴ GOMES, op. cit., 2005, p. 54.

²⁵ *Ibid.*, 2005, p. 8.

²⁶ QUEIROZ, op. cit., 15 fev. 1987.

²⁷ PROCHASSON, Christophe. "Atenção: Verdade!" Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. Estudos Históricos, n. 21, p.105-119, 1998.

²⁸ *O Cometa*, que veio ao mundo através de sua primeira edição em março de 1971. Foi apresentado ao público como sendo um órgão de *divulgação e cultura*, tendo em sua direção José Expedito de Carvalho Rêgo e como colaboradores permanentes Possidônio Queiroz e Costa Machado. *O Cometa* não pode ser relacionado como órgão da grande imprensa, o que não significa dizer que ocupando o lugar social de historiador não devamos interrogar sobre como se situam os intelectuais que organizaram e fizeram o jornal enquanto empreendimento midiático. Cf. NASCIMENTO, Francisco Alcides do. "Oeiras no rastro do Cometa".

²⁹ PRESTES, Anita Leocádia. Carta a Possidônio Nunes de Queiroz. Rio de Janeiro, 23 mar. 1987.

³⁰ QUEIROZ, Possidônio. Carta a Arimateia Tito Filho. Oeiras, 20 jul. 1987.

³¹ Id. *ibid.*

³² FREITAS, Pedro Ferrer Mendes de Freitas. Instituto Histórico de Oeiras. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, Oeiras, n. 9, p. 21, 1987.

³³ PRESTES, Luís Carlos. Comandante Luís Carlos Prestes no Instituto Histórico de Oeiras. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, Oeiras, n. 9, p. 21, 1987.

³⁴ QUEIROZ, Possidônio. Luís Carlos Prestes. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, Oeiras, n. 9, p. 31 et seq., 1987.

³⁵ Id. *ibid.*

³⁶ Id. *ibid.*

³⁷ PRESTES, Anita Leocádia. Carta a Possidônio Queiroz. Rio de Janeiro, 4 ago. 1987.

³⁸ QUEIROZ, Possidônio. Carta a Anita Leocádia Prestes. Oeiras, 8 ago. 1987.

³⁹ QUEIROZ, Possidônio. Carta a Anita Leocádia Prestes. Oeiras, 4 set. 1987.

⁴⁰ Id. *ibid.*

⁴¹ QUEIROZ, Possidônio. Carta a Anita Leocádia Prestes. Oeiras, 15 set. 1987.

⁴² QUEIROZ, Possidônio. Carta a Arimateia Tito Filho. Oeiras, 8 fev. 1987.

⁴³ PRESTES, Anita Leocádia. Carta a Arimateia Tito Filho. Rio de Janeiro, 2 fev. 1987.

⁴⁴ TITO FILHO, Arimateia. Carta a Possidônio Nunes de Queiroz. Teresina, 3 abr. 1987.

⁴⁵ QUEIROZ, Possidônio. Carta a Anita Leocádia Prestes. Oeiras, 11 abr. 1988.

⁴⁶ PRESTES, Anita Leocádia. Carta a Possidônio Nunes de Queiroz. Rio de Janeiro, 16 abr. 1988.

⁴⁷ QUEIROZ, Possidônio. Carta a Anita Leocádia Prestes. Oeiras, 19 maio 1988.

OEIRAS POR MEIO DAS CARTAS DE POSSIDÔNIO QUEIROZ

Iniciamos o texto lembrando uma analogia feita por Canevacci (1993),¹ em *A cidade polifônica*. Este autor compara a cidade ao coro que canta com uma multiplicidade de vozes autônomas que se cruzam, se relacionam e se sobrepõem umas às outras, isolando-se ou contrastando-se. A pretensão é cantar Oeiras, cidade localizada no Centro-Sul do Estado do Piauí, aproximadamente a 340 quilômetros de Teresina (PI). A ideia de polifonia nos veio à cabeça porque tomamos emprestado o canto de Possidônio Queiroz para, através dele, e com ele, construir uma narrativa historiográfica que tem como foco uma cidade sertaneja que, não por acaso, foi a primeira vila, a primeira cidade, a primeira Capital da Província do Piauí.

Como são dois cantos, prioritariamente, mas não os únicos, podemos empregar a expressão polifonia. Devemos acrescentar, entretanto, como propõe José Carlos Reis, que “entre o sujeito e o objeto do conhecimento há uma inultrapassável distância temporal, uma barreira invisível, apenas perceptível em documentos, vestígios, testemunhos, sempre precários, lacunares, arruinados, e muitas vezes estrategicamente depositados”.²

Oeiras foi a primeira capital da Província do Piauí; perdeu esta posição em meados do século XIX, quando a sede do governo foi transferida para a cidade de Teresina, localizada na região central do território piauiense. Naquela oportunidade, a transferência foi justificada em razão de a última cidade estar localizada às margens do rio Parnaíba, situação que permitiria maior contato da Província com as demais brasileiras, bem como a ligação internacional por meio dos portos marítimos de Amarração/PI e Tutoia/MA.

A cidade em tela foi também a primeira vila a ser implantada em território do Piauí; fica no sertão e, à época, situava-se em região de difícil comunicação. Teresina, por sua vez, nasceu entre dois rios, o já mencionado Parnaíba e o Poti, ambos navegáveis. Além disso, o território escolhido para a construção da nova capital possuía terras nas quais a agricultura poderia ser praticada com desenvoltura. Essa crença pode ser encontrada nos escritos de Antonio Saraiva,³ governador da Província na ocasião da transferência.

A cidade de Oeiras pode ser considerada pequena, sua população é de aproximadamente 140.000 habitantes, a economia gira em torno do pequeno comércio da agricultura familiar e prestação de serviços. É uma cidade que ainda possui traços do período colonial. No seu tecido urbano, foram preservados alguns monumentos edificadas no século XVIII, orgulho dos intelectuais da cidade e de parcela de piauienses que a visita por ocasião das festas religiosas. As práticas religiosas desenvolvidas na “primeira Capital”, por ocasião da Semana Santa, atraem os crentes de várias partes do Brasil. Possui um campus da Universidade Estadual do Piauí, o que de certa forma tem atraído jovens de municípios circunvizinhos e de outros Estados do Nordeste.

Além das informações sobre a cidade de Oeiras, apresentamos o cantador da cidade, Possidônio Nunes de Queiroz, um homem de estatura baixa, cor negra, tido pelos conterrâneos como um homem inteligente, nascido em Oeiras na Praça do Mercado, em 17 de maio de 1904. Chamou nossa atenção a representação de Possi sobre sua genitora, quando destaca que Dona Francisca Nunes Queiroz, a “Mãe Chiquinha”, não dispensava a presença dos integrantes da família nas principais atividades da Igreja, acordando a todos de madrugada para que assistissem à missa aos domingos.

Essa prática de “Mãe Chiquinha” pode ser indicativo de uma das “Cidades de Possidônio”. Neste caso, devo me lembrar de que, ao produzir um discurso historiográfico, os frequentadores da oficina de Clio o fazem por meio do “conhecimento indireto do passado, não criam uma linguagem específica, mas utilizam sua língua materna, cheia de preconceitos, anacronismos, arcaísmos,

equivocos, sentidos múltiplos, conotações, crenças, partidarismos”.⁴

Dagoberto de Carvalho, em texto que historiciza a presença de imagens de Nossa Senhora da Vitória de Oeiras, a padroeira do município, destaca os “aceitos de boa fé e o zelo religioso dos que ao longo de duzentos anos guardaram para as igrejas muitas de suas imagens”. Considerando ainda que a cidade sedia um dos momentos religiosos mais festejados do Piauí, a “Semana Santa” (Procissão do Fogaréu e do Senhor Morto); e o Natal ainda se faz com a presença de presépios espalhados por residências particulares. Pelo exposto, pressupomos que “Mãe Chiquinha” formou os filhos com base nas regras estabelecidas pela Igreja Católica, ajudando a cidade na manutenção da tradição de ter seus filhos praticando a religião do papa Francisco I.

Possidônio Nunes de Queiroz iniciou o Ensino Fundamental aos sete anos de idade, em uma pequena escola particular, pois a cidade não possuía escola pública, fato comum no Piauí naquela oportunidade. Essa situação começou a mudar com o interventor Landri Sales (1931-35), quando este governante tomou a decisão política de construir um prédio escolar na sede dos principais municípios piauienses. A primeira professora de Possidônio, Dona Quininha Campos, não dispensava a palmatória no desasnamento de seus alunos, método pedagógico empregado em escolas particulares, ainda na década de 1960, no subúrbio de Teresina.

Os estudos de Possidônio continuaram a ser realizados por professores particulares, até que se criou o Externato Oeirense, obra de João Ribeiro de Carvalho, onde Queiroz foi matriculado. Nessa escola, pela dedicação e esforço do aluno terem sido avaliados de forma positiva, passou à condição de colaborador da escola, uma espécie de monitor que apoiava colegas em disciplinas que possuía maior domínio.

Mesmo tendo escolhido Oeiras como a cidade em que deveria morar por toda sua vida, passou uma curta temporada em Teresina, onde pretendia continuar os estudos. Entretanto, adoeceu, e teve que retornar à primeira capital do Piauí, de onde só saía para tratar de assuntos comerciais ou para tratamento de doenças, muito raramente para atividades sociais. Desde muito cedo, demonstrou

simpatia pela música. Ficava horas a fio ouvindo os ensaios das bandinhas mantidas pela prefeitura. Apaixonou-se pela flauta, instrumento que foi transformado em parceiro de muitas serenatas, composição de valsas e de sessões solenes. A Sra. Conceição de Maria Tapety e Silva afirma que Possidônio Queiroz:

[...] estava sempre pronto a atender às solicitações dos amigos, lá estava ele, ora compondo músicas para os grandes eventos, ora fazendo conferência saudando personagens ilustres, elaborando estatutos, escrevendo discursos e cartas para terceiros, advogando, presidindo comissões, enfim contribuindo com sua inteligência em todos os acontecimentos da antiga capital.⁵

Retomamos a analogia feita, entre a cidade e um coro, por Cavenacci no início do texto, para dizer que Oeiras foi e continua a ser cantada por poetas, escritores, intelectuais e gente menos titulada, como pode ser atestado por Ferrer Freitas, tratando daquilo que chamou de “Patrimônio Histórico de Oeiras”, ao destacar que:

[...] desapareceu da paisagem oeirense a Cadeia Pública, mais conhecida como Cadeia Velha. Se ainda existisse juntamente com a Catedral, o Sobrado dos Bispos e a Casa do Visconde, constituiriam o mais homogêneo conjunto arquitetônico oeirense, de valor inestimável.

Apesar de tratar da monumentalidade dos edifícios existentes e daqueles que desapareceram, Ferrer Freitas (2001) canta a sua Oeiras, tida como “cidade invicta”, “cidade mãe” do Piauí por outros cantadores, dentre os quais Possidônio Queiroz, conforme veremos no corpo deste artigo.

A construção do objeto, motivo deste capítulo, nos propôs algumas variáveis, dentre as quais destacamos o fato de considerar que Possidônio Queiroz, não obstante sua importância por seus feitos em Oeiras, foi esquecido; a cidade de Oeiras é cantada por Possidônio em música, crônicas, discursos, conferências, saudações e cartas, mas pelo menos este último tipo de fonte ainda não foi

explorado. Mas temos a pretensão de anunciar o seu uso na construção da narrativa historiográfica; dito de outro modo, este texto utiliza a *escrita de si* para destacar as Oeiras de Possidônio.

Fazer perguntas é parte do ofício do historiador; foi com essa preocupação que formulamos as questões que norteiam este texto, quais sejam: Quais as razões que levaram Possidônio Queiroz a escrever cartas para pessoas de vários locais do País e tratando dos mais variados assuntos? De que forma as correspondências de Possidônio tratavam a cidade de Oeiras e sobre quais temas travavam? Recordamos que o título do artigo é *Oeiras através das cartas de Possidônio Queiroz*; por conseguinte, o foco de nossa pesquisa é a cidade de Oeiras e as cartas escritas por Possidônio, as principais fontes de pesquisa.

As cartas utilizadas neste artigo chegaram às nossas mãos através de um neto de Possidônio Queiroz, Rodrigo Queiroz, que atualmente é um dos “guardiões da memória” do avô. Esta informação se faz necessária, uma vez que as referidas missivas fazem parte de um arquivo privado que, na opinião de Christophe Prochasson (1998), “pendem para o lado da intimidade, na medida em que foram chamados, no momento de sua elaboração, a atingir um nível de oficialidade ou de notoriedade que caracteriza os dois outros tipos de arquivos”.⁷ No caso em tela, as cartas não entraram na construção desta narrativa, à revelia do guardião das fontes indicadas. O autor do artigo recebeu o aval para utilizá-las. Mas está não é a prática mais usual, familiares ou guardiões desses documentos dificultam o acesso a eles, daí as dificuldades que os historiadores por vezes encontram junto aos detentores de tais arquivos, que hesitam em divulgá-los, sobretudo quando se trata de publicá-los, total ou parcialmente.⁸

As cartas não são empregadas como objeto de estudo, mas sim como fontes. Contudo, pode-se e deve-se perguntar: O que é uma carta? Anco-ro-me em Ângela de Castro Gomes (2009),⁹ quando esta avalia “que cartas são necessariamente escritas para um destinatário, seja uma única e particular pessoa, seja um conjunto maior de leitores, conhecido ou não pelo remetente, que, por sua vez também pode ser um indivíduo ou um coletivo”. E

continua Ângela Maria Gomes, “mas em geral as cartas são escritas para serem lidas por uma certa pessoa, selando um ‘pacto epistolar’, abarcando assuntos variados e até íntimos e um pouco secretos”.

A expressão “pacto epistolar” foi colocada entre aspas por ele poder ser rompido, especialmente em um país onde grande parcela da população ainda não sabe escrever, e as cartas podem ser escritas por uma terceira pessoa. Os possíveis leitores deste artigo, que assistiram ao filme *Central do Brasil*, devem lembrar-se de que este teve como uma de seus protagonistas a atriz Fernanda Montenegro, no papel de uma mulher que escrevia cartas para pessoas que não sabiam ler, e seu lugar de trabalho era a própria Estação. Neste caso, as cartas não eram lidas pelos destinatários, uma vez que não eram enviadas. Por fim, a personagem vivida por Fernanda Montenegro transformava-se em uma espécie de “porta-voz” dos dois correspondentes.

A mesma Ângela de Castro Gomes, na obra *Escrita de si, escrita da história*, livro do qual foi organizadora, destaca a correspondência pessoal como suporte para o registro sobre o “cotidiano, o corpo (saúde/doenças) e os “sentimentos da alma”.¹⁰ Alerta também para as dificuldades em se trabalhar com a escrita de si. Avalia que a correspondência é um tipo de documentação abundante e variadíssima, mas também fragmentada, dispersa e, muitas vezes, quase inacessível, pelas barreiras impostas pelos segredos (familiares, políticos, profissionais) e pela invasão de privacidade que seu exame pode acarretar.

Precisamos esclarecer que, apesar de trabalharmos com cartas, não nos foi imposta nenhuma barreira às cartas remetidas por Possidônio nem àquelas por ele recebidas. Como já havia indicado, o volume de cartas expedidas pelo autor das missivas é abundante e variado, além de ser fragmentado, como destacou Ângela de Castro Gomes. Enfatizamos que as cartas aqui serão empregadas como fontes e não como objeto de estudo. A maioria das cartas aqui utilizadas data da década de 1980. A seleção das correspondências está relacionada com a temática tratada nelas, no caso, a cidade de Oeiras.

Sobre este mesmo tipo de fonte empregada no artigo, Michel

Foucault aponta que a carta pode ser vista como o escritor “presente” para aquele a quem ele envia, ou seja, o destinatário. “É presente não simplesmente pelas informações que ele lhe dá sobre sua vida, suas atividades, seus sucessos e fracassos, suas venturas e desventuras; presente com uma espécie de presença imediata e quase física”.¹¹

Neste mesmo caminho, Foucault atesta que escrever é, portanto:

Se mostrar, se expor, fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro. E isso significa que a carta é ao mesmo tempo um olhar que se lança sobre o destinatário (pela missiva que ele recebe, se sente olhado) e uma maneira de se oferecer ao seu olhar através do que lhe é dito sobre si mesmo. A carta¹² prepara de certa forma um face a face.

Em carta endereçada a Francisco Queiroz, um de seus filhos que morava no Rio de Janeiro, datada de 11 de fevereiro de 1973, Possidônio noticia haver recebido um telegrama, no qual o referido filho solicitava o envio de uma flauta. Destaca que há muito tempo não via a flauta em questão, mas depois de rápida avaliação do instrumento, relata: “Parece que ainda está boa. Creio que as sapatilhas não precisam ser mudadas por já. Não sei. Aí, você verificará”.

Tendo sido companheira de Possidônio de muitas e variadas jornadas na cidade, a flauta parece ganhar vida na escrita, quando o músico conta, na hora da despedida: “tentei arrancar algumas notas, mas a contragosto verifiquei que a flauta já me não conhecia, ela que outrora foi uma amiga quase inseparável [...] Hoje me não quis satisfazer. Também há mais de doze anos que não tocava”. Parece haver certa melancolia na informação do missivista acerca de sua falta de contato com o instrumento que o acompanhou por quase a vida inteira, parecia um casamento que chegara ao fim e as lembranças de um passado feliz provocavam dor.

Pensamos ser necessário lembrar de que a flauta referida é um artefato, e que pode ser pensado como um documento que registrou alguns momentos da cidade considerados significativos para o músico. Possidônio parece indicar que o instrumentomusical

faz parte de sua vida, não apenas dela, mas também de Oeiras. Afinal, ela participou da construção de inúmeras valsas, hinos e serenatas. Os hinos estão relacionados a datas comemorativas da cidade. As serenatas quebraram o silêncio das noites de Oeiras durante muito tempo, e não há registro de que tenham sido interrompidas por agentes do Estado, seja a polícia, seja a justiça. Ulpiano Rodrigues afirma que “o artefato está no jogo social, e esse jogo social tem que ser entendido em todas as dimensões e a dimensão material é uma delas”.¹³

Acreditamos, também, que ao tratar sobre a flauta faz-se necessário lembrarmos da relação entre história e memória. Possidônio recorda que o instrumento musical “outrora foi uma amiga quase inseparável”. E completa: “há mais de doze anos que não tocava”. A flauta e Possidônio têm sua história, ambos fazem parte da história de Oeiras. Contudo, o músico não foi verificar apontamentos escritos que estivessem ligados ao companheirismo entre o homem e o instrumento musical. Possidônio apenas recorda.

Marieta de Moraes Ferreira (2002) argumenta que a “valorização de uma história das representações, do imaginário social e da compreensão dos usos políticos do passado pelo presente, promoveu uma reavaliação das relações entre história e memória e permitiu aos historiadores que pudesse repensar as relações entre passado e presente”.¹⁴ Deste modo, acrescentamos que permitiu aos historiadores lidar de forma mais crítica e criteriosa com os usos do passado na história do tempo presente.

A mesma autora avalia que Pierre Nora tem uma contribuição relevante sobre a discussão em tela. Defende este autor que distingue história de memória, avaliando que são “coisas” distintas. A história produz um conhecimento com características relacionadas à racionalidade; e, na medida em que realiza a análise crítica das fontes, produz uma exposição “lógica dos acontecimentos e vidas do passado”.¹⁵ A memória, por seu turno, também é uma construção do passado; entretanto, se pauta em “emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz das experiências subsequentes e das necessidades do presente”.¹⁶

A carta narra detalhes do dia da separação entre o músico e

o instrumento musical, a narrativa envolve outros integrantes, entre os quais os netos, e, entre estes, um que Possidônio acreditava ter pendores para a música. A carta retrata um dia, e, sobre a narrativa de um dia, Foucault (2010) tem a seguinte opinião:

A carta é também uma maneira de se apresentar a seu correspondente no desenrolar da vida cotidiana. Narrar o seu dia – não absolutamente por causa da importância dos acontecimentos que teriam podido marcá-lo, mas justamente quando ele não é senão semelhante a todos os outros, demonstrando assim não a importância de uma atividade, mas a qualidade de um modo de ser – faz parte da prática epistolar: um dia que alguém dedica-se a ocupar-se de si mesmo.¹⁷

Naquela data, a carta deixa vestígios, o autor da correspondência tirou o seu dia para se despedir da flauta, companheira de tantas jornadas: inspecionou as sapatilhas do instrumento, tentou tirar algumas notas, deixou que os netos pequenos a manuseassem; por fim, acondicionou-a em um pacote, de modo que a viagem para o Rio de Janeiro não pudesse causar nenhum dano.

Sobre a cidade propriamente dita na carta em tela, o missivista é superficial, informa que nesta não há nada de novo, a não ser a posse do prefeito eleito, o Dr. Pedro Freitas, substituindo o Dr. Juarez Tapety. É provável que, vivendo sob a bota dos militares, as eleições municipais não provocassem o mesmo impacto na vida dos moradores de Oeiras, e as disputas tornavam-se menos acirradas. No caso específico, saiu Juarez Tapety e assumiu Pedro Freitas, primo daquele; portanto, não deve ter havido disputa que fizesse jus à expressão nas eleições de cidades pequenas espalhadas por este Brasil.

Em 10 de dezembro de 1989, Possidônio Queiroz respondeu a uma carta de Francisco Cunha e Silva, professor, articulista de vários jornais de Teresina, autor de livros como *Copa e Cozinha*, no qual trata de fatos relacionados à política partidária local e integrante da

Academia Piauiense de Letras (APL). A forma como inicia a carta é um indicativo de que a campanha eleitoral para presidente da República estava repercutindo na cidade de forma acalorada e ideologicamente “estruturada”. Possidônio abre assim a escrita da carta:

Correu por aqui a notícia que o candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, teria votado para que se retirasse o nome de Deus do preâmbulo da Constituição Federal. A notícia que apareceu como verdadeira chocou muitas pessoas que não desejam votar num homem que dizem sem Deus.¹⁸

A população de Oeiras, do mesmo modo que a da maioria das cidades do Piauí, é católica. Naquela campanha eleitoral ainda se empregou o estigma do *comunismo*, como forma de afastar os católicos dos candidatos ditos de esquerda. Campanhas mais acirradas contra o *Comunismo* tinham sido desenvolvidas das décadas de 1950 e 1960 no Piauí, contra Francisco das Chagas Rodrigues (1959-1962); e, na sequência, quando do desfecho do Golpe de 1964, nem o Bispo de Teresina, Dom Avelar Brandão Vilela, escapou da pecha de comunista. Mesmo após a ditadura civil-militar, o fantasma do Comunismo estava presente nas campanhas eleitorais, quando a direita reacionária se sentia ameaçada por um candidato tido de esquerda. Assim, é compreensível a reação de Possidônio Queiroz, que, apesar de ser um homem informado, era católico e seguia a ala mais conservadora da Igreja Católica.

É possível que os oeirenses, dentre eles Queiroz, crentes em Deus, tenham mesmo repudiado a manifestação de Luiz Inácio Lula da Silva; e Possidônio, na condição de articulista de jornais, morando em uma cidade pequena, podia repercutir tal indignação. Além disso, divulgava fora dos limites de Oeiras suas inquietações ao arguir um de seus pares sobre a repercussão do tema em Teresina. Procurava capturar a representação de outro, no caso, articulista e escritor, já mencionado, Francisco Cunha e Silva.

Possidônio Queiroz faz questão de lembrar ao missivista que

o Brasil era um país cristão que nasceu sob o signo da fé. Provavelmente, como professor e historiador, grafou que o País havia nascido “Terra de Santa Cruz”, e só posteriormente receberia o nome de Brasil. A tela de Victor Meirelles, a *Primeira Missa no Brasil*, conhecida por uma grande parcela de brasileiros, demonstra que o País nasceu “abençoado por Deus” e este Deus é aquele defendido pelos cristãos, entre os quais os católicos. Pode-se lembrar também de que a Carta de Pero Vaz de Caminha, além de descrever as novas terras, noticia a missa de “posse da terra”.

Possidônio, para fortalecer ainda mais seu argumento, lembra-se de uma frase atribuída ao presidente Getúlio Vargas, em 1939, saudando o Episcopado brasileiro, no Rio de Janeiro, então capital da República, por ocasião da primeira reunião plenária dos bispos da “Terra de Santa Cruz”. É emblemático que ele não tenha dito “primeira reunião plenária dos bispos do Brasil” e sim “da Terra de Santa Cruz”.

No final da carta, Possidônio Queiroz, ao reportar-se às “ideias democráticas” do professor Francisco Cunha e Silva, formula duas perguntas a este, quais sejam: “1) O deputado Luiz Inácio Lula da Silva foi autor da proposição mandando tirar o nome de Deus do Preâmbulo da Constituição brasileira? 2) Se não foi o autor, assinou a referida proposição, em vez de combatê-la?” Não localizamos a carta resposta de Cunha e Silva, daí nossa dificuldade em saber em quais termos o diálogo entre os dois prosperou. Entretanto, é perceptível que naquela oportunidade Queiroz teve todos os argumentos para não votar em Lula; também não sabemos quem foi o seu candidato, mas é razoável pensar que o seu voto tenha sido dado ao adversário de Luiz Inácio da Silva.

Possidônio, em carta dirigida ao presidente da Academia Piauiense de Letras, datada de 28 de julho de 1988, denuncia a presença de Fontes Ibiapina em Oeiras, escritor piauiense com um número significativo de obras publicadas. Informa o autor da carta que sempre que Fontes Ibiapina ia a Oeiras solicitava a Possidônio que atuasse como uma espécie de secretário daquele. Chama a atenção a carta de Possidônio pela crueza que trata do motivo da ida de Fontes Ibiapina a Oeiras. Informa que este, na última vez em

que estivera na cidade, “estava doente de uma perna. Disse-me que estava amealhando recursos para uma operação cirúrgica. Andava vendendo livros – suas obras. Andando pelos colégios, escola normal, casas de comerciantes inteligentes, intelectuais etc.” Fontes Ibiapina era juiz de Direito, na ocasião, aposentado.

Como disse antes, Possidônio Queiroz manteve correspondência com muitas pessoas; e, em carta de 19 de maio de 1988, endereçada a Anita Leocádia Prestes, recorda da visita que a professora havia feito a Oeiras em julho de 1987. Logo no primeiro parágrafo, destaca que a filha de Luís Carlos Prestes, apesar do pouco tempo de permanência na Primeira Capital, conquista a “a admiração e benquerença, a alma dos habitantes de minha terra. Fez V. Exa. aqui muitos admiradores. Arrolo-me, com cívico desvanecimento e humildade entre eles”. Comunica o desejo que a professora continue lendo obras de autores piauienses, enviando com a carta mais um livro, *Narrativas autobiográficas (1977)*, de Bugyja Brito, escritor que nasceu em Oeiras, mas radicado no Rio de Janeiro. Deixa claro que a oferta era do Instituto Histórico de Oeiras, instituição cultural que Possidônio havia presidido por dois anos. Lembra ainda de que fora a instituição que promovera a homenagem a Luís Carlos Prestes em julho do ano anterior.

Ao historicizar o acontecimento, afirma que à referida sessão compareceram todas as forças expressivas de Oeiras: “Dr. juiz de Direito da Comarca, prefeito municipal, presidente da Câmara de Vereadores, edis, intelectuais, professores, estudantes, Sociedade Oeirense, o povo, pois que a alma coletiva de Oeiras o prestigiou”. Anuncia também a presença do presidente da Academia Piauiense de Letras, Arimatéa Tito Filho e esposa, da chefe do cerimonial do Palácio de Karnak, Genu Aguiar Correia, além dos professores Dr. Vilmar Soares e Benedito de Carvalho Nunes, aquele da Universidade do Rio de Janeiro, e este da Universidade Federal do Piauí.

Em outra carta de Possidônio Queiroz, endereçada à Anita Leocádia Prestes, datada de 8 de agosto de 1987, noticia o recebimento de correspondência da filha de Prestes, do início do mesmo mês, e agradece pelo envio de fotografia que registrou as imagens de Luís Carlos Prestes e Possidônio Queiroz, juntos em

Oeiras, mais precisamente na “Pousada do Cônego”. Prestes havia sido homenageado pelo Instituto Histórico de Oeiras, conforme dito anteriormente. Naquela oportunidade, segundo relatado em carta já empregada neste artigo, Anita Prestes estava presente e acompanhava o pai.

Possidônio informa à sua correspondente: “A foto ficará guardada entre os meus melhores documentos, como lembrança da passagem, em Oeiras, pela segunda vez, do varão notável que tanto tem sofrido por seu ideal irreversível, de ver um Brasil mais forte, humano, sobretudo justo”. A frase que denuncia a passagem de Prestes, pela segunda vez, em Oeiras, alude ao ano de 1925, quando a Coluna Prestes atravessou o território do Piauí. Quanto a esta passagem, Possidônio ouviu e participou da construção da memória coletiva sobre o tema. Deve ter ouvido que moradores da cidade se esconderam na mata e grutas com medo dos “revoltosos”, assim chamados os integrantes da Coluna Prestes. Acerca da expressão *memória coletiva*, Maurice Halbwachs nos ajuda a entender sua construção:

Entretanto, assim que evocamos juntos diversas circunstâncias que cada um de nós lembramos (e que não as mesmas, embora relacionadas aos mesmos eventos), conseguimos pensar, nos recordar em comum, os fatos passados assumem importância maior e acreditamos revivê-los com maior intensidade, porque não estamos mais a sós ao representá-los para nós. Não os vemos agora como os víamos outrora, quando ao mesmo tempo olhávamos com os nossos olhos e com os olhos de um outro.¹⁹

Voltando à correspondência em tela, Possidônio Queiroz relata que ele e sua flauta estiveram presentes nos saraus realizados pelos “revoltosos”, durante a semana em que a Coluna Prestes ou parte dela estacionou em Oeiras. O músico e sua flauta animaram homens cansados de longas caminhadas e da perseguição implementada pelo Exército e polícias estaduais, além daquela realizada pelos jagunços a serviço dos grandes proprietários de terra. Após a

Coluna levantar acampamento da cidade, homens, mulheres e crianças que se tinham evadido voltaram.

Suas aventuras e desventuras passaram a ser narradas por noites a fio. Possidônio participou de tais conversas, lembrando para si e para os outros daqueles momentos de tensão que experimentaram; e, desta forma, as representações do autor da missiva sobre a passagem da Coluna Prestes se fortalecem. Às vezes, lembrava-se do acontecimento com outros oeirenses.

Mais recentemente, e em torno da vinda de Prestes e de Anita a Oeiras, tema tratado neste texto, esta tomou conhecimento da existência de um mapa doado por Luís Carlos Prestes a um integrante da família Tapety, e tentou conseguir pelo menos uma cópia para anexar a um livro que deveria publicar sobre o assunto. Arimateia Tito Filho em Teresina e Possidônio Queiroz em Oeiras envidaram esforços para consegui-lo, mas não foram bem-sucedidos; e, neste caso, Possidônio não pôde ajudar sua correspondente. Cumpre destacar, entretanto, que Queiroz não perde uma oportunidade para apontar em seus escritos informações históricas sobre Oeiras, que avalia serem relevantes aos leitores de suas cartas, artigos, crônicas e conferências. Talvez se pudesse dizer que Possidônio cumpriu o papel de “guardião da memória” de Oeiras.

Queiroz derrama-se em elogios à Anita Prestes. Destaca que a carta desta trouxe para ele grande prazer espiritual:

[...] pela sua afirmativa de que lhe serão inesquecíveis, e ao seu valoroso genitor, os dias passados no Piauí, sobretudo em Oeiras, e ainda por haver asseverado que o Líder, Chefe da Coluna que tem o seu nome, e que está inserida na História do Brasil, recebeu com agrado, emocionadamente, as homenagens que foram prestadas aqui.²⁰

O maior volume de cartas arroladas no levantamento realizado pelo autor do artigo é aquele trocado entre Possidônio Queiroz e A. Tito Filho. Em carta do dia 9 de setembro de 1987, endereçada a este último, relembra que, após a queda de Vargas e a apresentação dos candidatos à Presidência da República, “Oeiras, quase em peso, voltou-se para a candidatura do Brigadeiro Eduardo

Gomes”. Dá conta de que os comícios realizados na “Cidade Invicta” eram animados e vibrantes. Relembra, ainda, que, em um deles, “personalidades proeminentes do mundo mafrensino²¹ vieram naqueles dias a terra de Costa Alvarenga”.²² Entre eles o egrégio desembargador José de Arimateia Tito.

Este, por ter se contraposto à indicação de um irmão do interventor Leônidas de Castro Melo (1937-1945) para o Tribunal de Justiça do Piauí, foi aposentado compulsoriamente, sendo esta uma das motivações de o desembargador ter-se transformado em um dos maiores adversários do interventor e uma das personalidades mais respeitadas da União Democrática Nacional no Piauí.

Ficou a impressão de que a motivação maior da escrita da carta foi Possidônio ter encontrado um soneto escrito por Arimateia Tito, quando este participou de comício realizado em Oeiras, no dia 22 de abril de 1945. Queiroz ficou tomado pelo desejo de informar a Arimateia Tito Filho “sua descoberta”. Relata Possidônio: “Encontrei agora em meus papéis o soneto supracitado, que lhe envio, como uma pálida mais ardente homenagem ao imortal Desembargador José Arimateia Tito e ao seu não menos ilustre Filho, o Colendo presidente da Academia Piauiense de Letras”.

Ao encontrar um soneto, Possidônio lembra-se de uma campanha eleitoral já mencionada, e, no interior desta, de um desembargador conhecido em todo o Piauí, não apenas por seu trabalho no Judiciário, mas também como professor da Faculdade de Direito do Piauí, como articulista de jornais da cidade e muito especialmente por ter sido aposentado compulsoriamente pelo interventor federal Leônidas de Castro Melo, como se apontou ainda há pouco.

Queiroz assinala que a comitiva udenista e Arimateia Tito foram recebidos por centenas de pessoas no antigo Campo do Jureni. Os udenistas de Oeiras e simpatizantes do brigadeiro Eduardo Gomes acompanharam a comitiva até o hotel, e deste para o local onde se realizou o comício, praça da Bandeira. Possidônio cria uma imagem muito positiva do principal orador daquele evento:

Orador fecundo, decerto, trazia as atenções presas do seu verbo iluminado e os corações

abrasados de amor pela causa do Brigadeiro. Mas o notável jurista não era apenas Mestre na Ciência em que esplenderam Teixeira de Freitas e Rui Barbosa e outros. Era também poeta inspirado, escrevendo com aprumo na arte de Bilac, poemas e sonetos admiráveis.²³

Na mesma correspondência, Possidônio, ao demonstrar certo desconforto, denuncia que Oeiras, na década de 1940, recebia aviões duas vezes por semana “que desciam em nosso campo, situado na parte Leste da cidade, nas proximidades do Morro do Leme [...].Hoje o local do velho campo está ocupado por ruas, avenidas e praças”. Quando escreveu a carta em tela, a cidade não recebia aviões, a não ser aqueles de propriedade de filhos abastados de Oeiras, ou quando um filho da terra de Costa Alvarenga adoece e familiares podem pagar o traslado do doente para Teresina ou para outro Estado, onde os recursos médicos sejam maiores e melhores do que aqueles existentes na cidade.

Em março de 1987, Queiroz escreveu carta ao presidente da Academia Piauiense de Letras, Arimateia Tito Filho. O autor da missiva deixa clara a ideia de construção de certa memória e de uma determinada história que trate das chamadas grandes “personalidades” do Piauí. A carta em questão teve como motivo as homenagens prestadas em memória a Arimateia Tito, pai do seu correspondente, pela passagem do primeiro centenário de nascimento do homenageado. O autor da carta anotou que o homenageado tinha feito muito pelo Piauí, seja no “campo” da cultura, seja no âmbito da justiça “por cujo prestígio lutou a vida inteira, sofrendo, por isso, os maiores dissabores”. Defende:

A memória dos grandes homens deve ser cultuada, para que os seus feitos e o seu exemplo inspirem os que os sucedem, a fim de que, imitando-os, seguindo as suas pegadas, laborem diuturna e conscienciosamente pelo equilíbrio da Sociedade, pela grandeza da terra comum. [...] Consinta-me levar-lhe aqui a expressão do meu contentamento cívico, como parcela do povo piauiense, que admira, honra e

cultua os nossos maiores, os que escreveram páginas da história deste pobre rincão de nossa pátria.²⁴

Possidônio era um homem do seu tempo, católico, que morava em uma cidade pequena, viveu sob o tacão de duas ditaduras, a varguista (1937-1945), e a civil-militar, implantada em março de 1964. Foi professor, conferencista e historiador. Ocupando este último papel social, escreveu sobre a história do Piauí e de Oeiras, quase sempre fazendo reverências a grandes figuras que se destacaram na vida política e cultural do Piauí e da “terra mãe do Piauí”, Oeiras, como gostava de frisar.

Por outro lado, sendo um autodidata e um leitor compulsivo de todos os gêneros literários e historiográficos, acreditamos que deve ter lido biografias, traços biográficos, autobiografias; além de defender a história como mestra da vida, como ficou patente no extrato da carta supramencionada.

Noutra carta endereçada a Arimateia Tito Filho, dá conta de que recebeu o segundo volume de *Apontamentos biográficos e outros*, de um integrante da Academia Piauiense de Letras, o Monsenhor Chaves. No final da correspondência, ao agradecer o envio do livro, declara: “Muito grato ao caríssimo Prof. A. TITO FILHO. Embora não tenha tido a sorte de ler o primeiro, este segundo volume me vai pôr a par, na pena do virtuoso Sacerdote, da vida de homens que muito honraram a nossa Pátria e enobreceram as letras piauienses”. Fica a impressão de que Possidônio Queiroz era adepto dos textos que reverenciavam os chamados grandes homens, daqueles textos que narram a vida do homem de forma linear.

Em carta de 29 de outubro de 1987, endereçada a Arimateia Tito Filho, Queiroz a inicia com pedido de desculpas pela demora em responder à última carta escrita pelo presidente da Academia Piauiense de Letras. Na aludida missiva, ele trata da homenagem, prestada pelo Instituto Histórico de Oeiras, a um dos filhos ilustres da cidade, Bugyja Brito, que morava no Rio de Janeiro. Logo no segundo parágrafo, narra que o:

[...] ilustre Oeirense, como sabe, veio acompanhado da Exma. Esposa, Sra. OLÍVIA QUEIROZ BRITO, das filhas Miridan e Therezina, e respectivos maridos: Dr. Edgar Falci e Prof. Geraldo Lopes; das netas Monique e Winefred; da irmã, Dra. Iolanda de Britto, hoje freira da Ordem de S. Vicente de Paulo e da cunhada, Sra. Maria de Lourdes.²⁵

É perceptível que o missivista procura detalhar a informação de modo que o seu correspondente sinta a importância do evento. Sobre o homenageado, informa que ele se fez acompanhar de todos os integrantes da família, o que pode significar o peso simbólico atribuído pelo homenageado à solenidade de reconhecimento do seu trabalho, como intelectual, proposto pelo Instituto Histórico de Oeiras. Queiroz, como um bom narrador que era, destaca o nome da esposa, escrevendo-o em caixa-alta; sobre a irmã do homenageado faz questão de informar que ela era freira e pertencente à Ordem de São Vicente de Paulo. O parágrafo ganha a conotação de nota social, bem assemelhada àquelas muito comuns nas colunas sociais dos jornais diários até a década de 1990.

Sobre a solenidade propriamente dita, Queiroz é direto: “quero dizer que foi bonita”. E na sequência fez questão de informar sobre a imagem que o homenageado construiu sobre o evento: “O Dr. Bugyja Brito, no dia seguinte à mesma, em conversa comigo, classificou-a de brilhante”. A solenidade foi presidida pela Prof.^a Alina Carvalho, na ocasião ocupando o cargo de primeiro vice-presidente do Instituto Histórico de Oeiras, mas a referida professora era também mãe de Dagoberto de Carvalho, um dos fundadores do Instituto.

Para fechar a informação sobre o brilho da solenidade, Queiroz destaca que o auditório estava completamente lotado, com “gente de pé nos aposentos imediatos”. Deixou de informar o nome do auditório, mas a solenidade foi realizada nas dependências do União Artística Operária de Oeiras, um auditório com capacidade para, no máximo, cem pessoas, o que pode significar, para uma cidade pequena, um fato social relevante, e que afetou os segmentos sociais mais envolvidos com a produção cultural das “elites” da

cidade. Deve-se esclarecer ainda que o homenageado era filho da terra, mas morava no Rio de Janeiro há muito tempo.

Deve-se informar também que Bugyja Brito exerceu várias atividades econômicas, sociais e intelectuais, dentre as quais podem ser destacadas o jornalismo, a advocacia e a literatura. Realizou pesquisas sobre a cultura popular, além de ter escrito sobre a história do Piauí. Nascido em Oeiras a 21 de maio 1907, pertenceu a Academia Piauiense de Letras e ao Instituto Histórico de Oeiras, em cuja revista publicou vários trabalhos. Durante muitos anos, militou na imprensa piauiense, tendo trabalhado no *Jornal O Dia*. Foi colaborador do *Jornal O Cometa*, que circulou em Oeiras na década de 1970.

Ainda sobre a solenidade, Possidônio não deixou de mencionar a presença das autoridades constituídas da cidade. Destaca a participação do prefeito de Oeiras, o Dr. Benedito de Carvalho Sá, compondo a mesa de honra, fato que deixou o missivista satisfeito; afinal, ali estava presente a principal autoridade do município; e, ouvindo-o falar, conforme dito, foi escolhido como orador oficial da solenidade. Mas dissemos também que Possidônio foi escolhido orador oficial de muitas outras solenidades, e escrevia discursos para quem não sabia fazê-los e nem os ler.

Vejamos as ausências que também foram registradas: a do presidente do Instituto Histórico de Oeiras e a do médico Benedito Clementino de Siqueira Moura (B. Moura), nascido em Oeiras. Este, embora residisse em São Luís, havia se associado à homenagem, mas não pôde ir a Oeiras na oportunidade.

Consideramos necessário informar que Oeiras é destacada com sensibilidade nos escritos de Possidônio, como ficou claro nos trechos de cartas recortados neste artigo. É perceptível o seu apego ao torrão natal. “Tomou parte destacada em todas as campanhas de vulto aí desenvolvidas, tais como o movimento em favor da criação do Bispado, do primeiro ginásio municipal, a luta acirrada pela conservação do nome de Oeiras”.²⁶

Destacamos a frase “Amante da terra berço”, porque, da mesma maneira que Exedito Rêgo, avaliamos que Possidônio Queiroz, apesar de ter sido secretário da Câmara de Vereadores,

durante décadas, foi quem organizou e presidiu associações de classes das mais diversas, escreveu discursos para líderes políticos que não sabiam ler e tropeçavam nas palavras, orientou alunos, professores, juizes, advogado, diplomatas, compôs o hino de Oeiras, pois era “músico erudito, virtuose da flauta, compositor extraordinário de valsas e outros ritmos, sempre vazados na mais primorosa melodia. Assinale-se que, por ocasião das comemorações dos 250 anos da catedral de Oeiras, compôs a música de um hino de grande beleza”.²⁷ Ainda assim, é pouco lembrado.

Voltando à carta, seu quarto parágrafo tem início destacando que fora designado orador oficial, “li na minha fala, com muita honra para mim, as credenciais recebidas: da Colenda Academia Piauiense de Letras, do Instituto Histórico de Oeiras, através do presidente Dr. Pedro Ferrer, que não pôde vir a esta cidade”. Apresenta as credenciais a ele atribuídas e justifica a ausência do presidente da instituição que presta a homenagem a Bugyja Brito. Aproveita para agradecer ao presidente da Academia Piauiense de Letras, por ter-lhe credenciado como representante oficial daquela instituição na solenidade. Em sua opinião, ter ocupado o lugar de presidente da APL o enalteceu perante todos naquela noite. “Além do homenageado, falaram também a Dra. Miridan e o Sr. Prefeito Municipal. No fim, e após apagar as velas simbólicas e cortar o bolo de aniversário, ofereceu Bugyja refrigerantes e salgadinhos”.

Possidônio Queiroz ficou lisonjeado com o fato de ter sido indicado orador oficial da solenidade; e como representante da Academia Piauiense de Letras e do Instituto Histórico de Oeiras naquela ocasião. Se faz necessário destacar que as pessoas citadas no parágrafo anterior foram indicadas porque “usaram da palavra”. Enfatize-se: Possidônio, Bugyja Brito, Miridan Knox, o prefeito Benedito de Carvalho Sá. Na relação datilografada não constava o nome do advogado Carlos Rúbem Campos Reis, Possidônio fez uma observação de próprio punho, depois de sua assinatura, informando o fato da seguinte forma: “Falou também, na sessão, o advogado Carlos Rúbem Campos Reis”. Estes tipos de acréscimos

são comuns nas correspondências conseguidas para a escrita deste artigo.

Voltamos a Michel Foucault, quando este afirma que o “trabalho que a carta opera no destinatário, mas que também é efetuado naquele que escreve pela própria carta que ele envia, implica ‘introspecção’; mas é preciso compreendê-la menos como um deciframento de si por si do que como uma abertura que se dá ao outro sobre si mesmo”.²⁸ No caso específico, Possidônio Queiroz, deliberadamente ou não, é mais expansivo em seus agradecimentos e elogios aos destinatários; neste caso, o presidente da Academia Piauiense de Letras. As cartas de Arimateia são quase bilhetes, apesar de os agradecimentos e elogios serem grandiloquentes, como o são em geral entre os missivistas.

Tomamos principalmente algumas cartas de Possidônio Queiroz, escritas na década de 1980, para tecer uma narrativa historiográfica sobre Oeiras. Todavia, são múltiplas e variadas as Oeiras que Possidônio representou em suas correspondências. Portanto, Oeiras aparece: como “cidade invicta”, “a cidade que já teve”, a “cidade religiosa”, “a cidade política”. Essas múltiplas cidades nos remetem para *As cidades invisíveis*, de Calvino (1990). Lembramo-nos de Zola, por exemplo, sobre a qual o autor denuncia que ela “tem a propriedade de permanecer na memória ponto por ponto, na sucessão das ruas e das casas e janelas das casas, apesar de não demonstrar particular beleza ou raridade”.²⁹ Oeiras aparece na memória de Possidônio através de pequenos acontecimentos, pequenos em minha avaliação, mas que fazem sentido para o cronista, uma vez que provocam a rememoração e sua narrativa.

As cidades que procuramos apontar aqui são aquelas que nasceram da sensibilidade de Possidônio Queiroz, mas têm como referência o lugar onde nosso personagem morou por quase toda a sua vida, uma cidade sua, porque ajudou a construí-la das mais variadas formas. “A cidade é sempre uma obra humana”, as de Possidônio continuam sendo, mas nasceram dos sonhos, desejos, imaginação e da pena de Possidônio Nunes de Queiroz.

¹ CANEVACCI, Massimo. A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Nobel, 1993.

² REIS, José Carlos. O desafio historiográfico. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 98.

³ CHAVES, Monsenhor. Obra completa. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

⁴ REIS, op. cit., 2010, p. 99.

⁵ SILVA, Conceição de Maria Freitas Tapety e. Apresentação. In: Possidônio Queiroz. Memória piauiense. Teresina: Fundação José Elias Tajra, 1995. p. 13.

⁶ FREITAS, Pedro Ferrer Mendes de. Solo distante (Crônicas oeirenses). Teresina: Grafiset, 2001. p. 29.

⁷ PROCHASSON, Christophe. Atenção: verdade. Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 21, p. 105-118, jul./dez. 1998.

⁸ PROCHASSON, op. cit., 1998, 105-118.

⁹ GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). Escrita de si, escrita da história, Rio de Janeiro: FGV, 2004.

¹⁰ GOMES, op. cit., 2004.

¹¹ FOUCAULT, Michel. Ética, sexualidade e política. MOTTA, Manuel de Barros da (Org.). Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 156.

¹² FOUCAULT, op. cit., 2010, p. 156.

¹³ MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Entrevista concedida a Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 24, n. 48, p. 422, jul./dez. 2011.

¹⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. Topoi, Rio de Janeiro, p. 314-332, dez. 2002.

¹⁵ FERREIRA, op. cit., 2002, p. 314-332.

¹⁶ Id. Ibid.

¹⁷ FOUCAULT, op. cit., 2010, p. 159.

¹⁸ QUEIROZ, Possidônio. Carta a Francisco Cunha e Silva, 10 dez. 1989.

¹⁹ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz

Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. p. 29-30.

²⁰ QUEIROZ, Possidônio. Carta a Anita Prestes, 8 ago. 1987.

²¹ O Piauí é também chamado de “Terra de Mafrense”, alusão a um dos primeiros grandes posseiros do Piauí, por ocasião de sua ocupação territorial, Afonso Mafrense.

²² Costa Alvarenga é um médico nascido em Oeiras que ganhou destaque em nível internacional, sendo motivo de orgulho dos filhos de Oeiras.

²³ QUEIROZ, Possidônio. Carta a Arimateia Tito Filho, 9 set. 1987.

²⁴ QUEIROZ, Possidônio. Carta a Arimateia Tito Filho, 24 mar. 1987.

²⁵ QUEIROZ, Possidônio. Carta a Arimateia Tito Filho, 29 out. 1987.

²⁶ RÊGO, Expedito. Possidônio, o esquecido. In: Possidônio Queiroz. Teresina: Fundação José Elias Tajra, 1995. p. 14.

²⁷ RÊGO, op. cit., 1995, p. 14.

²⁸ FOUCAULT, op. cit., 2010, p. 157.

²⁹ CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 19.

OEIRAS NOS RASTROS DO COMETA

A cidade foi tomada por mim, como objeto de estudo, desde meados de 1995, quando iniciei o curso de Pós-Graduação em nível de Doutorado. Nasceu ali uma tese sobre Teresina, no período denominado na História do Brasil de Estado Novo. A capital do Piauí continuou /continua sendo o objeto de pesquisa privilegiado por mim. Entretanto, a realização de um estágio pós-doutoral orientou-me a refletir sobre outra cidade, a primeira capital do Piauí, Oeiras.

Pode soar estranho que, tendo conhecido São Paulo, capital, o meu olhar tenha se voltado para uma cidade pequena, como é o caso do objeto deste texto. Não cabe relatar aqui a história do projeto que me levou a Oeiras, mas sim refletir sobre a relação entre história, memória e cidade.

A cidade objeto do olhar do aprendiz de historiador, aqui, está localizada na região Centro-Sul do Piauí, distante da capital do Estado, Teresina, aproximadamente trezentos e quarenta quilômetros. A ocupação do *Sertão de Dentro* pelos sertanistas e criadores de gado determinou a instalação da primeira Freguesia no território que receberia o nome de Piauí. O “adensamento populacional” e os problemas dele decorrentes, em especial a luta pela terra entre sesmeiros e posseiros,¹ aceleraram o processo de instalação das primeiras vilas, dentre as quais a da Mocha, que, em seguida, seria elevada à condição de cidade e nela instalada a sede do governo provincial.

Tendo sido a capital da Província do Piauí, Oeiras perdeu esta posição em meados do século XIX, quando a sede do governo foi transferida para a cidade de Teresina, localizada na região central do território piauiense. Conforme dito no capítulo anterior, naquela

oportunidade, a transferência foi justificada em razão de a última cidade, que está localizada às margens do rio Parnaíba, permitir maior contato da Província com as demais brasileiras, bem como a ligação internacional através dos portos marítimos de Amarração/PI e Tutoia/MA.

A cidade em tela fica no sertão do Piauí e, à época, situava-se em região de difícil comunicação. Teresina, por sua vez, nasceu entre dois rios, o já mencionado Parnaíba e o Poti, ambos navegáveis. Além disso, se disse também que o território escolhido para a construção da nova capital possuía terras nas quais a agricultura poderia ser praticada com desenvoltura. Essa crença pode ser encontrada nos escritos de Antônio Saraiva,² governador da Província na ocasião da transferência.

A Primeira Capital, como é assim chamada Oeiras pelos intelectuais que escrevem sobre a cidade, pode ser considerada pequena; sua população é de aproximadamente 140.000 habitantes, a economia gira em torno do pequeno comércio, da agricultura familiar e prestação de serviços. Trata-se de uma cidade que ainda possui traços do período colonial, e, no seu tecido urbano, foram preservados alguns monumentos edificadas no século XVIII, orgulho para os intelectuais da cidade e para uma parcela de piauienses que a visita por ocasiões das festas religiosas.

As práticas religiosas desenvolvidas na “primeira capital”, por ocasião da Semana Santa, atraem os crentes de várias partes do Brasil. Possui um *campus* da Universidade Estadual do Piauí, o que, de certa forma, tem atraído jovens de municípios circunvizinhos e de outros Estados do Nordeste. Como nos lembra Raquel Rolnik (1995), a cidade pode ser pensada como um polo de atração.

Este texto toma como objeto de estudo a cidade de Oeiras, fato sinalizado no início desta narrativa. Assim, a primeira capital do Piauí se coloca como desafio, como problema a ser interpretado, compreendido. Afinal, é na cidade “onde as coisas acontecem”, mesmo sendo a urbe em tela uma cidade de pequeno porte, como já se mencionou. Se faz necessário destacar, entretanto, que a Oeiras deste artigo tem relação com a cidade real, e a que se tomou como objeto de estudo nasceu nas páginas do Jornal *O Cometa*,

periódico que veio ao mundo no início da década de 1970.

Sobre o período histórico no qual nasceu *O Cometa* já existe uma produção historiográfica no e sobre o Piauí que tenta capturar as transformações socioculturais que tiveram lugar nesta unidade da Federação. De uma forma mais ampla, a produção realizada na oficina da Clio no Brasil é vasta e diversificada, como defende Teresinha Queiroz, ao registrar que a história brasileira do século XX, “vista do final da década de 1970 até meados da década de 1980, tanto num ângulo geral quanto em suas particularidades, é de uma extraordinária riqueza de nuances e de grande velocidade de transformação [...]”³ Apesar de a produção concentrar-se ainda nos grandes centros urbanos, a expansão da Pós-Graduação por Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste tem contribuído de forma significativa para que temas discutidos e debatidos ainda de forma tímida tenham ganhado mais espaço. Penso que a cidade é um desses temas. Nos grandes eventos de história realizados no Brasil, há sempre simpósios temáticos discutindo a cidade.

Nos últimos anos, o autor deste artigo tem se dedicado a estudar a cidade, tomando Teresina como objeto de estudo; contudo, nos últimos seis meses, tomei outra como foco de pesquisa, Oeiras, como já mencionado. Recorro a Jatahy Pesavento, porque ela ajuda a pensar e discutir a cidade deste artigo, nascida nas páginas de um jornal que visava principalmente ser um instrumento de divulgação da cultura e das potencialidades humanas da cidade de Oeiras. Pode-se dizer que as cidades reveladas neste artigo nasceram nos discursos publicados em *O Cometa*.

Como narrativas sobre algo, são representações, ou seja, são discursos que se colocam no lugar da coisa acontecida. Correspondem a elaborações mentais que expressam o mundo do vivido e que mesmo se substituem a ele. Mais do que isto, história e memória são discursos portadores de imagens, que dão a ver aquilo que dizem através da escrita ou da fala. Nesta medida são, ambos, presentificação de uma ausência, atributo de toda a representação que, em essência, é um ‘estar no lugar de’.⁴

Parece não haver dúvida sobre a relação entre história e memória nos textos escritos e publicados em *O Cometa* por Possidônio Queiroz, como veremos no desenvolvimento deste artigo.

Os referidos escritos, em geral, estão relacionados a acontecimentos históricos, considerados relevantes, dos quais Oeiras teve participação ou foi o personagem principal. A cidade em questão é motivo de orgulho para o autor. Assim, pode-se dizer que a cidade, como destaca Pesavento:

Foi, desde cedo, reduto de uma nova sensibilidade. Ser cidadão, portar um *ethos* urbano, pertencer a uma cidade implicou formas, sempre renovadas ao longo do tempo, de representar essa cidade, fosse pela palavra, escrita ou falada, fosse pela música, em melodias e canções que a celebravam, fosse pelas imagens, desenhadas, pintadas ou projetadas, que a representavam, no todo ou em parte, fosse ainda pelas práticas cotidianas, pelos rituais e pelos códigos de civilidade presentes naqueles que a habitavam.

Às cidades reais, concretas, visuais, tácteis, consumidas e usadas no dia-a-dia, corresponderam outras tantas cidades imaginárias, a mostrar que o urbano é bem a obra máxima do homem, obra esta que ele não cessa de reconstruir, pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades, no pensamento e na ação, ao longo dos séculos.⁵

A cidade foi transformada em objeto de múltiplos saberes, discursos e olhares. A partir dela se constroem múltiplas imagens que têm como suporte a arquitetura, a publicidade, a fotografia, o cartaz, o selo, a pintura, a literatura, correspondências, para citar alguns dos registros com os quais o historiador trabalha em sua oficina, a narrativa historiográfica. Acrescento a essa lista o jornal, no caso específico *O Cometa*.

O Jornal *O Cometa* veio ao mundo através de sua primeira

edição, em março de 1971. É apresentado ao público como sendo um órgão de *divulgação e cultura*, tendo em sua direção José Expedito de Carvalho Rêgo, e como colaboradores permanentes Possidônio Queiroz e Costa Machado. Nessa edição, o jornal possui quatro páginas. Na primeira delas, foram impressos dois artigos com a finalidade de apresentar o noticioso ao público leitor, além de uma chamada intitulada “História de Oeiras”. O canto direito da primeira página possui uma chamada apelando para que se leia *O Cometa*.

Na página dois foram destacados dois artigos assinados, um ao lado do outro. O artigo assinado por L. Portela recebeu o título de “Outros caminhos...” e trata da chegada à cidade da energia elétrica, fornecida pela COHEBE, energia gerada pela barragem de Boa Esperança. No final do artigo, o autor destacou “que a presença do produto da COHEBE, em nosso meio, seja a BOA ESPERANÇA do aparecimento de uma nova mentalidade, através da luz franca e perene dos espíritos, dos que fazem a Terra-Berço do Piauí”.⁶

O outro texto recebeu o título de “Coluna de Esculápio”, tendo como subtítulo “Medicina de ontem e de hoje”, assinado por G. Magella Campos, e trata da inauguração de um hospital público em Oeiras. Ao abrir o texto, o articulista destaca que “não se pode comparar a medicina hoje, praticada nesta cidade, com aquela que praticávamos há bem pouco tempo, antes de inaugurado o Hospital Deolindo Couto”.⁷ Ao concluir o artigo, Magella argumenta que o progresso chegou a Oeiras, destacando que “o Hospital Deolindo Couto aí está, atestando o nosso progresso. Precisamos ainda de muitas cousas para equipá-lo convenientemente, a fim de que, em futuro talvez não muito distante, venha mesmo a preencher todas as finalidades para as quais fora construído”.⁸

No meio da página aparece uma notícia de morte, assinada por Costa Machado, um dos colaboradores permanentes do jornal. A nota identifica o ator social falecido como sendo Raimundo Waldemar de Carvalho Reis, juiz de Direito, aposentado e morador da cidade de Simplício Mendes, “cidade em que exerceu o seu ofício, durante anos, com eficiência e dignidade, a judicatura em seu torrão natal – Simplício Mendes”.⁹ Para mim, que não conheci o juiz falecido, o nome de Waldemar de Carvalho Reis, nome próprio, uma pessoa

singular, não me diz nada; entretanto, o articulista, ao escrever sobre o personagem em questão, conhecido seu e de muitos de seus leitores, muitos da elite letrada da cidade, havia lido sobre ele e seus veredictos. Portanto, fazia sentido apontar os traços biográficos do magistrado.

Para completar a página, foram postos quatro anúncios de propaganda, divulgando o nome, a localização espacial e os produtos comercializados por cada loja e suas atividades. Uma delas é especializada em perfumes e miudezas. O Bazar Útil destaca que o seu sortimento é realizado diretamente de São Paulo. A terceira nota informa que a loja possui grande estoque de mercadorias e oferece maiores vantagens nas vendas a grosso. No final da página, surge a chamada do próprio jornal, “Leiam O Cometa”, acrescida à solicitação veiculada com a seguinte informação: “Números avulsos na Papelaria do Sr. Possidônio Queiroz”.

O título da página três de *O Cometa* é “Página das Musas”. Não foi possível ainda “descobrir” a razão para o título, entretanto, pode-se levantar a seguinte hipótese, dado que nela foram grafadas principalmente poemas, as musas são a inspiração. Aparece uma matéria que não foi assinada, denominada de “Chaminés”, mas a temática são as noites de São João. O articulista destaca que naquelas noites reina a amizade. Música, canções, perfume, luzes, iguarias, bebidas, danças, fogos, balões, sorrisos, risos, gargalhadas, simpatia, amores, fraternalismo. O autor, entretanto, propõe um diálogo com alguém que mora em outro Estado, pois pergunta ao interlocutor: “Como se passa, Caçulinha, a véspera de São João na sua terra?”. E a resposta é: “Tanto em meu Piauí quanto em vossa Bahia folga, sonha e trabalha o mesmo povo irmão [...] Somos claros, morenos, águias e [...] basbaques: Passamos, tal como vós, a noite de São João na bebedeira, em comilança e a soltar traques”.¹⁰ Soltar traques pode ser uma alusão a uma pequena bombinha com as quais as crianças se divertem por ocasião das festas juninas; contudo, no caso específico, nos parece que os traques fazem alusão a outra coisa, uma vez que, por ocasião das referidas festas, são ingeridas comidas e bebidas,

como, por exemplo, bolo de milho, pipoca, aluá, abóbora assada e cozida, batata doce e muita cachaça.

A quarta página não recebeu nenhum título, e é nela que o jornal noticia acontecimentos ocorridos em Oeiras, que os redatores avaliam relevantes para os leitores de *O Cometa*. Logo, no canto superior esquerdo, foi localizada uma notícia dando conta de que o acadêmico de Medicina, Dagoberto Ferreira de Carvalho Júnior, avaliado pela redação como um estudioso das coisas de Oeiras, pretendia criar o Instituto de História de Oeiras. No mesmo lado e abaixo da notícia indicada acima, foi impresso um artigo do referido Dagoberto, justificando sua pretensão: “mas estamos certos de que o faremos em muito breve, porque nos propomos a preservar, como antes dissemos, nossos monumentos históricos, a incentivar o amor à terra berço da cultura piauiense e a cultuar nossas mais antigas e caras tradições”.¹¹

Na coluna do meio, a primeira notícia da parte superior é a posse do governador Alberto Tavares e Silva. Logo abaixo, foi publicado um artigo assinado por Possidônio Queiroz com o título “Aniversário da Revolução”. O autor informa, na primeira linha do texto, que o dia 31 do mês de março “assinala a passagem de mais um ano da arrancada homérica, do patriótico movimento que salvou o Brasil do caos em que despenhava, e para onde o arrastavam as diretrizes de um governo que se vinha afirmando cada dia mais nefasto”.¹²

Abaixo do texto apontado do parágrafo anterior, foi grafada a notícia da posse do vice-governador Sebastião Leal, com um curto texto sobre os serviços prestados pelo empossado, que era também presidente da Assembleia Legislativa do Piauí. Na sequência, está estampada a chamada para que se leia *O Cometa*, e, no final dessa coluna, há uma chamada comercial do Bazar Útil.

A coluna da direita, preenchida com a crônica social, foi assinada por três mulheres: Gardênia Lopes, Iracema de Matos e Leonília Rego. Nela estão relacionados os aniversariantes do mês, os nascimentos dos novos oeirenses e seus respectivos pais. Em quatro linhas, as cronistas informaram sobre a data prevista para a inauguração da “luz fornecida pela barragem de Boa Esperança”.

Informam sobre *Manhã de Sol* do Oeiras Club e, no final da coluna, chamam a atenção para o próximo número de *O Cometa*, onde o jornal “lançará as dez mais elegantes da cidade”.

Para o autor deste artigo, o fato de a cidade não possuir um jornal foi sempre, a seu ver, uma falta lamentável, um descaso dos homens da terra, anota. Destaca que, na “primeira capital”, foram impressos vários jornais, mas naquele momento ela não possuía uma única tipografia. Recorre à memória para informar que, quando voltamos aos artigos de apresentação do jornal *O Cometa*, o primeiro deles foi assinado por José Expedito do Rêgo, como se disse antes. Nele, o articulista declara que a estudante, com mais dois colegas, publicou o *Jornal Ideia Nova*, contando com a contribuição de oeirenses ilustres. O dito jornal teve apenas uma edição, como destaca José Expedito, e durou “a vida de uma borboleta”. Informa o articulista, na primeira pessoa, sobre a nova tentativa: “Tento outra vez criar um jornal nesta pobre Vila da Mocha das minhas alegrias e dos meus desganhos. O ideal não morre nunca e quem tem alma de poeta vive e morre sonhando”.¹³

Ao justificar o nome do periódico, deixa escapar o seu pessimismo em relação à periodicidade do jornal, e destaca que escolheu o nome pelo seguinte motivo: “Sei que ele será irregular, no seu aparecimento, como esses astros erradios que embelezam os céus”. Esporadicamente, seria ainda impresso em Teresina, o que reforça a informação, já indicada, de que Oeiras não possuía uma tipografia ou gráfica na qual o jornal pudesse ser impresso.

Este parece ser um fator que poderia determinar a periodicidade irregular de *O Cometa*, dado que Teresina fica a 340 quilômetros de Oeiras. Nos períodos recortados pela comunicação, as estradas que ligavam as duas cidades eram ruins. No dia em que não havia chuva era poeira, no dia de chuva era lama. As condições estruturais das estradas dificultavam a comunicação e os transportes. Saliente-se que a cidade já não fazia parte dos percursos das companhias aéreas comerciais. O jornal deveria ser escrito em Oeiras e enviado para a capital do Piauí. Depositado na gráfica, deveria passar por revisão depois de impresso. Toda a trajetória de feitura do jornal levava tempo, daí o pessimismo do

principal diretor do noticioso:

Gostaria que aparecesse de quinze em quinze dias, mas só Deus sabe se tal seria possível. Talvez surja mesmo só uma vez mensalmente. Talvez passe, de quando em vez, dois meses sem aparecer. Será, pois, um cometa. Mas, quem sabe? Pode ser que melhore, cresça, venha a sair mais amiúde e, com o tempo, chegue a brilhar diariamente, como uma estrela de primeira grandeza, nos céus oeirenses. Certamente, não viverei para contemplar essa estrela, mas então o jornalzinho mudará de nome. Passará a chamar-se SIRIUS.¹⁴

José Expedito do Rêgo, um *intelectual da Província*, sabia das dificuldades para manter um jornal em uma cidade pequena, dependendo de anúncios comerciais e assinaturas. Em meados de 1974, encontrou-se na edição de junho como matéria de capa a seguinte manchete: “O Cometa: a primeira crise!”. O redator fez questão de destacar que, ao contrário do que pensavam os criadores do jornal, em seu quarto ano de vida, vencida as dificuldades com galhardia. Mantinha-se à custa de assinaturas e, naquela oportunidade, não possuía nenhuma propaganda comercial, a não ser do próprio *O Cometa*.

O redator da matéria indica que a crise era monetária e teria sido criada fora e dentro de Oeiras. “De fora porque a impressão, como o dissemos, era realizada em Teresina, e, quando do início da publicação, custava Cr\$ 200,00, apenas. Veio subindo, subindo, acompanhando o preço do papel e está agora dobrada para Cr\$ 400,00. De dentro porque o número de assinantes, que, no começo era de 170, caiu para 110, e, naquele ano, nenhum havia pago a anuidade.

Dos assinantes que perdemos, muito poucos morreram ou foram morar em lugares distantes. A maior parte, no entanto, desistiu por negligência, má vontade ou somiticaria. Porque não acreditamos que um só de nossos assinantes esteja impossibilitado

de dispor de insignificante quantia de Cr\$ 25,00 por ano”.¹⁵

É difícil avaliar se apenas as questões apontadas pelo articulista determinaram a primeira crise do jornal. O fato é que o Brasil vivia o período do *pós-milagre brasileiro*, da crise do petróleo e de inflação crescente. Os custos com impressão, transporte, a desistência dos assinantes, a falta de anúncios comerciais, sem dúvida foram relevantes para a crise financeira de *O Cometa*. No final do artigo, o articulista faz um apelo, com características dramáticas: “Está, pois, em suas mãos, prezados oeirenses, a vida do jornal. Ou vocês fazem uma transfusão urgente, ou O COMETA irá para o rol do JÁ TEVE de nossa querida terra”.¹⁶

Voltemos ao artigo de apresentação do jornal. O seu diretor fez questão de indicar em seu texto que o jornal não se filiaria a qualquer “doutrina política” ou “filosófica”, nem se ligaria a “seitas religiosas”. “Será imparcial”. Caso que Maria Helena Rolim Capelato (1994) tenha razão e desconfio mesmo que tenha, quando defende que:

A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social.¹⁷

É possível que José Expedito do Rêgo desejasse que o jornal não se envolvesse em disputas político-eleitorais; uma vez nas cidades pequenas, tais disputas dividiam/dividem a cidade, o que poderia prejudicar os interesses comerciais do jornal. Oeiras é uma cidade onde a maioria absoluta de sua população pratica a religião católica. As festas religiosas da Semana Santa atraem centenas e centenas de pessoas. Segundo afirmou Capelato, a imprensa se constitui instrumento de manipulação de interesses e interfere na vida social, assim não há como duvidar do desejo de imparcialidade

de *O Cometa*. Mas o fato de o periódico se instituir como um jornal de divulgação de cultura, de desenvolvimento, de treinamento e de aproveitamento dos pequenos valores locais poderia contribuir para que pessoas de todos os matizes políticos e ideológicos apoiassem a iniciativa dos intelectuais responsáveis pela publicação.

Considero necessário refletir sobre a responsabilidade do jornalista, atuando ele na grande imprensa ou em um jornal pequeno, editado nos rincões deste imenso país. Em outro contexto, Eugênio Bucci (2009) defende que o jornalista, se quiser ser fiel à sua responsabilidade social, “não deve permitir que agendas, causas ou doutrinas totalizantes de uma parte da sociedade – venham elas de ONGs, de igrejas, de governos, de grandes corporações, de partidos, de onde vierem – contaminem seu trabalho”.¹⁸ Talvez fosse esse o desejo de José Expedito do Rêgo em relação ao *O Cometa*. Era um sonhador, e os poetas, como ele próprio denunciou, sonham muito.

Por outro lado, era desejo do diretor, expresso em seu artigo de apresentação do jornal, que este preenchesse a lacuna existente em Oeiras, qual seja, de não possuir um meio local de divulgação. Apesar da ressalva que o noticioso não seria um “órgão noticioso, no sentido exato do termo, porque notícia implica em novidade, e as notícias mais importantes do Brasil e do mundo chegam-nos, diariamente, pelo Rádio, sabe-se que as locais continuarão a cargo dos *filhos da Candinha*”.¹⁹

Isto o cronista da década de 1970 denominava de “fuxico”, e, por esta razão, ficaria a cargo dos “filhos da Candinha”. Ganharam relevância para o historiador, como defende Frèdèrique Langue (2006), ao destacar que o efêmero, o insignificante revestem agora singular importância: o irrisório, o “invisível”, o não-visto, assim como a maneira de não compreender, desconhecer ou mesmo apagar certos aspectos do passado, paixões esquecidas, afetos desaparecidos[...].²⁰

A manifestação de José Expedito em relação à periodicidade do jornal se confirmou algum tempo depois. Além do mais, como destacou o articulista, o Rádio para o Piauí ainda era o principal meio de comunicação de massa. As emissoras de Rádio localizadas em

Teresina e em outras capitais brasileiras eram sintonizadas pelo Brasil afora. Os aparelhos de rádio já haviam se tornando acessíveis a uma grande parcela da população brasileira.²¹

Possidônio Queiroz, um dos colaboradores permanentes de *O Cometa*, escreveu também para o primeiro número do periódico. O título do artigo é “Aparece um jornal em Oeiras”. Historiciza o aparecimento dessas “enciclopédias do cotidiano” na primeira capital do Piauí, antes de o jornal ser empregado como fonte neste artigo. Quando trata de *O Cometa*, Possidônio o faz de forma atravessada, uma vez que escreveu muito mais sobre José Expedito do Rêgo do que propriamente a respeito do noticioso. Sobre o diretor do jornal, destaca que ele não era apenas um médico ilustre, um clínico de reputação firmada, era também um poeta.

E acrescenta: “O COMETA nos é, pois, apresentado por quem pode fazê-lo. Vem pela mão de um timoneiro experimentado, seguro, capaz de o fazer singrar longamente, através de um vasto cruzeiro sem perigo de soçobrar”.²² No final de seu artigo, Possidônio conclama a todos os oeirenses de todas as camadas sociais que prestigiem o novo órgão de comunicação, para que *O Cometa* tenha vida longa, sempre dedicada ao serviço e à grandeza de Oeiras.

Como disse antes, *O Cometa*, neste artigo, foi tomado como fonte para a construção de uma determinada cidade. Cabe perguntar sobre a razão para tal decisão. Tania Regina de Luca (2006) afirma:

A face mais evidente do processo de alargamento do campo de preocupação dos historiadores foi a renovação temática, imediatamente perceptível pelo título das pesquisas, que incluíam o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim uma miríade de questões²³ antes ausentes do território da História.

Os jornais, também chamados de “enciclopédias do cotidiano”, acompanham, de acordo com os seus interesses, os

acontecimentos do cotidiano de uma cidade. Mesmo não sendo o caso de *O Cometa*, que teve sua periodicidade comprometida pelas razões, aqui, já listadas, não deixou de tratar sobre o cotidiano de Oeiras. Quando do período das festas religiosas, seus cronistas e “repórteres” enfatizaram a força da fé dos oeirenses.

Logo em seu primeiro número, o poeta Gaudêncio de Carvalho Sousa publicou um texto que levou o título de “Vestígios da memória”. No segundo parágrafo escreveu:

Vejo a rua da penumbra. Olho as torres de algodão das nuvens. Espio a cinza sobre o lamento azul da vastidão. Estou na planície entre cumes, no vale que não pode expor o infinito[...] Sinto a condição voraz do tempo e a feição calma do tempo. Chego à terra natal. O vento sobe o meu papagaio de seda colorido [...].²⁴

Os indícios encontrados no texto dão conta de que o autor estava tratando de uma Oeiras que se encontrava em sua memória e que a volta à cidade natal o fez recordar de outros tempos. Parece ser um homem maduro, pois recorda-se do tempo de criança ou adolescência, quando empinava o seu papagaio de seda. Declara sentir a voracidade do tempo, pode nos induzir que morou muito tempo fora da cidade, os anos se passaram, mas estava de volta.

Ao denunciar a voracidade do tempo, esse sentimento pode estar representado no próprio corpo; os cabelos ficaram prateados, a pele ganhou rugas. Como costuma-se dizer, os sinais do tempo estão por todo o corpo. Mary Del Priore (2009) afirma que “a busca do belo, do gosto e do prazer evoluíram ao longo da história, assim como a imagem do corpo, ora constrangido, ora libertado, se modificou”.²⁵ É provável que o corpo que volta à cidade, modificado pelo tempo, sinta-se constrangido pela cidade da infância e da juventude. Mas a cidade física também não é a mesma, apesar do casario, dos templos católicos, das praças, dos prédios escolares, do Céu sempre muito azul, dos acidentes geográficos naturais, a cidade se transforma cotidianamente, na maioria das vezes, de forma quase imperceptível.

O retorno à cidade permite que o cronista trate de uma linha temporal de forma rápida e poética: “Rio da infância. Vagas da juventude. Homem questionando a si próprio a pergunta da certeza e da dúvida. Velhice vindo brandamente pratear os cabelos”.²⁶ A cidade tratada pelo cronista é uma cidade de sua memória, despertada pela cidade real.

Os sinos tocando também o fazem lembrar o passado, ao apontar que o anunciado por eles hoje já o eram em outros tempos. Há uma tentativa de o cronista defender a repetição dos sons promovidos pelos sinos em tempos distintos. Sobre estes instrumentos sonoros, Frédérique Langue lembra de uma história que trata de sinos. Relata que “o soar, os dobrados, os repiques dos sinos fundam e certificam uma outra relação com o mundo rumo ao sagrado, outra forma de integrar o tempo e o espaço, do confrontar-se com eles.”²⁷ E continua o mesmo autor:

Estas mensagens sonoras transformam-se em linguagem, patenteando um sistema de comunicação que aos poucos desapareceu, formas de vida cotidiana que não mais existem, afetos e apreços a partir de certas formas simbólicas que terminaram pagadas das recordações individuais/particulares, gerais/coletivas ou mesmo nacionais. Os diferentes juízos originados no dobrar dos sinos são decorrentes de jogos de poder, de paixões e de dissensões.²⁸

Por outro lado, ao ouvir o dobrar dos sinos, o fato de o cronista ter lembrado de um tempo pretérito, pode nos remeter para as permanências históricas. Paul Veyne (2011), comentando a produção de Michel Foucault, destaca que este defende as descontinuidades:

[...] as questões que colocamos para a realidade deferem tanto, de uma época a outra, quanto às respostas que lhe damos. Às diferentes questões respondem discursos diferentes; aprendemos a cada vez um real, que não é o mesmo; o objeto do conhecimento não permanece,²⁹ o que é ao longo dos sucessivos discursos.

O relógio que o cronista chamou de antigo conta as horas, somando-as por longos períodos, termina por constituir tempos mais longos, como os anos e os séculos. “Assim como é ridículo e pouco filosófico sorrir das ilusões dos apaixonados, uma vez que o objeto amado, visto pelos olhos do amor, não é o mesmo que o objeto visto pelos indiferentes”.³⁰ O tempo contado pelo relógio lembra “a harmonia da antiguidade e a paz em que vive esta cidade hospitaleira”.

O tempo passado parece melhor, e o lembra de uma paz oferecida pela cidade que mais faz parte de uma cidade desejada do que da cidade real. Mas temos que considerar que a Oeiras da década de 1970 deveria ter problemas, como a maioria das cidades do Piauí, todavia no número de carros deveria ser pequeno, pois, não possuía indústria. Os barulhos mais intensos eram provocados pelos sinos da catedral. O processo de urbanização ainda se fazia lento e preguiçoso.

Ao concluir sua crônica poética sobre “as” Oeiras, o cronista lembra dos acidentes geográficos de uma delas, a Oeiras física e material, e essa lembrança nos remeteu para o que afirmou Sandra Jatthy Pesavento sobre a cidade:

Uma cidade é objeto de muitos discursos, a revelar saberes específicos ou modalidades sensíveis e leitura do urbano: discursos médicos, políticos, urbanísticos, históricos, literários, poéticos, policiais, jurídicos, todos a empregarem metáforas para qualificar a cidade. Uma cidade é também objeto de produção de imagens – fotográficas, pictóricas, cinematográficas, gráficas – a cruzarem ou oporem sentidos sobre o urbano.³¹

Gaudêncio Sousa se apropriou do discurso da Geografia para nos lembrar do Morro do Leme, do Morro da Sociedade e do Morro da Cruz. O autor desta comunicação se apropriou de discursos historiográficos e literários para cantar Oeiras. E, ao empregar o verbo cantar, remeto-me à analogia feita por Massimo

Cavenacci(1993),³² aquele de *A cidade polifônica*. Este autor compara a cidade a um coro que canta com uma multiplicidade de vozes autônomas que se cruzam, relacionando-se e sobrepondo-se umas às outras, isolando-se ou contrastando-se.

A intenção desta comunicação foi cantar Oeiras, isolando-a a partir dos articulistas de *O Cometa*. Ela teve também a intenção de contrastar a cidade dos cronistas/poetas com a cidade real que nos lembrou Pesavento ainda há pouco.

Notas

¹ NUNES, Odilon. Pesquisas para a história do Piauí. Teresina: FUNDAPI/Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

² CHAVES, Monsenhor. Obra completa. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

³ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. Do singular ao plural. Recife: Bagaço, 2006. p. 203.

⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Palavras para crer. Imaginários de sentido que falam do passado. Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, n. 6, 28 jan. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/document1499.html>>.

⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 27, n.53, p. 11-23, jun.2007.

⁶ PORTELA, L. Outros caminhos... O Cometa, Oeiras, ano I, n. 1, p. 2, mar. 1971.

⁷ CAMPOS, G. Magella. Coluna de esculápio. O Cometa, Oeiras, ano I, n. 1, p. 2, mar. 1971.

⁸ Id. *ibid*.

⁹ MACHADO, Costa. Desaparece Dr. Waldemar Reis. O Cometa,

¹⁰ O COMETA, Oeiras, ano I, n. 1, p. 3, mar. 1971.

¹¹ CARVALHO JR., Dagoberto Ferreira de. Instituto Histórico de Oeiras. O Cometa, Oeiras, ano I, n. 1, p. 4, mar. 1971.

¹² QUEIROZ, Possidônio. Aparece um jornal em Oeiras. O Cometa, Oeiras, ano I, n. 1, p. 4, mar. 1971.

¹³ RÊGO, José Expedito. Artigo de apresentação. O Cometa, Oeiras, ano I, n. 1, p. 1, mar. 1971.

¹⁴ Id. *ibid*.

¹⁵ O COMETA, 1971, p. 1.

¹⁶ Id. *ibid.*

¹⁷ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994. p.21. (Coleção repensando a História).

¹⁸ BUCCI, Eugênio. *A imprensa e o dever da liberdade: a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as formas de governo, os corporativismos, o poder econômico e as ONGs*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 116–117.

¹⁹ RÊGO, *op. cit.*, 1971, p. 1.

²⁰ LANGUE, Frédérique. *O sussurro do tempo: ensaios sobre uma história cruzada das sensibilidades Brasil/França*. In: ERTZOQUE, Marina Haizenreder; PARENTE, Temins Gomes. *História e sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006. p. 27.

²¹ NASCIMENTO, Francisco Alcides do Nascimento; SANTIAGO JR., Francisco Fernandes (Org.). *Rádio: encruzilhada da história (rádio e memória)*. Recife: Bagaço, 2006; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *História e memória da Rádio Pioneira de Teresina*. Teresina: Alínea Editora, 2004; LIMA, Nilsangela Cardoso. *ZYQ-3: no ar a primeira emissora de Rádio de Teresina*. Teresina: UFPI, 2002.

²² QUEIROZ, Possidônio. *Aparece um jornal em Oeiras*. *O Cometa*, Oeiras, ano I, n. 1, p. 1, mar. 1971.

²³ LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi et al. *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 80.

²⁴ SOUSA, Gaudêncio de Carvalho. *Vestígios da memória*. *O Cometa*, Oeiras, ano I, n. 1, p. 2, mar. 1971.

²⁵ PRIORE, Mary Del. *Gilberto Freyre: modos, sem modas, de fazer história*. In: FREYRE, Gilberto. *Modos de homem & modas de mulher*. 2. ed. São Paulo: Global, 2009. p.11.

²⁶ SOUSA, Gaudêncio de Carvalho. *Vestígios da memória*. *O Cometa*, Oeiras, ano I, n. 1, p. 2, mar. 1971.

²⁷ LANGUE, *op. cit.*, 2006, p.27.

²⁸ Id. *ibid.*

²⁹ VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 98.

³⁰ Id. *ibid.*

³¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 80.

³² CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Nobel, 1993.

Parte III

AS FONTES COMO “ESCOLHA” NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Os Jornais Diários na Construção de Representações do Piauí e de Teresina entre 1950 e 1970

Este capítulo reflete sobre o começo na década de 1950, quando os brasileiros viveram um momento de redemocratização política, iniciado com o fim do Estado Novo. Neste lapso de tempo, entram em cena, com maior desenvoltura, novos atores sociais, os trabalhadores rurais, com movimento das ligas camponesas, com o aumento do número de sindicatos rurais, além da presença da Igreja na organização destes. Os trabalhadores urbanos, organizados em centrais sindicais e partidos políticos, passaram a ser vistos como um grupamento social capaz de comandar o processo revolucionário da sociedade brasileira. Do ponto de vista cultural, este período foi chamado por alguns de “anos dourados”. O outro ponto do recorte temporal é a primeira metade da década de 1970, quando os brasileiros experimentaram os chamados “anos de chumbo” do ponto de vista político, mas também uma parcela deles foi estimulada a consumir mais; a economia cresceu de forma espetacular e, por esta razão, os economistas o chamaram de “milagre brasileiro”.

O eixo do capítulo é o papel da imprensa escrita no Piauí e em Teresina, na construção da imagem de Estado pobre, com uma capital acanhada e sem infraestrutura básica nas décadas de 1950 e 1960, mas que, no início da década seguinte, tanto o Estado quanto Teresina são narrados de forma diversa nos jornais que circulavam na cidade, mas que chegavam à sede dos principais municípios do Estado. A questão central que orienta esta narrativa é: “De que forma os jornais escritos atuaram na construção da imagem de um Piauí

pobre e desassistido e, depois de pouco mais de uma década, este Piauí e sua capital são vistos caminhando a passos largos para o desenvolvimento econômico e social?”. Esta mesma questão pode ser desdobrada em outra: “Quais interesses defendiam tais jornais na construção desta nova imagem do Piauí e de Teresina?”.

Os documentos, sua produção e preservação, não são neutros. Lembrar disto parece lugar-comum. As fontes que darão suporte à escrita deste texto são os jornais, que, diga-se de passagem, foram empregados por mim no último quarto de século, mas deve-se dizer também que até a década de 1970 era ainda reduzido o número de trabalhos que utilizava esta fonte como suporte de pesquisa. O jornal ainda não tinha sido alçado à condição de fonte que merecesse a confiança dos historiadores: “[...] pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido dele, forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas”.¹

As entrevistas construídas, tendo como suporte a metodologia da História Oral, foram também de grande valia. Elas permitiram que outras versões fossem construídas, outros sentimentos aflorassem, olhares diferentes fossem percebidos, sem esquecer que estas fontes têm como suporte a memória, e o “passado construído segundo as necessidades do presente”.² As entrevistas orais podem ser vistas como memórias e espelham determinadas representações. As possíveis distorções registradas e a falta de veracidade a elas atribuídas podem ser encaradas de formas diferentes, “[...] não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa”.³

Sônia Maria de Meneses Silva defende que “nenhum registro foi pensado para ser uma fonte histórica; o que o transforma em tal é o trabalho que o historiador exerce sobre ele, submetendo-o a um processo de investigação que colocará necessariamente em evidência problemas e elementos teóricos”.⁴ Portanto, cabe aos estudiosos da história identificar, situar e interpretar a natureza desses materiais e proceder a uma análise crítica que possibilite

verificar que elementos corporificam e dão identidade ao documento.

E, ainda, que aspectos podem contextualizar o próprio documento e revelar outros traços, outros significados que o documento negligenciou, ou mesmo quis silenciar.⁵ No início da década de 1950, a população do Piauí ultrapassa a marca de um milhão de habitantes, de acordo com o senso demográfico daquele ano. Desse total, 84% viviam na zona rural, logo, os outros 16% moravam nas cidades. “Teresina, então com 90.723 habitantes, representava menos de 9% da população total do Estado. De cada quatro piauienses de dez anos e mais de idade, três eram analfabetos”.⁶ A receita resultante da arrecadação total realizada pelo Estado, que, em 1940, “superava a dos Estados do Amazonas, Alagoas, Sergipe, Mato Grosso e Goiás, já em 1950 situava-se em último lugar [...]. Assim, o Piauí entregou-se à própria sorte, ocupando-se apenas com os problemas políticos locais e esquecendo de olhar o que acontecia em sua volta”.⁷

Saliente-se que, em 1952, a capital do Estado do Piauí completou o seu primeiro centenário. A imprensa escrita teve papel relevante na cobertura deste evento, destacando as festividades planejadas, bem como as que ainda estavam sendo articuladas. Realçou as disputas político-ideológicas que permearam a organização do evento e denunciou, de forma intensa, a carência de serviços básicos na cidade, tais como água potável, energia elétrica, esgoto sanitário, ruas calçadas.

Alguns sinais desses problemas situavam-se no centro da cidade, e seria, pelo menos para alguns formadores de opinião que atuavam nos jornais, vergonhoso a cidade aparecer para os seus convidados suja e maltratada.

No início da década de 1960, o discurso constituído pela elite intelectual e política do Piauí tinha como foco central a pobreza desta unidade da Federação. O governador Francisco das Chagas Rodrigues (1959-1963),⁸ lembrava que sua prioridade ao assumir o governo foi a de lutar tenazmente, em todas as frentes, contra o atraso, o pauperismo e a miséria, ou seja, contra o secular subdesenvolvimento piauiense.

O discurso encontrado nos periódicos publicados, especialmente em Teresina, indica que os lampejos de desenvolvimento econômico que atingiam outras regiões do país não chegavam ao Piauí. Francisco Ferreira de Castro, em artigo publicado na *Revista Brasileira de Estudos Políticos* sobre as eleições de 1958 no Piauí, tem a mesma opinião, pois aponta que a “[...] organização econômica e social [se] apresenta num estágio de pouco desenvolvimento, mesmo comparada com outras regiões menos protegidas do Brasil”.⁹ Mas este mesmo autor defende que “[...] não constituímos área de resistência à eclosão de ideias desenvolvimentistas dentro do quadro geral da Federação”.¹⁰ O articulista parece apontar o foco de suas observações para as diversas manifestações do governador e seus aliados sobre o desenvolvimento.

No início do ano de 1963, em matéria publicada em jornal da capital, Chagas Rodrigues repetia que o principal problema a ser combatido no Piauí era a pobreza que o assolava. O governador, como já se destacou, pretendeu durante o seu mandato ser o condutor do processo de desenvolvimento que deveria tirar o Piauí da condição de o Estado mais pobre da Federação:

Nosso inimigo principal é o atraso do Piauí, é o pauperismo do povo piauiense, pelo que estendia sua mão a todos os piauienses de boa vontade para uma luta comum em favor de nossas populações, especialmente dos mais necessitados.

Há certo messianismo no texto publicado pelo jornal *Estado do Piauí*, periódico que pertencia a integrantes filiados ao partido União Democrática Nacional (UDN), que, em aliança com o Partido Trabalhista Brasileiro, havia eleito o governador. Pelo menos em nível de discurso, Chagas Rodrigues pretendeu, logo após o pleito, agrupar todas as tendências políticas do Estado, formando uma força única para promover a saída do Piauí da condição de subdesenvolvido. Esta condição, na opinião de Francisco Ferreira de Castro (1960), era o resultado de um conjunto de variáveis: “[...] é

antes consequência do total desaparecimento de sua estrutura econômica e da mentalidade cartorial dominante do regime semifeudal que perdurou no Estado”.¹²

Por mentalidade cartorial pode-se entender a forma como os grandes proprietários de terras, onde floresciam os babaçuais e carnaubais e a criação de gado, se assenhoreavam de lugares de poder no governo, muito especialmente na capital, “centro de suas aspirações de segurança e estabilidade, asseguradas por uma economia rotineira e patriarcal”.¹³

Chagas Rodrigues chamava todos os piauienses para cerrarem fileira a seu lado, visando o desenvolvimento do Piauí, mas sabia de antemão que o grupamento mais conservador da sociedade piauiense, estabilizado na sua “organização econômica e social, controlava também o poder político, de cuja estrutura, no Piauí, o PSD é o grande beneficiário, desde os tempos ditatoriais”.¹⁴ Mesmo ganhando a eleição para governador, a maioria da Câmara dos Deputados foi constituída por representantes da coligação liderada pelo PSD, que contava com o PSP, PR, PL e PRP.

Tomado pelo discurso desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, e por iniciativas como a do surgimento da SUDENE, criada e organizada visando diminuir as diferenças regionais, logo sob os auspícios mais otimistas, o governador dizia que sua luta era contra o subdesenvolvimento que grassava o Piauí desde a crise do extrativismo vegetal.

Algumas iniciativas foram tomadas pelo governador que antecedeu a Francisco das Chagas Rodrigues. Na opinião do economista Felipe Mendes (2003), a reação do Piauí “começou em 1956, *com dez anos de atraso* em comparação com os Estados do Nordeste oriental”¹⁵ [grifo do autor]. O governador Gayoso e Almendra iniciou uma tentativa de modernização da máquina administrativa, especialmente na área das finanças. E, espelhando-se no Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República, instituído em 1956, por Juscelino Kubitschek, criou naquele mesmo ano a Comissão de Desenvolvimento do Estado,¹⁶ que tinha por objetivo pensar o desenvolvimento econômico do Piauí a médio e longo prazos.

Foram criadas algumas empresas de economia mista, merecendo destaque: Frigoríficos do Piauí S/A (FRIPISA), em 1957; Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA), em 1959; Agroindústria do Piauí S/A (AGRIPISA), em 1959; Telefones do Piauí S/A (TE-LEPISA), em 1960; Águas e Esgotos do Piauí S/A (AGESPISA), em 1962; Banco do Estado do Piauí S/A (BEP), em 1958, que resultou da aquisição do controle acionário do Banco Comercial e Agrícola do Piauí S/A.

Outras ações são empreendidas no sentido de colocar o Piauí no caminho do desenvolvimento, segundo a visão dos atores sociais que atuavam em Teresina. É desse mesmo período a criação da Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI), em 1954. Em meados da década seguinte, foi instituída a Associação Industrial do Piauí (AIP); em 1965, instala-se uma empresa chamada de Fomento Industrial do Piauí (FOMINPI), a qual, algum tempo depois, passaria a ser chamada de Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí (CODIPI).

A sociedade vê-se, assim, imbuída da necessidade de implantar ferramentas que pudessem ajudar na construção de um novo Piauí, modificando-se a infraestrutura básica do Estado na área da energia elétrica, abastecimento de água e transportes.

Entre 1955 e 1957, foram realizados os estudos hidrológicos no rio Parnaíba, visando o aproveitamento das potencialidades desta via, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais. No final do período, há pouco, mencionado, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) “criou uma comissão técnica para estudar a possibilidade de construção de barragens, muito especialmente no local onde mais tarde seria construída a Boa Esperança”.¹⁷ O engenheiro Cássio Borges, que fazia parte do quadro de técnicos do DNOCS, denuncia que Chagas Rodrigues angariou apoios para a construção da Barragem de Boa Esperança. Em texto publicado na primeira metade da década de 1980, Cássio Borges destaca:

[...] tivemos uma grande motivação profissional quando, juntamente com outros técnicos do DNOCS, em visita ao governador do Estado do Piauí, salvo engano no ano de

1961, no Palácio de Karnak, em dado momento da conversa, o governador se pôs de pé e com o braço direito estendido, apontando para o crucifixo na parede e olhando para os visitantes, disse emocionado: 'construam essa barragem; ela será a salvação do Piauí'.¹⁸

As obras tiveram início no governo de Juscelino Kubistchek de Oliveira. Foram paralisadas por determinação de Jânio Quadros; contudo, posteriormente, por causa de solicitação do governador, autorizou a abertura de nova concorrência para dar continuidade à construção da barragem. No governo de João Goulart ela não sofreu solução de continuidade, logo, não procede a manifestação do coronel César Cals de que a construção da Barragem de Boa Esperança foi iniciada em agosto de 1964.

[...] a Usina de Hidroelétrica, já em maio do ano seguinte, vencia sua primeira e importante etapa com o desvio do rio Parnaíba, que saía do seu leito original para correr num canal escavado a fim de possibilitar o começo das obras da sua barreira principal.¹⁹

A obra foi inaugurada em abril de 1970. A capital do Piauí não possuía um aeroporto. Na interventoria de Landri Sales (1931-1935), foi construído um campo de pouso. Durante o período do Estado Novo, Teresina recebia hidroaviões que aguaplanavam no rio Parnaíba. Entretanto, na década de 1950, cronistas retrataram o campo de pouso de Teresina, como o fez Jesualdo Cavalcante em um texto de memórias:

[...] Desembarcamos no acanhado campo de aviação de Teresina. Ao alcançar a escada do avião, o impacto daquela lufada de vapor a quase 40° C [...] A pista apenas encascalhada cobria de poeira a velha estação de passageiro do final da avenida Santos Dumont (a pista, posteriormente ampliada e asfaltada, seria inaugurada em

20 de janeiro de 1962, tendo ao lado o novo terminal de passageiros, construído mais adiante, com entrada pela avenida Centenário) [...].²⁰

Na linha de construção de infraestrutura em curso ou desejada pelos administradores estaduais e municipais, foram encontradas notas na imprensa local que confirmam a informação de memória do cronista sobre a ampliação da pista e de sua pavimentação asfáltica. A notícia dá conta de que com a conclusão dos trabalhos o aeroporto de Teresina passaria a receber aeronaves com maior capacidade de transportar passageiros e cargas.

Sob o título de “Aeroporto de Teresina”, um cronista publicou nota sobre a modernização do aeroporto de 1961, onde destaca que:

[...] prosseguem com ritmo intenso os trabalhos do nosso aeroporto que, segundo palavra oficial, em outubro deste ano estará pronto e entregue ao tráfego dos mais pesados aviões. Já está sendo espalhado o asfalto, bem como adiantadas as bases da grande pista, superior a mil metros de extensão. A Comarca trabalha com segurança e eficiência para dotar-nos de um grande campo de pouso à altura da capital piauiense, no setor aéreo de cargas e passageiros.²¹

Como se pode constatar, comparando os dois recortes, a inauguração da pista e da nova casa de passageiros realizou-se em janeiro de 1962, um pouco depois da previsão das autoridades locais, como informou o primeiro cronista.

Os recortes deixam perceber que havia um processo de modernização da administração estadual com a criação de empresas de economia mista e de um banco do Estado para a melhoria da infraestrutura básica. Neste caso, a criação do Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí e a ampliação da pista do aeroporto na área de transportes de mercadorias e passageiros são emblemáticas. Pode-se dizer que estas ações visavam consolidar a integração do Piauí ao cenário nacional.

O relato de um piauiense que nasceu em Corrente, cidade piauiense que fica na fronteira do Piauí com o atual Estado do Tocantins, é sintomático sobre as dificuldades de deslocamento em território do Piauí no início do período recortado por este artigo. Diz ele:

[...] Teresina, da qual tínhamos apenas vaga ideia, mais de ouvir dizer, já que o Piauí pouco frequentava as páginas dos jornais e revistas do Centro-Sul do País. Por outro lado, gente de Corrente, à época, como de resto, do extremo Sul do Piauí, primeiro podia até conhecer Salvador, Recife, Goiânia, Rio de Janeiro ou São Paulo. Só depois, oxalá, tinha oportunidade de conhecer a capital de seu Estado. Não por ser chique, mas por absoluta falta de meios de transportes.²²

Esta imagem de que Teresina era longe perdurou para a maioria da população do Piauí, até a segunda metade da década de 1960, quando as rodovias federais que cortam o território do Piauí começaram a ser asfaltadas. Wall Ferraz(1992), em livro de memórias, ao tratar das estradas que cortavam o Piauí, afirma:

Em 1955, as estradas que iam para o Sul do Estado só chegavam até Picos, com o agravante de que eram extremamente precárias, como também as que iam para Parnaíba. Estas estradas, construídas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), eram piçarradas e por isso poucos se aventuravam a manter contatos com a capital [...] Ônibus desconfortáveis e paus de araras improvisados trafegavam por essas estradas piçarradas, mal-acabadas, levando passageiros para as cidades próximas, como União, Altos, Campo Maior. E mais distantes, como Parnaíba e Fortaleza. O asfalto só surgiria no final da década de 1960.²³

É verdade que as estradas existiam, mas a poeira no período sem chuvas e a lama no período chuvoso dificultavam o deslocamento de pessoas e o transporte de mercadorias.

É preciso lembrar que, em meados da década de 1950, Juscelino Kubitschek enviou ao Congresso Nacional mensagem e projeto de lei propondo a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Há, no discurso do presidente, o reconhecimento de que o desenvolvimento econômico e social, em curso, no Brasil se fazia de forma desigual e o quadro da região Nordeste merecia atenção especial. Região assolada periodicamente por estiagens, provocadas por chuvas irregulares ou falta delas, fato que determinava o deslocamento de trabalhadores do campo, em especial para as grandes cidades do País. Somando ao fenômeno climático, a estrutura fundiária onde predominava os latifúndios improdutivos era outro fator de expulsão do homem do campo. Não se pode esquecer, entretanto, que os trabalhadores rurais davam sinais de impaciência com o quadro de miséria experimentado cotidianamente, organizando-se nas Ligas Camponesas, por exemplo. Não menos importante neste cenário foi o sucesso da Revolução Cubana. A conjuntura parece ter sido relevante para o desencadeamento da criação da SUDENE.

Felipe Mendes relata que o novo órgão assumiu a responsabilidade de estudar e propor diretrizes que visassem diminuir as disparidades regionais: “[...] deveria supervisionar, coordenar e controlar a execução de projetos sob a responsabilidade de outros órgãos federais na região e executar, direta ou mediante convênios, os projetos de desenvolvimento que fossem atribuídos”.²⁴ Mas o Piauí não foi contemplado nos planos iniciais da SUDENE, foram excluídos os vales úmidos e o semiárido do Estado. “Os incentivos fiscais à industrialização do Nordeste excluíram as possibilidades do Piauí, até mesmo nos grupos de indústrias de aproveitamento de matérias-primas e de indústrias tradicionais, predominantes no Estado”.²⁵

É impossível não lembrar de que a Universidade Federal do Piauí foi instalada oficialmente em março de 1971, e o governador, na ocasião, era João Clímaco d’Almeida (1970-1971), uma vez que Helvídio Nunes de Barros (1966-1970) renunciara para concorrer a uma vaga no Senado. Mas a campanha pela instalação de uma Universidade Federal no Piauí começara muito antes.

Ao historicizar o processo, Felipe Mendes destaca que, em 1965, o governador Petrônio Portela (1963-1966) solicitou ao Presidente da República a criação da Universidade Federal do Piauí. No mesmo ano, o ministro da Educação manifestou-se através de exposição de motivos. No entanto, com a posse de Costa e Silva, o processo foi devolvido para o Conselho Federal de Educação.

Em 10 de outubro de 1968, o Presidente Costa e Silva encaminhou ao Congresso a Mensagem nº 672, em que confirmava a solicitação do então governador Petrônio Portella, destacando ser o Piauí *um dos dois únicos Estados da Federação que ainda não possuem uma Universidade constituída* (grifo do autor).²⁶

Helvídio Nunes de Barros, governador do Piauí, em mensagem dirigida ao poder Executivo, ao tratar de Teresina, avalia que a cidade era pequena, pessimamente iluminada, possuía um deficiente e precário serviço de abastecimento de água e não dispunha de asfalto, esgoto sanitário ou sistema de comunicação. O foco central do discurso continuava a ser a pobreza do Piauí, representada por sua capital, Teresina. Naquela ocasião, o governador denunciou na imprensa escrita local, inclusive, a falta de produtos de primeira necessidade, como a carne e o café.

O período compreendido entre 1969 e 1971 foi chamado de *milagre*. “O PIB cresceu na média anual 11,2%, tendo seu pico em 1973, com a variação de 13%. A inflação média anual não passou de 18%. Isso parecia de fato um milagre”.²⁷ Mas de milagre não havia nada. Os governos brasileiros aproveitaram a conjuntura internacional e lançaram mão de empréstimos externos, mas ao lado dos empréstimos “cresceu o investimento de capital estrangeiro”.

[...] Houve também uma grande expansão do comércio exterior. A importação ampliada de determinados bens era necessária para sustentar o crescimento econômico. As exportações se diversificaram com os incentivos dados pelo governo à exportação de produtos industriais: créditos em

condições favoráveis, isenção ou redução de tributos e outras medidas semelhantes.²⁸

Voltando aos discursos de Helvídio Nunes e Chagas Rodrigues, o do primeiro indica que os sinais de dificuldades do Piauí, sejam elas econômicas, financeiras ou sociais, parecem não ter se modificado. Entretanto, este governador foi lembrado por Deoclécio Dantas (2001) como o governante que teve atuação discreta mais persistente em defesa da Barragem de Boa Esperança, por exemplo. “Durante sua administração, o Piauí investiu na construção de linhas de eletrificação nas principais cidades do Estado, preparando-se para receber, como de fato aconteceu, a energia [gerada na Usina de Boa Esperança]”.²⁹ Fato que acabava de vez com os apagões de todas as noites, nas principais cidades piauienses, em razão do desligamento das velhas usinas de geração de energia elétrica, movidas a lenha ou a óleo diesel.

Deliberadamente ou não, os governadores que dirigiram o Piauí, entre 1956 e 1970, esqueceram Dom Avelar Brandão Vilela, um alagoano que veio para o Piauí orientar o rebanho católico. E o fez de modo diferente do seu precedente, uma vez que voltou o seu apostolado para os pobres, muito embora tenha sido um dos fundadores da Faculdade Católica de Filosofia:

[...] apesar de ter que enfrentar muitas dificuldades para isto. Discutindo e exigindo da autoridade governamental, conseguiu a cessão de um prédio escolar na praça Saraiva e lá instalou a sua faculdade. Recrutou professores ilustres, como Clemente Fortes e o padre Raimundo José Airemorais, para dirigi-la.³⁰

Na década de 1970, Teresina encontra-se entre as capitais brasileiras com elevadas taxas de crescimento populacional, em um cenário urbano recheado de problemas, contradições e desigualdades de ordem econômica e social. Podem ser listadas entre as questões mais graves a falta de moradia ou a moradia em condições inadequadas, casas construídas às margens da estrada de ferro que cortava a cidade, às margens dos rios Poti e Parnaíba,

no leito de ruas.

Muitas são as razões que sustentam a saída dos trabalhadores rurais do campo para a cidade. Eles sofrem muitas influências, dentre as quais, Olavo Bacelar (1981) destaca o “atraso da agricultura tradicional”,³¹ baseada na agricultura familiar e de subsistência, em sua grande maioria não remunerada, sujeitas às intempéries do clima, irregularidade na distribuição das chuvas, com períodos prolongados de estiagens, aliados ainda à concentração de terras nas mãos de poucos, formando imensos latifúndios.

Tal fato dificultava o acesso à terra aos pequenos produtores, obrigando-os a trabalhar em sistemas agrícolas desfavoráveis para esses segmentos, comuns no sertão do Nordeste, nos quais os trabalhadores rurais utilizam a terra de terceiros para o cultivo e pagam com parte da produção, mingando ainda mais os escassos recursos do homem do campo.

Durval Venâncio da Silva, nascido em Cabeceira, zona rural do município de Timon no Maranhão, que migra para Teresina em 1976, revela alguns desses fatores:

O motivo foi o seguinte, nós trabalhava de agregado, aí foi o tempo que eu tomei conta de família, me casei, tinha os proprietários lá que eram muito bom o compadre Pedro, e aí ficou os herdeiros, aí com a mudança dos proprietários antigos, aí começaram a apresentar muitas exigências, muitas coisas. [...] mas aí a gente por desgosto, besteira mesmo, mudança de proprietário de terra, a minha irmã já tinha mudado pra cá, já tinha esse terreno, tinha essa menina que eu queria educar ela, botar ela pra estudar, e lá era difícil e aí eu botei ela pra cá, pra casa da minha irmã, aí visto a isso eu decidi mudar pra cá, eu, só eu, a mulher e a menina, então o pouco recurso que eu tinha, então enquanto eu acabe esse recurso que eu vou levando daqui prá lá, dá pra eu arranjar um emprego, e emprego nesse negócio de construção era fácil, emprego braçal era fácil e foi o que aconteceu, eu vim pra cá, botei a menina pra estudar, arranjei esse emprego na Lourival

O extrato de entrevista é rico de razões, mas a primeira delas tem como suporte a questão da terra. Durval da Silva não possuía a terra, morava e trabalhava como “agregado”, fato que determinou sua transferência, que talvez tenha sido apressada em razão das muitas exigências surgidas com a troca dos proprietários da terra onde morava. Uma razão que aparece em outras entrevistas é o desejo de ver a filha estudar, maneira de evitar que ela tivesse a mesma sorte dele (pai).

Durval da Silva já havia transferido a filha para a casa de uma irmã. Aqui se encontra mais uma razão para a mudança, pois, antes dele, uma irmã já havia feito o mesmo percurso. De modo geral, o fato de ter um parente, um amigo que fez o caminho campo/cidade serve de estímulo. Durval, como muitos outros migrantes, criava animais, fato que o ajudou na transferência, uma vez que os vendendo acumulou “recursos” empregados na sobrevivência até conseguir trabalho.

Nosso narrador considera que trabalhar na construção civil, quando de sua transferência, era “fácil”. A data indicada por ele nos permite dizer que a construção civil tinha necessidade de mão de obra. Dirceu Arcoverde, governador do Piauí (1975–1979), desencadeou a construção de um grande conjunto habitacional, o Itararé, hoje Dirceu Arcoverde.

O Censo Demográfico de 1970 indica que a população urbana brasileira havia ultrapassado, pela primeira vez, a população rural. O processo de industrialização, o rápido processo de urbanização em curso no País, somados ao formato da estrutura fundiária que imperava em todo o território, em geral, provocava péssimas condições de vida do homem no campo. Deste modo, foram apontados como os principais responsáveis pelo deslocamento de milhares de famílias para a zona urbana. O Piauí, acompanhando o que estava acontecendo em outras partes do País, teve crescimento de sua população urbana, mas o fenômeno concentrou-se nas principais cidades: Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos, cidades que concentravam 84,2% de toda a população urbana do Estado. Acrescente-se que os dados colhidos junto ao IBGE dão conta que o

Piauí contava com apenas 32% da população vivendo nas cidades.³³

De acordo com as informações colhidas pelo IBGE, a população de Teresina quase dobrou em relação à década anterior, passando de 98.329 para 181.071 habitantes. Constituiu-se em um processo bastante localizado e derivado, não de uma urbanização autônoma, mas de um fenômeno de reflexo, como é o da migração campo-cidade.³⁴

O crescimento populacional desencadeia a expansão espacial de Teresina. Na década de 1960, a Prefeitura Municipal de Teresina contratou empresa para propor uma espécie de plano diretor. Concluídos os trabalhos, o Plano Diretor da Prefeitura Municipal foi promulgado. Nele, podem ser encontradas regras para orientar o crescimento da cidade e citar como exemplo uma área mínima para os lotes dos bairros da zona Leste, superior à dos bairros mais antigos da cidade. Estabelece também que o recuo para a construção de edificações seria maior, atraindo a população das camadas média-alta da sociedade teresinense.

Pode-se perceber também a presença do Estado “como indutor da dinâmica urbana”, nas esferas federal, estadual e municipal. No âmbito federal, vale destacar a criação do BNH, em 1964, priorizando, naquele contexto, a habitação como a mais importante política pública. Esse fato levou à construção de inúmeros conjuntos habitacionais, produzindo a expansão da malha urbana.

[...] em Teresina, entre os anos de 1966 e 1969, foram construídos cinco conjuntos habitacionais, com destaque para o conjunto habitacional do Parque Piauí, com o total de 2.294 unidades na zona Sul, que concentrava a maioria dos conjuntos, com exceção do conjunto Primavera I, localizada na zona Norte.³⁵

É neste quadro que as favelas começam a ganhar destaque em Teresina. A primeira delas a se constituir e que requereu uma atenção especial do poder público foi a Favela COHEBE. “[...] Os seus primeiros habitantes começaram a se alojar naquela área em 1974. [...] Concomitante ao crescimento da favela COHEBE, outras foram

se constituindo e tornando-se figuras presentes na cena urbana³⁶ da capital do Piauí. Apesar da política habitacional iniciada na década anterior, a oferta de casas chamadas populares era muito menor do que a demanda.

A ocupação de terrenos da propriedade privada, de terras públicas, ruas, avenidas, ganhou grande dimensão e a imprensa escrita tratava do problema cotidianamente. O poder público chamado a intervir, agiu de forma truculenta contra os “sem teto”. No geral, a polícia agiu de forma violenta. Antonia Jesuíta de Lima (1990), pesquisadora do fenômeno urbano, defende que “o fenômeno favela não era enfrentado como uma questão social, mas de polícia”.³⁷

A autora mencionada, ao estudar as formas de vivências dos pobres urbanos de Teresina, na década de 1990, refletiu sobre a experiência migratória e constatou que os habitantes das favelas e vilas eram, majoritariamente, migrantes, vindos do interior do Piauí e de Estados vizinhos, como Maranhão, Ceará e Pará.³⁸ O crescimento acelerado da população de Teresina determinou o agravamento dos problemas estruturais já existentes.

Por sua vez, os novos moradores, sem condições de alugar uma casa para morar ou adquirir a própria moradia, sem possuir laços com políticos clientelistas que facilitassem o acesso às casas que estavam sendo construídas e, neste caso, é preciso considerar que o número de habitações não era suficiente para atender a demanda, passaram a ocupar terrenos inadequados à moradia, seja pela localização às margens de lagoas e rios, leitos de ruas e avenidas já projetadas.

No início da década de 1970, Alberto Tavares e Silva considerava que a imagem divulgada do Piauí e de sua capital, fora de seus limites, era demolidora da autoestima dos piauienses; portanto, era necessário modificá-la, promovendo intervenções estruturantes no espaço urbano de Teresina, uma vez que sua condição de capital administrativa a transformava em porta de entrada, cartão de visita para os futuros empreendedores e turistas.

No final da década de 1950, o presidente da República, o Sr. Juscelino Kubitschek, veio a Teresina para a inauguração do primeiro

vão de concreto armado sobre o rio Poti, ponte que permitia, sem o emprego de pontão, a ligação entre a capital com o Norte do Estado e com uma área de Teresina ocupada por pequenas fazendas de criação de gado e quintas, sendo estas utilizadas por seus proprietários nos finais de semana, para fugir do burburinho da cidade e do calor, uma marca da identidade de Teresina.

A partir do início da década de 1970, avoluma-se a construção de imagens sobre Teresina, na imprensa escrita, indicando certa saudade da capital do Piauí de duas ou três décadas anteriores. Arimateia Tito Filho, em uma crônica publicada em 1973, manifesta seu desagrado com a cidade que adquirira sinais desestruturadores daquela outra, que, em sua opinião, era pacata e recatada:

Chegaria, porém, o chamado progresso físico, o asfalto, os aviões a jato, o comércio de prestações, os restaurantes sofisticados, o carro financiado, a casa do BNH, a televisão, o jornal moderno, a civilização da lancheira, o supermercado onde as matronas compram frango depenado. [...] Os bons cabarés da Paissandu desapareceram, substituídos por motéis e gramas de praças. [...] Hoje, vejo-a urbanizada de pombais, ou casinhas habitadas do êxodo interiorano; [...] vejo-a despudorada, meninas ricas sem roupa, por deboche, meninas pobres do mesmo jeito por miséria. [...] De trinta anos para cá a cidade mudou muito. Desespiritualizou-se.³⁹

A crônica nos coloca as transformações de modo processual. No final do extrato recortado, o autor propõe um recorte temporal que recua a meados da década de 1950, momento em que as transformações espaciais em Teresina ganham maior velocidade. Diferentemente dos governadores Francisco das Chagas Rodrigues e Helvídio Nunes de Barros, destaca as mudanças que afetaram não apenas o espaço urbano, mas o modo de viver, de morar, de se divertir, muito especialmente dos teresinenses. O asfalto, por exemplo, chegou às ruas e avenidas de Teresina em 1968. Joel Ribeiro (2007), engenheiro militar que atuava no 2º Batalhão de Engenharia e Construção, relata o trabalho de

cobertura com asfalto das ruas e avenidas que comandou:

[...] Esse dinheiro era pra pavimentação asfáltica em Teresina. Então nós pegamos um trecho da Barão de Gurgueia, já ali naquela rampa- zinha onde passa, numa igreja, Nossa Senhora de Lurdes, se eu não me engano, o que eu falhar aqui também vocês me perdoem é um privilégio da idade. Nós subimos a Barão de Gurgueia e chegamos à Joaquim Ribeiro, fizemos uma pista na Joaquim Ribeiro e não tinha ainda a avenida, tinha um calçamento ruim, como se fosse com uma pista só e levamos, chegamos na Miguel Rosa, entramos à esquerda, aí já eram duas pistas, fomos até o 25º Batalhão, e de lá seguimos com uma pista só até uma daquelas ruas, Alcides Freitas, nós vimos aí, nesses dias, uma rua dessas, fomos sair na ponte Ferroviária, que era uma maneira de carros pesados que demandavam o Maranhão passarem em Teresina não naquele calçamento⁴⁰ horrível, arrebatando tudo, e fiz o asfalto.

Joel da Silva Ribeiro comandava a seção técnica do 2º BEC e, nesta condição, realizou a pavimentação asfáltica de ruas e avenidas que “cercavam” o centro de Teresina. Os recursos financeiros na ordem de 500 mil cruzeiros resultaram de transferência da SUDENE. Este serviço deveria garantir a melhoria do tráfego de caminhões pesados, oriundos da região Sul, que demandava a ponte metálica João Luís Ferreira, com destino ao Maranhão. “Esta grande obra de pavimentação foi realizada com areia/asfalto quente, produzida na usina instalada em Demerval Lobão (PI). Essa usina, denominada de Barber-Greene, foi conquistada com base em acordo militar Brasil-Estados Unidos-Aliança para o Progresso”.⁴¹

O 2º BEC estava asfaltando a rodovia que liga Teresina a Picos (PI), cidade que fica na região Sul do Estado, caminho que leva os viajantes também para o Estado de Pernambuco. A usina foi instalada em Demerval Lobão, cidade localizada ao Sul de Teresina,

o que facilitou o trabalho de pavimentação das principais ruas do centro da cidade. “Com os mesmos recursos, foram pavimentadas a Rua Rui Barbosa, da Avenida Joaquim Ribeiro até a Félix Pacheco; Rua Félix Pacheco, entre Rui Barbosa e Barroso; Rua Barroso, entre Félix Pacheco e Joaquim Ribeiro; e Rua São Pedro, entre Rui Barbosa e imediações da Avenida Maranhão”.⁴²

Uma obra estruturante ganhou espaço nas páginas dos principais jornais que circulavam em Teresina: trata-se daquilo que um articulista chamou de Terminal de Petróleo, considerada, à época, como uma das maiores obras do Estado “[...] nos últimos anos e que se destina a distribuir combustíveis derivados de petróleo ao Piauí e partes do Maranhão, Bahia Pernambuco e Ceará”.⁴³ Um dos ganhos do Piauí com o Terminal de Petróleo seria a queda dos preços dos combustíveis em aproximadamente 11%. A receita do Estado receberia mais vinte e cinco milhões de cruzeiros, resultado de transferência do Fundo Rodoviário Nacional.

O dinheiro circulante no território piauiense seria aumentado em aproximadamente dezesseis milhões de cruzeiros. Inicialmente, esses números podem fazer parte de projeções, não se pode negar, entretanto, que a construção de depósito de combustíveis e de um grande pátio de manobras de trens fora do eixo central transformou Teresina em um centro regional de distribuição de combustíveis. Sendo determinante para o fim do abastecimento dos postos de distribuição de combustíveis por meio de caminhões que traziam os derivados de petróleo (gasolina e óleo diesel) de São Luís ou Fortaleza.

Entre as obras tidas de fachadas, podem ser contabilizadas o Estádio de Futebol que recebeu o nome de Albertão, homenagem prestada ao governador Alberto Tavares Silva. Teresina possuía um pequeno estádio de futebol de propriedade do município, o Estádio Lindolfo Monteiro, construído na década de 1930. Tido como acanhado, não mais comportava as torcidas dos principais clubes de futebol em dia de clássico. Os cronistas esportivos incentivavam através da imprensa a construção de um novo estádio de futebol. A construção da nova praça esportiva não foi aprovada por todos os formadores de opinião e os adversários políticos diziam que a obra

era um “sonho louco” do governador.

Um articulista, que publicou no jornal *O Dia*, julgava que a obra, levando em conta as necessidades prementes do Piauí, educação, saúde, fornecimento de energia elétrica, abastecimento d’água, não era prioridade. Na medida em que a obra caminhava para a data de inauguração, entretanto, o discurso foi mudando: dizia-se que o governador tinha sido o único a acreditar que a obra estaria pronta para a partida entre Fluminense e Tiradentes, jogo de abertura do Campeonato Nacional de Futebol para o clube do Piauí. Dizia-se agora que o novo estádio seria uma “obra que ficaria para a posteridade”.⁴⁴

No campo das obras de fachada, reformaram-se as principais praças de Teresina: a Marechal Deodoro, mais conhecida como Parque da Bandeira, que teve as passarelas calçadas com lajota e em pedras portuguesas; os canteiros receberam nova grama, algumas das pistas de passeio foram asfaltadas, o seu entorno também recebeu cobertura asfáltica, além de ter recebido grades. A justificativa para o cercamento da praça foi a segurança dos frequentadores. Visava-se com a medida oferecer aos teresinenses que transitavam pelo lugar um local de lazer tranquilo e livre dos transtornos e perigos do tráfego de veículos. Presume-se, entretanto, que a medida visava fundamentalmente afastar das imediações da praça os vendedores de frutas e verduras que ocupavam parte do espaço interno da praça.

A Praça Pedro II tinha sido o centro do *glamour* de Teresina nas décadas de 1940 e 1950. Em suas proximidades havia funcionado o Cine São Luís. No período aqui estudado, este cine tinham sido fechado, e estavam em pleno funcionamento o Cine Rex e o Teatro 4 de Setembro, que, apesar do nome, também funcionava como casa de cinema, arrendado que fora pelo governo do Estado. Ao lado do Teatro foi construído para o Centenário de Teresina o Bar Carnaúba, recinto que recebia os boêmios, bem como os aficionados por um carteadado. Na década de 1970, já era considerado por Arimateia Tito Filho como um ambiente decadente.

Com a reforma e modernização do Hotel Piauí e do Palácio de Karnak, sede do Executivo estadual, também estavam inseridas

na política a implantação de uma infraestrutura para o Turismo, que visava a preparação da cidade para vender uma boa imagem. Aumentava-se a necessidade de um hotel de referência no Estado, com acomodações modernas e adequadas aos novos modelos de hotelaria. A reforma do Hotel Piauí foi projetada pelo arquiteto Acácio Gil Borsoi, cabendo à construtora Lourival Parente realizá-la.

A obra estava centrada nos ditames de conforto, qualidade e dimensões de grandeza, inclusive com a construção de uma piscina suspensa. Ainda no governo de Alberto Silva, o hotel foi vendido a uma empresa de Recife. Hoje é o atual Luxor Hotel.

O projeto elaborado para o Palácio de Karnak propunha que passasse por profundas reformas, conservando a majestade de suas linhas e seu harmonioso corpo arquitetônico. Em mensagem dirigida ao Legislativo, o governador avaliou que a sede do Executivo, um dos símbolos da presença do poder público no Piauí, “[...] retrata a regressão e a decadência, deteriorada a dignidade de suas linhas deformadas [...] passando a imagem de penúria e ineficiência”.⁴⁵

É perceptível a preocupação do governador de construir uma imagem do Piauí e de Teresina diferente daquela de pobreza e miséria. Essa construção passava também pela preocupação com a sede do Poder Executivo. As linhas arquitetônicas do Palácio de Karnak demonstravam sobriedade, mas aparentavam decadência, então era necessário adequá-lo para o novo Piauí.

A Avenida Frei Serafim foi totalmente reformada, mantendo-se, entretanto, sua arborização constituída fundamentalmente de oitizeiros. Foram construídos 4.500 metros de jardins, que dividiam espaços com calçadas recobertas por mosaico português em preto e branco, possibilitando a passagem de pedestres, que contava com uma sinalização adequada.

Ao longo do canteiro central da avenida foram construídas cinco fontes, que ficaram conhecidas pelos teresinenses por “fontes luminosas”. Tais fontes tinham a intenção de climatizar todo o trajeto daquele passeio e, para conseguir este objetivo, no final da tarde, jatos de água jorravam no sentido vertical e eram iluminados, promovendo um fascinante espetáculo.

Para a iluminação do conjunto urbanístico, foram

empregadas lâmpadas de vapor de mercúrio e a principal avenida de Teresina foi transformada em um palco iluminado que afetava a população da capital pelo jogo de luzes e cores. As pistas de rolamento receberam cobertura de asfalto. As intervenções arquitetônicas realizadas, muito especialmente no centro de Teresina, mudaram as feições da capital do Piauí, mas o seu governador, da primeira metade da década de 1970, soube como poucos tomar a imprensa, seja ela escrita, radiofônica, televisiva, como aliada.

Antes mesmo de iniciar as atividades como governador, teve matéria publicada em um jornal diário, expondo os seus planos em relação a Teresina. Dizia o governador que pretendia mudar as feições urbanísticas da capital do Piauí, motivo de galhofa na imprensa nacional. Reverberava também que visava colocar Teresina em primeiro plano, transformando-a em uma cidade bonita, moderna, atraente e habitável. “Já sentimos algo de novo, as ruas da cidade respiram ares de motivação e otimismo, as chacotas pararam no Sul do País [...] na certeza que será, em poucos anos, uma das capitais mais bonitas do Nordeste”.⁴⁶

A propaganda, o apoio de segmentos da elite intelectual que atuava na imprensa, tudo isso somado à certa facilidade de transferência de recursos financeiros do governo federal para o Estado determinaram a construção de um “mito político”. Alberto Silva passou a ser visto, muito especialmente pelos segmentos sociais, beneficiados de alguma forma, com novas oportunidades surgidas durante o seu mandato, como o governante capaz de soerguer o Estado e tirá-lo da posição desfavorável em que se encontrava.

Com a implantação do regime autoritário de 1964, foram retomadas práticas de propagandas muito comuns durante o Estado Novo. Os governantes aproveitavam-se de datas comemorativas, como o aniversário de Teresina (16 de agosto). Outras foram criadas, como a do aniversário da administração estadual, da implantação da “Revolução de 1964”, para preencher as páginas dos jornais com imagens da cidade e das obras que estavam sendo tocadas ou já inauguradas.

Eram publicados cadernos especiais divulgando os feitos do governo, mas os empresários da imprensa recebiam pelo “apoio” ao governo. O progresso do Piauí e de sua capital e o papel do governador na condução deste processo custavam caro aos contribuintes.

Apesar da massiva propaganda promovida pelo governo do Estado, as ações deste são questionadas por jornais pertencentes aos adversários do governador. Semanários como o *Estado do Piauí* e o *Correio do Povo*, este o único jornal tido de esquerda e dirigido pelo deputado Nogueira Filho, do MDB, dirigiram suas metralhadoras para a forma de escolha dos membros da Equipe de Governo, majoritariamente de fora do Estado, o que provocou a desconfiança de segmentos sociais preteridos.

Estão em jogo interesses contrariados. Obras como o Estádio Albertão e a reforma do Hotel Piauí foram criticadas, não tanto por elas, mas pelo volume de recursos aplicados, como pode ser visto no comentário do jornalista Tito Filho: “Nunca vi que construção de estádio e de hotel caracterizasse DESENVOLVIMENTO. Só aqui” (Grifo do autor).⁴⁷ Os gastos com a manutenção da máquina pública também foram motivos de questionamento.

Tomo aqui uma opinião interessante de Clovis Rossi (1981) sobre a imprensa, para finalizar o texto. Ele afirma que os empresários das comunicações, os comunicadores, os técnicos de imagens e sons “[...] desenvolvem cotidianamente uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores e ouvintes. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra, acrescida [em alguns casos] de imagens”.⁴⁸

No caso do Piauí, depois do golpe de 1964, os jornais escritos passaram por um processo de modernização de suas gráficas, como se demonstrou no corpo do texto. Implantou-se a primeira emissora de TV, e, com as dificuldades de implantação, o apoio do governo foi fundamental. Em contrapartida, todos os dias era levado ao ar um programa com as atividades do governo. O autor, há pouco mencionado, acrescenta:

[...] Mas [é ainda] uma batalha [...] importante do

ponto de vista político e social, o que justifica e explica as imensas verbas canalizadas por governos, partidos, empresários e entidades diversas para o que se convencionou chamar veículos de comunicação de massa.⁴⁹

Notas

¹ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassaneze et al. **Fontes Históricas**, São Paulo: Contexto, 2006. p. 112.

² FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 314-332, dez. 2002.

³ Ibid., 2002, p. 324.

⁴ SILVA, Sonia Maria de Menezes. Nação de papel: o jornal como possibilidade de investigação histórica na problemática da construção nacional no século XIX. In: FREITAS, Antonio de Pádua Santiago de; et al. **Pesquisa histórica: fontes e trajetórias**. Fortaleza: EDUECE/ABEU, 2008.

⁵ MARCELLINO, Nelson C. (Org.). **Introdução às Ciências Sociais**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1989. p. 87.

⁶ MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003. p. 175.

⁷ Ibid., 2003, p. 181.

⁸ Francisco das Chagas Caldas Rodrigues nasceu em Parnaíba, era advogado formado em São Paulo, em 1945, tendo antes estudado na Faculdade de Recife. Participou do Movimento Estudantil em Recife e São Paulo, na fase de redemocratização. Procurador concursado do Ministério da Fazenda, passou a residir no Rio de Janeiro, onde se tornou também advogado do SESI (Serviço Social da Indústria). Casado com a filha do industrial José de Moraes Correia, aos 28 anos, em 1950, com apoio do sogro e defendendo claramente interesses industrializantes, foi eleito deputado federal pela UDN; transferiu-se para o PTB, em 1954, tendo sido reeleito deputado federal. Aos 36 anos se tornou candidato a governador e foi vitorioso nas eleições de 1958.

⁹ CASTRO, Francisco Ferreira de. A campanha eleitoral de 1958 no Piauí. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 8, p. 20-38, abr. 1960.

¹⁰ Ibid., 1960, p. 21.

- ¹¹ JORNAL ESTADO DO PIAUÍ. Teresina, n. 331, p. 1, 16 abr.1961.
- ¹² CASTRO, 1960, p. 24.
- ¹³ Ibid., 1960, p. 25-26.
- ¹⁴ Ibid., 1960, p. 25.
- ¹⁵ MENDES, op. cit., 2003, p.175.
- ¹⁶ Ibid., 2003, p. 187.
- ¹⁷ Ibid., 2003, p. 193.
- ¹⁸ DANTAS, Deoclécio. **Dá licença?** Teresina: Halley, 2001. p. 65.
- ¹⁹ CALS apud DANTAS, 2001, p. 66.
- ²⁰ BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Tempo de contar:** o que vi e sofri nos idos de 1964. Teresina: Gráfica do Povo, 2006. p. 88.
- ²¹ AEROPORTO de Teresina. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 3, 25 jun. 1961.
- ²² BARROS, op. cit., 2006, p. 88.
- ²³ FERRAZ, Raimundo Wall. **45 anos depois:** tudo que vi, li e ouvi. Teresina: [s.n.], 1992. p. 92.
- ²⁴ MENDES, op. cit., 2003, p. 201.
- ²⁵ Ibid., 2003, p. 205.
- ²⁶ Ibid., 2003, p.195.
- ²⁷ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6. ed. São Paulo: EDUSP / Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1998. p. 485.
- ²⁸ Ibid., 1998, p. 485.
- ²⁹ DANTAS, op. cit., 2001, p. 67.
- ³⁰ FERRAZ, op. cit., 1992, p. 100.
- ³¹ BACELAR, Olavo Ivanhoé de Brito. Fluxos migratórios e crescimento urbano piauiense. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 6, n. 1, p. 25, jan./jun. 1980.
- ³² SILVA, Durval Venâncio da. **Depoimento concedido à Luana Pacheco Faria de Carvalho e Regianny Lima Monte**. Teresina, 2009.
- ³³ MARTINS, Agenor de Sousa; et al. **Piauí:** evolução, realidade, desenvolvimento. 3. ed. Teresina: Fundação CEPRO, 2003. p. 174.
- ³⁴ MONTE, Regianny Lima. Relatório final do projeto de Iniciação Científica PIBIC-CNPq (2006-2007) "Teresina dos anos dourados aos anos de chumbo: o processo de modernização e a intervenção do Estado autoritário". 2007. **Relatório** (Projeto de Iniciação Científica) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007. (Texto digitado).
- ³⁵ FAÇANHA, Antonio Cardoso. **Desmistificando a geografia:** espaço, tempo e imagens. Teresina: EDUFPI, 1998. p. 184.
- ³⁶ LIMA, Antonia Jesuíta de. **Favela COHEBE:** uma história da luta por habitação popular. Teresina: EDUFPI, 1990. p. 25.

³⁷ Id. Ibid.

³⁸ LIMA, Antônia Jesuíta de. **As multifaces da pobreza**: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos. Teresina: Halley, 2003. p. 194.

³⁹ TITO FILHO, Arimatéa. **Teresina meu amor**. Teresina: COMEPI, 1973. p. 77.

⁴⁰ RIBEIRO, Joel da Silva. **Depoimento concedido à Francisco Alcides do Nascimento e Regianny Lima Monte**. Teresina, 2007.

⁴¹ DANTAS, Deoclécio. Um grande prefeito. **Diário do Povo**, Teresina, p. 2, 18 ago. 2010.

⁴² Ibid., 2010, p. 2.

⁴³ O LIBERAL. Teresina, p. 6, 7 abr. 1975.

⁴⁴ REVISTA..., 1972.

⁴⁵ PIAUÍ, op. cit., 1975, p. 10.

⁴⁶ ALBERTO: chegou a vez de Teresina. **O Estado**, Teresina, ano 20, s/n, p. 7, 14 ago. 1971.

⁴⁷ TITO FILHO, Arimatéa. Caderno de Anotações. **Jornal do Piauí**, Teresina, ano 21, n. 3.522, p. 2, 1/2 jan. 1972.

⁴⁸ ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁴⁹ Id. Ibid.

VIVER, OUVIR E APRENDER: O OUTRO NAS ENTREVISTAS COM A HISTÓRIA ORAL

Neste artigo, pretendemos discutir a relação entre História Oral e Ética, assunto que motivou a comunicação entre historiadores que empregaram a metodologia durante o ano de 2012 em eventos promovidos pela Associação Brasileira de História Oral (ABHO). Esses historiadores têm sido obrigados a submeter seus projetos a Comitês de Ética, criados nas universidades, centros de pesquisas, dentre outros. A preocupação é compreensível; entretanto, os pesquisadores que empregam a entrevista, montada com base na metodologia da História Oral, cultivaram o respeito ao entrevistado.

Como recomenda Alessandro Portelli (1997), o historiador tem a responsabilidade não só de obedecer às normas confiáveis, quando coligem informações, como também de respeitá-las, quando chegam a conclusões e fazem interpretações – correspondam estas ou não a seus desejos e expectativas.¹ Neste caso, o “Termo de concessão” tem sido um instrumento confiável, depois de assinado, e pode ser levado a um cartório para o reconhecimento da firma do entrevistado.

Acrescentamos, ainda, que a ética deve atravessar nossas vidas em todos os campos, em todos os lugares, durante todo o tempo, como um modo de vida. Neste sentido, a historiadora Janáina Amado (1997), que trabalha com a metodologia da História Oral, afirma:

Conversar com os vivos implica, por parte do historiador, uma parcela maior de responsabilidade e compromisso, pois tudo aquilo que escrever ou disser não apenas lançará luz sobre as pessoas e personagens históricos [...], mas trará consequências

imediatas para a existência dos informantes e seus círculos familiares, sociais e profissionais.²

Para alcançar o objetivo proposto, tomamos a experiência com a metodologia, historicizando nossa própria trajetória como pesquisador, desde 1985, quando passamos a fazer parte do Núcleo de História Oral da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais (Fundação CEPRO). No começo da década seguinte, fomos para a Universidade Federal do Piauí, e ali continuamos a lidar com a metodologia, ajudando, inclusive, a criar o Núcleo de História Oral da instituição. Em 1995, afastamo-nos da sala de aula para cursar a Pós-Graduação em nível de Doutorado, voltando às atividades didático-pedagógicas em 1999, no Departamento de Geografia e História da UFPI.

De volta às atividades didático-pedagógicas, montamos o projeto “Teresina dos anos dourados aos anos de chumbo: a modernização da cidade sobre o Estado autoritário”, projeto que permitiu a realização de entrevistas com construtores da cidade, oriundos de distintos segmentos sociais. As pesquisas foram determinantes para a formação dos primeiros mestres sob nossa orientação. *Pari passu* ao projeto indicado, realizamos pesquisas sobre o *Rádio* no Piauí.³

Então, resolvemos nos candidatar a uma bolsa de produtividade no CNPq, construímos o projeto “Sentimentos e ressentimentos dos pobres urbanos em Teresina na década de 1970”. Por meio deste projeto, com recorte temporal ampliado para a década de 1980, mantivemos a bolsa de produtividade até 2014.

Conforme dito, em todos os projetos indicados no parágrafo anterior deste artigo, empregamos a metodologia da História Oral, o que resultou em relevante acervo sobre a cidade, sobre o rádio. Todo esse material foi depositado no Núcleo de História Oral da Universidade Federal do Piauí, onde pesquisadores, alunos da Graduação, da Iniciação Científica e da Pós-Graduação (Mestrado) têm lançado mão para a construção de seus respectivos trabalhos.

Deste modo, é a partir desta experiência que pretendemos

discutir a questão da ética na História Oral, utilizando algumas das entrevistas.

Assinale-se que, ao iniciar as atividades como pesquisador do Núcleo de História Oral da Fundação CEPRO, o manual que orientava os estudos ali desenvolvidos era o montado pelo Centro de Pesquisas e Documentação Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC); neste manual, Aspásia Camargo (2004) relata ter ficado a cargo de Verena Alberti a “[...] missão difícil de consolidar neste volume as práticas e a experiência acumulada em nosso programa, que resultaram tanto dos êxitos quanto dos erros – do aprendizado por nós aprendido”.⁴

O Núcleo de História Oral da CEPRO seguiu as pegadas dos pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas. Segundo Aspásia Camargo:

[...] cabe registrar que este manual foi construído a partir de uma experiência exaustiva[...]. Seu objetivo é atender aos inúmeros pesquisadores e instituições que nos têm procurado nos últimos anos, para solicitar instruções básicas e a partir das quais possam construir seus próprios programas.⁵

No projeto que deu origem ao Núcleo da CEPRO, foi registrada a pretensão de produzir deliberadamente documentos de História Oral que permitissem ajudar na construção de narrativas históricas, quando os dados necessários não tivessem sido encontrados em documentos de outra natureza. Podemos chegar a tal conclusão por meio da proposta de construir um acervo que seja empregado pelas “ciências humanas”.

Pressupomos que os pesquisadores que compuseram o NHO-CEPRO, logo no seu início, tenham encontrado determinados acontecimentos, na História do Piauí contemporâneo, obscurecidos pela falta e/ou exígua documentação oficial. Acrescentamos a isso que as fontes hemerográficas (jornais, revistas, anuários, almanaques, dentre outras) nem sempre estiveram disponíveis. Daí acreditarmos que as entrevistas pudessem lançar luz sobre eles.

Também podemos raciocinar que os autores do projeto

tenham decidido ouvir experiências pessoais, impressões particulares. José Luciano de Mattos Dias (1994) afirma que “[...] o registro oral mostra-se a única possibilidade de recuperar um passado que, apesar de recente, deixou poucos traços”.⁶

Em razão de o projeto justificar-se, tomamos como base a “inexistência, no Piauí, de qualquer tradição, na elaboração de memórias e autobiografias que pudessem preservar o testemunho de autores da nossa história”. Exiguidade de fontes de pesquisa para o período republicano. Os autores pretendiam construir “[...] um acervo de memórias e depoimentos coletados de forma criteriosa, o que poderia amenizar consideravelmente o problema da precariedade das fontes primárias”. Aqui encontramos certa aproximação entre a proposta do CPDOC e a do Núcleo de História Oral da Fundação CEPRO.

A professora Aspásia Camargo registrou que a implantação do Centro tinha como objetivo “[...] complementar o acervo de documentos que já dispúnhamos com depoimentos gravados que nos permitissem aprofundar o estudo da política brasileira em seu período recente, isto é, de 1930 aos nossos dias”.⁷ Essa vivência e a participação em eventos nacionais e regionais nos levaram à Associação Brasileira de História Oral,⁸ Regional Nordeste, em duas oportunidades.

Durante todo o período, o respeito aos que se dispuseram a tratar de suas lembranças conosco, ou seja, relatar seu passado a um estranho, direcionou nossa relação com os entrevistados. Sobre esse passado, raciocinamos como Harold Pinter: “Você lembra, imagina que lembra, convence a si mesmo que lembra ou finge lembrar”,⁹ e acreditamos que isso deve ser respeitado.

Verena Alberti (2004) avalia que atuar nesse campo exige do pesquisador o respeito ao outro, “por suas opiniões, atitudes e posições, por sua visão de mundo, enfim. É essa visão de mundo que norteia seu depoimento e que imprime significados aos fatos e acontecimentos narrados”.¹⁰ O entrevistado possui visão de mundo diferente da nossa, construída por meio de experiências vivenciadas, por ter ouvido tratar dos contemporâneos, ligados a familiares ou grupo social ao qual pertencia/pertence. Esta reflexão obriga os

historiadores que lidam com a metodologia da História Oral a pensar no mundo das subjetividades em que atuam.

Precisamos lembrar, entretanto, que não botamos um gravador debaixo do braço e saímos por aí a fazer entrevistas de forma aleatória. Construímos um projeto de pesquisa a partir do qual se delineiam caminhos a serem percorridos, visando sua terminalidade. Projetamos objetivos que, por sua vez, orientam para contatos com os possíveis entrevistados. Alberti afirma que é “Impossível, a nosso ver, realizar uma ou mais entrevistas de História Oral sem que se tenha um projeto de pesquisa, com hipóteses, objetivos e uma orientação teórica definida”.¹¹

Um passo à frente é a pesquisa sobre os entrevistados, sem esse trabalho não existe entrevista. Conhecer minimamente o contexto no qual atuaram os entrevistados é absolutamente necessário. Alberti destaca que em uma “situação de entrevista privilegia-se, é claro, a biografia e a memória do entrevistador”.¹² É por meio do passado que nos lembramos das coisas, “nele lemos ou ouvimos histórias e crônicas e vivemos entre relíquias de épocas anteriores. O passado nos cerca e nos preenche; cada cenário, cada declaração, cada ação conserva um conteúdo de tempos pretéritos”.¹³

Retomamos a opinião de Verena Alberti, quando esta defende que quem trabalha com Metodologia da História Oral privilegia a biografia e a memória dos entrevistados. Tomamos esta última expressão porque sua relação com a História recebeu muita atenção dos historiadores nas últimas décadas. Henry Rousso (1996), em texto produzido em 1992, destacou “que a memória no sentido básico do termo é a presença do passado.”¹⁴ Este autor, na tentativa de definir o que seja memória, afirma que se trata de uma “reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, que nunca é aquela do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional”.¹⁵

Esta proposição nos remete ao que Maurice Halbwachs (1990) defendeu, registrando que nossas lembranças permanecem coletivas; elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate

de acontecimentos nos quais somente [nós] estivemos envolvidos, e com objetos que somente [nós] vimos. Na realidade, “nunca estamos sós”.¹⁶

Na entrevista que realizamos com o ex-prefeito de Teresina, Joel Ribeiro (1971-1975), em 2006, tentamos entender sua articulação com o poder político nacional, mais precisamente sua relação com as elites políticas locais, quando de sua indicação para ocupar a Prefeitura de Teresina. Sobre este fato, ele nos disse:

Como naquele tempo a escolha dos governadores era decidida pela guarnição, ampliou-se o horizonte e a escolha do prefeito Joel também ocorreu dentro do mesmo princípio. Portanto, eu devo ao Exército a minha educação, a minha formação profissional, grande parte da formação do meu caráter, a experiência, a formação de engenheiro, a experiência como engenheiro, e finalmente, mesmo quando fui pra reserva, eu devo ao Exército a minha nomeação para prefeito de Teresina. Eu sou um fiel legionário do Exército Brasileiro, com muita honra, com muito orgulho, não só por esses fatos que eu estou dizendo, minha gratidão pessoal à instituição, mas por saber que o Exército erra, mas sempre pensa certo; ele erra na execução, ele erra no varejo, mas, acerta no atacado. É como eu vejo o Exército, vocês desculpem eu estar falando, mas que fique esse meu registro, uma instituição séria, gloriosa, com valores morais, as pequenas coisas se erros houve, sempre haverá erros, são pequenos face à grandeza do Exército, das atitudes, das realizações, é assim que eu vejo a minha instituição da qual eu não me desliguei nunca.¹⁷

Joel Ribeiro descarta a intervenção dos grupos políticos do Piauí em sua indicação para assumir a Prefeitura de Teresina, atribuindo a decisão ao Exército, “esquecendo-se” de que o governador do Estado, o Sr. João Clímaco de Almeida (1970-1971), o havia convidado para ser o prefeito, quando este assumiu o

governo, em substituição ao titular Petrônio Portela Nunes. Enfatiza que deve sua indicação para administrar a capital do Piauí ao Exército. Manifesta sua gratidão à instituição; mesmo o Brasil vivendo sob o regime democrático, faz questão de frisar que o golpe de março de 1964, embora sem citar o acontecimento de forma clara, foi uma ação acertada. Pede desculpas pelos elogios feitos ao Exército, mas considera que a instituição “erra no varejo, mas acerta no atacado”; portanto, justifica o que chamou de erros, considerando-os pequenos frente à grandeza do Exército.

Sobre o primeiro de abril de 1964, quando lhe foi solicitado que representasse suas impressões:

De uma hora para outra, depois do dia um de abril, prefiro um de abril, porque primeiro parece mentira, do dia um de abril em diante a cidade percebeu, a sociedade percebeu que novas regras já estavam instaladas naquele momento, eu digo que pessoas intocáveis, certas autoridades locais, ouviu, estavam estarecidas, no seu apoio, na maneira de agir, e eram atingidas pela ação, pela ação do governo militar, é claro que a sociedade entrou em pavorosa, eu não vou dizer nomes, mas nós sabemos quem eles são, quer dizer, havia pessoas intocáveis, filhos de ex-governadores e de famílias tradicionalíssimas que foram presas. Ora, naturalmente, se isso podia acontecer, esse poder que fazia essas coisas era muito forte, todos puderam ver. O povo não é tolo, o povo compreende. Então houve realmente essa sensação de mudança e foi logo, essa sensação de mudança foi imediata, a imprensa também só podia dizer certas coisas e era impedida de dizer outras. Isso tudo pesa muito, ouviu, até mesmo as pessoas que faziam suas colunas em jornal, que já não era da conveniência de que eles continuassem a fazer, tudo isso muda muito o cotidiano da cidade. Coluna de jornal, colunas de rádio, rádio diária, tudo isso mudou muito. E havia também aquilo, que é preciso que se diga, os militares não tinham

uma noção de marketing, não é da natureza militar o autoelogio. Então, levou muito tempo pra que as coisas começassem a mudar nesse sentido. E eu creio que o marechal Castelo Branco, primeiro presidente, que no fundo era um democrata, posso vos dizer isso, era um democrata, um homem que tinha uma visão política diferente de um outro pensamento do segmento dominante, ele era presidente porque tinha que ser ele, por várias razões que não interessa discutir. Mas havia certamente, havia com toda certeza um segmento grande com o pensamento mais rigoroso, do que devia ser feito. E o presidente Castelo Branco teve que ceder a muitas dessas pressões, o AI-2 é um reflexo disso, a escolha do general Costa e Silva, o segundo presidente, é um reflexo disso. Não obstante, o marechal Castelo Branco era da maior amizade com o general Costa e Silva. Este general não era o candidato dele à presidência, mas eles eram amigos, porque são da mesma turma da escola militar e em vinte e dois, como tenentes, foram presos juntos, estiveram durante meses presos.¹⁸

Embora não concordasse com o major Joel Ribeiro, como propõe Alessandro Portelli(1997), mantivemos o bom senso, afinal não conhecíamos o entrevistado. Ele não tinha obrigação de nos conceder entrevista. Procurei deixá-lo à vontade para narrar sobre a instituição a qual pertenceu e serviu durante muito tempo. Há uma lição que todos os historiadores que empregam a metodologia da História Oral para a construção de fontes precisam aprender: “A arte essencial para o historiador oral é a arte de ouvir”.¹⁹ Apesar de termos construído um roteiro de entrevistas que orientasse o trabalho com o entrevistado, não tínhamos a intenção de conduzir a entrevista, ao contrário, interessava-nos ouvi-lo tratar de sua experiência e visão sobre o passado. “Não cabe, em uma entrevista de História Oral, induzir o depoente a concordar com nossas próprias ideias sobre o assunto”.²⁰ Ainda sobre a mesma questão, devemos levar sempre em conta:

Quando o entrevistado nos deixa antever determinadas representações características de sua geração, elas devem ser tomadas como fatos, e não como 'construções' desprovidas de relação com a realidade. É claro que a análise desses fatos não é simples, devendo-se levar em conta a relação de entrevista, as intenções do entrevistado e as opiniões de outras fontes (inclusive as entrevistas). Antes de tudo, é preciso saber 'ouvir contar': apurar o ouvido e reconhecer esses fatos, que muitas vezes podem passar despercebidos.²¹

Convém acrescentar que nos preparamos para a realização da entrevista, em primeiro lugar, porque ela fazia parte do projeto "Teresina dos anos dourados aos anos de chumbo: a modernização da cidade sobre o Estado autoritário". Conforme mencionado, fizemos pesquisas sobre a trajetória e o contexto no qual atuou o entrevistado, considerando sua biografia. Para o projeto como um todo, montamos um roteiro geral de entrevista; e, para a entrevista com o major Joel Ribeiro, um roteiro específico.

Sabíamos que ele havia participado da instalação do golpe de 1964 na cidade, como oficial da ativa no Segundo Batalhão de Engenharia e Construção, sediado em Teresina, embora haja negado a participação direta do Batalhão na instalação do governo militar, dizendo que a instituição não tinha tempo. Entretanto, relata que foi ouvido:

Às vezes, eu participava de conversas com oficiais que decidiam dentro da guarnição, porque eles queriam saber o pensamento do Batalhão de Engenharia, e nisso eu era uma espécie de interlocutor, dentre os oficiais, não era só eu, mas era ouvido, por ser um dos mais antigos dentro do quartel, só tinha mais antigo do que eu o comandante e o subcomandante, e então eu era ouvido principalmente por colegas, contemporâneos de escola militar, que²² participavam ativamente dessas decisões.

Joel da Silva Ribeiro destaca sua linhagem familiar tradicional do Piauí: “[...] tenho trezentos anos de Piauí, minha família descende da família que fundou Jerumenha, trezentos anos, se não tem trezentos, tem pelo menos duzentos e oitenta”.²³ Faz questão de manifestar seu orgulho: “Eu acho que pertencer às famílias antigas é um patrimônio, e é uma coisa que você tem que zelar por isso e honrar, dignificar”.²⁴ Família que possuía grandes extensões de terras na região Sul do Estado, com inserção na vida político-partidária do Piauí, antes do golpe e de ter se destacado na construção de estradas e pavimentação asfáltica destas em território piauiense. Foi sob o seu comando que as primeiras avenidas de Teresina receberam cobertura asfáltica.

Parece desnecessário lembrarmos-nos de que o major Joel Ribeiro pretendeu valorizar o papel do Exército em sua indicação para a Prefeitura de Teresina; ela está relacionada a outros fatores, silenciados intencionalmente ou não. Mas deixa claro que não sabia de qualquer reação publicizada com relação à sua provável indicação:

Não, não houve tensão nenhuma, havia uma mediocridade concedida até então, desculpe a franqueza, havia uma mediocridade concedida na política, com relação a Teresina, que meu nome foi acolhido por todas as áreas, inclusive política, não houve nenhum veto de pessoa alguma no quadro político, porque não havia uma razão pra vetar Joel Ribeiro, então não houve nenhum zum, zum, nenhum ruído, claro que depois de um certo momento o nome transpirou que o prefeito seria eu, sem dúvida nenhuma transpirou, eu sei que transpirou, mas ninguém tinha nem coragem de tocar isso pra mim. Os que sabiam, sabiam, mas quem viria falar comigo, nem a mim cabia um tipo de conversas dessas, aprioristicamente porque elas queimam um cidadão. Mas as coisas correm e em política não tem segredos, tudo que acontece em política é impossível haver segredos. Mas não havia um

veto de ninguém, porque havia uma carência em Teresina de muitas coisas, e eu, naquele momento, era uma pessoa adequada. Eu já vos disse isso e repito, eu era naquele momento uma pessoa adequada, preparada para o exercício da função. Não houve no mundo civil, vamos dizer, nas hostes políticas, nas correntes políticas, não houve nenhuma restrição a meu nome. Sabiam, calados estavam, calados ficaram, foi assim que as coisas aconteceram.²⁵

O modelo de entrevista escolhido para o projeto foi a trajetória de vida,²⁶ por permitir que os pesquisadores obtivessem informações mais amplas sobre o perfil dos entrevistados, tratando das diversas atividades e experiências dos indivíduos que se dispuseram a narrar suas próprias vidas, o que não é o caso das entrevistas temáticas.²⁷ Acrescentamos a isso o fato de maior interferência do entrevistador, diferentemente da entrevista de história de vida.²⁸ No caso da entrevista do major Joel Ribeiro, ela se constituiu de três sessões, realizadas em sua residência, exigência feita pelo entrevistado, mesmo já estando na reserva e afastado das disputas político-partidárias. O local reunia boas condições para a gravação. Em alguns momentos, o filho, que ainda mora com o casal, participou fazendo pequenas intervenções, fato que não chegou a atrapalhar a gravação.²⁹ Consideramos que o melhor local para a gravação de uma entrevista é onde o entrevistado sente-se bem, desde que o ambiente possua boas condições de trabalho.

O entrevistado avalia que sua indicação para a Prefeitura de Teresina não recebeu nenhum veto, argumentando que era a pessoa talhada para a função a qual estava sendo indicado. Destaca que, do “mundo civil” não recebeu qualquer restrição, nem poderia, uma vez que a imprensa no Brasil e no Piauí vivia sob forte censura, e ele era um militar de carreira que estava sendo indicado. Ao concluir o assunto, narrou, com muita convicção, que, se alguém sabia, calado estava, calado ficou.

Os recortes da entrevista de Joel Ribeiro, “colados” ao texto, mostram passagens que indicam a intenção de o narrador informar

que detinha o poder no momento de sua indicação para a Prefeitura de Teresina; tinha a força, pelo menos do ponto de vista do entrevistado; podia impedir que notícias contrárias ao regime fossem publicadas. A imprensa podia dizer certas coisas, outras não. Pretendeu reforçar o papel desempenhado pelo Exército como guardião da pátria, que, mesmo cometendo erros, como avaliou que os cometeu, era uma instituição gloriosa, com valores morais e atitudes realizadoras.

Fica a impressão de que o narrador pretendeu, na entrevista, registrar certa identidade da instituição a qual pertence e da qual “nunca se desligou”. É como se, olhando para o passado, ele tentasse dizer que permaneceu o mesmo e se conscientiza de sua identidade, preservada ao longo do tempo. Expõe de forma clara o sentimento de pertença.

O ex-prefeito de Teresina considera que sua família foi uma das primeiras ocupantes do território do Piauí, por conseguinte, pertence a uma família tradicional, que fundou uma das primeiras cidades piauienses, Jerumenha. Destaca a família Rocha como a mais importante desta localidade. O Joqueira era sobrinho do senador da República João Cabral da Rocha, que deu nome à Avenida João Cabral em Teresina. Observemos o depoimento de Joel Ribeiro:

As pessoas perguntam como Joqueira foi governador. Foi porque tinha um capital familiar. Um tio seu foi senador da República e tinha muito prestígio. Outro tio era o pai do doutor José Marques Rocha, médico. O respaldo da família é um patrimônio. Perscrutando livros que historicizaram as legislaturas do Piauí no período Império, encontrou três tios-bisavôs deputados por Jerumenha.³⁰

O governador João Clímaco de Almeida, popularmente conhecido por Joqueira, foi deputado estadual em várias legislaturas, vice-governador e governador. “Então, isso é um ciclo. O Joqueira tinha ligações comigo. Pessoalmente ele era muito meu amigo. Sim senhor”.³¹ Por fim, depois que saiu da Prefeitura Municipal

de Teresina, Joel Ribeiro foi, também, deputado federal. Formou-se em Engenharia, e sua trajetória, antes de iniciar o mencionado curso, tem início no Ceará. Ao concluir essa etapa, deslocou-se para o Rio de Janeiro, para a antiga Escola Militar de Resende – posteriormente AMAN.

Daí eu fui pro Rio Grande do Sul, pra Cachoeira do Sul, Terceiro Batalhão de Engenharia de Combate. De lá, eu fui pra Companhia de Comunicações. Nessa época, a arma de comunicação fazia parte da Engenharia. Eu fui pra uma Companhia em São Leopoldo, trinta e dois quilômetros de Porto Alegre. Eu fui promovido, com dois anos de oficial, fui promovido a primeiro-tenente e transferido pro Primeiro Batalhão Ferroviário. Eu passei quatro anos em Bento Gonçalves, uns três anos e nove meses no Primeiro Ferroviário, tocando obra, grande parte do tempo prestando serviço. Construindo obra, mas não era engenheiro. Aí volto pra Cachoeira, de propósito. Eu pedi Cachoeira porque lá a vida era mais serena e eu tinha que fazer concurso do IME pra Engenharia, pra ser engenheiro. Em Cachoeira eu passei pro IME, eu já tinha sete anos de oficial quando fui cursar o IME, quatro anos de curso de Engenharia.³²

Depois de formado, trabalhou em vários Estados do Brasil, antes de ser transferido para o Piauí. Aqui, construiu a imagem de um engenheiro politicamente articulado, trabalhador e competente. Daí, nos recortes da entrevista, por nós aqui apontados, narra a própria vida, passa a preocupar-se em construir certa identidade, a de um técnico com perfil para assumir o comando da principal cidade do Piauí. Como defende Lucília de Almeida Neves Delgado, “no processar da recordação estão presentes diferentes dimensões de tempo, que constituem a dinâmica das trajetórias individuais e coletivas dos sujeitos da História. São os chamados tempos vivos, que comportam em si referências identitárias”.³³

A forma pela qual Joel Ribeiro narra a sua constituição como engenheiro e gestor público nos possibilita pensar como o fez

Michael Pollack (1992), quando tenta “apreender, nos vestígios da memória, aquilo que pode relacioná-los, principalmente, mas não exclusivamente, com a memória política”.³⁴ Entretanto, como este mesmo autor argumenta, “existem elementos irreduzíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças”.³⁵ Dificilmente Joel Ribeiro deixaria de lembrar-se ou modificaria seu pertencimento a uma família tradicional, papel destacado em sua formação do Exército Brasileiro. Reportamo-nos a Pollack, por considerar que uma de suas conclusões nos fez ler e entender melhor a entrevista do ex-prefeito de Teresina. Este autor defende que a “memória é um elemento constituinte do sentimento de pertencimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”.³⁶

Joel Ribeiro defende a intervenção dos militares, em 1964, e argumenta que foi um contragolpe. À época da entrevista, pedimos sua opinião sobre o golpe. Imediatamente, ele disse: “Eu aceitaria se o senhor dissesse o contragolpe”. Neste contexto, consideramo-nos inábeis, mas não poderíamos nomear o que a maioria dos militares, aliados a grupos mais conservadores da sociedade civil, fez em 1964, a não ser de golpe. Entretanto, nossa presença ali tinha como objetivo a realização de uma entrevista.

Convém enfatizar que deveríamos nos comportar como entrevistadores. Assim, quando o entrevistado se reporta ao marechal Castelo Branco, o representa como um democrata. Defende que Castelo Branco pertencia a uma tendência na caserna, que possuía ideias menos rigorosas em relação às medidas que deveriam ser tomadas. A maioria dos militares que havia chegado ao poder defendia medidas mais duras. Naquele momento – disse o major – “tinha que ser ele, por várias razões que não interessam discutir”. O fim da frase não deixa dúvida de que não pretendia tratar do assunto.

Uma das questões fundamentais para quem trabalha com a metodologia da História Oral é aprender que o silêncio pode

informar mais do que muitas palavras. Sobre esta compreensão, Lúisa Passerini (2011), em obra publicada no Brasil e intitulada *A memória entre política e emoção*, destaca a “presença de silêncios na narração, silêncios que se expressam, muitas vezes, tanto na recordação individual quanto nos corpos da memória coletiva. Na História Oral, os silêncios são, em sua maior parte, relativos – nunca absolutos”.³⁷ Os atores são outros, os países são diferentes. Mas há assuntos políticos sobre os quais aqueles que os vivenciaram não se sentem dispostos a abordá-los.

Ainda sobre a mesma questão, acreditamos ser necessário lembrarmos das transformações pelas quais passou a produção historiográfica a partir dos anos de 1970. Eugênia Meyer (2009), por exemplo, destaca que, a partir daquela década, os historiadores se propõem a pensar a produção historiográfica de forma distinta daquela que vinham realizando: “[...] Já não se tratava de buscar a verdade, mas de atender, escutar e observar as diferentes verdades que provocavam o anseio de compreender a nós mesmos, em nosso duplo desempenho como historiadores e protagonistas”.³⁸

Destaca ainda que nós, os historiadores, tivemos que “descobrir” outros caminhos teórico-metodológicos, uma vez que as ferramentas com as quais trabalhávamos não mais davam conta da complexidade do mundo no qual estávamos inseridos, ressaltando:

[...] vimos a imperiosa necessidade de buscar novas formas de estudar o passado, talvez de maneira menos vaidosa, menos ambiciosa; no entanto, mais próxima da compreensão, que, sem deixar de ser ‘rigorosa e científica’, tentasse, pelo menos, ser mais acessível, e, por que não, também mais livre.³⁹

Ao trabalhar com as vivências, conforme vimos fazendo, a partir da entrevista de Joel da Silva Ribeiro, não nos cabe julgar suas escolhas político-ideológicas; tentamos compreendê-las e interpretá-las. Afinal, qual a razão para tomar uma entrevista do ex-prefeito de Teresina, a não ser a de compreender suas razões, mesmo que não concorde com elas?

Como nos ensina Meyer, não podemos nem devemos ignorar as histórias, nos esquivar do passado, relegar os mortos e seguir caminhando em frente, sem remorsos, livres de toda culpa. “Estivemos dispostos a enfrentar empecilhos e surpresas, vencer obstáculos, infâmias, fracassos, venturas e desventuras, para valermo-nos de novas formas de ver o mundo, de entender nosso passado e construir o presente”.⁴⁰

Voltando a dialogar com Joel Ribeiro, este defende que as negociações, que culminaram com a indicação de Castelo Branco, determinaram que o grupo ao qual pertencia tivesse que fazer concessões, uma vez que o citado presidente foi obrigado a ceder a pressões. Em sua opinião, o AI-2 e a escolha do general Costa e Silva para ocupar o cargo de presidente, substituindo-o, resultaram de “negociações” no interior das Forças Armadas.

A forma como Joel Ribeiro defende a instituição a qual pertenceu nos reporta à Ângela de Castro Gomes (1996), quando esta defende que a memória é um trabalho:

Como atividade, ela refaz o passado, segundo os imperativos do presente de quem rememora e ressignifica as noções de tempo e espaço, selecionando o que vai e o que não vai ser ‘dito’, bem longe, naturalmente, de um cálculo apenas consciente e utilitário.⁴¹

Mas a postura do ex-prefeito também nos remete ao que Michel Pollack chama de “enquadramento da memória”. O autor em tela recorta esse trabalho de enquadramento da memória e registra, de modo específico, que a memória política pode ser motivo de disputa entre várias organizações. No caso brasileiro, os setores desta sociedade, bem mais à esquerda, defendem que a intervenção realizada pelas Forças Armadas e os setores civis mais conservadores impingiram ao conjunto da sociedade brasileira um golpe de Estado. As Forças Armadas, por meio de seus intelectuais orgânicos, defendem, por seu lado, que a intervenção realizada foi um contragolpe.

O cenário político da sucessão de Castelo Branco por Costa

e Silva, na opinião de Joel Ribeiro, já apontado no texto, não parece tão simples; pelo menos é esta a opinião do historiador João Roberto Martins Filho, quando nos lembra de que, com a morte de Humberto de Alencar Castelo, ocorrida logo no início do governo do marechal Costa e Silva, “os castelistas ficaram temporariamente afastados do centro do cenário político. Assim, é impossível defender que a dinâmica político-militar desses anos tenha sido marcada pela oposição entre moderados e duros”,⁴² apesar da intensa produção historiográfica que defende esta tese.

O mesmo autor defende – contrariamente ao que registrou Joel Ribeiro – que o grupo castelista esteve longe de ser atropelado pelas pressões dos militares duros, argumento defendido por grande parte da produção historiográfica sobre o período. Para João Roberto Martins Filho (2004), embora “as crises militares tenham obrigado o governo Castelo a rever o ritmo de seus projetos, não parece que as medidas tomadas entre 1964 e 1967 fossem externas aos objetivos de institucionalização da ‘Revolução acalentados no Palácio do Planalto’”.⁴³

As opiniões são divergentes, e acreditamos que Joel Ribeiro tem razões para defender que os castelistas eram mais moderados; afinal, considera que a principal liderança desse grupo, Castelo Branco, era considerada, por ele, democrata, segundo dito anteriormente. A relação de Joel Ribeiro com políticos de carreira – mesmo atuando no mesmo partido, ARENA – foi conflituosa, não obstante os cuidados que tomaram para que as divergências internas não causassem problemas junto ao governo central.

Deste modo, o princípio da escolha dos governadores era o mesmo empregado para a indicação dos prefeitos das capitais e cidades consideradas de segurança nacional. O escolhido para governar o Piauí, entre 1971 e 1975, foi um engenheiro, o parnaibano Alberto Tavares Silva, pertencente à família tradicional do Norte do Piauí. Antes de ser indicado governador, foi prefeito de Parnaíba e deputado estadual, filiado à União Democrática Nacional (UDN). Os dois chegaram aos principais postos da administração pública do Piauí, escolhidos pelos militares.

Entretanto, o primeiro era um oficial do Exército, que estava

na reserva à época da indicação; o outro, conforme dito, era civil, mas com experiência administrava. Quando da indicação para o governo do Piauí, ocupava o cargo de diretor da Empresa de Fornecimento de Energia Elétrica do Ceará.

A atuação dos dois governantes no mesmo período (1971-1975) e a interferência do governador em assuntos relacionados ao município de Teresina provocaram momentos de tensão. Joel Ribeiro, quando solicitado a tratar de sua administração à frente do governo de Teresina, procura diferenciar-se do governador Alberto Tavares e Silva. Representa a administração à frente do município de Teresina da seguinte forma:

Como eu estava desempenhando, com honestidade e respeito ao dinheiro público, um serviço eficaz na cidade, o povo se voltou para o nome de Joel Ribeiro e aquilo devia ferir profundamente a vaidade do governador, creio que o problema está aí. Era um confronto meio silencioso. Eu não botava meu nome numa placa, pergunte às pessoas da época, nunca inaugurei uma obra, nem teve o nome 'Administração Joel Ribeiro', isso não existia, eu botava 'A Prefeitura de Teresina'. Também, eu fiz isso com certa sagacidade pra não aumentar, agravar um relacionamento que já estava difícil. E ele viu que eu estava trabalhando, ele percebeu que eu estava trabalhando e que a imprensa me tratava bem. Eu recebi dois jantares, no primeiro e no segundo ano de governo; no fim do primeiro e segundo ano de prefeito, homenagem da sociedade [...] Um jantar que vocês encontraram, já devem ter visto, foi lá no aeroporto e o outro nas Classes Produtoras. Você vê isso, a espontaneidade da sociedade comigo. Aquilo deveria ferir a ele, e ele ainda não tinha deslanchado, quando eu recebi a primeira homenagem.⁴⁴

Joel Ribeiro admite que existia um "confronto meio silencioso". Talvez seja necessário dizer que os dois construíram imagens públicas diferentes. Nosso entrevistado, provavelmente em virtude

da formação militar, era mais reservado, apesar de destacar que a imprensa o tratava bem; e atribuía o fato ao modo de tratar a “coisa” como pública. Argumenta que agia com honestidade ao empregar o dinheiro. Certamente, deste modo, procurava diferenciar-se também dos civis que o antecederam.

Em razão do bom trabalho como prefeito, avalia que angariou a simpatia do “povo”. Questionamos se reside aí, então, o ciúme do governador. Contudo, Joel informa que não. “Eu não botava meu nome numa placa, pergunte as pessoas da época, nunca inaugurei uma obra, nem tive o nome ‘Administração Joel Ribeiro’, isso não existia, eu botava ‘A Prefeitura de Teresina’”. Acrescenta que começou a receber homenagens de setores da sociedade civil quando o governo de Alberto Tavares e Silva ainda não tinha deslanchado.

Percebe-se o esforço do narrador para buscar sentido em seu passado e dar forma à sua vida, colocando o passado em seu passado histórico. Enfatiza que a imprensa o tratava bem à época em que era prefeito. No entanto, é necessário considerar que, no período, a imprensa foi censurada sistematicamente.

Zuenir Ventura (2013), contudo, aponta outra faceta da ditadura em relação à imprensa: “[...] Esse foi o grande trabalho diabólico e perverso. Foi introjetar a autocensura em nós. Foi um momento de sufoco, era difícil respirar culturalmente, publicar um livro, escrever uma peça, tinha um risco muito grande”.⁴⁵ Os riscos de contrapor-se ao regime eram grandes. Mas não podemos silenciar com relação à “colaboração espontânea das diversas instâncias envolvidas, como os donos de jornais, jornalistas, produtores de cinema e de televisão”.⁴⁶ Sobre tal prática, não é correto pensar que a colaboração mencionada estivesse relacionada apenas por interesses materiais, havia sim convicção política explícita.

Com relação ao segundo entrevistado, o jornalista Carivaldo Marques Teixeira Filho (2011), em entrevista que nos foi concedida, fez a seguinte avaliação sobre o período aqui estudado:

Mas a revolução precisava da imprensa. Quando eles começaram a ter problemas sérios, começaram a ter a necessidade da

imprensa do lado deles. E quem foi que criou a acessória de comunicação foi a revolução. E eu acho que isso foi o maior prejuízo que já houve pro jornalismo no Brasil. Não para as empresas de jornais, pelo contrário, foi muito bom, num determinado momento. Eu explico: o governo com a necessidade de ter a informação no jornal, pra poder, claro, levar a imagem dele para que as pessoas pudessem sentir isso, usou a comunicação como forma de se apresentar pra o seu grande público, que era o único jeito de fazer [...] Não dava mais pra vocês irem a cada local se apresentar, tinha que ter a imprensa pra fazer isso.⁴⁷

Carivaldo começou muito jovem, como repórter fotográfico, cobrindo eventos, inaugurações, e comemorações para *O Dia*, jornal que aderiu ao golpe no primeiro momento. Pertencia a um oficial da reserva, Otávio Miranda: “O coronel era [...] claro que apoiava 1964 porque era amigo do Castelo Branco, foi amigo do Getúlio Vargas, ele tem uma história imensa com relação a isso. Ele, claro, apoiava o governo de 1964”.⁴⁸

Carivaldo Marques cresceu dentro do jornal, e hoje é sócio da empresa. O aprendiz de historiador precisa considerar sempre o lugar social ocupado pelos autores sociais com os quais trabalha. Lidando com a memória, não nos podemos esquecer de que se pode, a partir desta, aprender sobre o presente, mas este presente, como orienta Antonio Torres Montenegro (2010), “atua relativizando ou deslocando significados acerca daquele passado”.⁴⁹ E continua este autor: “E mais se deveria pensar a memória ou a percepção como reflexo ou cópia do mundo, como atividade, trabalho ininterrupto de ressignificação do presente enquanto leitura, com base em um passado que se atualiza enquanto memória informando a percepção”.⁵⁰

Ainda sobre a complexa relação entre o Estado e a imprensa no período estudado, faz-se necessário lembrar que o Poder Executivo sempre pôde, no Brasil, manipular grandes verbas publicitárias, determinar sindicâncias contra órgãos de imprensa,

negar-lhes financiamento por meio dos bancos estatais, ou, durante a ditadura, apreender toda uma tiragem. As pesquisas sobre o período no Piauí, pelo menos no campo da História sobre essa trama, ainda estão começando. Entretanto, é perceptível a relação entre governantes e proprietários de jornais.

Na década de 1970 ocorreu um processo acelerado de modernização nas oficinas dos jornais editados em Teresina. Nesse período, foram adquiridas as primeiras máquinas *off-set*. Sobre isso, Carivaldo Marques relata:

Os jornais melhoraram de qualidade, o formato deles foi trabalhado. O jornal passou a ter uma diagramação, passou a ter um tratamento gráfico diferenciado. Mas aí é que entrou também, nesse mesmo período, final dos anos 1960, um negócio chamado *off-set*, entrou também um negócio chamado computador na produção dos jornais. Então, vários fatores melhoraram os jornais, incluindo dinheiro, dinheiro, muito dinheiro, porque o governo gasta muito dinheiro com a imprensa, ele tem necessidade disso. Então, os jornais viraram empresas. Antes o jornal era coisa do dono, do grupo político. Passou a ser empresa, a ter empregado formalmente. Então pra poder ter isso tem que ser organizado. Você percebe no período Alberto Silva, pelo menos no nosso caso, a indústria gráfica evoluiu muito, evoluiu como técnica. Nós deixamos de ser clichéristas, nós deixamos de ser tipógrafos, pra poder fazer uma coisa mais acabada. Aí surgiram os computadores. O jornal *O Dia* foi um dos primeiros jornais do Brasil a ser informatizado. O jornal *Folha de São Paulo* veio fazer consultoria aqui junto a nós. Fomos a primeira redação do nosso meio a implantar uma redação informatizada, a botar um computador Cobra 480,⁵¹ que era uma máquina imensa, caríssima.

A narrativa do jornalista é emblemática. Em vários momentos ele faz questão de frisar que o regime militar precisava da imprensa.

Ainda no governo de Costa e Silva foi realizado um seminário sob a tutela da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) da Presidência da República; ao final dos trabalhos, concluíram que a imagem do governo era ruim. Propuseram medidas para melhorá-la, naquele momento, mas as estratégias propostas não funcionaram da forma desejada.

No dia 2 de novembro de 1969, um domingo, apenas três dias depois da posse do general Emílio Garrastazu Médici na Presidência da República, os coronéis Otávio Costa e Toledo Camargo definiram as diretrizes que norteariam a maior campanha de propaganda política jamais vista no Brasil. A narrativa do jornalista piauiense ganha suporte a partir da proposição do poder central de melhorar a forma de os brasileiros avaliarem o regime militar: “Então, o que melhorou os jornais foram vários fatores, incluindo dinheiro, dinheiro, muito dinheiro, porque o governo gasta muito dinheiro com a imprensa, ele tem necessidade disso”.⁵² Ele põe o verbo no presente, afinal de contas é sócio de uma empresa de comunicação e conhece por dentro as formas de relacionamento entre governo e imprensa.

Diante da estratégia do governo federal, as administrações estaduais seguiram o caminho aberto; daí ser necessário problematizar o discurso de Joel Ribeiro, quando este afirma que era bem tratado pela imprensa. Sim, podia ser bem tratado, mas essa prática tinha um custo. Pode-se dizer que existiam interesses mútuos entre governo e empresas de comunicação.

Voltando à narrativa de Joel Ribeiro sobre a administração municipal de Teresina e a relação do prefeito com o governador, podemos perceber manifestações de ressentimentos do primeiro em relação ao segundo. O prefeito relata que, em uma primeira homenagem recebida por ele, um dos oradores fez referência a seu nome; e percebeu, naquela ocasião, que o governador tinha preferência por outro nome para o governo do Piauí: “[...] ele disse [o governador] ‘mas nós temos também outros homens públicos relevantes, como o doutor Dirceu’”.⁵³ Nosso entrevistado avalia que o governador tenha se lembrado de outros nomes na intenção de diminuí-lo.

A partir daquele momento, o prefeito considerou lançado o nome de Dirceu Mendes Arcoverde à candidatura ao governo do Estado. Ele era, na ocasião, secretário de Saúde na administração de Alberto Tavares e Silva. Joel Ribeiro enfatiza ter sido, à época, constrangido: “Ah! Bandido, tu abriu uma brecha pra eu saber com quem estou lidando, fiquei pensando”.⁵⁴ Avalia que o governador não perdia oportunidade de “queimar seu nome”. Continua:

Mas ele tentava me queimar de todo jeito; hostilizava-me; chegou a ponto de eu passar meses sem ir ao Palácio de Karnak, sede administrativa do governo do Estado. Ir pra quê? Pra me constranger ou constrangê-lo?⁵⁵

A forma como o ex-prefeito representa o período estudado indica que, mal o governo de Alberto Tavares e Silva começou, o nome do substituto já estava sendo articulado; isto o fazia sentir-se preterido pelo governador. Os dois pertenciam à ARENA, como já dissemos, e esse partido, por ter reunido grupos com interesses distintos, era cenário de disputas acirradas. O relato de Joel Ribeiro no campo de batalha da corrida sucessória deixa transparecer o seu ressentimento.

Com relação a este sentimento, Stella Bresciani e Márcia Naxara (2001) defendem que memória e (res) sentimentos são “duas dimensões inefáveis da condição humana, quando não somos induzidos ou constrangidos a expor por meio da linguagem, ou melhor, das linguagens, aquilo que guardamos no mais recôndito de nosso íntimo”.⁵⁶ Trabalhar com fontes orais é assumir a decisão de ouvir também sobre os ressentimentos da vida dos humanos. Não é simples lidar com essa “questão sensível”, uma vez que trabalhamos com “a história dos ódios, dos fantasmas da morte, das hostilidades, ou do não lugar dos excluídos e das identidades recalçadas”.⁵⁷

Antes de finalizar o texto, precisamos registrar que não empregamos as duas entrevistas como se estas fossem um retrato da realidade; contudo, nenhuma delas foi montada em base falsa. Antes de considerar se o que um entrevistado narrou é mentira, se faz necessário avaliar, por exemplo: Quais foram suas razões? Quais

as razões que determinaram o seu silêncio?

Sabemos que existem pessoas que informam haver participado de modo ativo de um acontecimento, quando, na verdade, sua atuação, neste, foi inexpressiva ou efêmera. De modo geral, somos tentados por projetos vencedores, o que não significa necessariamente a inexistência de projetos malsucedidos. “Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e agora pensa que fez”.⁵⁸ É preciso considerar, ainda, que todas as fontes com as quais trabalhamos possuem certo grau de subjetividade; mas nenhuma, em medida igual, detém a subjetividade daquele que partilha sua vida e experiências com o entrevistador.

Consideramos que o registro de Janaína Amado, em 1997, sobre a relação ética e história oral continua atual:

Conversar com os vivos implica, por parte do historiador, uma parceria muito maior de responsabilidade e compromisso, pois tudo aquilo que escrever ou disser não apenas lançará luz sobre pessoas e personagens históricos (como acontece quando o diálogo é com os mortos), mas trará consequências imediatas para as existências dos informantes e seus círculos familiares, sociais e profissionais.⁵⁹

Uma entrevista é um diálogo entre uma e outra pessoa ou um grupo de pessoas. Faz-se necessário que haja um clima de respeito e confiança entre o entrevistador e o(s) entrevistado(s). Isto não significa submissão das partes. Em algum momento da entrevista com Joel Ribeiro, por exemplo, fiquei me perguntando se este não estava aproveitando nosso trabalho para uma espécie de ajuste de contas com Alberto Tavares e Silva. Ao longo da entrevista, pudemos observar que o relato do ex-prefeito de Teresina.

Ao citar as duas entrevistas, procuramos recortar trechos nos quais os entrevistados tivessem o desenvolvimento de seus raciocínios em frases completas. Os entrevistados foram informados dos objetivos dos projetos. Empregamos duas entrevistas e suas falas não foram “liquidificadas”. Tomamos os cuidados que o

historiador precisa tomar quando trabalha com pessoas vivas, posto que elas não são “papéis”.

Vivemos em um mundo no qual as comunicações avançaram de forma nunca vista. No que se refere às formas de divulgação das entrevistas, elas precisam ser discutidas com afinco. O Centro de Pesquisas e Documentação Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC) já disponibiliza entrevistas na rede (Internet). Essa iniciativa pode se transformar em uma prática generalizada, porque uma coisa é empregar entrevistas na construção de trabalhos acadêmicos, outra é publicá-las *in totum*. Temos que levar em conta o fato de que sempre que trabalhamos com pessoas, ouvindo os seus relatos, visamos produzir outra narrativa que pode ser uma fita, um vídeo, um livro, um artigo.

Temos lido sobre questões que atravessam o mundo daqueles que trabalham com a História Oral. Uma delas é que a entrevista de História Oral consiste em narrativa. Não há dúvida, empregamos a expressão repetidas vezes neste artigo. Contudo, trata-se de uma narrativa que possui características próprias, diferentes da autobiografia, do romance. Verena Alberti é peremptória: “[...] confundir a entrevista de História Oral com obras de ficção é fechar os olhos àquilo que a entrevista efetivamente documenta. E se afirmo que ela não é ficção, isso não quer dizer que eu negue sua força narrativa, que pode ser imensa”.⁶⁰

A discussão é intensa e relevante, mas não há como fazê-la aqui. Sobre a relação entre história e ficção. Roger Chartier afirma (2011): “[...] a história, qualquer que seja ela, mesmo a mais quantitativa, mesmo a mais estrutural, mesmo a mais conceitual, permanece sempre dependente das fórmulas que governam a produção de narrativas, seja de história, seja de ficção”.⁶¹

Em nossa rotina de trabalho, construímos nossos objetos, nossos fatos com base em um desejo, que envolve escolhas, à procura de construir narrativas que sejam inteligíveis. Quando selecionamos nossos entrevistados, temos como norte um projeto, construído a partir de inquietações. Entretanto, seguimos regras e construímos uma narração histórica, que, mesmo partindo de elementos dispostos em um “mundo caótico”, que “[...] não tem

relação entre si, combinam-se para o leitor com coerência e constituem, no final, a imagem de uma totalidade acabada”.⁶²

Por fim, trabalhamos com um acontecimento ou uma série deles, nos quais os atores sociais existem apenas uma vez, e os representamos em tempos distintos. Afinal, a história é uma ciência dos homens no tempo.

Notas

¹ POTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Projeto história, São Paulo, (15), p. 13, abr. 1997.

² AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e História Oral. Projeto história, São Paulo, 15, p. 146, abr. 1997.

³ NASCIMENTO, Alcides do. História e memória da Rádio Pioneira de Teresina. Teresina: Alínea, 2004.

⁴ CAMARGO, Aspásia. Quinze anos de história oral: documentação e metodologia. In: ALBERTI, Verena. Manual de história oral. 2. ed. Rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 14.

⁵ Id. *ibid.*

⁶ DIAS, José Luciano de Mattos. “Registro oral, história e grandes organizações”. In: Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 2.

⁷ CAMARGO, *op. cit.*, 1981, p. 2.

⁸ A Associação Brasileira de História Oral (ABHO) foi criada no Rio de Janeiro, em 1994, por ocasião da realização do II Encontro Nacional de História Oral.

⁹ PINTER, Harold. In: LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Projeto história, p. 75, 17 nov. 1998.

¹⁰ ALBERTI, Verena. Ouvir contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 24.

¹¹ *Ibid.*, 2004, p. 21.

¹² *Ibid.*, 2004, p. 23.

¹³ LOWENTHAL, *op. cit.*, 1998, p. 75.

¹⁴ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). Usos de abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 94.

¹⁵ Id. *ibid.*

¹⁶ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice /

Revista dos Tribunais, 1990. p. 26.

¹⁷ RIBEIRO, Joel da Silva. Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento, Laércio Barros Dias e Regianny Lima Monte. Teresina, 1996.

¹⁸ Id. *ibid.*

¹⁹ POTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Projeto história, São Paulo, (15), p. 22, abr. 1997.

²⁰ ALBERTI, op. cit., 2004, p. 120.

²¹ *Ibid.*, 2004, p. 10.

²² RIBEIRO, op. cit., 1996.

²³ Id. *ibid.*

²⁴ Id. *ibid.*

²⁵ Id. *ibid.*

²⁶ As trajetórias de vida são depoimentos de histórias de vida mais sucintos e menos detalhados. A opção por essa modalidade de entrevista acontece quando o depoente dispõe de pouco tempo para a entrevista, mas o pesquisador considera importante para os objetivos de a pesquisa recuperar sua trajetória de vida. Cf. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral: memória, tempo identidades. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 23.

²⁷ As entrevistas temáticas discorrem sobre experiências ou processos específicos vividos ou testemunhados pelos entrevistados. Cf. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral: memória, tempo identidades. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 22.

²⁸ Esta modalidade de entrevista constitui-se de depoimentos aprofundados, e, normalmente, mais prolongados, orientados por roteiros abertos, semiestruturados ou estruturados, que objetivam reconstituir, por meio do diálogo do entrevistador com o entrevistado, a trajetória de vida de determinado sujeito (anônimo ou público), desde sua mais tenra infância até os dias presentes. Cf. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral: memória, tempo identidades. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 21.

²⁹ Ricardo Alaggio é professor da Universidade Federal do Piauí, Departamento de Ciências Econômicas. Sua tese de doutorado intitula-se “A aliança para o progresso: acordo realizado entre Brasil e Estados Unidos”, no início da década de 1960.

³⁰ RIBEIRO, op. cit., 1996.

³¹ Id. *ibid.*

³² Id. *ibid.*

- ³³ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral: memória, tempo, identidades. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 46.
- ³⁴ POLLACK, Michael. Memória e identidade social. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 209, 1992.
- ³⁵ Id. *ibid.*
- ³⁶ Id. *ibid.*
- ³⁷ PASSERINI, Luísa. A memória entre política e emoção. Tradução de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 9.
- ³⁸ MEYER, Eugenia. O fim da memória. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 43, p. 35, jan./jun. 2009.
- ³⁹ *Ibid.*, 2009, p. 38.
- ⁴⁰ Id. *ibid.*,
- ⁴¹ GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. Acervo Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 9, n.1/2, p.17-30, jan./dez. 1996.
- ⁴² MARTINS FILHO, João Roberto. A ditadura revisitada: unidade ou desunião. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato Sá (Org.). O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: EDUSC, 2004. p. 132.
- ⁴³ *Ibid.*, 2004, p. 129.
- ⁴⁴ RIBEIRO, op. cit., 1996.
- ⁴⁵ VENTURA, Zuenir. Eternamente contemporâneo. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, n. 95, p. 51, ago. 2013.
- ⁴⁶ FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 188.
- ⁴⁷ TEIXEIRA FILHO, Carivaldo Marques. Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento e Albert Aurélio Lima. Teresina, 2011.
- ⁴⁸ Id. *ibid.*
- ⁴⁹ MONTENEGRO, Antonio Torres. História, metodologia, memória. São Paulo: Contexto, 2010.p. 40.
- ⁵⁰ Id. *ibid.*
- ⁵¹ TEIXEIRA FILHO, op. cit., 2011.
- ⁵² Id. *ibid.*
- ⁵³ Id. *ibid.*
- ⁵⁴ RIBEIRO, op. cit.,1996.
- ⁵⁵ Id. *ibid.*

⁵⁶ BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2001. p. 9.

⁵⁷ Ibid., 2001, p. 12.

⁵⁸ PORTELLI, op. cit., 1997, p. 31.

⁵⁹ AMADO, op. cit., 1997, p. 146.

⁶⁰ ALBERTI, op. cit., 2004, p. 10.

⁶¹ CHARTIER, Roger. A verdade entre a ficção e a história. In: SALOMON, Marlon (Org.). História, verdade e tempo. Chapecó: Argos, 2011. p. 356.

⁶² ZILBERMAN, Regina. Leitura e materialidade da história da literatura. In: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). CHARTIER, Roger. A força das representações: história ficção. Chapecó: Argos, 2011. p. 156.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. V. de. Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento e Regianny Lima Monte. Teresina, fev. 2009.
- ABREU, M. de J. V. de. Depoimento concedido a Regianny Lima Monte. Teresina: 2009.
- AGUIAR, E. As festas do centenário. O Dia. Teresina, ano 2, n. 83, 24 ago. 1952.
- ALBERTI, V. Histórias dentro da História In: PINSKY, C. B. (Org.). Fontes históricas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- ALBERTI, V. Manual de história oral. 2. ed. Rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALBERTI, V. Ouvir contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. De amadores a desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente contemporâneo. Trajetos - Revista de História UFC, Fortaleza, v. 3, n.6, p.43-66, 2005.
- AMADO, J. A culpa nossa de cada dia: ética e História Oral. Projeto história. São Paulo, 15, abr. 1997.
- ANSART, P. História e memória dos ressentimentos In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (Org.). Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2004.
- ARTIÈRES, P. Arquivar a Própria Vida / Escrita de si / Escrita da história. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 21, 1998.
- BACELAR, O. I. de B. Fluxos migratórios e crescimento urbano piauiense. Carta CEPRO, Teresina, v. 6, n. 1, p. 25, jan./jun. 1980.
- BACELLAR, O. I. de B. Carta CEPRO. Teresina, v.15, n. 1, jan./jun. 1994.
- BANDINTER, E. As paixões intelectuais: desejo de glória (1735-1751). Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 15-16, 2007.v. 1.
- BARROS, H. N. de. Tempos de política. Teresina: Alínea Produções, 1996.
- BAUMAN, Z. Identidade: entrevista a Benedito Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BERMAN, M. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

- BORNBEIN, G. Tempo e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRESCIANI, M. S. As sete portas da cidade. Espaço e Debate. São Paulo, NERU, n. 34, p. 10-15, 1991.
- BRESCIANI, M. S. Cidade, cidadania e imaginário. In: SOUSA, C. F. de; PESAVENTO, S. J. (Org.). Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- BRESCIANI, M. S. Cidades: espaço e memória. In: Secretaria Municipal de Cultura. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), 1992.
- BRESCIANI, S. e NAXARA, M. (Org.). Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.
- BRITO, B. Carta endereçada a Possidônio Nunes Queiroz. Rio de Janeiro, 21 maio 1991.
- BRITO, B. Narrativas autobiográficas. Rio de Janeiro: [s.n.], 1977.
- BRITO, E. Z. C. História, historiografia e representações. In: KUYUMJIAN, M. de M. M. e MELLO, M. T. N. de (Org.). Os espaços da história cultural. Brasília: Paralelo 15, 2008.
- BUCCI, E. A imprensa e o dever da liberdade: a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as formas de governo, os corporativismos, o poder econômico e as ONGs. São Paulo: Contexto, 2009.
- CALVINO, Í. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CALVINO, Í. As cidades invisíveis. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAMARGO, A. Quinze anos de história oral: documentação e metodologia. In: ALBERTI, V. Manual de história oral. 2. ed. Rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- CAMPOS, G. M. Coluna de esculápio. O Cometa, Oeiras, abr. 1971.
- CANEVACCI, M. A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Nobel, 1993.
- CAPELATO, M. H. R. Imprensa e História do Brasil. 2.ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994. (Coleção repensando a História).
- CARVALHO JÚNIOR, D. F. de. Instituto Histórico de Oeiras. O Cometa, Oeiras, mar. 1971.
- CASTELO BRANCO, C. Homens que iluminam. Rio de Janeiro: [s. e.], 1944.

- CASTRO GOMES, Â. M. de. O redescobrimiento do Brasil. In: Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- CATROGA, F. Memória, história e historiografia. Coimbra: Quarteto, 2001.
- CENSO das vilas e favelas de Teresina. Prefeitura Municipal de Teresina/Secretaria Municipal de Trabalho e Assuntos Comunitário/SEMEC. Teresina: PMT, 1993.
- CENTENÁRIO de Teresina. O Piauí, Teresina, ano 62, n. 758, p. 4, 10 fev. 1952.
- CEPRO. Projeto de implantação das atividades de história oral. Teresina: Fundação CEPRO, 1989.
- CERTEAU, M. de. A invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHAMINÉS. O Cometa, Oeiras, abr. 1971.
- CHARTIER, R. A história cultural: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHARTIER, R. A verdade entre a ficção e a história. In: SALOMON, Marlon (Org.). História, verdade e tempo. Chapecó: Argos, 2011. p. 356.
- CHAVES, M. Obra completa. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.
- CÍCERO, M. T. Saber envelhecer e a amizade. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- CÓDIGO de Posturas de Teresina. Diário Oficial, Teresina, Prefeitura Municipal de Teresina, 1939.
- CORREA, R. L. O espaço urbano. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- COSTA, F. P. da. Cronologia histórica do Estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a Proclamação da República. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.
- DELGADO, L. de A. N. História oral - memória, tempo, identidades. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- DIÁRIO OFICIAL, Teresina, ano 11, n. 47, 28 fev. 1941. ESTADO DO PIAUÍ. Relatório do Governador do Estado do Piauí, Dr. Leônidas de Castro Melo apresentado à Câmara dos Deputados. Teresina: [s.n.], 193[?].
- DIAS, J. L. de M. Registro oral, história e grandes organizações. In: Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- DIEGOLI, L. R. Estado novo: nova arquitetura em São Paulo. Projeto História, São Paulo, n. 13, p. 151-157, jun. 1996.

DINIZ, F. A formação do urbanismo moderno no Brasil: as concepções de Saturnino de Brito. Espaço e Debates, São Paulo, ano XVII, n. 40, p. 56, 1997.

EURÍPEDES não gostou do Centenário. Jornal do Piauí, Teresina, ano 1, n. 94, 18 ago. 1952.

FAÇANHA, A. C. Desmistificando a geografia: espaço, tempo e imagens. Teresina: EDUFPI.

FARIAS, O. C. de. Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

FENELON, D. (Org.). Cidades. São Paulo: PUC-SP/Olho D'água, 1999.

FERREIRA, A. C. A fonte fecunda. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de L. (Org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2013.

FICO, C. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FONTINELES, C. C. da S. Estádio Albertão: entre a memória recitada e o apagamento de rastros. In: NASCIMENTO, F. A. do (Org.). Sentimentos e ressentimentos em cidades brasileiras. Teresina EDUFPI; Imperatriz: Ética, 2010. GONDINHO, F. de A. S. Entrevista concedida a Laécio Barros Dias e Regianny Lima Monte. Teresina, set. 2006. LIMA, A. J. de. Favela COHEBE: uma história da luta por habitação popular. Teresina: EDUFPI, 1990.

FOUCAULT, M. A hermenêutica do sujeito: curso dado ao Colège de France (1981-1982). Edição estabelecida sob a direção François Ewald e Alessandro Fontana. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. Arqueologia do poder. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

FOUCAULT, M. Ética, sexualidade, política. MOTTA, M. B. da (Org.). Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2010. (Coleção Ditos e Escritos).

FREITAS, P. F. M. de. Solo distante (crônicas oieirenses). Teresina: Grafiset, 2001.

GEIZER, P. P. Geografia e desenvolvimento regional no Brasil. In: SILVA, J. B. da (Org.). A cidade e o urbano: temas para debates. Fortaleza: EDUFC, 1997.

GIL, J. Metamorfoses do corpo. Tradução de Maria Cristina Meneses. 2. ed. Lisboa: Antropos, 1997.

GODOI, E. P. de. O trabalho da memória: o cotidiano e a história no sertão do Piauí. Campinas: UNICAMP, 1999.

GOMES, Â. de C. A guardiã da memória. Acervo Revista do Arquivo

Nacional, Rio de Janeiro, v.9, n.1/2, p.17-30, jan./dez. 1996.

GOMES, Â. de C. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 21, 1998.

GUERRA, Y. M. B. O espaço dos sem espaço: estudo de caso de representações sociais de migrantes de classes subalternas no Recife. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1993.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

INSTANTÂNEOS da cidade: Hotéis e Pensões. *O Piauí*, Teresina, ano 57, n. 786, p. 2, 29 maio 1952.

JORNAL DO COMÉRCIO. Teresina, ano 6, n. 926, 20 jan. 1952.

JORNAL DO PIAUÍ. Teresina, ano 1, n. 34, p. 5, 31 jan. 1952.

JOSEFA. Depoimento concedido a Luana Pacheco Faria de Carvalho e Regianny Lima Monte. Teresina: 2009.

JOUTARD, P. História oral: um balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LANNA, A. L. D. Uma cidade na transição Santos (1870-1913). São Paulo/Santos: Hucitec / Prefeitura de Santos, 1991.

LANNA, A. L. D. Uma cidade na transição Santos: 1870-1913. Santos: Hucitec / Prefeitura de Santos, 1991.

LAQUEUR, T. W. Corpos, detalhes e a narrativa humanitária. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LE GOFF, J. História e memória. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: UNICAMP.

LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.

LIMA, N. C. Invisíveis asas das ondas zya-3: sociabilidade, cultura e cotidiano em Teresina (1948-1962). Dissertação (Mestrado em História). Teresina: UFPI, 2007.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. et al. *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

LUCENA, C. T. Memórias de famílias migrantes: imagens do lugar de origem. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, 1998.

MAGALHÃES J. R. Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento. Teresina, 1996.

MALATIAN, T. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

MÁRQUEZ, G. G. Memória de minhas putas tristes. Tradução de Eric Nepomuceno. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MARTINS FILHO, J. R. A ditadura revisitada: unidade ou desunião. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M. e MOTTA, R. P. S. (Org.). O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: EDUSC, 2004.

MATOS, M. de F. A. Localização e caracterização da pobreza urbana na Grande Teresina. Carta CEPRO, Teresina, v. 16, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 1995.

MEYER, E. O fim da memória. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 43, jan./jun. 2009.

MEYER, E. O fim da memória. Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol. 22, n. 43, jan./jun. 2009.

MONTE, R. L. Memória e (res)sentimentos em torno do processo de modernização de Teresina durante a década de 1970. In: NASCIMENTO, F. A. do (Org.). Sentimentos e ressentimentos em cidades brasileiras. Teresina EDUFPI; Imperatriz: Ética, 2010.

MONTEIRO, O. Teresina descalça: memória desta cidade para deleite dos velhos habitantes e conhecimento dos novos. Fortaleza: [s.n.], 1987.

MONTENEGRO, A. T. História, metodologia, memória. São Paulo: Contexto, 2010.

MORAIS, M. C. M. de. Depoimento concedido a Regianny Lima Monte. Teresina: 2009.

MOREIRA, F. D. A formação do urbanismo moderno no Brasil: as concepções urbanísticas do engenheiro Saturnino de Brito. Espaço e Debates. São Paulo, n. 40, p. 55-65, 1997.

MUNIZ, P. A. Depoimento concedido a Luana Pacheco Faria de Carvalho e Regianny Lima Monte. Teresina: 2009.

NASCIMENTO, A. do. História e memória da Rádio Pioneira de Teresina. Teresina: Alínea, 2004.

NASCIMENTO, F. A. do. A cidade sob fogo: modernização e violência policial (1937-1945). 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

NASCIMENTO, F. A. do. A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

NASCIMENTO, F. A. do. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, n. 53, jan./jun. 2007.

NASCIMENTO, F. A. do. Historiadores em comunicação: cartas trocadas entre Possidônio Queiroz e Anita Prestes. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais, 2015.

NASCIMENTO, F. A. do. Oeiras por meio das cartas de Possidônio.

Fênix – Revista de História e Estudos Culturais, v.10, n. 10, jan/jun. 2013.

NASCIMENTO, F. A. Os labirintos da construção do discurso sobre o discurso. (Texto não publicado).

NASCIMENTO, F. A.; SANTIAGO JR., F. das C. F. Encruzilhadas da história: rádio e memória. Recife: Bagaço, 2006.

NEVES, B. L. de C. M. In: Almanaque da Parnaíba: [s.n.], 1944.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto história, São Paulo, n. 10, 1993.

NUNES, M. P. Escritores de Província. In: Possidônio Queiroz. Teresina: Fundação José Elias Tajra, 1995.

NUNES, O. Os primeiros currais. Teresina: Comepi, 1981.

NUNES, O. Pesquisas para a história do Piauí. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

NUNES, O. Pesquisas para a história do Piauí. Teresina: FUNDAPI/ Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

O COMETA: primeira crise. Oeiras, ano IV, n. 6, 1971. MACHADO, Costa. Desaparece Dr. Waldemar Reis. O Cometa, Oeiras, abr. 1971.

O DIA. Teresina, ano 2, n. 75, p. 3, 6 jun. 1952.

O PIAUÍ. Teresina, 1887–1946.

OLÍMPIO, J. Liceu piauiense: síntese histórica. 3. ed. Teresina [s.n.], 1993.

OLIVEIRA, L. L. et al. Estado novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEIRA, P. O progresso do Piauí. Diário Oficial, Teresina, 14 abr. 1941.

PANERAI, P. Análise urbana. Brasília: UnB, 2006.

PASSERINI, L. A memória entre política e emoção. Tradução de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11–23, jun. 2007.

PESAVENTO, S. J. História e História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PORTELA, L. Outros caminhos... O Cometa, Oeiras, ano I, n. 1, abr. 1971.

PIAUI. Governador (1935–1937: Melo). Relatório do governador Leônidas de Castro Melo. Teresina: Imprensa Oficial, 1935. ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PIAUI. Interventor (1937–1945: Melo). Relatório do interventor Leônidas de Castro Melo. Teresina: Imprensa Oficial, 1938.

PINTER, H. Como conhecemos o passado. In: LOWEN- THAL, David.

Projeto História, 17 nov. 1998.

POLLACK, M. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PONTE, S. R. Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha / Multigral, 1993.

PORTELA, L. Outros caminhos... O Cometa, Oeiras, ano I, n. 1, abr. 1971.

POTELLI, A. O que faz a história oral diferente. Projeto História. São Paulo (14), fev. 1997.

POTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Projeto História, São Paulo (15), abr. 1997.

PRETI, D. A linguagem dos idosos: um estudo de análise da conversação. São Paulo: Contexto, 1991.

PRIORE, M. D. Gilberto Freyre: modos, sem modas, de fazer história. In: FREYRE, G. Modos de homem & modas de mulher. 2. ed. São Paulo: Global, 2009.

PROCHASSON, C. "Atenção: Verdade!". Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 21, 1998.

QUEIROZ, P. N. de. Contribuição do Piauí nas lutas pela Independência. Revista do Instituto Histórico de Oeiras, n. 2, p.69/88, 1972.

QUEIROZ, P. N. de. Des. Pedro Sá: palavras proferidas por Possidônio Queiroz ao microfone da Rádio Primeira Capital. Oeiras, 12 mar. 1984.

QUEIROZ, P. N. de. Carta endereçada a Arimatéa Tito Filho. Oeiras, 21 maio 1991.

QUEIROZ, P. N. de. Carta endereçada a Bugyja Brito. Oeiras, 2 out. 1990.

QUEIROZ, P. N. de. Carta endereçada a Magno Silva. Oeiras 21 dez. 1994.

QUEIROZ, P. N. de. Carta endereçada a Nerina Castelo Branco. Oeiras, 19 dez. 1994.

QUEIROZ, P. N. de. Carta endereçada a William Palha Dias. Oeiras, 12 dez. 1994.

QUEIROZ, P. N. de. Carta enviada a Antonio de Sousa Bugyja Brito. Oeiras, 2 out. 1990.

QUEIROZ, P. N. de. Entrevista concedida a Audrey Maria Nunes de Freitas Tapety. Teresina, abr. 2014.

QUEIROZ, P. N. de. Aparece um jornal em Oeiras. O Cometa, Oeiras, ano I, n. 1, mar. 1971.

- QUEIROZ, T. de J. M. Do singular ao plural. Recife: Bagaço, 2006.
- RÊGO, E. Possidônio, o esquecido. In: Possidônio Queiroz. Teresina: Fundação José Elias Tajra, 1995. p.14.
- RÊGO, J. E. Artigo de apresentação. O Cometa, Oeiras, ano I, n. 1, mar. 1971.
- REZENDE, A. P. de M. Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife nas primeiras décadas do século XX. Recife: FUNDARTE, 1997.
- RIBEIRO, J. da S. Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento, Laércio Barros Dias e Regianny Lima Monte. Teresina, 1996.
- RIOS, M. do L. R. Entrevista concedida a Laécio Barros Dias e Regianny Lima Monte. Teresina, 10 nov. 2006.
- RODRIGUES, R. da S. Depoimento concedido a Luana Pacheco Faria de Carvalho e Regianny Lima Monte. Teresina: 2009.
- ROLNIK, R. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 1988. SEIXAS, J. A. de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (Org.). Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2004.
- ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Coord.). Usos de abusos da história oral. Rio Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- SANTOS, C. As despesas do envelhecer. Revista Cidade Verde, Teresina, ano 6, ed. 137, 15 maio 2016.
- SANTOS, T. M. de J. Depoimento concedido a Luana Pacheco Faria de Carvalho e Regianny Lima Monte. Teresina: 2009.
- SCHORSKE, C. E. Relatório do Prefeito, Dr. Lindolfo do Rego Monteiro. Teresina: Tipografia Popular, 1942.
- SCHORSKE, C. E. Relatório do Prefeito, Luis Pires chaves. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 1934.
- SCHORSKE, C. E. Viena fin de siècle: política e cultura. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. TERESINA. Prefeito (1936-1945: Monteiro). Relatório do Prefeito Municipal Lindolfo do Rego Monteiro. Teresina: Tipografia Popular, 1941.
- SEIGEL, J. Paris boêmia: cultura política e os limites da vida burguesa. Tradução de Magda Lopes. Porto Alegre: LPM, 1992.
- SEVCENKO, N. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAIS, F. A. (Coord.); SEVCENKO, N. (Org.). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 511-619. v. 3.
- SEVCENKO, N. Literatura como missão: tensões sociais e criação

cultural na Primeira República. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SEVCENKO, N. Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, C. de M. F. T. e. Apresentação. In: Possidônio Queiroz. Memória piauiense. Teresina: Fundação José Elias Tajra, 1995.

SILVA, D. V. da. Depoimento concedido a Luana Pacheco Faria de Carvalho e Regianny Lima Monte. Teresina: 2009.

SILVA, J. B. da. Discutindo a cidade e o urbano. In: SILVA, J. B. da (Org.). A cidade e o urbano: temas para debate. Fortaleza: EDFC, 1997.

SIRINELLI, J.-F. Sem mocinhos nem bandidos. Revista da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, ano 8, n. 90, p. 48-53, mar. 2013.

SOUSA, G. de C. Vestígios da memória. O Cometa, Oeiras, ano I, n. 1, mar. 1971.

TAVARES, Z. Teresina e nós. O Diário do Povo, Teresina, 16 ago. 2009.

TEIXEIRA FILHO, C. M. Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento e Albert Aurélio Lima. Teresina, fev. 2009.

TEIXEIRA FILHO, C. M. Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento e Albert Aurélio Lima. Teresina, 2011.

TEIXEIRA, F. T. Alberto Silva: o mito e o político / o que eu vi, ouvi e aprendi. Teresina: Halley, 2010.

TEIXEIRA, H. D. Roteiro sentimental e pitoresco de Teresina. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1972.

TERESINA precisa de você. Jornal do Piauí, Teresina, ano 1, n. 34, 10 fev. 1952.

TERESINA. Relatório do Prefeito Municipal de Teresina, Dr. Lindolfo do Rego Monteiro apresentado à Câmara Municipal, em 1 de março de 1937. Teresina: Esperança, 1937.

THOMPSON, P. A voz do passado: história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TÓTORA, S. Velhice: uma estética da existência. São Paulo: EDUC/ FAPESP, 2015. p. 23.

VANGUARDA. Teresina, ano 1, n. 1, 7, p. 4, set. 1939.

VENÂNCIO, G. M. Memória guardada em papéis e livros. Trajetos - Revista de História UFC, Fortaleza, v. 3, n.6, p. 67-84, 2005.

VENTURA, Z. Eternamente contemporâneo. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, n. 95, ago. 2013.

VEYNE, P. Foucault: seu pensamento, sua pessoa. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WEBER, E. J. França fin-de siècle. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WERNECK, M. H. Veja como ando grego, meu amigo: os cuidados de si na correspondência machadiana. In: GALVÃO, W. N.; GORTLIB, N. B. Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ZILBERMAN, R. Leitura e materialidade da história da literatura. In: ROCHA, J. C. de C. (Org.). CHARTIER, R. A força das representações: história ficção. Chapecó: Argos, 2011.p. 156.

Sobre o Autor

Professor titular da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Realizou estágio de Pós-Doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Cursou Mestrado e Doutorado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Cursou Especialização em História Moderna e Contemporânea pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduou-se em História pela Universidade Federal do Piauí. Integra o grupo de pesquisa Cidade, Tempo e Espaço, cadastrado no Diretório de Grupos do CNPQ. Publicou diversos livros, entre eles “*A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*”.



editora.uespi.br



Editora e Gráfica - UESPI